UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

EMILIANE SILVA SANTIAGO

Currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP:
inovações de Profa. Glete de Alcântara (1953 -1963)

RIBEIRÃO PRETO
2015

EMILIANE SILVA SANTIAGO

Currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP:
inovações de Profa. Glete de Alcântara (1953 -1963)

Tese apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciências, Programa de Pós-Graduação Enfermagem Psiquiátrica.

Linha de Pesquisa: Estudos sobre a Conduta, a Ética e a Produção do Saber em Saúde

Orientador: Profa. Dra. Luciana Barizon Luchesi

Coorientador: Profa. Dra. Taka Oguisso

RIBEIRÃO PRETO
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

SANTIAGO, EMILIANE SILVA

Currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP: inovações de Profa. Gleite de Alcântara (1953 -1963). Ribeirão Preto, 2015.

258 p. : il. ; 30 cm

Tese de Doutorado, apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Enfermagem Psiquiátrica.

Orientador: Profa. Dra. Luciana Barizon Luchesi

Coorientador: Profa. Dra. Taka Oguisso

1. Enfermagem. 2. História da Enfermagem. 3. Escolas de Enfermagem. 4. Currículo. 5. Programas de Graduação em Enfermagem.

SANTIAGO, EMILIANE SILVA

Currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP: inovações de Profa. Glete de Alcântara (1953 -1963)

Tese apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciências, Programa de Pós-Graduação Enfermagem Psiquiátrica.

Aprovado em / /

Comissão Julgadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a Deus,
a minha família, ao meu esposo e
a Marcella.*

AGRADECIMENTOS

À Deus.

Aos meus pais, meus irmãos e minha madrinha (in memorian),

Ao meu esposo,

À minha orientadora Profa. Dra. Luciana Barizon Luchesi,

À minha eterna orientadora Profa. Dra. Taka Oguisso,

Aos professores Prof. Dr. Fernando Porto, Prof. Dr. Wellington Amorim e Prof. Dr. Osnir Claudiano Jr.

À Marcella Rigobello Pinto

Às amigas: Amanda Cristiny Andrade Cruz, Ângela de Sousa Gomes Jardim, Bianca Cunha Guimarães de Abreu, Ana Carolina Paula Campos, Patrícia Lima Ferreira Santa Rosa, Priscila Cruzatti, Poliana Prioste Pertence Gilioti, Simeí Luiza, Tatiana de Oliveira Sousa.

A estimada colega da UFMT Profa. Micnéias Tatiana de Souza Lacerda Botelho

Aos queridos amigos Laesheanos,

Aos membros da ABRADHENF – Academia Brasileira de História da Enfermagem,

A todos os colaboradores da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, em especial à secretaria de Graduação,

A todos os colaboradores da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, em especial às secretarias de Graduação e Pós-graduação,

À Profa. Dra. Victória Secaf

À Profa. Maria Romana Friedlander,

À Enfa. Vanderli Oliveira Dutra

A equipe da Supervisão de Apoio Estudantil - SAE da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT,

Aos colegas, docentes, discentes e colaboradores da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT,

Aos colegas da REFACS - Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social,

Aos colegas, docentes, discentes e colaboradores da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM,

Aos membros do Grupo de Pesquisa História da Legislação em Enfermagem,

Aos amigos de ontem, de hoje e de sempre,

Aos profissionais de enfermagem, de todos os níveis, para quem, efetivamente, é realizado esse trabalho, para a interiorização de seu valor.

*"Nós estamos tão atarefados olhando com que está a nossa frente, que não
temos tempo de aproveitar onde nós estamos."*

(Calvin and Hobbes)

RESUMO

SANTIAGO, E.S. **Currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP: inovações de Profa. Glete de Alcântara (1953 - 1963)**. 2015. 257f. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

A pesquisa teve por finalidade, através da comparação entre currículos das duas Escolas de Enfermagem da Universidade de São Paulo, discutir o primeiro currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP (EERP-USP), apontado pela fundadora, Profa. Glete de Alcântara em 1962, conjuntamente com a estrutura administrativa, como um “marco de progresso” para a EERP-USP, por acreditar que a estrutura disciplinar idealizada continha “inovações” na formação do enfermeiro, como o ensino das Ciências Sociais, atrelado ao ensino de Enfermagem, abordagem da perspectiva preventiva em todas as disciplinas, teoria e prática de Administração voltada às necessidades da Enfermagem, Didática e Psicologia Educacional. Através dessa análise, buscou-se conceituar sob qual perspectiva foi utilizada a palavra “inovação”. Para tanto, utilizou-se da história comparada como eixo norteador, tendo como marco temporal inicial o ano de 1953 (início das aulas) e marco temporal final 1963, (aniversário do 1º decênio da Escola). Observou-se uniformidade nas construções curriculares da EERP-USP e muitas similaridades entre os currículos da EERP-USP e da EEUSP, assim como influências de currículos americanos. Entretanto, para as disciplinas ditas “inovadoras” houve distanciamento da EERP-USP em relação ao modelo da EEUSP, seja pela metodologia de ensino ou carga horária. Compreendeu-se que as “Ciências Sociais” estavam atreladas às áreas de Psicologia, Sociologia e Bioestatística. As “inovações” denominadas “Inclusão de ensino teórico e prático de Administração aplicada à Enfermagem e de Psicologia Educacional e Didática”, foram analisadas através das disciplinas: “Administração Hospitalar e Serviço de Enfermagem”, “Administração”, “Serviço e Supervisão” e “Psicologia Educacional e Didática”. As “inovações” denominadas “correlação dos aspectos preventivos da Enfermagem com as disciplinas ao longo do curso”, foram analisadas através das disciplinas “Administração Sanitária”, “Saneamento”, “Enfermagem de Saúde Pública” e “Epidemiologia” e pelo discurso da diretora. Para a definição de inovação, observou dois distintos conceitos empregados à época: a inovação enquanto novidade, algo inédito, e a inovação com definição de renovação, de dar nova abordagem para algo já existente. Conclui-se, que de forma geral, o discurso de Profa. Glete de Alcântara sobre as inovações curriculares significou **inovações com definição de renovação**, no sentido de fazer diferente, de mudar uma forma na qual algo era trabalhado, para atender melhor as exigências na formação dos enfermeiros voltados para a humanização, ensino e preparação para cargos de chefia. Exceto a disciplina de “Didática e Psicologia Educacional”, “Ensino e supervisão”, que podem ser consideradas **inovações com definição de novidade**, para o Brasil, seja frente à legislação vigente, ou à EEUSP e outros currículos localizados. Nesse sentido, **corrobora-se** o discurso de Profa. Glete de Alcântara sobre a inserção das **inovações** no currículo da EERP, no período estudado.

Descritores: Enfermagem, História da Enfermagem, Escolas de Enfermagem, Currículo e Programas de Graduação em Enfermagem.

ABSTRACT

SANTIAGO, E.S. **Curriculum of University of São Paulo at Ribeirão Preto College of Nursing: Profa. Glete Alcântara innovations. (1953 -1963).** 2015 257p. [Thesis] - University of São Paulo at Ribeirão Preto College of Nursing, Ribeirão Preto, 2015.

The aim of this study was analyze the first curriculum of **University of São Paulo at Ribeirão Preto College of Nursing**(EERP-USP), by comparing the curriculum of two Nursing Schools of University of São Paulo. The first dean and founder of EERP-USP, Professor. Glete Alcântara appointed that together with the administrative structure the curriculum was a "*progress milestone*" for EERP-USP, by believing that the idealized disciplinary structure contained "innovations" in nursing education as the teaching of Social Sciences, tied with other themes, a preventive approach in all subjects, theory and practice of Administration focused to the needs of Nursing, Teaching and Educational Psychology. Through this analysis, try to conceptualize under which perspective the Dean used the word "innovation" Therefore, it was used the comparative history as guideline, with the initial timeframe the year 1953 (beginning of classes) and final timeframe 1963 (10th anniversary of EERP-USP). There was uniformity in curriculum construction of EERP-USP and many similarities between the curricula of the EERP-USP and EEUSP, as well influences of American curricula. However, for the disciplines called "innovative" it was differences between EERP-USP in relation to the EEUSP, by hours of teaching, either by teaching methodology. It was understood that the "Social Sciences" were linked to the areas of Psychology, Sociology and Biostatistics. The "innovations" called "theoretical and practical training inclusion of Administration applied to Nursing and Education and Teaching Psychology", were analyzed across the subjects, "Hospital Administration and Nursing ward", "Administration", "Ward and Supervision" and "Educational Psychology and Teaching". The "innovations" called "correlation of preventive aspects of nursing with the subjects on the course", were analyzed across subjects "Health Management", "Sanitation", "Public Health Nursing" and "Epidemiology" and through the Dean publications. For the definition of innovation, it was observed two distinct concepts used at the time: the innovation as new, unheard, and innovation with the definition of renovation, to give new approach to something that already exists. It follows that in general, the speech of Professor Glete Alcântara, on curricular innovations meant **innovations with definition of renovation**, to do things differently, to change one way in which something, to better meet the requirements in the training of nurses facing the humanization, education and preparation for positions of leadership. Except the discipline of "Teaching and Educational Psychology", "Education and supervision", which can be considered **innovations setting as new** for Brazil, face to the current legislation, or EEUSP and others located curriculum. In this sense, it confirms to the discourse of Professor Glete Alcântara on the inclusion of **innovations** in the curriculum of the EERP, the study period.

Keywords: Nursing History of Nursing, Nursing Schools, Curriculum and Programs Undergraduate Nursing.

RESUMEN

SANTIAGO, E.S. **Plan de estudios de la Escuela de Enfermería de Ribeirão Preto-USP: Innovaciones de Profa. Glete de Alcântara (1953 -1963).** 2015 257p. Tesis (doctorado) - Escuela de Enfermería de la Universidad de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

El estudio pretende, mediante la comparación de los planes de estudio de los dos Colegios de Enfermería de la Universidad de São Paulo, discutir el primer plan de estudios de la Escuela de Enfermería de Ribeirão Preto-USP (EERP-USP), elegido por el creadora, Profesora Glete Alcântara (1962), junto con la estructura administrativa como un "importante progreso" para la EERP-USP, en la creencia de que la estructura idealizada contenía "innovaciones" en la educación de Enfermería como la enseñanza de las Ciencias Sociales, atado a la enseñanza de otros contenidos, la aproximación al enfoque preventivo en todas las asignaturas, la teoría y la práctica de la gestión orientada a las necesidades de Enfermería, Enseñanza y Psicología de la Educación. A través de este análisis, se trató de conceptualizar bajo qué perspectiva se utilizó la palabra "innovación" Por lo tanto, se utilizó la historia comparativa como una guía, con el plazo inicial del año 1953 (inicio de clases) y el plazo final de 1963 (10º. aniversario de la EERP-USP). Había uniformidad en la construcción curricular del EERP-USP y muchas similitudes entre los planes de estudio del EERP-USP y EEUSP, así como las influencias de los planes de estudios de EUA. Sin embargo, para las asignaturas llamadas "innovadoras" fue distanciando del EERP-USP en relación con el modelo EEUSP, ya sea mediante la metodología de enseñanza o horas de estudio. Se entiende que las "Ciencias Sociales" estaban vinculados a las áreas de la Psicología, Sociología y Bioestadística. Las "innovaciones" llamados " inclusión de enseñanza, teóricos y prácticos de Administración aplicada a la Enfermería y Psicología de Enseñanza", se analizaron a través de las asignaturas, "Hospital de Administración y Servicio de Enfermería", "Gestión", "Servicio y Supervisión" y "Psicología de la Educación y Enseñanza". Las "innovaciones" llamados "correlación de los aspectos preventivos de la enfermería con las disciplinas a lo largo del curso", se analizaron todas las asignaturas "Gestión de la Salud", "Saneamiento", "Enfermería de Salud Pública" y "Epidemiología" y las publicaciones de la directora. Para la definición de la innovación, observamos dos conceptos distintos utilizados en el momento: la innovación como nuevo, sin precedentes, y la innovación con la definición de reajuste, para dar una nueva dirección a algo que ya existe. De ello se desprende que, en general, el discurso de la Professora Glete Alcântara en las innovaciones curriculares significaba **innovaciones definición de renovación**, de hacer las cosas de manera diferente, de cambiar una forma en que algo estaba funcionando, para satisfacer mejor las necesidades en la formación de las enfermeras frente a la humanización, la educación y la preparación para las posiciones liderazgo. Excepto la disciplina de "Enseñar y supervisión" y "Psicología de la Educación", que se puede considerar el establecimiento de nuevas innovaciones para Brasil, es nuevo frente a la legislación, o EEUSP y otros planes de estudios. En este sentido, se confirma el discurso del Professora Glete Alcântara sobre la inclusión de las **innovaciones** en el plan de estudios del EERP-USP, en el período de estudio.

Palabras clave: Enfermería. Historia de la Enfermería. Escuelas de Enfermería, Plan de Estudios. Programas de Pregrado de Enfermería.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição da Carga Horária da disciplina de Sociologia, durante o decênio de 1953 a 1963, da Grade Curricular da EERP-USP.	142
Gráfico 2: Distribuição da Carga Horária da disciplina de História da Enfermagem durante o decênio de 1953 a 1963, da Grade Curricular da EERP-USP.....	146
Gráfico 3: Distribuição da Carga Horária da disciplina de Ética e Ajustamento Profissional, durante o decênio de 1953 a 1963, da Grade Curricular da EERP-USP.....	151
Gráfico 4: Distribuição da Carga Horária da disciplina de Bioestatística durante o decênio de 1953 a 1963 da Grade Curricular da EERP-USP.	156
Gráfico 5: Distribuição da Carga Horária da disciplina de Serviço Social, durante o decênio de 1953 a 1963, da Grade Curricular da EERP-USP.....	158
Gráfico 6: Distribuição da Carga Horária da disciplina de Psicologia durante o decênio de 1953 a 1963 da Grade Curricular da EERP-USP.	161
Gráfico 7: Distribuição da Carga Horária da disciplina de Prevenção o decênio de 1953 a 1963 da Grade Curricular da EERP-USP.....	174
Gráfico 8: Distribuição da Carga Horária da disciplina de Psicologia Educacional e Didática, durante o decênio de 1953 a 1963, da Grade Curricular da EERP-USP.....	181
Gráfico 9: Distribuição da Carga Horária da disciplina de Administração durante o decênio de 1953 a 1963 da Grade Curricular da EERP-USP.....	185

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Primeiro Currículo da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras de 1890 e a atualização de 1942.	29
Quadro 2: Currículo da Escola de Enfermagem Cruz Vermelha Brasileira, filial São Paulo, de 1958 a 1961.	33
Quadro 3: Primeiro Currículo da Escola de Enfermagem Anna Nery (programa oficial), 1923 e atualização em 1926.	38
Quadro 4: Primeiro Currículo da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, 1939.	40
Quadro 5: Escolas de Enfermagem em funcionamento no Brasil, em junho de 1959. Destaque para escolas criadas antes (destaque em rosa) e após (destaque em azul) 1951.	42
Quadro 6: Legenda do quadro 5 - Escolas de Enfermagem em funcionamento no Brasil, em junho de 1959.	43
Quadro 7: “Standart Curriculum for Schools of Nursing” de 1917, EUA.	63
Quadro 8: “A Curriculum Guide”, 1937, EUA.	65
Quadro 9: Currículos da Escola de Enfermagem, da Universidade de São Paulo – 1943 a 1949.	77
Quadro 10: Currículos da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo 1950 a 1954.	79
Quadro 11: Currículo cursado pela Profa. Gleite de Alcântara na Escola de Enfermagem de Toronto, Canadá.	86
Quadro 12: Plano curricular oficial da EERP-USP de 1953 (classe 1953). Anos 53/54/55/56).	90
Quadro 13: Currículos do primeiro decênio da EERP-USP, de 1953 - 1963. (a)	96
Quadro 14: Currículos do primeiro decênio da EERP-USP, de 1960 - 1963. (b)	99
Quadro 15: Comparação entre o currículo de 1950/54 da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e o Standard Curriculum for Schools of Nursing, de 1917.	105
Quadro 16: Comparação entre o currículo de 1950/54 da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e o Guide Curriculum, de 1937.	109
Quadro 17: Comparação entre o primeiro currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto e o currículo da mesma época da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.	112

Quadro 18: Comparação entre o primeiro currículo da EERP-USP e o currículo cursado pela Profa. Glete de Alcântara na University of Toronto.....	118
Quadro 19: Comparação entre o Curriculum Guide, 1937, e os Currículos da Legislação Art 429 do Decreto n.º 16.300/23, Art. 5º do Decreto Nº 27.426/49 e Parecer 271/62.....	127
Quadro 20: comparativo entre os currículos da EERP-USP e Decreto Lei No. 27.426 de 1949.....	132
Quadro 21: Distribuição das disciplinas do primeiro ano da Grade Curricular da EERP-USP da turma de ingressante em 1962 e 1963 em comparação com o currículo mínimo instituído pelo Parecer 271/62, Ribeirão Preto, 2013.....	134
Quadro 22: Distribuição das disciplinas do segundo ano da Grade Curricular da EERP-USP da turma ingressante em 1962 e 1963 em comparação com o currículo mínimo instituído pelo Parecer 271/62, Ribeirão Preto, 2013.....	135
Quadro 23: Distribuição das disciplinas do terceiro ano da Grade Curricular da EERP-USP da turma ingressante em 1962 e 1963 em comparação com o currículo mínimo instituído pelo Parecer 271/62, Ribeirão Preto, 2013.....	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRADHENF	Academia Brasileira de História da Enfermagem
ABEn	Associação Brasileira de Enfermagem
CH	Carga Horária
CVB	Cruz Vermelha Brasileira
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
EE	Escola de Enfermagem
EEAN	Escola de Enfermagem Anna Nery
EEDNSP	Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública
EEHS	Escola de Enfermeiras do Hospital Samaritano
EEHSP	Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo
EEJL	Escola de Enfermagem Lauriston Job Lane
EERP	Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto
EPECVB	Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira
EPEE	Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras
EPM	Escola Paulista de Medicina
FEUT	Faculdade de Enfermagem da Universidade de Toronto
FM	Faculdade de Medicina
FMRP	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
FNLSB	Faculty of Nursng Laurence S. Bloomberg
HC	Hospital das Clínicas
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
IAIA	Instituto de Assuntos Interamericanos
LAESHE	Laboratório de Estudos em História da Enfermagem
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MES	Ministério da Educação e Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PPGEn	Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento em Enfermagem
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNIFESP	Universidade Federal do Estado de São Paulo
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

1 Introdução	18
2 Revisão de Literatura	21
2.1 A PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM	22
2.3. SISTEMATIZAÇÃO DO ENSINO DE ENFERMAGEM	24
2.3.1 O modelo Nightingaleano	24
2.3.2 A Sistematização do ensino de Enfermagem no Brasil: fase Pré-profissional	25
2.3.3 A Sistematização do ensino de Enfermagem no Brasil: fase profissional	27
2.3.3.1 Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto – UNIRIO)	27
2.3.3.2 Escola de Enfermeiras do Hospital Samaritano	30
2.3.3.3 Escola de Enfermagem da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo	30
2.3.3.4 Curso de Enfermeiras na Maternidade São Paulo	31
2.3.3.5 Curso de Enfermeiras no Hospital São Joaquim	31
2.3.3.6 Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira	31
2.3.3.7 Curso de Enfermeiras da Policlínica de Botafogo	34
2.3.3.8 Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (EEDNSP)	34
2.3.3.9 Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo	38
3 Objetivos	44
3.1. OBJETIVOS GERAIS	45
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	45
4 Material e Método	46
5 Resultados e Discussão	54
5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CURRÍCULOS DE ENFERMAGEM	55
5.2 PROCESSO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E DE CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – EEUSP	68
5.3 PROCESSO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E DE CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – EERP-USP	81
5.3.1. Escola de Enfermagem da Universidade de Toronto (Faculty of Nursing – University of Toronto) ...	84
5.3.2 Currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo	87
5.4 APROXIMAÇÕES ENTRE O CURRÍCULO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO DE 1953 E O CURRÍCULO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	103
5.5 SIMILARIDADE E DISSIMILARIDADES ENTRE O CURRÍCULO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO DE 1953 E O CURRÍCULO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE TORONTO CURSADO PELA PROFA. GLETE DE ALCÂNTARA	115

5.6 SIMILARIDADE E DISSIMILARIDADES ENTRE O CURRÍCULO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO DE 1953 E A LEGISLAÇÃO CURRICULAR BRASILEIRA.....	120
5.6.1. LEGISLAÇÃO CURRICULAR BRASILEIRA	120
5.7 DISCIPLINAS “INOVADORAS”	138
5.7.1 TRAJETÓRIA DAS DISCIPLINAS DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS NA EERP-USP	141
5.7.1.1 Sociologia	142
5.7.1.2 História da Enfermagem	146
5.7.1.3 Ética	151
5.7.1.4 Bioestatística.....	156
5.7.1.5 Serviço Social	158
5.7.1.6 Psicologia	161
5.7.2 Correlação dos aspectos preventivos da Enfermagem com as disciplinas ministradas em todo o curso	174
5.7.3 Inclusão de ensino teórico e prático de administração aplicada à enfermagem, de psicologia educacional e didática	181
5.7.3.1 Didática e Psicologia Educacional.....	181
6 Considerações Finais	190
7 Referências	197
8 Anexos	212
Anexo A: Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa	213
Anexo B: Currículo da CVB	216
Anexo D: Escolas de Enfermagem, no Brasil, em 1959.	219
Anexo E: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - Estrutura Curricular: Disciplinas ministradas no Curso de Enfermagem de 1943 a 1946. Cópia gentilmente cedida pela EEUSP para a presente pesquisa.	221
Anexo F: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Estrutura Curricular: Disciplinas ministradas no Curso de Enfermagem de 1947 a 1949. Cópia gentilmente cedida pela EEUSP para a presente pesquisa.	223
Anexo G: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Estrutura Curricular. Disciplinas ministradas no Curso de Enfermagem de 1950 a 1954. Cópia gentilmente cedida pela EEUSP para a presente pesquisa.	226
Anexo H: Lei Nº 1.467, de 26 de dezembro de 1951.	229
Anexo I: Decreto nº 20.109, de 15 de Junho de 1931.....	235
Anexo J: DECRETO N. 16.300 - DE 31 DE DEZEMBRO DE 1923	237
Anexo L: Lei 775 de 06 de agosto 1949.....	243
Anexo M: DECRETO Nº 27.426, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1949	245
Anexo N: Parecer 271/62	253

1 Introdução

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem por finalidade, através da comparação entre currículos de duas Escolas de Enfermagem, pertencentes à Universidade de São Paulo – USP, discutir o primeiro currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP (**EERP-USP**), defendido, em conjunto com a estrutura administrativa, desde 1953, da recém-criada Escola, por sua idealizadora, Profa. Glete de Alcântara (1962) como um “marco de progresso” para a EERP-USP, por acreditar possui em sua estrutura disciplinas apresentadas como “inovadoras” na formação do enfermeiro, como o **ensino das ciências sociais, uma abordagem da perspectiva preventiva em todas as disciplinas, teoria e prática de administração voltada às necessidades do Enfermeiro, didática e psicologia educacional** (ALCÂNTARA, 1962). O olhar sobre o desenvolvimento do currículo dessa instituição permite vislumbrar o passado dentro do contexto dos movimentos históricos curriculares no país, assim como a profissão de Enfermagem e sua legislação.

Para a realização da análise comparativa, entre as estruturas curriculares em questão, EERP/USP e a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo – EEUSP, fez-se necessário compreender o contexto histórico das duas unidades de ensino e de outras instituições de ensino de Enfermagem no país, à época, que receberam indivíduos interessados em aprender a profissão de enfermagem, com currículos, carga horária e ensino sistematizado definidos, sendo emissores autorizados, após o término do período preconizado de ensino, de diploma específico, tendo formado, pelo menos, uma turma de enfermeiros.

Deve-se destacar, que uma vez que a dissertação de mestrado, com orientação da Profa. Dra. Taka Oguisso, junto ao Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento em Enfermagem – PPGEEn, tinha como objetivo descrever os antecedentes, a criação e as circunstâncias de desanexação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo-EEUSP, houve a possibilidade de dar continuidade à linha de estudo iniciada no mestrado, e ao tema em curso, com a Profa. Dra. Luciana Barizon Luchesi, na EERP-USP, através da presente pesquisa, intitulada “Currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - USP: inovações de Profa. Glete de Alcântara (1953 - 1963)”, junto ao Programa de Pós-Graduação

em Enfermagem Psiquiátrica. Essa continuidade significou rica oportunidade de vivenciar o versado aprendizado com a primeira orientadora e as criativas estratégias da segunda, assim como a pós-graduação nas duas instituições, cujas histórias são trabalhadas no presente estudo, e articular a orientação e trabalhos entre as duas docentes.

A participação em eventos internacionais e nacionais, apresentando sínteses provisórias dos resultados, na qual houve também a participação das docentes, possui estreita relação com a política de formação cultural e científica dos estudantes, defendida por ambas docentes. Experiências que contribuíram para refletir o objeto de estudo em seu aspecto macro, com possíveis influências internacionais, além da ampliação da formação cultural e científica através de visitas técnicas, participação em disciplinas de pós-graduação, encontros com grupos de pesquisa internacionais e apresentação de trabalhos.

Objetiva-se que o presente estudo seja uma contribuição para novas interpretações da história da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – EERP/USP, assim como para as pesquisas em História da Enfermagem, corroborando para sua consolidação, como linha de pesquisa no âmbito do Laboratório de Estudos em História da Enfermagem (LAESHE), vinculado ao Departamento de Enfermagem Psiquiátrica da EERP-USP e a Academia Brasileira de História da Enfermagem (ABRADHENF).

A trajetória da Enfermagem mantém correlações com a história social do trabalho, das mulheres e da cultura dos cuidados, mesmo que o pesquisador de História da Enfermagem investigue minuciosamente, por diversas fontes, é imprescindível compreender as ações, o tempo e espaço em que ocorreram, e suas conexões não apenas no âmbito histórico, mas social da época referida (SOUZA-CAMPOS, 2007).

Nesse sentido, ao buscar vislumbrar a trajetória do ensino de Enfermagem no Brasil, colabora para o entendimento acerca da conformação do currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP e suas possíveis influências ou perspectivas, pelas quais sua primeira diretora relata a presença de “inovações” no primeiro currículo da instituição.

2 Revisão de Literatura

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM

A Enfermagem está dispersa pelo mundo e é passível de ser reconhecida, mesmo em diferentes culturas, por sua identidade, constituída por um conjunto de características que promove o reconhecimento ou conhecimento de um determinado grupo, que é tido como identidade coletiva (SOUZA CAMPOS, 2010).

São muitas as expressões utilizadas ao longo da história para tentar definir o profissional e/ou a profissão. Em inglês utiliza-se *“to nurse”*, que tem diversos significados, desde nutrir, alimentar até cuidar de pessoa doente ou ferida; assim também como há nesse idioma *“wet nurse”* ou *“nursing mother”*, que seria equivalente no Brasil à “ama de leite”, ou a mulher que amamenta o filho de outra. *“Nursing home”* é o termo utilizado para casa de repouso para idosos, assim como *“nursery”* tem como significado berçário, creche (SOUZA CAMPOS e OGUISSO, 2010).

Como definição profissional da enfermagem, em 1960, Virginia Henderson¹ propôs: “assistir o indivíduo enfermo ou sadio na realização de atividades que contribuem para a sua saúde ou recuperação dela (ou ainda uma morte tranquila) e que ela faria sozinha se tivesse força, vontade ou conhecimento necessários”, porém, essa definição com o tempo provou-se ser insuficiente, por negligenciar o âmbito comunitário e social em detrimento do individual (HENDERSON apud SOUZA CAMPOS; OGUISSO, 2010, p. 256).

Em português, a palavra enfermeiro deriva da palavra enfermo, que seria o que trabalha com o doente, contudo, atualmente esse conceito não mais caracteriza a Enfermagem, pois as abrangentes atividades exercidas por esse profissional vão muito além da assistência direta ao doente, perpassando pelo trabalho em promoção da saúde, prevenção, recuperação e reabilitação, gerenciamento, pesquisa, docência e outros (SOUZA CAMPOS, 2010).

¹ HENDERSON V. **On nursing care plane and their history.** Nurs Outlook, 1973;21(6):378-9

Parte do entendimento sobre como a profissão se constituiu socialmente no Brasil está estreitamente ligada à ideologia da estrutura curricular dos cursos de formação dos profissionais, que irão exercer essa profissão. Uma vez que as Escolas de Enfermagem ditas “modernas” ou não, serão espaço de lutas simbólicas para a visibilidade do enfermeiro e para a constituição de um capital científico da profissão.

Apesar do conhecimento de outras vertentes, optou-se por adotar, nesse estudo, como marco histórico do início da Enfermagem Moderna, a criação da Escola de Enfermagem do Hospital Saint Thomas, em 1860 e o livro *Notas Sobre a Enfermagem*, publicado em 1859, de Florence Nightingale, que sistematizou o ensino de Enfermagem, cujo modelo replicado em todo o mundo, dentro de um modelo assistencial, hospitalocêntrico e que valorizava a dimensão prática (ARAUJO, SANNA, 2011).

A profissionalização da Enfermagem no Brasil inicia-se com a sistematização e institucionalização do ensino da prática do cuidado. Inferindo-se, portanto que o cuidado prestado anteriormente, a enfermagem pré - profissional, era exercida por pessoas sem preparo técnico apropriado (MOREIRA e OGUISO, 2005).

Florence Nightingale discutiu a importância da formação para a profissão de enfermagem e definiu a diferença entre os afazeres da enfermagem e da medicina (NIGHTINGALE, 1859). Defendia a eficiência do processo “mestre–aprendiz” no preparo de enfermeiras, com ensino teórico, mas desenvolvimento intelectual pouco valorizado, em detrimento da rotina de tarefas de assistência aos enfermos, limpeza e higiene do ambiente (CARVALHO, 1972).

Para o alcance da homogeneidade profissional, portanto, reconhecimento de um saber próprio, fazia necessário padronizar as técnicas e a qualificação para a assistência embasado em uma formação técnico-científica. Nesse contexto, os currículos e a formação do enfermeiro, em Escolas de Enfermagem, passam a desempenhar papel fundamental no ensino e tornam-se ainda, símbolos de distinção do novo profissional que emerge: o enfermeiro diplomado e/ou formado em Escolas de Enfermagem.

2.3. SISTEMATIZAÇÃO DO ENSINO DE ENFERMAGEM

2.3.1 O modelo Nightingaleano

Mesmo com o aparecimento de outros personagens como candidatos à precursores da Enfermagem moderna, ou sistematização do ensino de Enfermagem, a figura de Florence Nightingale ainda é predominante.

Florence Nightingale, nascida em Florença, Itália, em 12 de maio de 1820, filha de uma família próspera com alguns membros envolvidos em causas humanitárias. Adepta da escrita diária, Florence deixou uma série de seus pensamentos, dentre os quais um relato referente ao sentimento de ser chamada para o serviço da humanidade através do cuidado com os doentes. Essa decisão chocou sua família pela falta de respeitabilidade de hospitais e da Enfermagem a época (ICN, 2010).

Conhecida como a “Dama da Lâmpada” devido a sua constante atuação nos cuidados de enfermagem aos soldados feridos na Guerra da Criméia, em 1854 (ICN, 2010). Além das reformas em hospitais militares e da administração sanitária do exército, tornou-se autoridade em problemas sanitários (CARVALHO, 1989).

Baseado não apenas em suas experiências práticas, o livro lançado em 1859, por Florence Nightingale “Notas sobre Enfermagem” tornou-se um best-seller, com 15 mil cópias vendidas em um mês, apresentando-se como um marco para a enfermagem profissional (ICN, 2010). Apresentando, o que pode ser chamado de fundamentos da enfermagem moderna, o livro não é um manual de técnicas, suas colocações advêm de sistemáticas observações comprovadas por estatísticas e reflexões sobre o cuidado e a promoção da saúde. Florence Nightingale afirma, ainda, a necessidade da formação para aquisição dos conhecimentos em Enfermagem, que são distintos das demais profissões (CARVALHO, 1989).

Na Inglaterra, Florence Nightingale implementou importantes conceitos para basear a Enfermagem científica e humanística, como controle do meio ambiente e a centralização das ações no doente e não na doença, propiciando condições favoráveis para a reabilitação e cura, com uma rigorosa disciplina e rígida seleção moral das candidatas. Utilizando-se da influência política e econômica, conseguiu dispersar suas pesquisas, anotações e habilidades, promoveu campanhas educativas e programas, fundou a Escola de Enfermagem no Hospital Saint

Thomas, em 9 de julho 1860, com 15 estudantes. Além disso, exportou o modelo Nithingaleano para várias partes do mundo (GEOVANINI, 2010; OGUISSO, 2007; COSTA, 2011).

A filosofia de Hipócrates foi utilizada por Florence Nightingale, que consistia na ideia de que a saúde deveria encontrar-se tanto na alma como no corpo, influenciando o currículo de sua escola, que procurava estimular o desenvolvimento individual das estudantes de seus talentos e habilidades natos, enfatizava que ajudar a pessoa a viver era fazer enfermagem, e essa arte exigia treinamento organizado, científico e prático, atuando clínica e cirurgicamente, não como apenas auxiliar, mas adaptada ao trabalho em equipe. Florence Nightingale constrói e deixa como legado à Enfermagem a imagem de humanidade, modernidade, tecnicidade, intelectualidade e cientificidade (OGUISSO, 2007; 2010).

Pode-se dizer que a partir desse momento a Enfermagem busca galgar seu espaço enquanto profissão. Compreendendo conceitualmente profissão como uma atividade oriunda de uma formação profissional, regada e seguidora de um código de ética e deontologia, a enfermagem só é reconhecida como profissão após seus integrantes serem egressos de institutos de formação com currículos, carga horária e ensino sistematizado definido, quando ao término de um período recebem a titulação e o diploma específico (COLLIÈRE², 1989 apud OGUISSO; MOREIRA, 2014, p. 126).

2.3.2 A Sistematização do ensino de Enfermagem no Brasil: fase Pré-profissional

Para compreender como o processo de sistematização do ensino da Enfermagem chega ao Brasil é preciso pensar o cuidado no país em dois momentos: o cuidado pré-profissional e o cuidado profissional.

As estruturas sociais, das diferentes nações, em épocas diversas estão intrinsicamente ligadas ao desenvolvimento das práticas de saúde. Durante o Brasil Colônia (1500 – 1822) e o Brasil Império (1822 – 1889) homens e mulheres escravizados ou não exerceram o cuidado, assim como as amas-de-leite, babás e mãe pretas, que se dedicaram ao cuidado de crianças, mulheres e idosos. Esses

² COLLIÈRE, M.F. **Promover a vida**. Lisboa: Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, 1989.

personagens são parte da história pré-profissional do cuidado no Brasil, cujos vestígios ainda são pouco privilegiados. Para alguns estudiosos a enfermagem pré-profissional no Brasil inicia-se com a vinda do jesuíta Padre José de Anchieta (1534-1597), por ter atuado como professor, médico e enfermeiro, tendo em vista que além do cuidado educacional da catequese dos índios, o padre utilizou plantas medicinais em técnicas trazidas de Portugal ou aprendidas com os índios (OGUISSO; CAMPOS; MOREIRA, 2011).

No Brasil, o cenário era voltado para a produção e exploração de gêneros tropicais da então colônia de Portugal, formada por brancos europeus, negros africanos e indígenas nativos, sendo essa a estratificação social até o século XVIII. Em virtude da escassez de profissionais para o cuidado, foram toleradas as atividades de curandeirismo, encontradas em ações de saúde como rituais místicos realizados por pajés (pajelança) e feiticeiros que detinham os conhecimentos fitoterápicos e de rituais. Às índias cabiam o cuidado de crianças, velhos e enfermos. Leigos realizam tentativas de cuidado até a chegada do príncipe-regente, quando a organização do ensino médico teve início no Brasil (GEOVANINI, 2010).

Em 1543, criou-se, por Brás Cubas, o primeiro hospital brasileiro que ganha destaque, a Santa Casa de Misericórdia de Santos, local onde supõe-se que o cuidado dos enfermos fosse prestado por religiosos da Companhia de Jesus e acredita-se que tenham sido auxiliados por índios e africanos escravizados. Nos anos seguintes outras Santas Casas foram fundadas em diversos pontos do país e seu serviço foi entregue a religiosos, especialmente as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, no Brasil desde 1852 (OGUISSO; CAMPOS; MOREIRA, 2011).

Nesse período alguns personagens ganharam destaque como Francisca Sande, filha de portugueses, que viveu no Brasil no séc. XVII dedicou-se ao cuidado de doentes em Salvador, Bahia, durante uma epidemia de Febre Amarela. Foi reconhecida pelos seus préstimos por Dom Pedro II (ROCHA PITA, 1878). Outra personagem de destaque, celebrado por sua dedicação aos doentes, foi padre da ordem franciscana, no século VIII, conhecido como Frei Fabiano de Cristo). Junto ao Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, atuou como cuidador por quase quarenta anos (OGUISSO; FREITAS, 2014).

Uma das personagens de maior destaque desse período pré-profissional da enfermagem brasileira, talvez a mais lembrada, seja Anna Justina Ferreira Nery, nascida em 13 de dezembro de 1814, na Bahia (MALAGUTTI, 1956), ao regressar da

Guerra do Paraguai (1864-1870), que após o alistamento de filhos e familiares, Anna Nery, com 50 anos de idade, ofereceu-se ao presidente da província para cuidar dos soldados feridos. Partiu para a guerra, em 16 de agosto de 1865, serviu como enfermeira por cinco anos, em diversas cidades. Retornou à Bahia em julho de 1870 e foi homenageada pelo imperador dom Pedro II com o título “Mãe dos Brasileiros”(PORTO, 2013).

O modelo das Santas Casas perdura no Brasil ainda nos dias de hoje, mas desde o final do século XIX, que a institucionalização do ensino de Enfermagem moderna exigiu a formação acadêmica dos enfermeiros. Entretanto, a vinculação do cuidado com ideias de caridade, abnegação, pureza, impregnados à Enfermagem, após séculos de cristianismo, foram reforçados no Brasil com a vinda de religiosos que assumiam o cuidado, assim como a figura de Anna Nery, que colaborou para associação da ideia de cuidado como maternal e feminino. São imagens que perduram no imaginário social brasileiro até os dias de hoje.

2.3.3 A Sistematização do ensino de Enfermagem no Brasil: fase profissional

Para tentar identificar as possíveis influências curriculares, sejam legais ou de outra ordem, faz-se necessário entender o processo de modernização da enfermagem no Brasil, desde seus primórdios. Nesse sentido, realizou-se uma revisão de literatura sobre as principais Escolas de Enfermagem no Brasil, até o ano de 1951, e possíveis vestígios de seus currículos, quando é oficialmente criada a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-EERP-USP, uma vez que entre 1951 e 1953 (início das aulas), refere-se ao período de planejamento e implantação do currículo da instituição, processo liderado por Profa. Gleite de Alcântara.

Observa-se que no momento de criação da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, em 1951, havia em funcionamento no Brasil 26 Escolas de Enfermagem. Nesse sentido, optou-se por apresentar um breve histórico e destacar àquelas pioneiras e àquelas cujos currículos estavam em mais evidência no período. No caso das Escolas de Enfermagem da Universidade de São Paulo, sua discussão será apresentada nos resultados.

2.3.3.1 Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (atual Escola

de Enfermagem Alfredo Pinto – UNIRIO)

A primeira escola de Enfermagem no Brasil, que se sabe até o momento, remete à História da Psiquiatria. Os homens eram encarregados pela assistência direta de Enfermagem aos doentes portadores de transtornos mentais, nas instituições psiquiátricas brasileiras, até o final do século XIX, quando, houve a entrada de mulheres (MOREIRA, 2005).

A Proclamação da República, em 1889, formou o Estado Laico e essa separação entre Estado e Igreja facilitou a intervenção governamental na saúde, que permitiu ao governo provisório republicano reformular o ensino e a organização técnico-administrativa do Hospital Nacional dos Alienados (GEOVANINI, 2010; SANTOS, 2002).

Médicos brasileiros, formados na Europa, a necessidade de especializar pessoal para os hospícios, hospitais civis e militares e a reforma do ensino proposta por Marechal Deodoro da Fonseca (ESPIRITO SANTO, 2013) foram alguns dos fatores que culminaram, em 1890, na ocorrência da primeira tentativa de sistematização do ensino da Enfermagem brasileira, criada junto ao Hospício Nacional dos Alienados, a **Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (EPEE)**, atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto. O ensino de Enfermagem na instituição seguiu os moldes franceses da Escola de Salpêtrière, a partir do Decreto nº 791/1890, aprovada em 27 de setembro de 1890. (AMORIM, CARVALHO, 1980; MOREIRA, 2005; GALLEGUILLOS, OLIVEIRA, 2001) A Escola era vinculada ao Ministério da Justiça, porque doença mental era considerada questão de segurança pública, na época (ESPIRITO SANTO, 2013).

A EPEE teve a incumbência de atender a formação de enfermeiros e enfermeiras para atuarem nos hospícios, hospitais civis e militares (CARVALHO, 1980; GEOVANINI, 2010). O decreto instruía que os estudantes deveriam exercer ações pautadas em seu currículo apresentado a seguir.

O curso tinha a duração de dois anos, (GEOVANINI, 2010) com uma sequência de aulas teóricas e posteriormente com teórico-práticas (CARVALHO, 1980).

Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras – 1º currículo			DECRETO Nº 10 472/42, de 22 de setembro, de 1942		
Período	Nome da Disciplina	CH	Período	Disciplina	
-	Propedêutica clínica	-	2º Período	Propedêutica e clínica médica	
			3º Período	Propedêutica e clínica médica	
-	Abordagem de conhecimentos de fisiologia	-	1º Período	Fisiologia	
-	Anatomia	-		Anatomia	
-	Higiene hospitalar	-	2º Período	Higiene	
-	Cuidados específicos com alguns enfermos	-			
-	Curativos	-			
-	Pequena cirurgia	-	2º Período	Cirurgia	
			3º Período	Cirurgia	
-	Aplicações de balneoterapias	-			
-	Noções de administração interna	-			
-	Estruturação das atividades sanitárias e econômicas das enfermarias e o cuidado com o paciente psiquiátrico	-			
		1º Período			Física e Química
					História Natural
		2º Período			Práticas de laboratório
		3º Período			Farmacologia e terapêutica
					Dermatologia e sifilografia
					Radiologia e fisioterapia
		4º Período			Nutrição e dietética
					Pediatria
					Obstetrícia, ginecologia e urologia
					Medicina de urgência
					Doenças transmissíveis
		5º Período			Técnica de sala de operações
					oftalmo-otorrino-laringologia
					prática de saúde pública
					Medicina preventiva
		6º Período			Psicologia e Psiquiatria
					Serviços Sociais
					Serviços de guerra
					Prática de saúde pública
			Ética de enfermagem		

Quadro 1: Primeiro Currículo da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras de 1890 e a atualização de 1942.

Fonte: ESPIRITO SANTO, 2013; MINISTÉRIO DA SAÚDE (1974).

2.3.3.2 Escola de Enfermeiras do Hospital Samaritano

O Hospital Samaritano de São Paulo foi construído como legado deixado pelo imigrante protestante chinês Jose Pereira Achau. Já em seu estatuto de fundação em 1890, era prevista a fundação, em 1896, da **Escola de Enfermeiras do Hospital Samaritano (EEHS)**, criada em regime de internato, seguindo o Sistema Nightingaliano, sendo a primeira a utilizá-lo no Brasil, através do contrato de enfermeiras inglesas para trabalhar no Hospital, que lecionavam inicialmente para outras mulheres também inglesas ou filhas de ingleses que morassem no país. A organização hierárquica seguida era a mesma do curso inglês com as *nurses* para realizarem o trabalho manual e as *lady nurses* com o trabalho intelectual de gerenciamento e supervisão (MOTT, 1999; CARRIJO, 2010).

O currículo era de três anos, sendo os três primeiros meses de estágio probatório. O curso era dirigido pelas enfermeiras e o ensino teórico prático era realizados pelas *matrons* inglesas ou médicos do hospital. As estudantes rigorosamente selecionadas, através de exames de saúde, nível cultural e intelectual e classe social, eram em maioria, pertencentes a famílias de imigrantes ingleses, americanos ou alemães que residiam no Brasil.

Não se sabe ao certo por quantos anos essa escola existiu, porém, a partir do Decreto 20.109/31, que implementou o padrão Anna Nery para o ensino da enfermagem, o curso da EEHS passa a ser de Auxiliar de Enfermagem e em 1959, recebe o nome de **Escola de Enfermagem Lauriston Job Lane - EEJL** (CARVALHO, 1980; CARRIJO, 2010).

Não foram localizadas informações sobre a grade curricular da referida instituição, anteriores à 1951.

2.3.3.3 Escola de Enfermagem da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo

Mott (1999), em estudo dos relatórios da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, refere que em 1906, instituição defendia a necessidade de uma Escola de Enfermagem, mas foi em 1912, que saíram anúncios no jornal sobre o curso. Um

dos objetivos do curso era capacitar o próprio grupo de funcionários da instituição, tanto que em 1914, 8 religiosas, todas ligadas à Irmandade de São José (congregação do hospital), responsável pela sua administração e cuidados de enfermagem concluíram o curso. Em 1915, a turma composta por 12 alunos, registrou um estudante do gênero masculino, no ano seguinte houve poucos estudantes e em 1917, as aulas foram frequentadas exclusivamente por estudantes da Cruz Vermelha, não havendo posteriores registros nos relatórios da instituição. Não foram localizadas informações sobre a grade curricular da referida instituição.

2.3.3.4 Curso de Enfermeiras na Maternidade São Paulo

Criado em 1908, teve por finalidade a formação de enfermeiras para obstetrícia, a partir da iniciativa do diretor da maternidade Dr. Silvio Maia, com direção do Dr. Nicolau Moreira. Pensado no intuito de formar apenas para a demanda institucional, posteriormente formou enfermeiras para atuarem nos domicílios. Houve a formação de turmas, conforme consta na ata da Diretoria da Maternidade, de 04 de julho de 1913, com a diplomação de três enfermeiras (MOTT, 1999). Não foram localizadas informações sobre a grade curricular da referida instituição.

2.3.3.5 Curso de Enfermeiras no Hospital São Joaquim

Dirigido pela Sociedade Portuguesa de Benemerência, em São Paulo em 1908, optou pela formação exclusiva de mulheres, mesmo contando com profissionais do gênero masculino. Identificou-se o registro de enfermeira diplomada pelo curso em 1913 (MOTT, 1999). Não foram localizadas informações sobre a grade curricular da referida instituição.

2.3.3.6 Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira

Em consonância com a Cruz Vermelha Internacional, fundada na Convenção de Genebra, 1863 e idealizada por Henry Dunant (MOTT, 1999), a **Cruz Vermelha Brasileira (CVB)**, foi criada em 5 de dezembro de 1908, na cidade do Rio de Janeiro, tendo como diretor o médico sanitário Oswaldo Cruz (1872-1917) e desempenhou papel importante na profissionalização da Enfermagem no país (OGUISSO, DUTRA, CAMPOS, 2009). Com o advento da I Guerra Mundial, em 1914, a CVB preparou voluntárias para prestar cuidados de Enfermagem, na cidade de São Paulo, a **Escola de Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira (EPECVB)**, filial São Paulo e dois anos depois, na cidade do Rio de Janeiro, iniciou-se a **Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira (EPECVB)**, filial Rio de Janeiro (PORTO, 2007).

Na cidade de São Paulo ofereceu curso de enfermeiras voluntárias ou samaritanas e profissionais ou hospitalares, além de oferecer curso de enfermagem do lar e primeiros socorros (OGUISSO, DUTRA, CAMPOS, 2009).

Em meados de 1918, a gripe espanhola atinge o Brasil, principalmente no então Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro. A precariedade da assistência médica e do saneamento básico contribuiu para a disseminação da doença. A Cruz Vermelha Brasileira, filial Rio de Janeiro, desempenhou importante papel social no tratamento e cuidado com os acometidos pela gripe (AYRES et al., 2010).

Considerando-se o recorte temporal do presente estudo, apresenta-se a seguir, currículo de ingressante no curso de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira, filial São Paulo, em 1958 e graduação 1961. A 2ª via autenticada e digitalizada encontra-se nos anexo B do presente trabalho.

Cruz Vermelha Brasileira			
Período	Nome da Disciplina	Período	Nome da Disciplina
1ª Série	Serviço Social	3ª Série	Clínica de Otorrinolaringologia
	Psicologia		Enfermagem em Clínica de Otorrinolaringologia
	Parasitologia		Clínica Oftalmológica
	Ética		Enfermagem em Clínica Oftalmológica
	Patologia Geral		Clínica Obstétrica
	Nutrição		Enfermagem em Clínica Obstétrica
	Farmacologia		Puericultura Neo-Natal
	Anatomia		Clínica Pediátrica
	Fisiologia		Enfermagem em Clínica Pediátrica
	Química		Clínica Ginecológica
	Clínica Médica		Enfermagem em Clínica Ginecológica
	Enfermagem em Clínica Médica		Fisioterapia: Eletroterapia – Radioterapia
	Microbiologia		Saúde em Campanha
	Enfermagem: Economia Hospitalar, Drogas e Soluções, Higiene Individual		Clínica Neurológica
	Saneamento		Enfermagem em Clínica Neurológica
	Estágios		Clínica Urológica
			Integração a Saúde Pública
			Estágios
2ª Série	Clínica Cirúrgica	4ª série	Clínica Psiquiátrica
	Enfermagem em Clínica Cirúrgica		Enfermagem em Clínica Psiquiátrica
	Doenças Transmissíveis e Tropicais		Serviço Social especializado
	Enfermagem em Doenças Transmissíveis e Tropicais		Organização e Administração Hospitalar
	Sociologia		Estágios
	Dermatologia		
	Enfermagem em Clínica Dermatológica		
	Ortopedia		
	Enfermagem em Clínica Ortopédica		
	Dietoterapia		
	Cozinha Dietética		
	Higiene Mental		
	Socorros de Urgência		
	Enfermagem em Socorros de Urgência		
	História da Enfermagem		
	Introdução à Saúde Pública		
	Estágios		

Quadro 2: Currículo da Escola de Enfermagem Cruz Vermelha Brasileira, filial São Paulo, de 1958 a 1961.

Fonte: Histórico escolar de egressa da instituição. Original em anexo.

2.3.3.7 Curso de Enfermeiras da Policlínica de Botafogo

Formando duas turmas no período de 1917-1920, essa escola teve o intuito de formar Enfermeiras para o atendimento bélico, caso necessário, assim como atender a demanda interna (PORTO et al., 2012). Não foram localizadas informações sobre a grade curricular da referida instituição.

2.3.3.8 Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (EEDNSP)

O Rio de Janeiro, no início do séc. XX, configurava-se uma cidade de grande porte, recebendo grande número de migrantes de todas as partes. Estes constituíam um foco de tensão em relação a oportunidades de trabalho, habitações e agravos de problemas urbanos como falta de água, saneamento e constantes epidemias, entre elas a “gripe espanhola”, que atingiu mais de dois terços da população, paralisando os trabalhos particulares e públicos, agravando as precárias condições sanitárias da capital e instaurando discussões e movimentos sanitaristas. Interesses políticos e econômicos defendiam a assistência à saúde e educação, sendo a primeira vista a partir deste momento como dever do Estado, como forma de garantir a segurança higienista para a agro exportação, imigração e urbanização através do combate das endemias e investimento no saneamento urbano (SANTOS, 2002; ARAÚJO, 2010).

Carlos Chagas, ao tornar-se Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, com a reforma sanitária, tentou implantar, no período de 1920 a 1926, um modelo que defendia a necessidade de modificar os princípios da Saúde Pública, “Redes Locais Permanentes” com a formação de uma equipe de profissionais para atuar direta e continuamente com a população. Esse foi o argumento utilizado para a necessidade de implantação de um modelo de Enfermagem que incluísse o papel da enfermeira visitadora, através da formação de profissional (RIZZOTTO, 1999).

Em 1921, conforme o acordo entre Carlos Chagas e a Fundação Rockefeller, veio ao Brasil uma Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, colaborando assim, para o processo de reforma sanitária em andamento (SANTOS e BARREIRA, 2002). Investimentos sanitários e possibilidades de ganhos políticos e comerciais estreitaram os laços com a Fundação Rockefeller.

O Relatório sobre a Situação da Saúde Pública no Brasil de Wickliffe Rose registrou a prevalência de ancilostomose e malária, doença de chagas, tracoma, hanseníase e febre amarela na cidade, denotando a necessidade de ampliar a formação do profissional de Enfermagem, em virtude de uma grande demanda da higienização e urbanização (SANTOS, 2002; CARVALHO, 1980).

A Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil foi chefiada por Ethel Parsons, a convite de Wickliffe Rose (SANTOS e BARREIRA, 2002) permanecendo no Brasil de 1921 a 1931 (SANTOS et al., 2011).

A convite de Miss Parson, Claire Louise Kieninger organizou e foi a primeira diretora da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (EEDNSP), que em 1926, muda de nome para **Escola de Enfermagem Anna Nery- (EEAN)**, cujo objetivo era preparar enfermeiras para atuar na saúde pública e a organização dos serviços de saúde, seguindo o modelo nightingaleano adaptado aos EUA e denominado modelo anglo-americano (BAPTISTA, 1997; GUALLEGUILLOS, 2001; BOCK, 2011). Os princípios de hierarquia e disciplina norteavam o “aprendizado pelo trabalho” exercido pela EEAN, tendo como modelos a serem seguidos as suas docentes (MACIEL, 2009, p 344).

Em virtude do cenário político de sua criação, a EEAN assume posição de liderança sendo tomada como padrão nacional a ser obrigatoriamente seguido pelas demais Escolas de Enfermagem, a partir do Decreto 20.109 de 15/06/1931, que perderá seu efeito apenas com a Lei 775 de 1949 (Anexo L). Em 1937, a EEAN é incorporada a Universidade do Brasil (OGUISSO, 2007).

Seguir o modelo anglo-americano significava seguir rigorosamente algumas premissas do sistema nightingaleano, como por exemplo, ser dirigida por uma enfermeira diplomada, possuir condições para admitir estudantes e dispor de um hospital para a prática profissional (OGUISSO, 2007; BOCK, 2011; BAPTISTA, 1997, GUALLEGUILLOS, 2001).

Apensar da EEAN ser oriunda da necessidade de formar profissionais para atuar na Saúde Pública, junto à população, efetivando a educação e a reforma sanitária, essa perspectiva não foi privilegiada no currículo implantado, com inserção de disciplinas voltadas para ações individualistas e curativista do campo hospitalar, baseado no modelo biomédico, que posteriormente tornou-se predominante no Brasil (RIZZOTTO, 1999)

Inserida no campo da saúde pública, liderada por enfermeiras americanas, a EEAN, assumiu sua responsabilidade histórica de resguardar o poder e a autonomia das enfermeiras diplomadas ao tornar-se escola-padrão a ser seguido pelas demais instituições do país, contrariando o modelo já existente baseado na dominação médica (AMORIM; BARREIRA. 2006).

Como escola oficial ela enfrentou dificuldades para firmar-se como norteadora das diretrizes do ensino da Enfermagem e modelo, uma vez que encontrou barreiras para o ideal inicial, de formação da Enfermeira de Saúde Pública. A expansão dos Institutos de Aposentadoria, conjuntamente com modelo previdenciário de Vargas, influenciado pelo modelo norte-americano hospitalocêntrico, favoreceu a expansão dos hospitais, necessitando maior contingente de profissionais de enfermagem especializados para essa unidade, influenciando os currículos da saúde (RENOVATO; BAGNATO, 2008).

Sob a direção da enfermeira brasileira Laís Netto dos Reis, a EEAN, inserida na Universidade do Brasil (GOMES, 2005), irá iniciar luta simbólica pela hegemonia da Enfermagem com a Escola de Enfermagem de São Paulo, criada em 1942 e liderada por Edith Fraenkell (RENOVATO; BAGNATO, 2008).

O curso tinha duração de dois anos e quatro meses, sendo os quatro primeiros meses um período de experiência, com avaliações constantes e possibilidade de desligamento, a critério da diretora da escola (SANTOS, et al., 2011).

Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública: 1923/ 1926				
Programa Oficial de 1923		C.H	Programa Divulgado em 1926	C.H.
	Principios e Methodos da arte de Enfermeira	-	Arte de Enfermeira	45t/60p
	Bases Historicas ethicas e sociais da arte de Enfa.	-	História da Enfermagem	10
	Anatomia e physiologia	-	Anatomia e physiologia	45
	Hygiene individual	-	Hygiene individual	10
	Administração hospitalar	-		
	Therapeutica, pharmacologia	-	Drogas e soluções	15
	Materia medica	-	Matéria medica	20
	Metodos gráficos na arte de Enfa.	-		
	Physica e chimica applicada	-	Physica e chimica	15t/15p
	Pathologia elementar	-	Pathologia interna	50
			Pathologia externa	20
	Parasitologia e microbiologia	-	Bacteriologia	15t/15p
	Cozinha e nutrição	-	Nutrição e cosinha-dietetica	15t/30p
Arte de Enfermeira	Em clinica medica	-		
	Em clinica cirúrgica	-		
	Em doenças epidêmicas	-	Molestias transmissiveis	12
	Em doenças venereas e da pelle	-	Doenças venereas	12
	Em tuberculose	-	Tuberculose	10
	Em doenças nervosas e mentaes	-		
	Em orthopedia	-		
	Em pediatria	-	Hygiene infantil	20
	Em obstetricia	-		
	Em ginecologia	-	Obstetricia e gynecologia	20
	Em oto-rhino-laryngologia em oftalmologia	-	Molestias de ouvido nariz e egarganta	6
			Molestias da vista	3
	Hygiene e Saude publica	-	Hygiene e saude publica	20
		-		
	Radiographia	-		
	Campo de acção da Enfermeira	-		
	Problemas sociaes e profissionaes	-		
Parte Especializa da (4 últimos meses)	Serviço de sala de operações	-		
	Serviço de saúde publica	-	Arte de enfermagem de saude publica	10t/20p
	Serviço administrativo hospitalar	-		
	Serviço de dispensários	-		

	Serviço de laboratorios	-		
	Serviço privado	-		
	Serviço obstétrico	-		
	Serviço pediátrico	-		
			Ethica de Enfermagem	15
			Medicina de urgencia	10
			Ataduras	10
			Massagem	12
			Gymnastica	12
			Psycologia	10
	TOTAL	603	TOTAL	582

Quadro 3: Primeiro Currículo da Escola de Enfermagem Anna Nery (programa oficial), 1923 e atualização em 1926.

Fonte: RIZZOTTO, 1999, pg. 63 - 6.

2.3.3.9 Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo

Ainda em outubro de 1938, para que a Congregação das Missionárias Franciscanas de Maria, enviasse 8 enfermeiras diplomadas, firmou-se uma colaboração entre a Escola Paulista de Medicina (EPM) e a Igreja Católica, a partir das iniciativas de dom Duarte Leopoldo sendo concretizado por seu sucessor, dom José Gaspar, sendo esse reconhecido como o fundador da Escola de Enfermeiras, junto com a direção da EPM (BARBIERI,M; RODRIGUES; 2010).

Com o lema de "Non viver nisi ad serviendum" (não viver, senão para servir), buscava indicar perfil moral, ético, espiritual e competente, da **Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo (EEHSP)**, (BARBIERI,M; RODRIGUES; 2010) autorizada a funcionar em outubro de 1938, mas inicia suas atividades em 1 de março 1939, seguindo o modelo padrão (ARAÚJO, SANNA, 2011).

Seguindo a orientação filosófica e caritativa de suas fundadoras, contratadas pelo arcebispo paulistano D. José Gaspar de Affonseca, as religiosas francesas, Franciscanas Missionárias de Maria, tinham a incumbência de formar uma Enfermagem que garantisse a qualidade técnica da equipe de assistência e suprir a carência de profissionais do Hospital São Paulo. Influenciado pela elite paulistana conservadora, propuseram-se dois estilos de egressas, as formadas nos moldes oficiais em eficiência técnica predominante e capacitar pessoal prático. Além disso,

somente egressas desta escola poderiam ocupar cargos de chefia no Hospital São Paulo ou como professores da referida escola (SILVA, 2009).

Seu reconhecimento deu-se em 1962 e tornou-se departamento da Escola Paulista de Medicina, em 1977, (BARBIERI,M; RODRIGUES; 2010). Fundada logo após a Revolução Constitucionalista que marcou a cidade e pouco antes da 2ª Guerra Mundial, a escola nasce no berço do desenvolvimento industrial e de intensas lutas de classes, momento que requer a construção imediata de novos hospitais e a formação de pessoal qualificado para acolher as demandas curativas da sociedade (SILVA, 2009; ARAÚJO; SANNA, 2011).

Nos moldes oficiais da Escola Anna Nery, o primeiro currículo do curso de Enfermagem da EEHSP surgiu em 1939, caracterizando-se pelo modelo Nigtingaleano com influências norte-americana (BARBIERI; RODRIGUES, 2010), que por sua vez foi inspirado no "Standard Curriculum School of Nursing", em vigor nos EUA desde 1917 (ARAUJO, 2011).

Com carga horária de 5.198 horas, distribuídas em 32 meses, o primeiro currículo do curso de Enfermagem da EEHSP foi configurado predominantemente voltado a área hospitalar (saberes biológicos e procedimentais da assistência), com pequena carga horária voltada as ações preventivas e não continha disciplinas da administração. Dividido em curso preliminar com disciplinas básicas (teóricas), tinha um terço de carga horária prática e dois anos de disciplinas de ciências biológicas, teóricas e praticas (BARBIERI; RODRIGUES, 2010).

Disciplinas das Ciências Humanas e Sociais findaram já no curso preliminar (ARAUJO, 2011), mas Geografia Econômica, Geografia Humana, História das Civilizações, História das Artes, História da Filosofia, Religião, e algumas atividades culturais eram oferecidos como cursos extracurriculares (SILVA, GALLIAN; 2009) apresentando-se como formação cultural geral, social e humanista (ARAUJO, 2011).

Infere-se que a importância dada à condição moral, possivelmente na disciplina de Ética, tinha como razão prática a fidelização das formandas, que eram preparadas com o rigor ético e moral desejável para o hospital que abrigava a escola (ARAUJO; SANNA, 2011).

A seguir apresenta-se a primeira grade curricular da instituição.

Primeiro currículo da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo		
Período	Nome da Disciplina	CH
Curso Preliminar	Anatomia	302
	Bacteriologia	128
	Nutrição	137
	Técnica de Enfermagem	345
	Drogas	79
	Higiene individual	51
	Química aplicada	183
	História da Enfermagem	55
	Ética	81
	Ginástica	105
	Ataduras	72
	Estágio Prático no Hospital	420
1º Ano	Patologia geral	19
	Patologia interna	80
	Patologia externa	60
	Enfermagem em patologia interna	26
	Enfermagem em patologia externa	37
	Matéria médica	35
	Higiene Mental	53
	Dietética	8
	Massagem	20
	Ginástica	88
	Estágio Prático no Hospital	1448
2º Ano	Doenças infecto-contagiosas	6
	Enfermagem em doenças infectocontagiosas	11
	Obstetrícia normal	49
	Enfermagem obstétrica	10
	Pediatria	44
	Ginecologia	23
	Técnica de sala operatória	5
	Ginástica	70
	Estágio Prático no Hospital	1148
TOTAL		5198

Quadro 4: Primeiro Currículo da Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, 1939.

Fonte: SILVA, GALLIAN, 2009. p.321.

A seguir apresenta-se quadro geral das Escolas de Enfermagem, em funcionamento no Brasil, em junho de 1959. O fax-símile encontra-se nos Anexos C e D.

Nº	Nome da Escola	Cidade	Est.	Criação	Equip.** ³	Reconheci*** ⁴
1* ⁵	Alfredo Pinto [1]	Distrito Federal	RJ	Dec. 791 de 27/9/1890	-	-
2*	Ana Neri [2]	Distrito Federal	RJ	Dec. 16 300 de 31/12/1923	-	-
3	Carlos Chagas (UFMG)	Belo Horizonte	MG	Dec. E. 10 552 de 7/7/1933	1942	-
4*	Coração de Maria	Sorocaba	SP	1950		Dec. 32 087 de 13/1/1953
5*	Cruz Vermelha Brasileira, da (RJ)	Distrito Federal	RJ	20/03/1916	1948	-
6*	Cruz Vermelha Brasileira, filial S. Paulo, da	São Paulo	SP	1914	1949	-
7	Cruzeiro do Sul	Rio Verde	GO	1937	-	Dec. 34 964 de 19/10/1954
8	Dom Epaminondas	S. José dos Campos	SP	20/05/1956	-	Dec. 43 734 de 21/5/1958
9*	Estado do Rio de Janeiro, do	Niterói	RJ	Dec. E. 11 080 de 19/4/1944	1947	(Dec. Fed. 22 526 27/4/1947)
10*	Florence Nightingale	Anapólis	GO	1933	1947	
11*	Frei Eugênio	Uberaba	MG	Junho de 1948	-	Dec. 28 414 de 26/7/1950
12*	Hermantina Beraldo	Juiz de Fora	MG	Lei E. 17 051 de 3/6/1946	-	Dec. 28 376 de 12/7/1950
13*	Hospital São Paulo, do	São Paulo	SP	1938	1942	Dec. 36 726 de 3/1/1955
14*	Hospital São Vicente de Paulo, do	Goiânia	GO	1943	1944	-
15*	Hugo Werneck (PUC_MG)	Belo Horizonte	MG	1945	1949	(27/7/1949)
16	Luiza de Marillac	Distrito Federal	RJ	1939	1942	(24/3/1942)
17*	Madre Ana Moëller	Porto Alegre	RS	1955	-	Dec. 40 576 19/12/1956
18	Madre Emilia de Rodat [3]	João Pessoa	PB	1957	-	(27/11/1961)
19	Madre Justina Ignês [4]	Caixias do Sul	RS	1957	-	(16/11/1959)
20	Madre Leonie	Curitiba	PR	1954	-	Dec. 41. 213

³ ** Equiparação

⁴ *** Reconhecimento

⁵ * Escolas que além do curso de Enfermagem, matem o de Auxiliar de Enfermagem

						de 27/3/1957
21	Madre Maria Teodora	Campinas	SP	1949	-	Dec. 28 373 de 12/7/1950
22*	Manaus, de	Manaus	AM	1950	-	Dec. 36 600 13/12/1954
23*	N. S. das Graças	Recife	PE	01/08/1945	-	Dec. 27 281 de 30/9/1949
24	N. S. Medianeira	Santa Maria	RS	1955	-	Dec. 41. 570 de 27/5/1957
25*	Pará, do [5]	Belém	PA	D. est. 174 de 10/11/1944	1949	-
26	Porto Alegre [6]	Porto Alegre	RS	Lei nº 1 254 de 4/12/1950	-	-
27	Rachel Haddock Lobo	Distrito Federal	RJ	D. Lei nº 6 275 de 18/2/1944	1949	-
28*	Recife, do	Recife	PE	Dec. E. 1 702 de 25/6/1947	-	Dec. 34 539 10/11/1953
29*	Ribeirão Preto [7]	Ribeirão Preto	SP	Lei E. 1467 de 26/12/1951	-	Dec. 42 812 13/12/1957
30*	Santa Catarina	São Paulo	SP	1955	-	Dec. 42 812 13/12/1957
31	Santos, de [8]	Santos	SP	1956	-	(4/12/59)
32*	São Francisco de Assis	São Luis	MA	1945	-	Dec. 30 628 de 11/3/1952
33*	São José [9]	São Paulo	SP	1959	-	Dec. 50.152 - 27/1/1961
34*	São Vicente de Paulo	Fortaleza	CE	15/02/1943	1946	
35	Universidade da Bahia, da	Salvador	BA	Dec. Lei 8 779 de 22/1/1946	-	-
36*	Universidade da Paraíba [10]	João Pessoa	PB	Lei E 875 de 1953	-	-
37*	Universidade de São Paulo	São Paulo	SP	Dec. E. 13 040 de 31/10/1942	1946	-
38	Wenceslau Braz	Itajubá	MG	Janeiro de 1954	-	Dec. 40 572 18/12/1956
-39	(Lauriston Job Lane [12])	São Paulo	SP	1961	**	-

Quadro 5: Escolas de Enfermagem em funcionamento no Brasil, em junho de 1959. Destaque para escolas criadas antes (destaque em rosa) e após (destaque em azul) 1951.

Fonte: Ministério da Saúde, Enfermagem (leis, decretos e portarias) 2ª edição revista e aumentada. Serviço Especial de Saúde Pública, Rio de Janeiro. 1959. Esse quadro constitui o Anexo 1 – Relação das Escolas de Enfermagem em funcionamento no Brasil, em junho de 1959. pg, 318 e 319.

[1] Reorganizada pelo Dec. Lei nº 4 725 de 22/9/1942
[2] Incorporada à Universidade do Brasil pela Lei nº 452 de 5/7/1937
[3] Autorizada pela Portaria Ministerial nº 368 de 11/6/1958
[4] Autorizada pela Portaria Ministerial nº 432 de 5/12/1956
[5] Equiparada com o nome de EE Magalhães Barata
[6] Criada com o nome de EE anexa a Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul
[7] Anexa à Faculdade de Medicina
[8] Autorizada pela Portaria Ministerial nº 245 de 18/7/1957
[9] Autorizada pela Portaria Ministerial nº 17 de 5/1/1959
[10] Autorizada pela Portaria Ministerial nº 365 de 9/6/1958
[11] Anexa a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
[12] Autorizada pela Portaria Ministerial nº 215 de 5/6/1961 **

Quadro 6: Legenda do quadro 5 - Escolas de Enfermagem em funcionamento no Brasil, em junho de 1959.

Fonte: Ministério da Saúde, Enfermagem (leis, decretos e portarias) 2ª edição revista e aumentada. Serviço Espacial de Saúde Pública, Rio de Janeiro. 1959. Esse quadro constitui o Anexo 1 – Relação das Escolas de Enfermagem em funcionamento no Brasil, em junho de 1959. p. 318 e 319.

** O quadro conta com 38 escolas, 39ª foi acrescentada à lápis pela profa. Maria Rosa Sousa Pinheiro.

3 Objetivos

3 OBJETIVOS

3.1. OBJETIVOS GERAIS

- Analisar sob qual perspectiva Profa. Glete de Alcântara denominou o currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP como inovador.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o processo histórico de construção do currículo de Enfermagem da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – (EERP-USP),
 - Identificar possíveis influências nacionais e internacionais no currículo da EERP-USP de 1953-1963,
 - Analisar as possíveis influências do currículo da Escola de Enfermagem da USP, na EERP-USP,
 - Descrever a trajetória das disciplinas denominadas “inovações” no currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto de 1953-1963.

4 Material e Método

4 MATERIAL E MÉTODO

Trata-se de estudo de perspectiva histórica, utilizando o método da análise documental e a história comparada como eixo norteador.

A pesquisa voltada para os estudos históricos tem como interesse compreender o passado através da coleta, organização e avaliação crítica de fatos, para lançar luz ao passado, compreender o presente e planejar melhor o futuro. Para tanto, utiliza-se do método histórico, que requer que o fenômeno de interesse seja do passado e que possa ser circunscrito para permitir a distinção de outros acontecimentos (MARCUS; LIEHR, 2001).

Ferramenta indispensável para conhecer a profissão de Enfermagem e desenvolvê-la, a pesquisa histórica possibilita legitimar a profissão, a compreensão da trajetória profissional e sua avaliação, reconhecer e compreender o surgimento das diversas especialidades, reconhecer as representações sociais e suas transformações simbólicas (SOUZA-CAMPOS; MONTARI, 2011).

Por trabalhar os dados não expressos apenas de formas numéricas, trata-se de uma pesquisa qualitativa, por agrupá-los conceitualmente em classes, permitindo a observação documental direta intensiva e indireta. A análise interna e externa destes documentos, de forma e conteúdo, deve ser precedida pela crítica, fiabilidade e adequação dos mesmos (ARÓSTEGI, 2006).

Entende-se fiabilidade pela análise da autenticidade (datação, linguística e história da fonte), depuração da informação (coerência interna, comprovação externa da informação e pesquisa comparativa com enquetes ou questionários) e contextualização (classificação documental, análise de documentos em séries e comparação de fontes diversas) com a intenção de estabelecer a história da fonte documental e como adequação das fontes o conjunto documental capaz oferecer o maior número de respostas com o menor número de problemas de fiabilidade, satisfazendo a demanda de informação (tipos de documentos, quantidade de informação, variedade de suporte e conteúdo), recompilação documental (coleta de fontes, fontes comparáveis ou confrontáveis, análise), e seleção (hierarquização das fontes, confrontação com pressuposições e novas buscas) (ARÓSTEGI, 2006).

Intenciona-se responder as perguntas: o currículo da EERP-USP foi inovador? Sob qual perspectiva? Para isso, o presente estudo parte de uma série de

comparações, especialmente com o da Escola de Enfermagem da USP (EEUSP) – (visto lei de criação) e a legislação vigente.

Nesse sentido, o presente estudo trabalha com a perspectiva da História Comparada, que determina a necessidade de escolha de duas ou mais unidades. Esta metodologia permite a compreensão de paralelos e contrastes nos processos históricos, sem esquecer-se de situar geograficamente e historicamente ambos os lados comparativos. Dessa forma, contribui para esclarecer e compreender tanto as divergências como as convergências de ambos os objetos ao mesmo tempo, iluminando suas singularidades. (SEAN, 2012).

No presente estudo, as duas principais unidades de comparação são os currículos das duas Escolas de Enfermagem da USP (EEUSP e EERP-USP) durante o período de 1953 a 1963, ou seja, as disciplinas ministradas e suas cargas horárias nos cursos de graduação, cuja comparação intenciona explorar suas similaridades, dissimilaridades e interconexões.

Com um modo muito específico de trabalhar e repensar acontecimentos passados, a História Comparada revela-se como uma oportunidade de repensar a história em seus desafios e limites (BARROS, 2014) .

A delimitação do que será observado é tão importante quanto delimitar como será observado, por sua especificidade a História Comparada torna-se uma modalidade de historiografia complexa, com um modo específico de observação de múltiplos campos, que exige rigor na análise, evitando, generalização indevida ou mesmo o anacronismo (BARROS, 2007).

A História Comparada possibilita a análise sistemática de um problema em uma ou mais realidades históricas-sociais diferentes a partir da mútua iluminação, partindo da definição da escala a ser utilizada, pode-se realizar a análise de nações, regiões, ou, como no nesse caso, instituições (BARROS, 2007).

Caracterizada pela comparação sistemática, a história comparada pode fazer emergir problemas antes ignorados, com a escolha de meios sociais ou fenômenos distintos, que aparentemente apresentem analogias. Pode-se fazer a descrição de seus movimentos históricos e transformações, constatar semelhanças e dissimilaridades e explicar ambos (VELANDIA-MORA, 2011).

Para tanto faz-se importante abandonar a fixação regionalista, desencorajar particularidades excessivas, ou mesmo a busca de exclusividade de causas locais para explicar transformações sociais. O próprio método provoca um certo distanciamento,

importante para o pesquisador no processo de análise. Nesse processo emergem o que é realmente específico e particular no objeto de estudo e permite a busca das razões para isso (VELANDIA-MORA, 2011).

A abordagem metodológica da comparação tem sido utilizada em muitas disciplinas das ciências sociais, dentre essas a Educação, onde se procura estudar o fenômeno “educação” e as explicações para as inter-relações observáveis dentro do sistema educativo, ou mesmo outros tipos de sistemas (VELANDIA-MORA, 2011).

O estudo da história de uma instituição, quando perpassa pela questão educacional se conforma em uma forma de estudar filosofia e educação. Esse tipo de estudo pode-se ter como alicerce três pontos metodológicos: princípios teórico-metodológicos, como as relações entre trabalho e educação, político, social e cultural; as categorias de análise, como a caracterização e a utilização do espaço físico, seu currículo, as normas, os professores, funcionários, a legislação, tudo o que puder demonstrar seu significado para aquela sociedade; e fontes de pesquisa que podem ser documentos, relatórios, livros de matrícula, programas de disciplinas, legislação, jornais de época, literatura e entrevistas com atuais ou atores da instituição, como professores, diretores, funcionários aposentados ou não e alunos (BUFFA, 2002).

Contudo, somente através do trabalho intelectual de análise e interpretação do pesquisador é que a fonte histórica fornece informações pretendidas. Extraídas destas fontes a informação, após referenciá-las, é necessário interpretá-las a fim de comprovar ou não a hipótese de pesquisa o que só poderá ser feito através da triangulação de diversas fontes (SILVA JUNIOR, 2011).

O presente estudo configura-se em continuidade do estudo de conclusão de curso de Júlio Cesar Vanin, em 2010, sob orientação da Profa. Dra. Luciana Barizon Luchesi, denominado “A criação e estruturação do ensino da escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP de 1951 a 1971” e contou com a autorização dos autores para a continuidade.

O levantamento inicial do currículo institucional, de 1953 a 1963, da EERP-USP foi realizado através do estudo dos históricos escolares dos egressos. Anteriormente ao início do projeto, a pesquisa seguiu os requisitos da Resolução do Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde CNS 196/1996, substituída em 2012 pela CNS n. 466/2012, mas cujo conjunto continua a contemplar as exigências

da nova legislação. O estudo, que engloba a presente etapa, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da EERP-USP, em 06 de novembro de 2013, sob o número de protocolo 448.925/2013 e envolveu indiretamente seres humanos (análise dos históricos escolares dos egressos). Foi solicitado autorização, para manuseio dos arquivos e documentos, às direções das instituições envolvidas e para divulgação dos dados localizados.

Foi solicitado dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, referente ao manuseio dos históricos escolares de egressos, das escolas envolvidas, pois em virtude das características do projeto (egressos da década de 1950 e 1960), impossibilita a obtenção do TCLE dos mesmos.

Com a autorização dos autores, o presente estudo, realizou novo levantamento dos dados (grade curricular da EERP-USP 1951-1963). A delimitação temporal refere-se ao período de 1953 a 1963. A delimitação temporal inicial refere-se ao início das aulas na EERP-USP, e a delimitação temporal final refere-se ao aniversário de uma década da instituição configurando, provavelmente, a consolidação do currículo dito “inovador” por Profa. Glete de Alcântara.

Portanto, são fontes, no presente estudo, os históricos escolares e/ou planejamento/programa de disciplinas da graduação, arquivos da Universidade de São Paulo, e outros documentos referentes ao ensino de graduação da Escola de Enfermagem-USP, da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP e no sentido de seguir as recomendações de não fechamento da história comparada exclusiva no âmbito regional, foi também analisado o levantamento do currículo da Escola de Enfermagem, da Universidade de Toronto, Canadá, de 1944, instituição que Profa. Glete de Alcântara concluiu sua graduação em Enfermagem. Além disso, foram utilizados artigos e livros que relatam ou refletem sobre a historiografia dos currículos de Enfermagem no Brasil, possíveis influências legislação vigente, teses e outros materiais que remetam a construção do currículo da EERP-USP e da EEUSP de 1953 a 1963.

O levantamento bibliográfico e de fontes foi realizado junto à Seção de graduação e arquivos históricos das Escolas de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Biblioteca Wanda de Aguiar Horta da EEUSP, Instituto de Estudos Brasileiros (IEB - USP), a Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), arquivos centrais da USP e a Biblioteca e Centro de Memória da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP.

Considerando-se que o currículo de uma Escola de Enfermagem constitui referencial para recrutamento e *status*, os currículos podem ser percebidos como estratégia de luta simbólica entre as Escolas de Enfermagem no período.

Para Boudieu (2005), o campo de luta simbólica é entendido como um espaço de posições sociais nos quais, determinado tipo de bem é produzido, consumido e classificado. O *campo* é dinâmico e pode ser alterado em virtude do poder que cada agente social sobrepõe ao campo e que é diretamente proporcional ao peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses.

O *poder simbólico* trata-se de um poder subordinado, forma transformada e validade que produz suas ações sem dispêndio perceptível de energia, suas ações são legitimadas pelo poder de visibilidade e crença atribuídas a sua legalidade dentro do campo (BOURDIEU, 2005).

No sentido de compreender o real significado do termo “**inovação**” para a época em que o mesmo foi empregado, consultou-se dicionários à época, anteriores e posteriores, buscando compreender se houve mudanças de significado.

O termo já era utilizado na década de 1900, como pode ser observado em Dicionário Português-Latino, de Bernardes Branco, publicado em Portugal, em 1909:

Innovação, s. f. *introdução d'algunha novidade nas coisas civis ou políticas.*

Innovador, s.m. *o que faz ou tenta fazer inovações* (no Estado).

Innovar, v. a. *fazer innovações*, Mutare – V. *Mudar* (BRANCO, 1909, p. 475)⁶

Em dicionário de 1951, organizado por Hildebrando de Lima e Gustavo Barroso, que contou com revisão geral e de brasileirismos de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, assim define:

Inovação (inovação), s.f. Ato ou efeito de *innovar*.

Innovador (ô) (innovador), *adj. e s.m.* Que, ou aquele que *inova*.

Innovar (innovar), v. t. Tornar *novo*; introduzir *novidades* em: *renovar*; (ant.) consertar (LIMA; BARROSO, 1951, p.683).⁷

⁶ BRANCO, B. **Dicionário Português-Latino**. 4ªed. Revista por José Joaquim Nunes. Lisboa, Portugal: Livraria Ferreira, 1909.

⁷ LIMA, H.;BARROSO, G. (Org) **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**. 9ª. ed. Revisão Geral de Manuel Bandeira e José Baptista da Luz. Revisão Geral e de brasileirismos Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. São Paulo: Civilização Brasileira, 1951.

Do mesmo ano, o Dicionário de sinônimos e antônimos da língua portuguesa, de Francisco Fernandes, define:

Inovação *Sin.* Novidade. Renovação; prorrogação: *Inovação de um prazo.*

Inovar *Sin.* Mudar, variar. Renovar [...]. Reformar, prorrogar (FERNANDES, 1951, p.534).⁸

Para J. Mesquita de Carvalho, autor do Dicionário Prático da Língua Nacional, de 1952:

Inovação (inovação), **s. f.** *Lat. Innovationem.* Ação de inovar. Introdução de qualquer novidade em. Resultado dessa introdução. **RAIZ:** *nov* (lat. *novus*, novo). **Var.:** *noiv* (em noivo). **COGNATOS:** **inovador** (adj: que inova); **innovar** (v. *trans.:* introduzir novidades; fazer inovações em – leis, usos, costumes etc.; renovar; reformar; introduzir (palavras) pela primeira vez em uma língua (CARVALHO, 1952, p. 640).⁹

Segundo o Dicionário escolar Latino-Português, organizado por Ernesto Faria e publicado pelo Ministério da Educação e Cultura, Departamento Nacional de Educação, em 1955, tem-se a seguinte definição:

INNÖVÖ, -ãs, -ãre, -ãvī, -ãtum, v. tr. Renovar (FARIA, 1955, p.462)¹⁰.

Segundo dicionário de 1958, o termo “inovação” era definido como “*ação ou efeito de inovar, coisa introduzida de novo; novidade que se introduz na legislação, na doutrina, nos costumes, nos usos, etc.*” (AULETE, 1958, p 456).

Deve-se destacar, que apesar de todas as definições encontradas remeterem á ideia do novo, novidade, mudança, Lima e Barroso (1951), Fernandes (1951), Carvalho (1952) e Faria (1955) trazem também a possibilidade de definir inovação

⁸ FERNANDES, F. **Dicionário de sinônimos e antônimos da língua portuguesa**. 4ª ed. Porto Alegre: Globo, 1951.

⁹ CARVALHO, J. **Mesquita de. Dicionário Prático da Língua Nacional**. 2ed. Pôrto Alegre: Globo, 1952.

¹⁰ FARIA, E. (org). **Dicionário escolar Latino-Português**. Colaboração de Maria Amélia Pontes Vieira, Sieglinde Monteiro Autran, Ruth Junqueira de Faria, Estella Glatt, Maria Augústa Bevilacqua, Paulo Maia Carvalho, Hilda Junqueira. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Departamento Nacional de Educação, 1955.

enquanto **renovação**. Nesse sentido, ao referir a presença de supostas **inovações** no currículo da EERP-USP, Profa. Glete de Alcântara poderia estar se referindo à **algo inédito, como também uma tentativa de melhorar o que está posto, substituir por melhoria, dar aspecto de novo ou mesmo de reaparecimento de algo esquecido**.

Portanto, um currículo dito “**inovador**” pode ter constituído importante estratégia de luta simbólica dentro do campo da Enfermagem, na década de 1950, no sentido de se fazer ver e se fazer crer. Nesse sentido, analisar a real, seja em sua totalidade ou parcialmente, ou irreal denominação de “**inovação**” feita por Profa. Glete de Alcântara possibilita vislumbrar parte importante do processo de luta simbólica entre as Escolas de Enfermagem no Brasil de destaque à época.

Os dados referentes às disciplinas cursadas na EERP-USP, na delimitação temporal estabelecida, foram também comparados com a legislação educacional vigente em cada período, contemplando desta forma: o Decreto 27.426 de 14 de novembro de 1949 (que aprova o regulamento básico para os Cursos de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem e o Currículo Mínimo do Curso de Enfermagem, aprovado pelo Parecer no. 271/62, em 1962.

Entretanto, ao localizar-se o Processo 54.1.15105.1.1, caixa 832, nos arquivos da Universidade de São Paulo, correspondente ao ***Anteprojeto de Lei que estabelece a Estrutura Didática da Escola de Enfermagem, anexa à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto***, de 15 de maio de 1954, observou-se esse ser o documento original, que apresenta as justificativas para as inovações da EERP-USP. Mesmo que retomado em publicações de Professora Glete de Alcântara, na década de 1960 e seu memorial, sua ideia de inovação tem origem no ano de 1954. Portanto, o foco maior, em relação à análise de currículos pautou-se no período de 1952 (contratação de Professora Glete de Alcântara) até 1954 (encaminhamento do pedido de cátedra e justificativa de inovações). (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1954). Nesse sentido, o Decreto 27.426 de 14 de novembro de 1949, passa a ser singular na determinação das inovações, por ser a legislação vigente no período.

Por trabalhar com fontes documentais, essas passaram por um processo de análise documental preconizada por Bardin (2004), que permite passar de um documento primário, bruto, para um secundário, representativo. Realiza-se ainda, através de palavras chaves, descritores ou índices a classificação dos elementos de informação do documento.

5 Resultados e Discussão

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CURRÍCULOS DE ENFERMAGEM

De acordo com o dicionário da língua portuguesa, a palavra currículo pode ser definida como parte ou matéria de um determinado curso (FERREIRA, 2009). Ainda nesta linha, Kelly (1981), define currículo como o conteúdo de um assunto ou área específica de uma pesquisa, ou ainda como a programação geral representante de uma instituição de ensino.

No intuito de padronizar o ensino e obter uma sequência de aprendizado coerente e lógica, organizam-se nas escolas os currículos ou a matriz curricular do curso, com uma ordem pré-determinada dos conteúdos, com as representações e visões de mundo, que servem interesses institucionais e políticos, julga-se que o currículo é o conjunto de conhecimentos necessários para determinada formação. A evolução curricular deve acompanhar as transformações culturais, sociais, políticas e econômicas da sociedade através da reorganização da formação e o preparo de profissionais aptos para os desafios contemporâneos (BONETTE, 2004). Entretanto, observa-se que ao longo da história, muitas vezes os currículos de Enfermagem seguiram padrões políticos e/ou econômicos dominantes que não necessariamente atendiam as demandas sociais e/ou da própria Enfermagem (RENOVATO, 2009).

Em um primeiro momento, foram descritas teorias embasadas em questões como “O que deve ser ensinado?” ou “O que os alunos devem saber”, em seguida foi necessário argumentar a seleção destes conteúdos e sua relevância no desenvolvimento profissional dos educandos (MALTA, 2013).

Os conceitos formadores de algumas teorias podem sofrer constantes ressignificações e adequações à medida que são identificadas necessidades nos campos de atuação. Para que tais modificações sejam possíveis, sem que o conceito fundamental seja descaracterizado, é fundamental que se conheçam as principais teorias curriculares adotadas na educação contemporânea (PACHECO, 2009).

Dentre as principais linhas teóricas no desenvolvimento do currículo de instituições de ensino temos as teorias tradicionais e as teorias críticas e pós-críticas (MALTA, 2013).

As Teorias Tradicionais, em seu contexto histórico, podem ser comparadas às teorias gerenciais adotadas por Frederick Winslow Taylor, Henry Ford e outros visionários no começo do século passado. Assim, o princípio adotado no gerenciamento das grandes fabrica foi também profundamente incorporado à administração da maioria das escolas nos Estados Unidos, o que motivou as distintas mudanças curriculares à época. No intuito de garantir que as ideologias adotadas fossem incorporadas na educação da classe trabalhadora, as escolas tinham um profundo papel burocrático e mecanicista (SILVA, 2010).

Já as Teorias Críticas e Pós-Críticas expandem-se aproximadamente na década de 1960, com o crescimento dos estudos sociais e sociologias educacionais, que apontaram as ações vigentes nos currículos como precursoras das desigualdades sociais e de segregação (MALTA, 2013).

Muito além da fundamentação no contexto cultural a que se inserem, essas teorias compõem-se das diversidades sociais contemporâneas, baseando-se nas estruturas políticas, econômicas, culturais e a interpretação destes e dos demais meios a que a educação se estabelece. (MALTA, 2013)

É precisamente a questão do poder que vai separar as teorias tradicionais das teorias críticas e pós-críticas do currículo. As teorias tradicionais pretendem ser apenas isso: “teorias” neutras, científicas desinteressadas. As teorias críticas e as teorias pós-críticas, em contraste, argumentam que nenhuma teoria é neutra, científica ou desinteressada, mas que esta inevitavelmente, implicada em relações de poder (SILVA, 2010. p.16).

Ao elaborar um currículo e a ele vincular disciplinas pode-se ter o equilíbrio de compreensão igualitária e válida entre os múltiplos saberes como conhecimentos distintos e socialmente importantes ou o universalismo de compreender e impor alguns saberes como um valor de verdade superior aos demais. São muitos os critérios utilizados para nortear as escolhas das disciplinas curriculares, podem ser entre eles, instrumentais, historicamente situados, pragmáticos, acadêmicos, científicos, “vinculados a capacidade de libertação humana ou a capacidade de produzir mudanças na estrutura social ou econômica”. (LOPES; MACEDO, 1991. p. 91).

Existem alguns problemas ao configurar um currículo que devem ser observados, como por exemplo, enfatizar determinadas disciplinas em detrimento daquelas que ferramentaliza o discente para a compreensão do mundo, como os saberes sociais. Outro problema seria presumir que existe apenas uma possibilidade de construção curricular, relacionado a apenas determinadas categorias de saberes. Imprescindível lembrar que essa forma de classificação dos saberes oportuniza posições fixas de luta política e seus antagonistas, entre os saberes legitimados e os não legitimados pela escolha curricular, saberes os científicos ou populares ou não (LOPES; MACEDO, 2011).

O currículo faz parte da luta pela produção do significado e legitimação, como uma produção de cultura, não tratando-se apenas de selecionar conteúdos e sim a produção de significados na escola. Trata-se de um processo social, que tem na escola uma importante ferramenta para sua reprodução. (LOPES, MACEDO, 1991)

Fator de grande influência para as modificações nos currículos de enfermagem com o passar do tempo, o desenvolvimento das ciências biomédicas e psicossociais, exigiram profissionais cada vez mais preparados. A sistematização do ensino de enfermagem, para alguns, concretizou-se com Florence Nightingale, em 1860. Antes dessa instituição de ensino não havia escolas, mas instituições religiosas que treinavam jovens, que optavam pela vida vocacional, na arte do cuidado aos enfermos em hospitais, orfanatos e no domicílio dos doentes, como no caso da Confraria das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo (França 1634) ou em Kaiserswerth (Alemanhã 1836), do pastor protestante Theodor Fliedner no Instituto das Diaconizas de Kaiserswerth, porém não havia programa formal de formação destas jovens, com aprendizado empírico e imitativo dos supervisores (CARVALHO, 1972).

Na Idade Média, São Vicente de Paulo (1576-1660), sacerdote católico da Ordem de São Francisco de Assis que tinha dentre suas funções a de visitar os doentes e Santa Luisa de Marillac, viúva de família nobre que, juntamente com outras mulheres, já possuía experiência no cuidado com doentes em domicílio, após alguns anos de preparação uniram forças e transformaram a casa de Santa Luisa de Marillac em uma escola de preparo de camponesas, fundando em 25 de março de 1633, a comunidade das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, atuante até os dias de hoje. Durante seus trabalhos no Hotel-Dieu, um hospital com cerca de

1200 leitos, essa entidade foi um dos locais de formação de Florence Nightingale (OGUISSO, 2014).

Em Kaiserswerth, Fliedner e sua esposa Frederikca fundaram com o nome de Diaconisas de Kaiserswerth uma escola de enfermagem em uma casa que serviu de abrigo e hospital para os doentes. Além das aulas ministradas por ele de ética e princípios religiosos e por ela de práticas de enfermagem, as estudantes que prestavam todos os cuidados recebiam outras orientações específicas de médicos e farmacêuticos (OGUISSO, 2014).

Em 1860, sob a orientação de Florence Nightingale, em Londres, a Escola de Enfermagem do Hospital São Thomas deu início ao “Sistema Nightingale” com criteriosa seleção das candidatas ao curso, na total autonomia desta em assuntos financeiros e pedagógicos, na sistematização do ensino teórico e da prática correspondente, não considerando o trabalho de enfermagem como apenas vocacional e caridoso ativo, mas necessário a comunidade e por isso, sendo determinante horas de estudo e de lazer para as estudantes. Para o início do treinamento a estudante recebia dois documentos importantes: uma lista de qualidades e habilidades que lhe seriam exigidas, como ser honesta, sóbria, digna de confiança, calma, pontual, elegante e correta; e o currículo da escola, transcrito no primeiro relatório apresentado ao “Nightingale Fund”, em 1860-1861 (CARVALHO, 1972).

Espera-se que desenvolva habilidade:

1. Em curativos de pústulas, queimaduras, escaras, ferimentos e na aplicação de fricções terapêuticas, cataplasmas e curativos menores.
2. Na aplicação de sangue-sugas, externa e internamente (sic)
3. Na administração de enemas em homens e mulheres.
4. Na aplicação de pensos e medidas terapêuticas em afecções uterinas.
5. Na seleção do melhor método de fricção no corpo e nas extremidades.
6. Na assistência ao paciente incapaz: movimentação, vestimentas, higiene, alimentação, controle da temperatura ambiente, prevenção e tratamento de escaras de decúbito, mudança de posição.
7. Na aplicação de ataduras e na confecção de ataduras, rolos e talas.
8. Na arrumação da cama de pacientes, na troca dos lençóis em cama ocupada.
9. Deverá auxiliar nas cirurgias.
10. Ser competente no preparo de mingaus, araruta, gemadas, pudins e bebidas para os doentes.

11. Compreender a necessidade da ventilação, ou de manter a enfermaria agradável tanto à noite quanto durante o dia: deverá ser cuidadosa em manter limpos todos os utensílios, tanto os utilizados com os excreta, quanto os utilizados na confecção das dietas.
12. Proceder a rigorosa observação do doente em relação a: estado das secreções e expectorações; pulso e apetite; estado de consciência, como delírio e estupor; respiração, sono e estado dos ferimentos; erupções e formação de pus, efeito da dieta, dos estimulantes ou dos medicamentos.
13. Aprender a cuidar dos convalescentes (CARVALHO, 1972¹¹, p. 11-13).

O ensino era feito pelos médicos internos e pelas “Sisters” do próprio hospital, consistindo em aulas de Anatomia, Química, Culinária, Abreviações Latinas e Enfermagem, com duração de um ano (CARVALHO, 1972).

As três primeiras escolas de Enfermagem dos Estados Unidos, nos Estados de New York, Connecticut e Massachusetts, em 1873, inauguraram a implantação do Sistema Nightingale no país e influenciaram a criação e o desenvolvimento de algumas escolas brasileiras de Enfermagem (BIXLER; BISLER¹², 1954, apud CARVALHO, 1972). Pesquisadores afirmam que os hospitais norte-americanos fundaram Escolas de Enfermagem com o intuito não apenas de preparar enfermeiras, mas também de utilizar o trabalho das estudantes para o atendimento assistencial de usuários indigentes. Para manter o hospital sempre provido de enfermeiras o curso foi reduzido a um ano de teoria e um de prática, o que resultou no retrocesso organizacional das escolas, com perda da independência pedagógica e administrativa; redução das horas de instrução; aumento do número de horas práticas semanais, proliferação de escolas para que todos os hospitais tivessem a seu serviço as estudantes e conseqüentemente, diminuição da qualidade do ensino, com desvio da finalidade do ensino, em que predominou a “apprenticeship training”, ou seja, treinamento em serviço, sem preocupação com o desenvolvimento intelectual das estudantes e sim com sua eficiência prática (CARVALHO, 1972).

Essa formação americana dava-se através da prática repetida e seu currículo era convencionado às instituições mantenedoras das escolas e hospitais,

¹¹ Extraído de **The Nightingale Training School – St. Thomas Hospital, 1860 – 1960**. Londres: Smith e Ebbs. Privately printed for nightingale Training School of Nurses, 1960.

¹² BIXTER, R.W.; BISLER, G.K. **Administration for nursing education**. New York: Putnam’s Sons, 1954. P. 137-165.

particulares em sua maioria. Verificando a execução das atividades dos estudantes, as professoras eram enfermeiras do próprio hospital, que preocupavam-se mais em manter a assistência em todos os turnos, do que em oportunizar momentos de aprendizado, tendo diminuída a importância das bases científicas de fundamentação da assistência e a preocupação com o processo de ensino-aprendizagem (CARVALHO, 1972).

Com inúmeras críticas a esse modelo de ensino, enfermeiras norte-americanas realizaram uma série de estudos para nortear as mudanças em seus currículos, que também influenciaram mudanças curriculares brasileiras. Na intenção de exercer o controle sobre a formação, em 1893, foi criada a “*American Society of Superintendents of Training Schools for Nurses*”, associação de diretoras de escolas de enfermagem dos EUA e Canadá, que denominou-se depois como “*National League of Nursing Education*”, sendo responsáveis por modificações do currículo, aperfeiçoamento dos programas educacionais, diminuição das horas de trabalho das estudantes nos hospitais e exigência de requisitos mínimos para admissão no curso. Publicado em 1917, o “*Standard Curriculum for Nursing Education*”, foi uma tentativa de padronização do ensino, que sugeria o curso com três anos de duração, máximo de 4 horas diárias de práticas para estudantes do período probatório, exigência do segundo grau completo para ingresso, obrigatoriedade de prática em todos os serviços hospitalares, assim divididos (CARVALHO, 1972):

“10 meses em Medicina Geral
8 meses em Cirurgia Geral
3 meses em Obstetrícia,
4 meses em Pediatria
4 meses em práticas Eletivas” (NATIONAL, 1971¹³ apud
CARVALHO, 1972)

Com número mínimo de horas para cada disciplina, incluindo as Ciências Biológicas, apresentava como novidade o ensino de Elementos de Psicologia e Enfermagem em Saúde Pública, totalizando 590 horas de teoria, nos três anos de curso. Após o período probatório, o plantão nas enfermarias não poderia exceder as 8 horas diárias, sendo 48 horas semanais, excluídas as horas de estudo e aulas, assim a relação teórico-prática era aproximadamente de 1:10, sendo que nos demais cursos profissionais da época essa proporção não atingia 1:3. Assim,

¹³ NATIONAL LEAGUE OF NURSING – Educational preparation for nursing - 1970. **Nursing Outlook**, 19: 604-607. 1971.

esperava-se regularizar as discrepâncias entre escolas, uma vez que a cada interesse e conveniência dos médicos, responsáveis pelas aulas, regulavam o que e quando seria ensinado (CARVALHO, 1972).

Por convite da Fundação Rockefeller, em Nova York (EUA), em dezembro de 1918, ocorreu uma conferência para discutir o desenvolvimento da enfermagem de saúde pública, seu status e formação, com pessoas interessadas. Dessa, resultou-se no pedido ao presidente da Fundação Rockefeller, para estudar as questões como o curto período de formação. Pretendeu-se apresentar uma proposta de curso de treinamento para enfermeiras de saúde pública, com o suporte financeiro da Fundação (FREIRE et al., 2007).

Nesse sentido, foi realizado uma pesquisa sobre a situação da enfermagem nos Estados Unidos de 1919,(FABER; AMORIM, 2010) o relatório da Comissão “*For the Study of Nursing Education*”, publicado em 1923, sob a direção de Josephine Goldmark, sobre as condições do ensino de Enfermagem nos EUA, ficou conhecido como “Goldmark Report” (CARVALHO, 1972) e além de repercussão mundial, influenciou a criação de desenvolvimento de um modelo de Enfermagem anglo-americano (FABER; AMORIM, 2010).

Organizado em duas partes (A e B), relatório versou sobre temas importantes da enfermagem norte-americana, destacando Enfermagem de Saúde Pública, a Enfermeira nos Serviços Privados e a Enfermeira nas Instituições em sua primeira parte, denominada Funções da Enfermeira. Denominada Treinamento da Enfermeira, a parte seguinte trouxe em destaque O Hospital Escola de Enfermagem, Cursos de Treinamento para Enfermagem Subsidiária, Escola Universitária de Enfermagem e Cursos de Pós – Graduação (FREIRE et al., 2007).

O relatório apontou falhas importantes no ensino de enfermagem e nas condições de vida das estudantes, apontando recomendações, dentre as quais as mais importantes foram:

1. Exigência do curso secundário completo (“high school”) como requisito de admissão às Escolas de Enfermagem;
2. Colocação de algumas escolas nas universidades, como unidades integrantes, nas mesmas condições das demais unidades;
3. Programa com objetivos educacionais;
4. Redução do trabalho das estudantes a um máximo de quarenta e oito horas semanais;
5. Curso com a duração mínima de vinte e oito meses letivos (CARVALHO, 1972, p22).

O relatório Goldmark, pontou ainda, a necessidade de haver distinção entre dois tipos de serviços de enfermagem, delineada pela complexidade de assistência segundo a patologia, ou seja, quanto mais complexa a doença, mais exigiria mais conhecimento do profissional de enfermagem, sendo necessária uma formação mais aprofundada. Os demais afazeres, menos complexos, poderiam ser delegados a profissionais menos capacitados, ou seja, o auxiliar ou assistente de enfermagem, termos propostos até que se providenciasse um nome adequado. O relatório tinha ainda como meta regular, definir, delimitar a prática profissional, diferenciar os profissionais de Enfermagem de pessoas não qualificadas, protegendo a população (FREIRE et al.,2007).

Os estudos americanos influenciaram também mudanças no Brasil, entre elas a ideia de entrada das Escolas de Enfermagem nas universidades, o que trouxe a necessidade de uma formação com fundamentação mais teórica e humanística. (CARVALHO, 1972).

“Standart Curriculum for Schools of Nursing” de 1917		
Período	Nome da Disciplina	CH Total
1º Semestre	Anatomia e Fisiologia	60
	Bacteriologia	20
	Higiene Individual	10
	Química Aplicada	20
	Cozinha e Nutrição	40
	Administração Hospitalar	10
	Drogas e Soluções	20
	Princípios e Métodos de Enfermagem Elementar	60
	Ataduras	10
	História da Enfermagem (Incluindo princípios sociais e éticos)	15
2º Semestre	Elementos de Patologia	10
	Enfermagem Médica	20
	Enfermagem Cirúrgica	20
	Matéria Médica e Terapêutica	20
	Dietoterapia	10
	Elementos de Psicologia	10
3º Semestre	Enfermagem em Doenças Transmissíveis	20
	Enfermagem Pediátrica (incluindo dietética infantil)	20
	Massagem	10
	Princípios de Ética	10
4º Semestre	Enfermagem Ginecológica	10
	Enfermagem Obstétrica	10
	Técnica de sala de operações	10
	Enfermagem Ortopédica	20
	Enfermagem em doenças dos olhos, ouvido, nariz e garganta	10
5º Semestre	Enfermagem em Doenças mentais e Nervosas	20
	Enfermagem em Doenças Ocupacionais, Venéreas e da Pele	10
	Terapêutica Especial (incluindo terapia ocupacional)	10
	Saneamento Público	10
	Campos da Enfermagem	10
6º Semestre	Condições Sociais Modernas	10
	Problemas Profissionais	10
	Enfermagem em Emergência e Primeiros Socorros	10
Eletivas	Introdução à Enfermagem de Saúde Pública e Serviço Social	10
	Introdução à Enfermagem Particular	10
	Introdução ao trabalho institucional	10
	Introdução ao Trabalho de laboratório	10
	Problemas Domésticos de Famílias Operárias	10
	Problemas de Doenças Especiais (estudo avançado)	10

Quadro 7: “Standart Curriculum for Schools of Nursing” de 1917, EUA.

Fonte: CARVALHO, 1972, p. 25-26.

Com a revisão do “Standart Curriculum for Schools of Nursing”, em 1927, introduziu-se o aumento no total das aulas teóricas, de 500 para cerca de 900 horas, tendo o período de prática entre 5000 ou 5500 horas, o que elevou a relação teórico-prática de 1:6, sendo 42 horas semanais de trabalhos nas enfermarias, além das aulas e estudos (CARVALHO, 1972).

Após 10 anos, em 1937, houve nova revisão, que além de alterar o nome para “*A Curriculum Guide*”, recomendou que escolas de Enfermagem tivessem objetivos educacionais e programas que suprissem as necessidades das estudantes, com ênfase ao ensino das Ciências Psicossociais e a utilização de novos métodos de ensino, uma correlação próxima entre teoria e a prática nas enfermarias e a fundamentalização do ensino clínico (CARVALHO, 1972; ANGERAMI, 1996). Como requisito de admissão, um ou dois anos de curso superior em um “*College of Liberal Arts*”, onde seria estudados as Ciências Biológicas e três anos calendários para as disciplinas profissionalizantes, sendo 36 meses letivos, sendo assim, 4 anos acadêmicos, com um máximo de 50 a 58 horas semanais de atividades, após o segundo ano, incluindo aulas e 10 horas semanais obrigatórias de estudos. Entre essas sugestões a carga horária, de 1.200 a 1.300 horas de teoria e 4.400 a 5.000, de prática apresentava uma relação teórico-prática de 1:3,6 e 1:3,8, denotando a mudança no conceito do aprendizado por repetição. Ambas revisões foram influenciadas pelo “Goldmark Report” (CARVALHO, 1972).

A Curriculum Guide de 1937			
Período	Nome da Disciplina	CH (min.)	CH (max.)
Disciplinas (1)	Anatomia e Fisiologia	90	105
	Microbiologia	45	60
	Química	80	90
	Psicologia	—	30
	Sociologia	—	30
	Problemas Sociais em Serviços de Enfermagem	—	30
	História da Enfermagem	—	30
	Ajustamento Profissional I e II	—	45
	Introdução à Ciência Médica	—	30
	Farmacologia e Terapêutica	—	30
	Introdução à Arte da Enfermagem	—	135
	Nutrição e Dietética	—	60
	Dietoterapia	—	30
	Enfermagem Médico-Cirúrgica I e II	—	240
	Enfermagem Obstétrica	60	80
	Enfermagem Pediátrica	60	80
	Enfermagem Psiquiátrica	60	80
	Serviços de Saúde e de Enfermagem à Família	—	30
Total disciplinas			1215
Enfermagem Avançada	Médico-Cirúrgica e Pronto Socorro	30	40
Eletivas	Enfermagem Obstétrica, Pediátrica ou Psiquiátrica	—	—
Estágios	Médica Geral	8 semanas	
	Cirúrgica Geral	8 semanas	
	Otorrinolaringológica	2 semanas	
	Oftalmológica	2 semanas	
	Ortopédica	4 semanas	
	Doenças Transmissíveis	6 semanas	
	Tuberculose	4 semanas	
	Ginecológica	4 semanas	
	Obstétrica	16 semanas	
	Pediátrica	16 semanas	
	Psiquiátrica	16 semanas	
	Enfermagem Avançada e Eletivas	8 semanas	
	Cozinha e Dietética	4 semanas	
	Sala de Operações	6 semanas	
	Enfermagem e Serviço de Saúde à Família	8 semanas	

Quadro 8: “A Curriculum Guide”, 1937, EUA.

Fonte: CARVALHO, 1972, p. 28-29.

Outra publicação impactante, nos EUA, mostrou falhas do sistema educacional, que poderia ser uma das causas da escassez e mau preparo das enfermeiras evidenciado durante a II Guerra Mundial. Esse relatório de 1949, de E.L. Brown "*Nursing for the Future*", apontou que o ensino continuava sendo realizado pelo sistema de treinamento em serviço, com 88% das estudantes com escolaridade insuficiente, excesso de teoria nos primeiros 6 meses, em contraposição a longas práticas nas enfermarias, na fase clínica, nos períodos seguintes (podendo chegar a 48 horas semanais somente de prática). O relatório aponta uma série de sugestões, dentre as quais a diminuição do período de prática repetitiva, aperfeiçoamento do programa de educação e a integração destas escolas à Universidade (BROWN, 1949).

Os relatórios mencionados e movimentos das discussões do currículo, nos EUA, resultaram no desenvolvimento da formação em enfermagem atrelado à responsabilidade do preparo de enfermeiras no âmbito das universidades. Nesse contexto, deve-se ainda destacar o progresso científico durante as duas guerras mundiais, a mudança no "status" e na educação da mulher e as renovações pedagógicas. Surgiu a ruptura da rigidez na formação, mudança do papel do hospital na formação do aluno, tornando-se laboratório para estudos aplicados, em detrimento da exploração da mão-de-obra das estudantes, e a preocupação dos docentes com o aperfeiçoamento das estudantes enquanto cidadãs. Como consequência natural do desenvolvimento do currículo, com a psicologia educacional e a metodologia moderna de ensino, houve a diminuição das horas das práticas nas enfermarias (CARVALHO, 1972).

No Brasil, tentativas de reorganizar a formação em enfermagem, através da discussão de currículos, datam do início do séc. XX, através da definição de disciplinas que se aproximavam das ciências biomédicas para capacitar os enfermeiros para atuação no ambiente hospitalar. A **Escola de Enfermagem Anna Nery**, padrão nacional de 1931 a 1949, apresentou um discurso inicial de enfoque na questão da saúde pública. Entretanto, a pesquisadora Rizzotto (1999) refuta esse discurso, ao analisar o currículo da instituição, revela que o mesmo era hospitalocêntrico e com grande foco no estudo de doenças. Além disso, a fragmentação de conteúdos e grande número de disciplinas, a formação focada na prática cotidiana, com menor ênfase para o conteúdo teórico, teria causado prejuízos ao ensino da enfermagem.

Em 1949, ampliou-se o número de especialidades médicas e uma frágil aproximação com as Ciências Sociais. O discurso nesse momento volta-se para uma enfermagem que estaria comprometida com a ciência e a tecnologia (RENOVATO, et al, 2009).

Por ser uma construção social, o currículo não tem sua formulação fechada, é uma obra viva e passível de muitas interpretações, e influencias do contexto. Tanto que as diretoras das escolas de enfermagem entre 1943 e 1945, Reys (EEAN), Fraenkel (EEUSP) e Domineuc (UNIFESP) participaram de uma série de cinco reuniões de diretoras de Escolas de Enfermagem (RENOVATO, BAGNATO, 2008), com predominância das Escolas localizadas no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, cujos temas centrais eram a inspeção de escolas, estágios e aulas práticas, o currículo mínimo e a regulamentação do exercício profissional. Muitos pontos apresentavam divergência entre as diretoras, um deles era sobre a necessidade do estágio em “Saúde Pública” obrigatório, sendo compreendido como facultativo pela Madre Domineuc, que teve seu posicionamento acatado, igualmente defendido pelo Arcebispo do Rio de Janeiro, por acreditar que as religiosas deveriam permanecer concentradas hospitalares, por estes serem mais seguros, com disciplinas mais rígidas e distanciado dos usuários (BARBIERI, 2010).

Portanto, para efeitos de comparação entre o currículo da EERP-USP e escolas em destaque à época, foi considerado, no presente estudo, como Escola de Enfermagem, aquelas criadas por decreto, com currículos, carga horária e ensino definidos, que atendem os atributos da enfermagem profissional, regidas por Lei, emissores da titulação e o diploma específico, tendo formado uma ou mais turmas de enfermeiros. Nesse contexto, entendeu-se por “currículo de enfermagem”, o elenco de disciplinas, sua ordenação e referidas cargas horárias a serem cursadas pelo discente de Enfermagem com o propósito de graduar-se na profissão.

5.2 PROCESSO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E DE CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – EEUSP

A II Grande Guerra trouxe ao Brasil, inicialmente, algumas vantagens. A complexa postura multifacetada do presidente, ironicamente, trouxe a oportunidade de um proveitoso acordo para o país. Apesar de o governo brasileiro apresentar-se com uma posição de neutralidade e fornecer produtos para ambos os lados da guerra, o governo americano temia uma iminente aproximação do Presidente Getúlio Vargas com países do Eixo (SANTOS, 2004).

Essa neutralidade, pontuada pela ambiguidade brasileira, conferiu a possibilidade de uma aproximação com a Alemanha de Adolf Hitler e uma possível instalação de uma base militar em Natal e em Fernando de Noronha, o que foi muito temido por estrategistas americanos, por compreenderem que essas bases estariam bem posicionadas geograficamente e poderiam facilitar uma possibilidade de invasão (FERREIRA, 2007).

O contra ataque a essa aproximação ocorreu com a estratégia do Presidente Franklin Delano Roosevelt e de empresários norte-americanos, que resultou na criação do Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA) e no “Acordo de Washington”, em março de 1942, contendo trinta (30) tratados sobre assuntos variados. (SANTOS, 2004). Esse pacote de acordos incluía um acordo militar, no qual o Brasil se comprometia a tornar-se membro dos Aliados contra o Eixo, na II Guerra Mundial, e outros sobre saúde e saneamento, que deu origem a agência binacional de saúde, o Serviço Especial de Saúde Pública - SESP. Havendo nesse, quatro subprojetos de saúde, saneamento, infraestrutura, como hospitais, centros e escolas de saúde (FERREIRA, 2007; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1978).

O envolvimento dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial reorientou sua política externa para a América Latina, com uma série de iniciativas no sentido de realizar uma aproximação, em termos políticos, sociais e culturais. O Instituto de Assuntos Interamericanos – IAIA, que apresentou forte relação com Nelson Rockefeller, estava entre as instituições criadas com essa finalidade, e promoveu programas de cooperação, com países da América Latina, em apoio às políticas de saúde e saneamento (FERREIRA, 2007).

Dessa forma, sob a influência europeia da “Bella Époque” até a década de 1930, o Brasil assim como outros países da América Latina, começaram a figurar na zona de interesse norte-americana, como comprova esse acordo com o governo, que vinha ao encontro das políticas sanitárias da Era Vargas, de 1930 e 1940. Contudo, no intuito de tornar o convívio dos técnicos americanos mais seguros em relação às doenças tropicais, era necessário modificar alguns hábitos e costumes do povo brasileiro, através de trabalhos de educação sanitária, saúde pública e saneamento (CAMPOS, 2006).

Para garantir o acesso às medidas de higiene profiláticas e sua assimilação pela população, a influência norte-americanas também precisava ser cultural. Assim, através de processo de aculturação (CAMPOS, 2006). Com o apoio do SESP, do IAIA e através da Fundação Rockefeller com o apoio da população, colocam em prática os planos de infraestrutura e educação em saúde. O SESP tornou-se motivo de orgulho para os brasileiros, por sua competência técnica e apoio ao desenvolvimento científico (MARINHO, 2006). Outra forma de apoio foi através de bolsas de estudos oferecidas para a formação e aprimoramento de profissionais de saúde, através do Serviço Especial de Saúde Pública - SESP (CAMPOS, 2006).

Considerando-se que uma das incumbências da IAIA e do SESP, no Brasil, era a fundação de escolas de saúde, tanto de medicina como de enfermagem, destaca-se entre essas, a Escola de Enfermagem São Paulo, já fundada dentro da Universidade de São Paulo - USP.

A Universidade de São Paulo, (USP), criada pelo Decreto nº 6233, de 25 de janeiro de 1934 ao congregar as faculdades já existentes de Medicina, Direito, Medicina Veterinária; a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, a Escola de Farmácia e Odontologia, o Instituto Butantã, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas e o Museu Paulista a Universidade de São Paulo empossou, em 6 de junho de 1934, no salão nobre da Faculdade de Medicina, seu primeiro reitor (MARINHO, 2006). Em 1938, o IAIA enviou para o Brasil, através do SESP, a enfermeira Elizabeth Tennant, do Conselho Internacional da Fundação Rockefeller, para avaliar o ensino de Enfermagem, traçar seu aprimoramento e expansão (PINHEIRO, 1976). Em seu relatório, recomenda ao Ministério da Educação e Saúde (MES), que regulamentasse o ensino de Enfermagem, organizando as novas escolas nos estados de São Paulo, Pará, Rio de Janeiro e Bahia, sob a responsabilidade do SESP (CAMPOS, 2008).

Um complexo parque de excelência em saúde já fazia parte do consórcio liderado pela Fundação Rockefeller, que previa o Instituto de Higiene, (atual a Faculdade de Saúde Pública), modernização da Faculdade de Medicina, a fundação de um Hospital de Clínicas, para a complementação dos estudos médicos e a criação de uma Escola de Enfermagem para dar suporte a esse hospital, como consta na missiva de Fred Soper¹⁴, representante da Fundação Rockefeller, endereçada ao Interventor do Estado, Adhemar de Barros, em 1940 (MARINHO, 2006).

As quatro instituições caracterizaram um grande complexo de saúde, como ainda se comprova na atualidade (OGUISSO, 2009). Outra carta de Soper, endereçada ao Interventor Federal no Estado de São Paulo, em 1941, Fernando Costa, reafirmou a intenção da construção deste centro, integrando a Faculdade de Medicina, o Instituto de Higiene, o Hospital das Clínicas e a Escola de Enfermagem, firmando sua integralidade “(...) a educação médica, os cursos de higiene, saúde pública e o ensino de enfermagem devem se desenvolver juntos” (SOPER, 1941).

... desde muitos anos a Fundação Rockefeller tem tido várias ocasiões de manter, com o Governo de S. Paulo, amistosas relações de colaboração, nos terrenos do Ensino Médico e da Saúde Pública. (...) São Paulo fica assim, em toda a América do Sul, o único centro médico a dispor, reunidos em um só local, dos elementos essenciais para o ensino da medicina e da saúde pública. (...) Duas faltas, entretanto se notam em sua organização, e da maior importância. Uma delas é a falta de uma Escola de Enfermagem, (...). Outra diz respeito à necessidade de ser provido o Instituto de Higiene, que é a Escola de Higiene e Saúde Pública do Estado (...). (SOPER, 1941, p. 01)

Representada pela figura de Geraldo Horácio de Paula Souza, ou simplesmente, Paula Souza, como preferia o professor do Instituto de Higiene, a relação deste com a criação da Escola de Enfermagem era forte, pois era uma das condições para os investimentos na ampliação do Instituto de Higiene pela Fundação Rockefeller, que o mesmo trabalhasse a favor da criação da Escola de Enfermagem de São Paulo, iniciando-se pela extinção de seu curso de educadoras sanitárias (CARVALHO, 1980).

¹⁴ ... Miss Tennant e eu [Fred Soper] tivemos a oportunidade de conversar com o Gustavo Capanema – Ministro da Educação e Saúde - a respeito do entendimento que a Fundação Rockefeller teria com o governo do Estado de São Paulo para colaborar na organização da Escola Universitária de Enfermagem, em conexão com a Faculdade de Medicina, o Instituto de Higiene e o novo Hospital das Clínicas (SOPER, 1940, p.?).

Para o início da efetiva colaboração entre a Fundação Rockefeller e o Governo do Estado de São Paulo, no desenvolvimento das instituições de ensino de saúde, como o Laboratório de Higiene, da atual Faculdade de Saúde Pública, teve como uma das condições para o seu financiamento, a criação de uma Escola de Enfermagem Padrão, universitária, nos moldes da Escola Anna Nery, do Rio de Janeiro, equiparada à essa e seguindo o “Padrão Nigthingale” (CARVALHO, 1980).

Em discussões em 1940, com o Diretor do Conselho Sanitário Internacional da Fundação Rockefeller (Fred. L. Soper), Miss Mary Elizabeth Tennant (Chefe da Sessão de Enfermagem da mesma Fundação), o Interventor Adhemar Pereira de Barros, juntamente com os professores da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - (FMUSP) e as autoridades do Departamento de Saúde do Estado, a Escola de Enfermagem de São Paulo foi destacada como de interesse para o desenvolvimento da saúde e foi projetada como parte integrante do complexo de saúde que envolve a Faculdade de Medicina, o Instituto de Higiene e o Hospital das Clínicas, sendo defendida sua criação. Entre outras providências, em sua carta de 1941, Soper, afirmou que a Fundação Rockefeller se interessava em capacitar e manter o corpo docente da Escola de Enfermagem-USP em seus primeiros anos (SOPER, 1940).

Para colaborar na criação e desenvolvimento da Escola de Enfermagem da USP, a Fundação ainda patrocinou parte da capacitação de Edith Magalhães Fraenkel, para realizar observação em Escolas dos EUA e Canadá e ofereceu seis bolsas de estudos para educadoras sanitárias formadas pelo Instituto de Higiene, mas em virtude da segunda guerra mundial, apenas quatro das seis bolsas foram efetivamente cedidas. A contrapartida para o recebimento das bolsas seria tornar-se docente na Escola de Enfermagem da USP. Zilda de Almeida Carvalho e Maria Rosa Sousa Pinheiro foram as duas primeiras educadoras sanitárias selecionadas e coube a essas a escolha das bolsistas seguintes, a qual indicaram Profa. Glete de Alcântara e Lucia Jardim. Ao voltar ao Brasil, aliam-se à Edith de Magalhães Fraenkel, Maria Rosa Sousa Pinheiro, para contribuir com a Escola de Enfermagem e Zilda de Almeida Carvalho, com o Hospital de Clínicas (CARVALHO, 1980). **“As Damas de Toronto”** foi o nome pelo qual ficou conhecido o grupo formado por Maria Rosa S. Pinheiro, Zilda de Almeida Carvalho, Profa. Glete de Alcântara e Lucila Jardim, bolsistas da Fundação Rockfeller, que foram estudar Enfermagem na Universidade de Toronto (RENOVATO; BAGNATO, 2008).

No que se refere à Edith Magalhães Fraenkel, seu estágio de estudos, com bolsa da Fundação, foi de um ano e meio, nos Estados Unidos e Canadá para aprofundar seus conhecimentos sobre a realidade da moderna enfermagem, retornando ao Brasil em novembro de 1941, quando realizou os preparativos para a efetiva inauguração da Escola de Enfermagem da USP e do Hospital das Clínicas. Foi a primeira Diretora da Escola de Enfermagem de São Paulo (EEUSP) e também a Supervisora Técnica de Enfermagem do Hospital de Clínicas. (CARVALHO, 1980).

Em relação à história pregressa de Edith Magalhães Fraenkel, deve-se destacar sua anterior relação com a Fundação Rockefeller, através da enfermeira norte-americana Ethel Parsons, do serviço Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller, que sob convite de Carlos Chagas, Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública – DNSP, em 1921, chefiou a Missão Técnica de Cooperação para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil. Uma de suas atividades foi iniciar cursos intensivos de visitadoras de Higiene e em fins de 1921, convidou Edith Magalhães Fraenkel para fazer o curso completo de Enfermagem nos Estados Unidos, quando essa tinha 33 anos, no “*Philadelphia General Hospital*”, onde diplomou-se em 1925 (ROLIM, 2006).

Retornando ao Brasil, lecionou na Escola de Enfermagem Anna Nery, foi nomeada enfermeira chefe do Departamento Nacional de Saúde Pública, e a seguir, Diretora da Divisão de Enfermeiras de Saúde Pública, em 1927, passou a Superintendente Geral em 1931. Teve importante participação na atual Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN), onde foi presidente da associação em 1927. Em 1934, organizou, no Rio de Janeiro, o Serviço de Obras Sociais, e em 1936, fundou naquela cidade, a primeira Escola de Serviço Social no Brasil. Em 1939, foi convidada pela Fundação Rockefeller para organizar e dirigir a Escola de Enfermagem de São Paulo (EEUSP), sendo sua primeira diretora entre 1941 – 1955 (CARVALHO, 1980; ROLIM, 2006). Entretanto, só aceita organizar e dirigir a futura escola se tivesse autonomia para a contratação das docentes (CARVALHO, 1980).

A Escola de Enfermagem de São Paulo foi criada em 31 de outubro de 1942, após mais de dois anos de organização de Edith de Magalhães Fraenkel. A escola iniciou suas atividades, antes da conclusão do prédio próprio, funcionando temporariamente, no ainda em construção Hospital das Clínicas (HC). Algumas das aulas práticas dos estudantes de enfermagem e os de medicina começaram a ser realizadas em algumas enfermarias, que já encontravam instaladas e foram

inauguradas; as outras enfermarias por falta de verbas, equipamentos ou de professores da medicina, ainda estava desocupadas, sendo as disciplinas ministradas na Santa Casa. A Escola de Enfermagem da USP (EEUSP) ocupava esse espaço das enfermarias não inauguradas para a parte administrativa, pedagógica e o alojamento para as estudantes, nas dependências do hospital. Apesar de necessária essa prática, havia grande ansiedade para a completa inauguração do HC e efetiva transferência de todas as clínicas para o prédio novo, o que em partes, dependia do término da construção da Escola de Enfermagem-USP (CARVALHO, 1980; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1944).

Edith de Magalhães Fraenkel defendeu, ao elaborar um currículo de enfermagem complexo e abrangente a todas as áreas da ciência, que apenas vocação não era suficiente para ser um competente profissional de enfermagem (FRAENKEL, 1943). Intencionava formar enfermeiras, a partir de um currículo bem elaborado e exigente, mesmo morando na cidade de São Paulo, as estudantes viviam em regime de internato na EEUSP (CAMPOS, 1942), em dedicação integral e exclusiva aos estudos, às práticas no HC e a educação postural exigida pela escola. Acreditava que como diretora, era a responsável, além do gerenciamento do serviço de enfermagem do hospital e da própria escola, pela educação das estudantes, perceptível pela incorporação de um *hábitus* próprio, na forma de ser, se apresentar e agir, característicos de uma enfermeira formada pela EEUSP. Apesar de reconhecer a necessidade de formar novas turmas, manteve um processo rigoroso de seleção (FRAENKEL, 1943a; FRAENKEL, 1943b; BOLETIM DO SESP (BR) 1948).

Edith de Magalhães Fraenkel era ainda responsável pela estruturação e administração de todo o Serviço de Enfermagem do HC, como Supervisora Técnica, todas as técnicas de enfermagem e os materiais utilizados logo após a inauguração do HC foram determinados por ela, como deixou relatado em seu relatório de 1942 a 1943, que contempla a organização e preparo prévio do Hospital das Clínicas e da Escola, estudo do currículo, das técnicas de enfermagem a serem adotada escolha de materiais, entre outros (CARVALHO, 1980, ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1947). A proximidade entre HC e EEUSP era tão visível que foram encontrados documentos que apresentam a Escola de Enfermagem como sendo anexa do Hospital das Clínicas (FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1942).

A diretora da escola de enfermagem Edith Magalhães Fraenkel, em 1943 publicou no periódico *Medico Social* um artigo que defendeu algumas das qualidades inerentes às futuras profissionais de enfermagem, tais como a fundamentação teórica além do tecnicismo, sem desmerecer as técnicas, mas com o cuidado interpretativo dos fenômenos sociais e psicológicos, com a mesma importância dos biológicos (FRANKEL, 1943b):

... A boa enfermagem exige inteligência e compreensão; exige uma mentalidade capaz de pensar e agir com presteza, em face de situações desconhecidas e imprevistas. A enfermagem significa muito mais que a simples aplicação da técnica, apesar de sua importância, pois, cada vez mais se patenteia a necessidade de compreender e interpretar os fatores sociais e emotivos, tanto quanto físicos (FRAENKEL, 1943, 33-6).

E justamente para a consolidação não apenas das técnicas, mas das habilidades de observação e crítica, que Edith de Magalhães Fraenkel defendeu um currículo fundamentado, não apenas nas técnicas do cuidado, mas também com conhecimento científico amplo, que oportunizasse ao novo profissional embasamento teórico para compreender as manifestações dos processos saúde doença e as melhores formas de planejamento do cuidado, como bem coloca em seu artigo publicado em 1943 (FRANKEL, 1943c).

... o estudo da ciência e suas leis não visa transformar enfermeiras em médicos, e sim, provê-las de conhecimentos básicos e específicos, necessários ao desempenho inteligente de suas funções. Além disso, estes cursos, comparados aos da Faculdade de Medicina, são elementares. (FRAENKEL, 1943, 41-2).

Assim, Edith de Magalhães Fraenkel respondeu às críticas direcionadas ao currículo, que foi implantado na Escola de Enfermagem de São Paulo, que para alguns queria confundir o papel a ser desempenhado pela enfermeira com o papel da profissão do médico. A diretora da escola defendeu a necessidade do conhecimento técnico científico desde os conhecimentos básicos como anatomia, fisiologia e sociologia para garantir uma visão crítica e complexa da realidade do processo saúde doença (FRANKEL, 1943b).

Curtis (2008), em seu artigo publicado em janeiro de 1949, apontou que profundas modificações sociais no Brasil tornaram possíveis, ao final da década de 1940. O serviço profissional médico-preventivo da Enfermagem moderna como instituição social e nova carreira para a mulher brasileira, o país tinha 18 escolas nos moldes do programa de ensino aprovado pelo Conselho Internacional de Enfermeiras, com a duração do curso de três anos. Destacou três escolas

universitárias: Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade do Brasil, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP) e Escola de Enfermagem Universidade da Bahia (todas pertencentes às universidades) e afirmou que as mudanças sociais implicavam diretamente nos princípios defendidos pela Enfermagem, que foram facilitados ou dificultados pela complexidade social.

A seguir são apresentados os resultados da coleta de dados do presente estudo, junto à Escola de Enfermagem-USP, elencando suas disciplinas curriculares e suas trajetórias, desde o primeiro currículo até o currículo que esteve vigente de 1950 a 1954, que constitui *corpus* de análise, a ser comparado com o primeiro currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP-USP), nos capítulos seguintes.

A coleta de dados da EEUSP foi realizada currículos oficiais originais (Anexos E, F e G) de cada ano em que houve alterações, e não, como na coleta realizada junto à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, junto ao histórico dos discentes. Nestes currículos constam, além da relação das disciplinas ministradas, a carga horária teórica, a carga horária prática e a carga horária total da disciplina.

Currículo EEUSP de 1943 à 1946					Currículo da EEUSP – 1947 a 1949				
Período	Nome da Disciplina	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Total	Período	Nome da Disciplina	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Total
Pré-clínico	Anatomia	120	—	120	Pré-clínico	Anatomia	71	—	71
	Fisiologia e Biologia	93	—	93	Pré-clínico	Fisiologia	85	—	85
	Química	80	—	80	Pré-clínico	Química	94	—	94
	Microbiologia	78	—	78	Pré-clínico	Microbiologia	54	—	54
	Higiene e Saúde Pública	23	—	23	Pré-clínico	Higiene e Saúde Pública	20	—	20
	Psicologia	37	—	37	Pré-clínico	Psicologia	18	—	18
					Pré-clínico	Parasitologia	39	—	39
					Pré-clínico	Patologia Geral	10	—	10
					Pré-clínico	Ajustamento Profissional – Ética	5	—	5
Junior	Enfermagem	288	—	288	Pré-clínico	Enfermagem	96	—	96
	Nutrição	19	—	19	Pré-clínico	Nutrição e Arte Culinária	15	—	15
	Clínica Médica	45	605	650	Junior	Clínica Médica	40	—	40
					Junior	Enfermagem Médica	16	425	441
	Clínica Cirúrgica	40	340	380	Junior	Clínica Cirúrgica	32	—	32
					Junior	Enfermagem Cirúrgica	15	435	450
					Junior	Sala de Operações	—	275	275
	Farmacologia	34	—	34	Junior	Farmacologia	42	—	42
Intermediário	Dietoterapia	—	60	60	Junior	Dietoterapia	4	—	4
	Ortopedia	30	450	480	Intermediário	Clínica e Enfermagem Ortopédica e Fisioterápica	21	—	21
					Intermediário	Enfermagem Ortopédica e Fisioterápica	—	140	140
	Neurologia	13	140	153	Intermediário	Clínica e Enfermagem Neurológica	13	—	13
					Intermediário	Enfermagem Neurológica	—	135	135
	Obstetrícia (Inclui Puericultura Neonatal e Ginecologia)	64	270	334	Intermediário	Enfermagem Ginecológica	—	60	60
					Senior	Clínica e Enfermagem Obstétrica	29	—	29
					Senior	Enfermagem Obstétrica	—	300	300
	Moléstias Contagiosas	24	40	64	Senior	Puericultura Néo Natal	20	—	20
					Intermediário	Clínica de Moléstias Contagiosas	26	—	26
					Intermediário	Enfermagem de Moléstias Contagiosas	27	380	407
	Enfermagem de Moléstias Contagiosas	21	—	21	Intermediário	Clínica Sifiligráfica e de Moléstias	16	—	16

						Venéreas			
	Dermatologia	15	200	215	Intermediário	Clínica e Enfermagem Dermatológica	11	_	11
					Intermediário	Enfermagem Dermatológica	_	150	150
	Otorrinolaringologia	16	60	76	Intermediário	Clínica e Enfermagem Otorrinolaringológica	16	_	16
					Intermediário	Enfermagem Otorrinolaringológica	_	60	60
	Psiquiatria	76	335	411	Intermediário	Clínica e Enfermagem Psiquiátrica	33	_	33
					Intermediário	Enfermagem Psiquiátrica	_	275	275
Senior					Intermediário	Enfermagem Urológica	_	60	60
	Pediatria	68	450	518	Senior	Clínica e Enfermagem Pediátrica	27	_	27
					Senior	Enfermagem Pediátrica	_	415	415
	Oftalmologia	_	20	20	Intermediário	Clínica e Enfermagem Oftalmológica	16	_	16
					Intermediário	Enfermagem Oftalmológica	_	90	90
	Tuberculose	12	_	12	Senior	Tuberculose	11	_	11
	Sociologia	47	_	47	Junior	Sociologia e Noções de Serviço Social	18	_	18
	Enfermagem Primeiros Socorros	12	_	12	Senior	Clínica e Enfermagem de Socorros de Urgência	31	75	106
	Higiene do Trabalho	15	_	15	Sênior	Higiene do Trabalho	15	_	15
	Enfermagem de Saúde Pública	39	315	354	Senior	Enfermagem de Saúde Pública	19	490	509
	História da Enfermagem	15	_	15	Senior	História da Enfermagem	13	_	13

Quadro 9: Currículos da Escola de Enfermagem, da Universidade de São Paulo – 1943 a 1949.

Fonte: Acervo da EEUSP, Seção de Graduação, São Paulo, 02/2014.

Período	Currículo da EEUSP – 1950 a 1954 Nome da Disciplina	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Total
1ª Série	Enfermagem	205	-	205
	Anatomia	54	-	54
	Fisiologia	80	-	80
	Química	78	-	78
	Microbiologia	44	-	44
	Parasitologia	26	-	26
	Psicologia	26	-	26
	Nutrição e Arte Culinária	13	60	73
	História da Enfermagem	12	-	12
	Saneamento	15	-	15
	Patologia Geral	14	-	14
	Enfermagem Adiantada	62	-	62
	Clínica Médica	30	-	30
	Enfermagem Médica	-	390	390
	Clínica Cirúrgica	30	-	30
	Enfermagem Cirúrgica	-	515	515
	Farmacologia	34	-	34
	Dietoterapia	13	-	13
2ª Série	Técnica de Sala de Operações	35	265	300
	Clínica de Doenças Transmissíveis e Tropicais	23	-	23
	Enfermagem de Doenças Transmissíveis e Tropicais	61	255	316
	Clínica Tisiológica	10	-	10
	Enfermagem Tisiológica	12	-	12
	Clínica Dermatológica	10	-	10
	Clínica Sifilígrafica e de Doenças Venéreas	12	-	12
	Enfermagem Dermatológica, Sifilígrafica e de Doenças Venéreas	30	140	170
	Clínica Ortopédica, Fisioterápica e Massagem	9	-	9
	Enfermagem Ortopédica, Fisioterápica e Massagem	7	140	147
	Clínica Neurológica	12	-	12
	Enfermagem Neurológica	8	140	148
	Clínica Psiquiátrica	30	-	30
	Enfermagem Psiquiátrica	30	280	310
	Clínica de Socorros e Urgência	14	60	74
	Clínica Urológica	10	-	10
	Enfermagem Urológica	-	70	70
	Clínica Ginecológica	10	-	10
	Enfermagem Ginecológica	-	70	70
	Sociologia	24	-	24
	Ética (Ajustamento Profissional)	14	-	14
Continua...				

Continuação...

Período	Nome da Disciplina	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Total
3ª Série	Clínica de Otorrinolaringologia	9	-	9
	Enfermagem de Otorrinolaringologia	-	70	70
	Clínica Oftalmológica	8	-	8
	Enfermagem Oftalmológica	-	70	70
	Clínica Obstétrica	29	-	29
	Enfermagem Obstétrica	22	405	427
	Puericultura Néonatal	8	-	8
	Clínica Pediátrica	24	-	24
	Enfermagem Pediátrica	50	420	470
	Enfermagem de Saúde Pública	78	420	498
	Higiene do Trabalho	9	-	9
	Ética	14	-	14
	Serviço Social	-	-	-
	Organização Hospitalar	-	-	-
Total				5118

Quadro 10: Currículos da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo 1950 a 1954.

Fonte: Acervo da EEUSP, Seção de Graduação, São Paulo, 02/2014.

Não foram muito significativas as alterações nos três currículos aqui expostos, desde o primeiro, que vigorou de 1943 a 1946, até o que compreendeu o período de 1950 a 1954.

O período “Pré-Clínico” passou a chamar-se de “1ª série” no terceiro currículo. Algumas disciplinas sofreram redução da carga horária como “**Higiene e Saúde Pública**” que de 23 horas, no currículo de 1943 à 1946, reduziu para 20 horas no currículo vigente entre 1947 a 1949 e depois foi excluída no currículo seguinte de 1950 a 1954; a redução de carga horária também pode ser observada com a disciplina de “**Psicologia**” que iniciou-se com 37 horas, no currículo de 1943 a 1946, passou para 18 horas entre 1947 a 1949 e no último currículo analisado (1950 a 1954) esteve com 26 horas.

Em relação ao período conhecido como “Júnior” dos dois primeiros currículos (de 1943 à 1946 e de 1947 a 1949) apresentou-se no segundo currículo a disciplina “**Sociologia e Noções de Serviço Social**” com 18 horas teóricas, que foi modificada para “**Sociologia**”, com 24 horas, no terceiro currículo (de 1950 a 1954), na “2ª série”,

Para o período “intermediário” nos dois primeiros currículos e chamado de “3ª série” no último, ocorreu a inclusão da disciplina **“Enfermagem em Saúde Pública”** com 78 horas de teoria, 420 horas de prática (total 498hs) e das disciplinas de **“Serviço Social”** e **“Organização Hospitalar”**, que não possuem carga horária registrada.

E finalmente no período “Sênior” que está presente apenas no primeiro e segundo currículo, mantém-se poucas alterações, observando-se o aumento da carga horária na disciplina **“Enfermagem em Saúde Pública”** com 39 horas de teoria, 315 horas prática (total de 354 horas), no primeiro currículo para 19 horas de teoria, 490 horas prática (total de 509 horas) no segundo. Apresentou-se também a redução da carga horária da disciplina **“História de Enfermagem”** que no primeiro currículo era de 15 horas, passando para 13 horas e no terceiro currículo analisado, a disciplina foi deslocada para a 1ª série, com apenas 12 horas. Vale ressaltar que o currículo de 1950 a 1954, não apresentou a 4ª série (antigo período Sênior).

5.3 PROCESSO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E DE CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – EERP-USP

Fundada em 19 de junho de 1856, a cidade de Ribeirão Preto recebeu fortes influências religiosas do século XVIII, sendo entre 1845 a 1852, a fazenda das Palmeiras, o cenário da capela de São Sebastião, mais tarde sendo incorporada a Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, tornando-se esse o Santo Padroeiro da cidade (CIONE, 1989).

Na era cafeeira paulista, o município começou a receber fortes estímulos de desenvolvimento devido a riqueza de sua terra roxa, propícia para uma boa safra de café o que atraiu grandes “barões”, o que oportunizou a criação de teatros e escolas aflorando a cultura local (CIONE, 1989).

Concomitantemente, Profa. Glete de Alcântara, nascia em 24 de junho de 1910, em São Sebastião do Paraíso, município de Minas Gerais. A história da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP-USP) está entrelaçada com a história de Profa. Glete de Alcântara através do “Efeito Demonstração” da Fundação Rockefeller. O Efeito Demonstração consistia na distribuição de bolsas de estudo para formar enfermeiras que seriam as futuras professoras para Escolas de Enfermagem em suas cidades de origem (FARIA, 2002).

Conforme explanação em capítulo anterior, Professora Glete de Alcântara possui estreita ligação com a Fundação Rockefeller, no processo de organização e estruturação da EEUSP, quando visitadoras sanitárias foram escolhidas para usufruir de bolsas de estudo para graduação em Enfermagem no exterior. A docente pertence às denominadas Damas de Toronto, formado por Maria Rosa Sousa Pinheiro, Zilda Almeida Carvalho, Profa. Glete de Alcântara e Lucia Jardim, pois cursaram a graduação na Escola de Enfermagem da Universidade de Toronto, Canadá, entre 1940-1944 (PINHEIRO, 1976).

Revalidado seu diploma na Escola de Enfermagem Anna Nery, no final de 1944, Profa. Glete de Alcântara foi ensinar a “Arte de Enfermagem” na EEUSP, até 1947. Em 1950, com bolsa de estudo da Fundação Kellogg, realizou curso de pós-graduação na Teacher’s College, Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos,

retornando ao país em 1951. Ao retornar dos EUA, finaliza o curso de Licenciatura em Ciências Sociais que havia iniciado em 1947 na USP (ALCÂNTARA, 1963).

O Brasil vivia sua democratização e a criação do parque industrial, que acelerou o processo de urbanização, criando grandes cidades e contingentes populacionais empobrecidos, acrescidos pelo êxodo rural ou pela imigração intensificada no pós-guerra. O atendimento à saúde era precário, visando apenas a recuperação por via medicamentosa. Para atender essa demanda biologicista, que reduzia a atenção nas causas sociais das doenças, houve um intenso movimento na criação de hospitais devido ao aumento da demanda populacional, acarretando consigo o aumento da demanda de recursos materiais e humanos (ANGERAMI, 1993).

A cidade de Ribeirão Preto além do destaque na cafeicultura, até a década de 1930, passa também a ser produtora de açúcar. A cidade torna-se industrializada e urbanizada, figurando em 1952, como um dos centros educacionais mais importantes do Estado de São Paulo. Avanços que passaram a demandar melhoria na assistência da cidade, tanto que já na década de 1930, houve a primeira tentativa de organizar o ensino de Enfermagem, com a fundação da Escola Municipal de Enfermagem e Obstetrícia de Ribeirão Preto, criada anexa à Santa Casa de Misericórdia em 1935. Entretanto, aparentemente, dificuldades não possibilitaram a concretização da Escola. Entretanto, era visível a necessidade do enfermeiro diplomado na cidade, fato que ficou em evidência com a criação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto-USP, e a necessidade de funcionamento do Hospital das Clínicas (ANGERAMI, 1993).

A Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto foi criada em 26 de dezembro de 1951, dentro da Lei Estadual nº1467, (Anexo H) que aprovava a estrutura didático-administrativa da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP), uma vez que a EERP-USP foi criada anexa à FMRP-USP (SÃO PAULO, 1951).

No artigo 13 da Lei Estadual nº1467, lê-se:

Fica criada a Escola de Enfermagem anexa a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, **nos moldes da Escola de Enfermagem da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo**, a qual manterá cursos de enfermagem e de auxiliares de enfermagem nos termos da Lei Federal nº775, de 06 de agosto de 1949 (SÃO PAULO, 1951, grifo nosso).

Segundo ata do Conselho Universitário da USP, de 5 de março de 1952, que trata da contratação da Profa. Glete de Alcântara como diretora, essa ocorre via

Diretor da FMRP-USP, Prof. Dr. Zeferino Vaz, mas cuja indicação havia partido de Prof. Dr. Paulo César de Azevedo Antunes, para o qual Prof. Dr. Zeferino Vaz agradece durante a reunião (SOUSA, 2014). Contrariando a maioria dos textos produzidos até o momento, que mencionam a indicação da diretora como responsabilidade exclusiva de Prof. Dr. Zeferino Vaz.

Profa. Glete de Alcântara inicia seus trabalhos como diretora em maio de 1952 (ALCÂNTARA, 1963), cargo esse que exerceu por quase 20 anos, entre 1952 e 1971 (MENDES, 1993).

Em 08 de maio de 1954, através da Portaria nº 265 do Ministério Educação e Cultura/MEC, fica autorizado o funcionamento do curso e seu reconhecimento deu-se através do Decreto 42.812, de 13 de dezembro 1957. Em 24 de novembro de 1960 foi promulgada a Lei Estadual n.º 5970, que dispõe sobre a estrutura didática e administrativa da EERP-USP e cria suas cátedras (COMISSÃO, 1993), que significou a dispersão da insegurança sentida em perder as qualificadas enfermeiras colaboradoras da EERP-USP, que eram constantemente assediadas por melhores condições trabalhistas de outras instituições. Assim, viu-se assegurado um corpo docente e administrativo qualificado, através da criação do quadro docente, para dar continuidade a ambiciosa missão de formação de qualidade, a qual a Escola se propunha. A efetivação do pessoal docente e administrativo foi tão crucial, que a Profa. Glete de Alcântara afirma: “A estrutura didática e administrativa da escola de enfermagem, representa, portanto, *marco de progresso para a mesma*”, além de ter sido a primeira Escola de Enfermagem do Brasil a possuir quadro docente, igualando a EERP-USP ao nível dos demais institutos universitários (ALCÂNTARA, 1962, p.91).

Com o desejo de responder as demandas de saúde da comunidade, a filosofia e os objetivos da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - USP estabeleceram o que foi chamado por sua diretora Profa. Glete de Alcântara (1962) de uma “estrutura didático administrativa inovadora” (FREITAS; FAVERO; SCATENA, 1993), criada sem a obrigatoriedade do internato, fato extremamente incomum para a época, que configurava exigência na maioria das escolas à época (CLAPIS et al., 2004). Além disso teria sido pioneira na contratação de uma psicóloga, que deveria realizar o acompanhamento e o apoio às estudantes em suas dificuldades (MENDES, 1993).

Em seus primórdios a EERP-USP objetivou a formação profissional de enfermeiros para a direção e assistência de unidades de enfermagem hospitalares ou de Saúde Pública, incluindo-se o ensino e a supervisão de enfermeiros e equipe de enfermagem, com ênfase na administração hospitalar (FREITAS; FAVERO; SCATENA, 1993).

A Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo é desanexada da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, em maio de 1964, (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1964), momento o qual adquiriu sua autonomia didática administrativa, e tornou-se estabelecimento de ensino superior (CLAPIS, et al., 2004) com os exames vestibulares realizados CESCEN, em 1969 e a partir de 1970, pela FUVEST, como é atualmente (FREITAS; FAVERO; SCATENA, 1993).

Considerando a formação em Enfermagem da primeira diretora da EERP-USP e a direção dessa junto à EERP por quase duas décadas, infere-se influência direta da mesma na construção do currículo da instituição durante o período de análise do presente projeto. Nesse sentido, torna-se interessante vislumbrar o currículo cursado pela mesma em Toronto, no sentido de identificar possíveis influências.

5.3.1. Escola de Enfermagem da Universidade de Toronto (Faculty of Nursing – University of Toronto)

A **Faculdade de Enfermagem da Universidade de Toronto (FEUT)**, Canadá, atualmente nomeada **Faculty of Nursing Laurence S. Bloomberg (FNLSB)**, inicia sua história, assim como a de Ribeirão Preto, através de uma importante liderança.

A FEUT nasceu em 1920, por iniciativa de Sra. E. Kathleen Russell, considerada uma líder em inovação educacional. Russell também foi responsável pelo estabelecimento do Departamento de Enfermagem em Saúde Pública, como um experimento em ciência da educação. Seu objetivo era melhorar o tradicional preparo dos profissionais em enfermagem focado no âmbito hospitalar, através da incluindo a educação em saúde pública e assistência social, considerado uma inovação quase radical na época (BLOOMBERG, 2014).

Sob sua visão educacional, Sra. Russel colaborou na educação de líderes em administração, educação e saúde pública em Toronto, Canadá, e para todo o

mundo, colaborando para atender a demanda por enfermeiros para o mundo após a pandemia de gripe espanhola de 1917 (BLOOMBERG, 2014).

A instituição foi o primeiro programa de enfermagem totalmente baseado no modelo universitário. O Departamento, em 1928, tornou-se uma unidade da Escola de Higiene e em 1933, foi reconhecida como uma Escola de Enfermagem autônoma. O curso que inicialmente era de três anos, passa a ser ministrado em quatro anos, em 1942. Tanto a FEUT, quanto Sra. E. Kathleen Russell, foram reconhecidos internacionalmente pela progressista abordagem educacional, que estabeleceu o "modelo de Toronto da educação" mundialmente (BLOOMBERG, 2014).

Faculdade de Enfermagem, Universidade de Toronto Currículo 1941-1944	
Período	Nome da Disciplina examinada
1º Ano	Enfermagem 1- Teoria
	Enfermagem 2- Prática de Enfermagem
	Anatomia e Fisiologia
	Bioquímica
	Psicologia
	Nutrição
	História de Enfermagem
	Farmacologia
	Zoologia de Vertebrados
	Medicina Preventiva
	Medicina Geral
2º Ano	Enfermagem
	Cirurgia teórico/ Cirurgia prática (geral, ginecologia, EEN&T, psiquiatria e obstetrícia)
	Sala de operação (dentro da disciplina de cirurgia (parte prática)
	Cozinha de dieta (prática)
	Medicina (prática)
	Psiquiatria
	Obstetrícia e Ginecologia
	Enfermagem de Saúde Pública – prático)
3º Ano	Pediatria (teórico)
	Pediatria (clínico)
	Enfermagem em Saúde Pública
	Enfermagem
	Doenças Transmissíveis (teórico)
	Doenças transmissíveis prático
	Estágio St Elizabeths V.N.A
	Estágio Departamento de Saúde Municipal
4º Ano	Obstetrícia (prática)
	Medicina preventiva
	Estágio St Elizabeths V.N.A
	Enfermagem em Saúde Pública I (teórico)
	Enfermagem em Saúde Pública II(teórico)
	Enfermagem em Saúde Pública III(teórico)
	Departamento municipal de saúde (prático)
	Tuberculose(teórico)
	Tuberculose (prático)
	Trabalho social (teórico)
	Administração do serviço de Enfermagem (prático)
	Princípios de ensino (teórico)

Quadro 11: Currículo cursado pela Profa. Gleite de Alcântara na Escola de Enfermagem de Toronto, Canadá.

Fonte: Histórico escolar de Profa. Gleite de Alcântara, da Faculty of Nursing, University of Toronto, 1941-1944. Centro de Memória da EERP-USP.

Com um currículo experimental a escola de enfermagem tinha como objetivo, no curso de graduação, preparar enfermeiras para atividades de assistência hospitalar e de saúde pública (PINHEIRO, 1976).

Segundo PINHEIRO (1976) essa Escola oferecia o um dos currículos mais sofisticados e avançados, apesar de serem muitos conhecimentos a serem adquiridos em curto prazo de tempo.

As estudantes do primeiro ano tiveram supervisão direta no estágio, as do segundo estavam sob supervisão da enfermeira chefe. Era reconhecida como disciplina mais importante do curso a **“Enfermagem de Saúde Pública”** que era dividida em duas partes, sendo a prevenção das doenças apresentada durante todo o currículo, e depois a mais específica com três meses de aulas teórica e três meses de estágio. As estudantes recebiam um diploma de **“Enfermagem e Enfermagem em Saúde Pública I”** e com equivalência a Pós-Graduação o diploma de **“Enfermagem em Saúde Pública II”** (PINHEIRO, 1976).

5.3.2 Currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo

Elaborado pela Profa. Gleite de Alcântara em 1952, o anteprojeto de lei, para a criação do quadro da EERP-USP, apresentava justificativas para algumas disciplinas apontadas pela mesma como inovadoras sendo essas:

- a) ensino das ciências sociais articulado com o da Enfermagem;**
- b) correlação dos aspectos preventivos da enfermagem com as disciplinas ministradas em todo o curso,**
- c) inclusão do ensino teórico e prático de administração aplicada à Enfermagem, de psicologia educacional e de didática (ALCÂNTARA, 1963, p.8).**

Essas “inovações” visavam formar Enfermeiros que exerceriam cargos de direção em serviços de saúde, ensino e a supervisão da categoria auxiliar de enfermagem. Aprovado oito anos depois, segundo sua diretora, o projeto foi implementado desde o início da escola. Profa. Gleite de Alcântara refere ter investido em modernas técnicas de propaganda profissional no intuito de conquistar estudantes para a nova escola e apresentar um novo conceito de enfermagem para a sociedade de Ribeirão Preto (ALCÂNTARA, 1963). Foram necessários dois

exames vestibulares para formar a primeira turma, com ingresso de cinco discentes em agosto de 1953 e outros cinco em fevereiro de 1954, com colação de grau da primeira turma em dezembro de 1957 (SIMIELE, et al., 2014).

A diretora da EERP-USP intencionava melhorar a representação social da Enfermagem, investindo na formulação de um currículo que continha além da formação técnica - científica, uma formação cultural, com capacitação em línguas estrangeiras facilitando futuros intercâmbios (LUCHESI et al., 2010a). Seu ideal para o currículo corroborava com o discurso da Associação Brasileira de Enfermagem, na pesquisa intitulada “Levantamento de Recursos e Necessidades em Enfermagem” que apontou em seus resultados uma importante lacuna cultural na formação dos enfermeiros (ALCÂNTARA, 1964a; ALCÂNTARA, 1964b).

O Currículo Mínimo dos Cursos de Graduação em Enfermagem, publicado pelo parecer 271/62, do Conselho Federal de Educação exerceu influência no oferecimento da graduação, em Enfermagem Geral, da EERP-USP, com duração de 4 anos de 1953 a 1966, com mudanças em 1967. Para o presente estudo, entretanto, apenas o período de 1953 a 1963 é foco de estudo (COMISSÃO, 1993).

Segundo sua primeira diretora, a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo tinha por finalidade:

- a) ministrar, desenvolver e aperfeiçoar o ensino da enfermagem;
- b) realizar investigações científicas no campo da enfermagem;
- c) preparar enfermeiras para atenderem diretamente ao paciente em hospitais e unidades sanitárias e para exercerem funções administrativas nos serviços de enfermagem dos mesmos;
- d) contribuir nos limites de sua competência para a solução dos problemas de saúde da comunidade. (ALCÂNTARA. p.88-91, 1962).

Para alcance de suas finalidades e intencionando formar um enfermeiro cidadão a EERP-USP, segundo Alcântara (1962) pautou-se nos seguintes objetivos gerais:

- 1. Proporcionar oportunidades para a estudante tornar-se uma pessoa amadurecida e ajustada, capaz de dirigir sua própria vida, de assumir responsabilidades pessoais, profissionais e cívicas.
- 2. Favorecer à estudante meios para aquisição dos conhecimentos fundamentais de ciências físicas, biológicas e sociais necessários à prática de enfermagem e à participação como membro da equipe de saúde, no cuidado ao paciente, na prevenção da doença e da promoção da saúde;
- 3. Auxiliar a estudante a adquirir conhecimentos e destrezas relacionados aos princípios e práticas da administração de serviços de enfermagem;

4. Estimular a estudante a desenvolver relações interpessoais e profissionais, atitudes ideais da profissão e a contribuir para o progresso da enfermagem (ALCÂNTARA, 1962, p.88-91).

Corroborando com objetivos e a finalidade Escola, foi elaborado seu primeiro currículo, abaixo apresentado. Inicialmente o plano curricular de 1953, apresentado como Anexo IV no Livro comemorativo do 30º. Aniversário da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, apresentado na íntegra no Quadro 12, não foram localizados documentos oficiais de 1953, além do referido fac-símile. A confecção dos quadros do currículo real da EERP-USP de 1953-1963, deu-se através de coleta de dados, a partir de todos os históricos das egressas, analisados individualmente, sendo possível verificar a ocorrência de cargas horárias distintas entre históricos de uma mesma turma, em virtude da frequência das estudantes. Nesse sentido, elencou-se a **“Carga Horária Mínima”(CH Min. – menor carga horária localizada)** e a **“Carga Horária Máxima”(CH Max. – maior carga horária localizada)**. Todos os históricos de cada turma foram analisados, observou-se rasuras em relação a carga horária e até mesmo disparidades de nome de algumas disciplinas, em uma mesma turma, como por exemplo, Psicologia e Higiene Mental juntas ou desmembradas em Psicologia uma disciplina e Higiene Mental outra, sendo o currículo da mesma turma.

A análise dos históricos do decênio compreendido entre 1953 a 1963 nos permite inferir que houve certa preocupação pela uniformidade dos currículos em relação às disciplinas, com poucas mudanças, as mais relevantes foram em relação às cargas horárias.

Período	Nome da Disciplina	CH
1º Ano	1º. Sem. ¹⁵ Anatomia	45
	1º. Sem. Fisiologia	45
	1º. Sem. Bioquímica	60
	1º. Sem. Física Aplicada à Enfermagem	30
	1º. Sem. História da Enfermagem no Brasil, aspectos sociais e Históricos	30
	1º. Sem. Psicologia	30
	1º. Sem. Introdução à Enfermagem I – higiene pessoal e Enfermagem no lar	60
	1º. Sem. Inglês	30
	2º. Sem. Microbiologia	60
	2º. Sem. Parasitologia	30
	2º. Sem. Saúde da Comunidade e Bioestatística	45
	2º. Sem. Introdução à Enfermagem II – primeiros socorros e cuidado ao paciente	90
	2º. Sem. Introdução às ciências médicas - Patologia	15
	2º. Sem. Sociologia	35
	2º. Sem. Psicologia e Saúde Mental	30
	2º. Sem. Princípios de Nutrição, incluindo preparo de alimentos	45
	2º. Sem. Inglês	30
	Farmacologia	30
	Enfermagem Médica (dietoterapia, admissão do paciente e cuidados de emergência) 12 semanas	130
2º Ano	Enfermagem Cirúrgica (urologia, neurologia, dietoterapia, admissão do paciente, cuidados de emergência e sala de operação) 20 semanas	175
	Enfermagem Ortopédica 4 semanas	30
	Psicologia Clínica e social (aspectos da doença)	60
	Ajustamento Profissional I	15

15 Sem. - Equivalente à Semestre

	Enfermagem Neurológica 4 semanas	25
	Inglês	30

Período	Nome da Disciplina	CH .
3º Ano	Enfermagem Psiquiátrica 8 semanas	25
	Enfermagem Obstétrica e Ginecológica (ginecologia, dietoterapia e admissão do paciente 12 semanas	90
	Enfermagem da criança - dietoterapia e admissão do paciente	60
	Crescimento e Desenvolvimento	25
	Enfermagem em Doenças Transmissíveis (incluindo tuberculose) - 8 semanas	45
	História da Enfermagem	45
	Serviço Social	10
	Ajustamento Profissional II	15
4º Ano	1º sem. Enfermagem Cirúrgica (nariz, garganta, ouvido e enfermagem oftalmológica – 2 semanas	25
	1º sem. Enfermagem Cirúrgica	25
	1º sem. Princípios de Enfermagem de Saúde Pública (epidemiologia e Saúde Materno Infantil	115
	1º sem. Campos de prática em Saúde Pública (urbana e rural) - 12 semanas	-
	2º sem. Princípios de Administração de Serviços de Enfermagem	30
	Psicologia Educacional, Princípios de Ensino e Supervisão	25h
	Supervisão e Trabalho em Enfermaria 20 semanas	-

Quadro 12: Plano curricular oficial da EERP-USP de 1953 (classe 1953). Anos 53/54/55/56).

Fonte: Sessão de Graduação da EERP-USP. Histórico Escolar das egressas de 1953-1963, 04/2012.

Histórico Escolar Ingressantes de 1953/54 conclusão em 1957				Histórico Escolar Ingressantes de 1955 conclusão em 1958				Histórico Escolar Ingressantes de 1956 conclusão em 1959				Histórico Escolar Ingressantes de 1957 conclusão em 1960				Histórico Escolar Ingressantes de 1958 conclusão em 1961				Histórico Escolar Ingressantes de 1959 conclusão em 1962			
Período	Nome da Disciplina	CH (Min.)	CH (Max.)	Período	Nome da Disciplina	CH (Min.)	CH (Max.)	Período	Nome da Disciplina	CH (Min.)	CH (Max.)	Período	Nome da Disciplina	CH (Min.)	CH (Max.)	Período	Nome da Disciplina	CH (Min.)	CH (Max.)	Período	Nome da Disciplina	CH (Min.)	CH (Max.)
1º Ano	Física ¹⁶	0	0	1º Ano	Física	0	0	1º Ano	Física	0	0	1º Ano	Física	0	0	1º Ano	Física	0	0	1º Ano	Física	0	0
	Química ¹⁴	0	0		Química	0	0		Química	0	0		Química	0	0		Química	0	0		Química	0	0
	Biologia ¹⁴	0	0		Biologia	0	0		Biologia	0	0		Biologia	0	0		Biologia	0	0		Biologia	0	0
	Técnica em Enfermagem	104	119		Técnica de Enfermagem	156	184		Técnica de Enfermagem	111	122		Técnica de Enfermagem	162	212		Técnica de Enfermagem	140	181		Técnica de Enfermagem	233	233
	Anatomia	54	60		Anatomia	22	44		Anatomia	27	45		Anatomia	37	43		Anatomia	15	37		Anatomia	53	53
	Fisiologia	42	47		Fisiologia	17	52		Fisiologia	15	43		Fisiologia	37	43		Fisiologia	15	53		Fisiologia	56	56
	Química Biológica	41	43		Química Biológica	11	56		Química Biológica	28	51		Química Biológica	40	73		Química Biológica	30	42		Química Biológica	0	0
	Microbiologia	56	56		Microbiologia	33	33		Microbiologia	15	73		Microbiologia	34	47		Microbiologia	15	41		Microbiologia	47	47
	Parasitologia	41	41		Parasitologia	33	33		Parasitologia	15	33		Parasitologia	27	29		Parasitologia	15	29		Parasitologia	25	25
	Psicologia	33	38		Psicologia	36	40		Psicologia - Higiene Mental	28	35		Psicologia	31	68		Psicologia	20	52		Psicologia	70	70
	Nutrição e Dietética	29	44		Nutrição e Dietética	39	39		Nutrição e Dietética	22	26		Psicologia - Higiene Mental	31	68		Higiene Mental	27	30		Psicologia e Higiene Mental	70	70
	História da Enfermagem	11	11		História da Enfermagem	30	30		História da Enfermagem	29	29	4º Ano	Nutrição e Dietética	16	39	3º Ano	Nutrição e Dietética	26	35		Nutrição	35	35
													História da Enfermagem	25	25		História da Enfermagem	24	24	3º Ano	História da Enfermagem	25	25

16 Disciplina referente ao exame vestibular

3º Ano	Clínica Neurológica	7	7	13	3º Ano	Clínica Neurológica	8	8	3º Ano	Clínica Neurológica	7	7	7	3º Ano	Clínica Neurológica	6	6	3º Ano	Clínica Neurológica	8	8	3º Ano	Clínica Neurológica	10	10	10							
	Enfermagem Neurológica	7	7	10		Enfermagem Neurológica	13	13		13	Enfermagem Neurológica	7	7		7	Enfermagem Neurológica	10		10	10	Enfermagem Neurológica		14	14	14	Enfermagem Neurológica	9	9	9				
	Clinica Ortopédica	10	10	12		Clinica Ortopédica	17	17		17	Clinica Ortopédica	11	11		11	Clinica Ortopédica	13		13	13	Clinica Ortopédica		18	18	18	Clinica Ortopédica	6	6	6				
	Enfermagem Ortopédica	5	5	12		Enfermagem Ortopédica	6	6		6	Enfermagem Ortopédica	6	6		6	Enfermagem Ortopédica	16		16	16	Enfermagem Ortopédica		15	15	15	Enfermagem Ortopédica	29	29	29				
	Cl. Urológica e Ginecológica	8	8	8		Cl. Urológica e Ginecológica	6	6		6	Clínica Urológica e Ginecológica e Enfermagem Urológica e Ginecológica	6	6		6	Clínica e Enfermagem Oftalmológica	18		18	Clínica e Enf. Otorrinolaringológica	9		9	Clínica e Enf. Otorrinolaringológica	16	16	Clínica e Enf. Otorrinolaringológica	18	18	Clínica e Enf. Otorrinolaringológica	18	18	
	Enf. Urológica e Ginecológica	7	7	7		Enf. Urológica e Ginecológica	6	6		6		Enfermagem Urológica e Ginecológica	5		5		5		Clínica e Enf. Otorrinolaringológica		7		7		Clínica e Enf. Otorrinolaringológica	9		9	Clínica e Enf. Otorrinolaringológica		18	18	18
	Psicologia Clínica	60	63			Psicologia Clínica	35	35				Psicologia Clínica	31		31				Cl. Doenças Transmissíveis e Tropicais		9		9		9	Cl. Doenças Transm. E Tropicais		10	10		10	Clin. Em Doenç. Transmissíveis e Tropicais	10
3º Ano	Cl. 18 Doenças Transm. e Tropicais	26	26		3º Ano	Cl. Doenças Transm. e Tropicais	29	29	3º Ano	Cl. Doenças Transmissíveis e Tropicais	11	11		3º Ano	Cl. Doenças Transmissíveis e Tropicais	9	9	3º Ano	Cl. Doenças Transm. E Tropicais	10	10	3º Ano	Clin. Em Doenç. Transmissíveis e Tropicais	10	10	10							
	Enf. 19 Doenças Transm. E Tropicais	16	22			Enf. Doenças Transm. E Tropicais	21	21			Enf. Doenças Trasmissoíveis e Tropicais	7	13			Enf. Doenças Transmissíveis e Tropicais	14		14		Enf. Em Doenç. Transm. E Tropicais		14	14		Enf. Em Doenç. Transm. E Tropicais	25	25	25				
	Cl. 20 Dermatol. Sifiligr. E Venéreas	19	19			Cl. Dermatol. Sifiligr. e Venéreas	15	15			Cl. Dermatol. Sifiligr. e Venérea	7	7		7	Cl. E Enf. Dermat. Sifil. e Doenças Venéreas	11		11						Cl. Dermat. Sifiligr. e Doenças Venéreas	11	11	11					
	Enf.	11	11			Enf.	15	15			Enf.	7	7		7						Enf. Derm. Sifil.		12	12		Enf. Dermat.	10	10	10				

18 Clínica em Doenças Transmissíveis e Tropicais

19 Enfermagem em Doenças Transmissíveis e Tropicais

20 Clínica Dermatológica Sifiligráfica e Venéreas

4º Ano	21 Dermat.Sifili gr. E Venérea			Dermat.Sifiligr. E Venérea			Dermatológica Sifiligr. E Venérea			3º Ano		E Venérea			Sifiligr. E Doenças Venéreas					
	Clínica Psiquiátrica	27	27	Clínica Psiquiátrica	23	23	Clínica Psiquiátrica	42	42		Clínica Psiquiátrica	17	17	Clínica Psiquiátrica	19	19	Clínica Psiquiátrica	22	22	
	Enfermagem Psiquiátrica	39	39	Enfermagem Psiquiátrica	27	27	Enfermagem Psiquiátrica	27	27		Enfermagem Psiquiátrica	54	54	Enfermagem Psiquiátrica	52	52	Enfermagem Psiquiátrica	36	66	
	Cl. 22 Obstétr. E Puer. Neo Natal	25	30	Cl. Obstétr. E Puer. Neo Natal	38	38	Cl. Obstétrica e Puericultura Neo- Neonatal	44	44		Cl. Obst. E Ginec. E Pueril. Neo- Natal	36	36	Cl. Obstétrica. E Ginec. E puer. Neo-Natal	48	48	Clínica Obstétrica e Ginecológica	37	37	
	Enf. 23 Obstétr. E Puer. Neo Natal	16	17	Enf. Obstétr. E Puer. Neo Natal	27	27	Enf. Obstétrica e Pueri. E Neo- Natal	42	42		Enf. Obst. e Ginec. e Pueris. Neo-Natal	40	40	Enf. Obstétr. E Ginec. E Puer. Neo-Natal	30	30	Enfermagem Obstétrica e Ginecológica	22	22	
	Clínica Oftamológica	13	13	Clínica Oftamológica	10	10	Clínica Oftamológica	10	10							Clínica Oftamológica	12	12		
	Enfermagem Oftamológica	13	13	Enfermagem Oftamológica	10	10	Enfermagem Oftamológica	10	10							Enfermagem Oftamológica	6	11		
	Clínica Otorrinolaringológica	13	13	Clínica Otorrinolaringológica	10	10	Clínica Otorrinolaringológica	10	10											
	Enf. Otorrinolaringológica	13	13	Enf. Otorrinolaringológica	10	10	Enfermagem Otorrinolaringológica	10	10											
	Psicologia Infantil	21	21	Psicologia Infantil	28	28	Psicologia Infantil	38	38		Psicologia Infantil	32	32	Clínica Pediátrica	15	15	Clínica Pediátrica	11	11	
4º Ano	Clínica Pediátrica	13	33	Clínica Pediátrica	13	13	Clínica Pediátrica	13	13	Clínica Pediátrica	13	13	Enfermagem Pediátrica	48	48	Enfermagem Pediátrica	24	24		
	Enfermagem Pediátrica	17	33	Enfermagem Pediátrica	29	29	Enfermagem Pediátrica	32	32	Enfermagem Pediátrica	26	26	Psicologia do Desenvolvimento	39	39	Psicologia do Desenvolvimento	36	36		
												Clínica	8	8						

21 Enfermagem Dermatológica Sifiligráfica e Venéreas

22 Clínica Obstétrica e Puericultura. Neo Natal

23 Enfermagem Obstétrica e Puericultura. Neo Natal

4º Ano	Dietética Infantil	9	10	4º Ano	Dietética Infantil	11	11	4º Ano	Dietética Infantil	11	11	4º Ano	Tisiológica			4º Ano			
	Enfermagem de Saúde Pública	15	24		Enfermagem de Saúde Pública	46	46		Enfermagem de Saúde Pública	29	29		Enfermagem Tisiológica	14	14				
	Epidemiologia e Bioestatística	10	12		Epidemiologia e Bioestatística	11	11		Epidemiologia	22	22		Dietética Infantil	11	11		Dietética Infantil	8	8
	Saneamento	10	22		Saneamento	21	21						Enfermagem de Saúde Pública	35	35		Enfermagem de Saúde Pública ¹⁵	?	?
	Admin. ²⁴ Sanitária	14	14		Administração Sanitária e Tuberculose	12	12		Administração Sanitária	11	11		Epidemiologia	27	27		Epidemiologia ¹⁵	?	?
	Tuberculose	8	8		Ética (Ajust. Profis.) II	15	15		Tubercu ²⁵ lose e Enferm. Em Tuberculose	20	20		Administração Sanitária	12	12		Administração Sanitária ¹⁵	?	?
	Ética ²⁶ (Ajust. Profis.) II	10	17		Serviço Social	9	9		Ética (Ajustamento Profissional) III	11	11								
	Serviço Social	12	12		Admin. Hosp. E Serv. de Enf.	37	37		Serviço Social	10	10		Serviço Social	11	11		Serviço Social ¹⁵	?	?
4º Ano	Admin. ²⁷ Hosp. E Serv. de Enf.	20	27		Psicol.	16	16		Admin. Hospit. e em Serv. De Enfermagem	32	32		Admin. ²⁸ Em Serv. De Enf. E Hospitalar	24	24		Admin. Em Serv. De Enfer. E Hospitalar ¹⁵	?	?
									Psicol. Educ. e	14	0		Administração em Serv. de Enfermagem	21	21				
													Administração Hospitalar	17	17				
													Psicologia	22	22		Psicologia	?	?

²⁴ Administração Sanitária

²⁵ Tuberculose e Enfermagem em Tuberculose

²⁶ Ética (Ajustamento Profissional) II

²⁷ Administração Hospitalar e Serviços de Enfermagem

²⁸ Administração em Serviços de Enfermagem e Hospitalar

Educacional e Didática			didática			Educacional e Didática			Educacional e Didática			Educacional e Didática ¹⁵		
						Clínica Tisiológica	8	8				Clínica Tisiológica ¹⁵	?	?
						Enfermagem Tisiológica	14	14				Enfermagem Tisiológica ¹⁵	?	?
									Bloco Teórico	0	0	Bloco Teórico	0	0
									Serviço Particular	0	0	Serviço Particular	0	0
									Opção - Clínica Médica Pediatria	0	0	Opção - Pediatria	0	0
									Opção – Dermatologia Sala de operação	0	0	Opção	0	0
									Opção – Berçário	0	0			
									Ensino e Supervisão	0	0	Ensino e Supervisão	0	0

Quadro 13: Currículos do primeiro decênio da EERP-USP, de 1953 - 1963. (a)

Fonte: Sessão de Graduação da EERP-USP. Histórico Escolar das egressas de 1953-1963, 04/2012.

Histórico Escolar Ingressantes de 1960 conclusão em 1963				Histórico Escolar Ingressantes de 1961/1962 conclusão em 1963/64			
Período	Nome da Disciplina	CH (Min.)	CH (Max.)	Período	Nome da Disciplina	CH (Min.)	CH (Max.)
1º Ano	Física	0	0	1º Ano	Física	0	0
	Química	0	0		Química	0	0
	Biologia	0	0		Biologia	0	0
	Técnica de Enfermagem	200	200		Técnica de Enfermagem	170	191
	Anatomia	53	53		Anatomia	50	50
	Fisiologia	43	43		Fisiologia	50	55
	Bioquímica	45	45		Bioquímica	49	60
	Microbiologia	61	61		Microbiologia	61	69
	Parasitologia	27	27		Parasitologia	30	32
	Psicologia - Higiene Mental	76	76		Psicologia	57	57
	Nutrição	27	27		Higiene Mental	26	26
3º Ano	História da Enfermagem	26	26		Psicologia e Higiene mental ²⁹	77	77
					Nutrição	20	20
1º Ano	Saneamento	35	35	1º Ano	História da Enfermagem	26	26
	Patologia Geral	22	22		Saneamento	32	34
	Sociologia	51	51		Patologia Geral	13	13
					Sociologia	35	55

²⁹ Disciplinas localizadas com nomes diferentes no mesmo grupo de alunas, ora denominado como Psicologia, ora como Higiene Mental e ora como Psicologia e Higiene Mental

2º Ano	Farmacologia e Terapêutica	26	26	2º Ano	Farmacologia e Terapêutica	25	25
1º Ano	Física Aplicada	16	16	1º Ano	Física Aplicada	17	57
	Inglês	51	51		Inglês	63	63
	Bioestatística	28	28		Bioestatística	26	28
	Introdução a Enfermagem I	39	39		Introdução à Enfermagem I	23	34
2º Ano	Clínica Médica	28	28	2º Ano	Clínica Médica	18	18
	Enfermagem Médica	24	24		Enfermagem Médica	40	40
	Clínica Cirúrgica	24	24		Clínica Cirúrgica	31	31
	Enfermagem Cirúrgica	21	21		Enfermagem Cirúrgica	38	38
	Ética	14	14		Ética	15	15
	Técnica de Sala de Operação	27	32		Técnica de Sala de operação	34	34
	Clínica Neurológica	7	7		Clínica Neurológica	13	13
	Enfermagem Neurológica	8	17		Enfermagem Neurológica	8	18
3º Ano	Clínica Ortopédica	9	9	3º Ano	Clínica Ortopédica	7	7
	Enfermagem Ortopédica	16	19		Enfermagem Ortopédica	18	18
	Enf. ³⁰ Oftamol. E Otorrinolaring.	7	7				
	Cl. Em Doenças Transm. E Tropicais	13	13				
	Enf. Em Doenças Transm. E Tropicais	21	20	3º Ano	Enf. Em Doenças Transm. E Tropicais	18	18
2º Ano	Clínica Psiquiátrica	20	20	2º Ano	Clínica Psiquiátrica	23	23
	Enfermagem Psiquiátrica	51	51		Enfermagem Psiquiátrica	41	41

³⁰ Enfermagem Oftalmológica e Otorrinolaringológica

3º Ano	Clínica Obstétrica e Ginecológica	45	45	3º Ano	Clínica Obstétrica e Ginecológica	36	36
	Enfermagem Obstétrica e Ginecológica	59	69		Enfermagem Obstétrica e Ginecológica	49	49
	Clínica Pediátrica	24	24		Clínica e Enf. Pediátrica e Psico do desenvolvimento	120	120
	Enfermagem Pediátrica	50	55				
	Psicologia do Desenvolvimento	17	17				
4º Ano	Enfermagem de Saúde Pública	50	50	3º Ano	Enfermagem de Saúde Pública	50	50
	Administração, Ensino e Supervisão	47	47		Administração em Serv de Enf., Ens e Sup ³¹	24	24
	Didática e Psicologia Educacional	6	6		Didática e Psicologia Educacional	6	6
	Bloco Teórico	0	0				
	Serviço Particular	0	0				

Quadro 14: Currículos do primeiro decênio da EERP-USP, de 1960 - 1963. (b)

Fonte: Sessão de Graduação da EERP-USP. Histórico Escolar das egressas de 1953-1963, 04/2012.

³¹ Administração em Serviços de Enfermagem, Ensino e Supervisão.

Observa-se que houve poucas mudanças nesse decênio, objeto de estudo, sendo as principais aqui listadas:

1. Entre o 1º currículo, cursado pela turma ingressante em 1953/54, e o 2º currículo, de 1955 a 1958, a única alteração em relação às disciplinas, foi a junção entre **Administração Sanitária e Tuberculose**, constituído uma única disciplina.
2. No 3º currículo, de 1956-59, ocorre a exclusão do inglês e a inclusão e **Epidemiologia, Administração Sanitária** volta a ser uma disciplina isolada e a inclusão de **Tuberculose e Enfermagem em Tuberculose**.
3. No 4º currículo, para os ingressantes de 1957, há algumas alterações no ano de oferecimento de disciplinas, como por exemplo, a disciplina **“História da Enfermagem”** que vinha sendo ministrada no 1º ano, passou para o 4º, assim como **Clínica Neurológica e Enfermagem Neurológica** que do 2º ano passaram para o 3º. Foram excluídas **Psicologia Clínica e Socorro de Urgência** e incluídas **Psicologia - Higiene Mental /psicologia; Introdução a Enfermagem I; Clínica e Enfermagem Dermatológica Sifiligráfica e Doenças Venéreas; Clínica e Enfermagem Oftalmológica, Clínica e Enfermagem Otorrinolaringológica, Administração em Serviços de Enfermagem, Administração Hospitalar, Clínica Tisiológica, Enfermagem Tisiológica e o retorno do Inglês**.
4. O currículo para os ingressantes de 1958, sendo esse o 5º, novamente é excluído o **Inglês** e houve a exclusão de **Psicologia Infantil e Clínica e Enfermagem Dermatológica Sifiligráfica e Doenças Venéreas**, foi substituída por **Enfermagem Dermatológica Sifiligráfica e Venérea**. Foram incluídas **Psicologia, Higiene Mental, Psicologia do Desenvolvimento e Administração em Serviços de Enfermagem e Hospitalar**. Houve o início do “Bloco Teórico”, que infere-se serem disciplinas eletivas, extra curriculares, que poderiam ser escolhidas pelas discentes, o que explicaria a variação nos históricos dentro de uma mesma turma. Eram oferecidas **“Serviço Particular”** e as opções **“Clínica Médica Pediatria” “Dermatologia Sala de operação” e “Berçário”**. Todos os históricos tinham após a

opção “**Ensino e Supervisão**”, o que infere-se que seja o estágio referente a opção escolhida.

5. No currículo para os ingressantes de 1959 (6º) houve o desmembramento da disciplina **História da Enfermagem**, que era ministrada no primeiro currículo no 1º ano e agora apareceu nos 3º e 4º ano. Houve a inclusão de algumas disciplinas como **Clínica Dermatológica Sifiligráfica e Doenças Venéreas** (no currículo anterior não havia essa disciplina como clínica, apenas como enfermagem), houve a alteração do nome da disciplina **Enfermagem Dermatológica Sifiligráfica e Venérea** para **Enfermagem Dermatológica Sifiligráfica e Doenças Venéreas**, o desmembramento de **Clínica Obstétrica e Ginecológica** e **Enfermagem Obstétrica e Ginecológica**, assim como **Clínica Oftalmológica e Enfermagem Oftalmológica**. Apesar de conter nos históricos o espaço reservado para a indicação do Bloco Teórico, do Serviço Particular e das opções, assim como o Ensino e Supervisão, não foi encontrado em nenhum histórico desta turma, o preenchimento, dessa coluna, que nesse caso, compreendeu-se como o registro da carga horária cursada nestas opções.
1. Para os ingressantes de 1960, entrou em vigor o 7º currículo, como já havia sido observado no anterior (6º) houve um processo de uniformização/padronização das cargas horárias, em muitas disciplinas as cargas apresentadas nos diversos históricos são as mesmas, sinalizadas no quadro com o sinal de interrogação “?”. Manteve-se também a ausência das opções, mesmo com seu lugar de indicação presente. Houve a exclusão de diversas disciplinas como **Dietoterapia, Química biológica**, novamente **Clínica Dermatológica Sifiligráfica e Doenças Venéreas, Dietética infantil e Epidemiologia**. Volta novamente **Psicologia - Higiene Mental e Enfermagem Oftalmológica e Otorrinolaringológica**.
2. O 8º currículo que para os ingressantes de 1961/62 houve a exclusão de **Enfermagem Oftalmológica e Otorrinolaringológica**, e de **Clínica em Doenças Transmissíveis**. Houve a inclusão de **Psicologia**, novamente separada de **Higiene Mental** e também a inclusão de

Clínica e Enfermagem Pediátrica e Psicologia do desenvolvimento.

3. No último currículo analisado (9º), que esteve em vigor no período de 1963 a 1965, não houve muitas alterações. As inclusões foram das disciplinas de **Psicologia Educacional e Didática, Enfermagem Pediátrica, Ética II, Enfermagem Médico-Cirúrgica Adiantada e Estatística Hospitalar.**

Deve-se destacar que a carga horária registrada refere-se à frequência do estudante. Nesse sentido, a carga horária máxima se aproxima do real ministrado, e a carga horária mínima dá uma ideia do índice de faltas das estudantes.

5.4 APROXIMAÇÕES ENTRE O CURRÍCULO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO DE 1953 E O CURRÍCULO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Deve-se destacar que o currículo da Escola de Enfermagem de São Paulo, possivelmente sofreu influência dos currículos americanos Standart (1917) e Guide (1937). Dessa forma, apresenta-se a seguir, inicialmente, a comparação entre o currículo da EEUSP e os currículos americanos:

Comparações							
Escola de Enfermagem da USP					Standard Curriculum, 1917		
Currículo de 1950 à 1954					Standard Curriculum, 1917		
Período	Nome da Disciplina	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Total	Período	Nome da Disciplina	C.H. Total
1ª Série	Enfermagem	205	—	205	1º Sem	Princípios e Métodos de Enfermagem Elementar	60
	Anatomia	54	—	54		Anatomia e Fisiologia	60
	Fisiologia	80	—	80		Química Aplicada	20
	Química	78	—	78		Bacteriologia	20
	Microbiologia	44	—	44			
	Parasitologia	26	—	26			
	Psicologia	26	—	26	2º Sem	Elementos de Psicologia	10
	Nutrição e Arte Culinária	13	60	73	1º Sem	Cozinha e Nutrição	40
	História da Enfermagem	12	—	12		História da Enfermagem (Incluindo princípios sociais e éticos)	15
	Saneamento	15	—	15	5º Sem	Saneamento Público	10
	Patologia Geral	14	—	14	2º Sem	Elementos de Patologia	10
	Enfermagem Adiantada	62	—	62			
	Clínica Médica	30	—	30	2º Sem	Enfermagem Médica	20
	Enfermagem Médica	—	390	390		Matéria Médica e Terapêutica	20
	Clínica Cirúrgica	30	—	30			
	Enfermagem Cirúrgica	—	515	515	2º Sem	Enfermagem Cirúrgica	20
	Farmacologia	34	—	34	1º Sem	Drogas e Soluções	20
	Dietoterapia	13	—	13	2º Sem	Dietoterapia	10
2ª Série	Técnica de Sala de Operações	35	265	300	4º Sem	Técnica de sala de operações	10
	Clínica de Doenças Transmissíveis e Tropicais	23	—	23	3º Sem	Enfermagem em Doenças Transmissíveis	20
	Enfermagem de Doenças Transmissíveis e Tropicais	61	255	316			

	Clínica Tisiológica	10	—	10				
	Enfermagem Tsiológica	12	—	12				
	Clínica Dermatológica	10	—	10	5º Sem	Enfermagem em Doenças Ocupacionais, Venéreas e da Pele	10	
	Clínica Sifiligráfica e de Doenças Venéreas	12	—	12				
	Enfermagem Dermatológica, Sifiligráfica e de Doenças Venéreas	30	140	170				
	Clínica Ortopédica, Fisioterápica e Massagem	9	—	9	4º Sem	Enfermagem Ortopédica	20	
	Enfermagem Ortopédica, Fisioterápica e Massagem	7	140	147	3º Sem	Massagem	10	
	Clínica Neurológica	12	—	12	5º Sem	Enfermagem em Doenças mentais e Nervosas	20	
	Enfermagem Neurológica	8	140	148				
	Clínica Psiquiátrica	30	—	30				
	Enfermagem Psiquiátrica	30	280	310				
	Clínica de Socorros e Urgência	14	60	74	6º Sem	Enfermagem em Emergência e Primeiros Socorros	10	
	Clínica Urológica	10	—	10				
	Enfermagem Urológica	—	70	70				
	Clínica Ginecológica	10	—	10	4º Sem	Enfermagem Ginecológica	10	
	Enfermagem Ginecológica	—	70	70				
	Sociologia	24	—	24	6º Sem	Condições Sociais Modernas	10	
	Ética (Ajustamento Profissional)	14	—	14	3º Sem	Princípios de Ética	10	
	3ª Série	Clínica de Otorrinolaringologia	9	—	9	4º Sem	Enfermagem em doenças dos olhos, ouvido, nariz e garganta	10
		Enfermagem de Otorrinolaringologia	—	70	70			
Clínica Oftalmológica		8	—	8				
Enfermagem Oftalmológica		—	70	70				
Clínica Obstétrica		29	—	29				
Enfermagem Obstétrica		22	405	427				
Puericultura Néonatal		8	—	8				
Clínica Pediátrica		24	—	24	3º Sem	Enfermagem Pediátrica (incluindo dietética infantil)	20	
Enfermagem Pediátrica		50	420	470				
Enfermagem de Saúde Pública		78	420	498	Eletivas	Introdução à Enfermagem de Saúde Pública e Serviço Social	10	
Higiene do Trabalho		9	—	9				
Ética		14	—	14	3º Sem	Princípios de Ética	10	
Serviço Social	—	—	—	Eletivas	Introdução à Enfermagem	10		

						de Saúde Pública e Serviço Social	
	Organização Hospitalar	—	—	—	1º Sem	Administração Hospitalar	10
					Eletivas	Introdução à Enfermagem Particular	10
						Introdução ao Trabalho de laboratório	10
						Problemas Domésticos de Famílias Operárias	10
						Problemas de Doenças Especiais (estudo avançado)	10
					1º Sem	Ataduras	10
						Higiene Individual	10
					5º Sem	Terapêutica Especial (incluindo terapia ocupacional)	10
						Campos da Enfermagem	10
					6º Sem	Problemas Profissionais	10

Quadro 15: Comparação entre o currículo de 1950/54 da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e o Standard Curriculum for Schools of Nursing, de 1917.

Fonte: Sessão de Graduação da EEUSP. 02/2014 e CARVALHO, 1972, pg. 29.

Em comparação entre o currículo de 1950-54 da EEUSP e o Standard Curriculum for Schools of Nursing de 1917, percebe-se várias similaridades e algumas dissimilaridades, entre elas a própria formatação do currículos, enquanto na EEUSP as disciplinas são organizadas em séries, dividido em 3 séries (anuais), no Standard as disciplinas são organizados semestralmente 6 (semestres) (totalizando 3 anos) e disciplinas eletivas, que não constam na EEUSP: **“Introdução a Enfermagem Particular”, “Introdução ao Trabalho de laboratório”, “Problemas Domésticos de Famílias Operárias” e “Problemas de Doenças Especiais (estudo avançados)”** e a única das eletivas que está presente na EEUSP, **“Introdução à Enfermagem de Saúde Pública e Serviço Social”**. No currículo da EEUSP aparecem as cargas horárias de teoria, prática e o total no Standard apenas a carga total, sem discriminar se o conteúdo é teórico ou prático.

Algumas disciplinas que aparecem separadas na EEUSP, no Standard são unidas, como por exemplo: **“Anatomia” e “fisiologia” e “Anatomia e Fisiologia”** ou ainda, **“Clínica Neurológica”, Enfermagem Neurológica”, “Clínica Psiquiátrica” e “Enfermagem Psiquiátrica” e “Enfermagem em Doenças Mentais e Nervosas”** o contrário também pode ser observado, as disciplinas **“Enfermagem e Saúde Pública” e “Serviço Social”** aparecem no Standard como **“Introdução à Enfermagem de Saúde Pública e Serviço Social”**. Há também algumas disciplinas que não foram encontradas no Standard, apenas na EEUSP, como: **Parasitologia”, Enfermagem adiantada”, “Clínica Tisiológica”, “Enfermagem Tisiológica”, “Clínica Urológica”, “Enfermagem Urológica” e “Higiene do Trabalho”**, o contrário também pode ser verificado, com as disciplinas: **“Ataduras”, “Higiene Individual”, “Terapêutica Especial”** (incluindo terapia ocupacional), **“Campos da Enfermagem” e “Problemas Profissionais”**; as demais disciplinas são compatíveis, há apenas a diferença de carga horária. A diferença mais discrepante é em relação a carga horária total, que na EEUSP era de 5118 horas e no Standard 635 horas.

Comparações										
Escola de Enfermagem da USP					Curriculum Guide					
Currículo de 1950 à 1954					Curriculum Guide 1937					
Período	Nome da Disciplina	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Total	Período	Nome da Disciplina	CH min)	CH max)		
1ª Série	Enfermagem	205	—	205	Disciplinas	Introdução à Arte da Enfermagem	—	135		
	Anatomia	54	—	54		Anatomia e Fisiologia	90	105		
	Fisiologia	80	—	80		Química	80	90		
	Química	78	—	78		Microbiologia	45	60		
	Microbiologia	44	—	44						
	Parasitologia	26	—	26	Disciplinas	Psicologia	—	30		
	Psicologia	26	—	26		Nutrição e Dietética	—	60		
	Nutrição e Arte Culinária	13	60	73		História da Enfermagem	—	30		
	História da Enfermagem	12	—	12						
	Saneamento	15	—	15						
	Patologia Geral	14	—	14						
	Enfermagem Adiantada	62	—	62						
	Clínica Médica	30	—	30	Disciplinas	Introdução à Ciência Médica	—	30		
	Enfermagem Médica	—	390	390	Estágios	Médica Geral	8 semanas			
	Clínica Cirúrgica	30	—	30		Cirúrgica Geral	8 semanas			
	Enfermagem Cirúrgica	—	515	515	Disciplinas	Enfermagem Médico-Cirúrgica I e II	—	240		
					Enferm. Avançada	Médico-Cirúrgica e Pronto Socorro	30	40		
	Farmacologia	34	—	34	Disciplinas	Farmacologia e Terapêutica	—	30		
	Dietoterapia	13	—	13		Dietoterapia	—	30		
2ª Série	Técnica de Sala de Operações	35	265	300	Estágios	Sala de Operações	6 semanas			
	Clínica de Doenças Transmissíveis e Tropicais	23	—	23		Doenças Transmissíveis	6 semanas			
	Enfermagem de Doenças Transmissíveis e Tropicais	61	255	316			Tuberculose	4 semanas		
	Clínica Tisiológica	10	—	10						
	Enfermagem Tisiológica	12	—	12						
	Clínica Dermatológica	10	—	10						
	Clínica Silifigráfica e de Doenças Venéreas	12	—	12						
	Enfermagem	30	140	170						

	Dermatológica, Silifigráfica e de Doenças Venéreas								
	Clínica Ortopédica, Fisioterápica e Massagem	9	—	9	Estágios	Ortopédica	4 semanas		
	Enfermagem Ortopédica, Fisioterápica e Massagem	7	140	147					
	Clínica Neurológica	12	—	12					
	Enfermagem Neurológica	8	140	148					
	Clínica Psiquiátrica	30	—	30	Estágios	Psiquiátrica	16 semanas		
	Enfermagem Psiquiátrica	30	280	310	Disciplinas	Enfermagem Psiquiátrica	60	80	
	Clínica de Socorros e Urgência	14	60	74	Enferm. Avançada	Médico-Cirúrgica e Pronto Socorro	30	40	
	Clínica Urológica	10	—	10					
	Enfermagem Urológica	—	70	70					
	Clínica Ginecológica	10	—	10	Estágios	Ginecológica	4 semanas		
	Enfermagem Ginecológica	—	70	70					
	Sociologia	24	—	24	Disciplinas	Sociologia	—	30	
	Ética (Ajustamento Profissiona	14	—	14		Ajustamento Profissional I e II	—	45	
	3ª Série	Clínica de Otorrinolaringologia	9	—	9	Estágios	Otorrinolaringológica	2 semanas	
		Enfermagem de Otorrinolaringologia	—	70	70				
		Clínica Oftalmológica	8	—	8		Oftalmológica	2 semanas	
		Enfermagem Oftalmológica	—	70	70				
		Clínica Obstétrica	29	—	29	Disciplinas	Enfermagem Obstétrica	60	80
Enfermagem Obstétrica		22	405	427	Estágios	Obstétrica	16 semanas		
Puericultura Né		8	—	8					
Clínica Pediátrica		24	—	24					
Enfermagem Pediátrica		50	420	470	Disciplinas	Enfermagem Pediátrica	60	80	
Enfermagem de Saúde Pública		78	420	498					
Higiene do Trabalho		9	—	9					
Ética		14	—	14					
		Serviço Social				Disciplinas	Problemas Sociais em Serviços de Enfermagem		30

Organização Hospitalar	—	—	—				
	Disciplinas	Serviços de Saúde e de Enfermagem à Família	—	30			
	Estágios	Enfermagem e Serviço de Saúde à Família	8 semanas				
		Enfermagem Avançada e Eletivas	8 semanas				
		Cozinha e Dietética	4 semanas				
	Eletivas	Enfermagem Obstétrica, Pediátrica ou Psiquiátrica	—				

Quadro 16: Comparação entre o currículo de 1950/54 da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e o Guide Curriculum, de 1937.

Fonte: Acervo da EEUSP, Seção de Graduação, São Paulo, 02/2014; e CARVALHO, 1972, pg. 30.

A comparação entre a **EEUSP(currículo de 1950-54)** e o **Curriculum Guide 1937**, demonstrou diferenças já em sua formatação, enquanto na EEUSP está dividido em 3 séries (anuais), no Guide são divididos em Disciplinas, Estágios, Enfermagem Avançada e Eletivas. A contagem temporal das disciplinas está em carga horária mínima e máxima sugerida, as eletivas não possuem carga horária e os estágios sugerem-se em semanas não há a indicação de semestres, períodos ou anos. Na **EEUSP**, a carga horária total (disciplinas e estágios) é 5118 horas, enquanto no **Curriculum Guide** são 1295 horas de disciplinas e 112 semanas de estágio. Percebem-se mudança dos nomes das disciplinas e carga horária, como por exemplo: “**Clínica de Socorro e Urgência**” com 14 horas de teoria, 60 horas de práticas e 74 horas no total, oferecida na “2ª série” na EEUSP e no **Curriculum Guide**, a mesma apresentou-se em “**Enfermagem Avançada**” como “**Médico-Cirúrgica e Pronto Socorro**”, com carga horária mínima de 30 horas e máxima de 40 horas.

As dissimilaridades apontaram a inclusão no currículo da EEUSP de **Patologia, Saneamento, Patologia Geral e Enfermagem Adiantada** na 1ª série; **Clínica Dermatológica, Clínica Silifigráfica e de Doenças Venéreas, Enfermagem Dermatológica, Silifigráfica e de Doenças Venéreas, Clínica Neurológica, Enfermagem Neurológica, Clínica Urológica, Enfermagem Urológica, Enfermagem de Saúde Pública, Higiene do Trabalho, Ética e Organização Hospitalar**. Por outro lado no **Curriculum Guide de 1937** são

apresentadas algumas disciplinas que não mostrou correspondência no da EEUSP, como a **“Eletivas”** em **“Enfermagem Obstétrica, Pediátrica ou Psiquiátrica”**, vale ressaltar que essas disciplinas são apresentadas na EEUSP, porém, não há essa complementação como eletivas; **“Estágios”** extras em **“Enfermagem e Serviço de Saúde à Família”**, **“Enfermagem Avançada e Eletivas”** e **“Cozinha e Dietética”** e a única disciplina que não consta na EEUSP **“Serviços de Saúde e de Enfermagem à Família”**.

Abaixo foi realizada a comparação entre o Primeiro Currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP (EERP-USP) e o currículo da mesma época da Escola de Enfermagem da USP (EE-USP).

Comparações								
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – USP				Escola de Enfermagem da USP				
Currículo de 1953/54 à 1956/57				Currículo de 1950 à 1954				
Período	Nome da Disciplina	CH Min	CH Max.	Período	Nome da Disciplina	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Total
1º Ano	Física	0	0	1ª Série	Enfermagem	205	—	205
	Química	0	0		Anatomia	54	—	54
	Biologia	0	0		Fisiologia	80	—	80
	Técnica em Enfermagem	104	119		Química	78	—	78
	Anatomia	54	60		Microbiologia	44	—	44
	Fisiologia	42	47		Parasitologia	26	—	26
	Química Biológica	41	43		Psicologia	26	—	26
	Microbiologia	56	56		Nutrição e Arte Culinária	13	60	73
	Parasitologia	41	41		História da Enfermagem	12	—	12
	Psicologia	33	38		Saneamento	15	—	15
	Nutrição e Dietética	29	44		Patologia Geral	14	—	14
	História da Enfermagem	11	11	3ª Série	Clínica de Socorros e Urgência	14	60	74
	Saneamento	10	22		Sociologia	24	—	24
	Patologia Geral	11	11	1ª Série	Farmacologia	34	—	34
	Socorros de Urgência	7	8					
	Sociologia	26	34					
	Farmacologia e Terapêutica	33	33					
	Física Aplicada	27	35					
	Inglês	36	41					
2º Ano	Clínica Médica	24	31	1ª Série	Clínica Médica	30	—	30
	Enfermagem Médica	22	25		Enfermagem Médica	—	390	390
	Clínica Cirúrgica	18	20		Clínica Cirúrgica	30	—	30
	Enfermagem Cirúrgica	24	30		Enfermagem Cirúrgica	—	515	515
	Dietoterapia	15	17		Dietoterapia	13	—	13
	Ética (Ajust. Profis.) I	23	24	2ª Série	Ética (Ajustamento Profissional)	14	—	14
	Técnica de Sala de Operação	26	26		Técnica de Sala de Operações	35	265	300
	Clínica Neurológica	7	13		Clínica Neurológica	12	—	12
	Enfermagem Neurológica	7	10		Enfermagem Neurológica	8	140	148
	Clinica Ortopédica	10	12		Clínica Ortopédica, Fisioterapia e Massagem	9	—	9
	Enfermagem Ortopédica	5	12		Enfermagem Ortopédica, Fisioterapia e Massagem	7	140	147
	Cl. Urológica e Ginecológica	8	8		Clínica Urológica	10	—	10
	Enf. Urológica e Ginecológica	7	7		Enfermagem Urológica	—	70	70
					Clínica Ginecológica	10	—	10
					Enfermagem Ginecológica	—	70	70
	Psicologia Clínica	60	63					
3º Ano	Cl. Doenças Transm. e Tropicais	26	26	2ª Série	Clínica de Doenças Transmissíveis e	23	—	23

					Tropicais			
	Enf. Doenças Transm. E Tropicais	16	22		Enfermagem de Doenças Trasmissoíveis e Tropicais	61	255	316
	Cl. Dermatol. Sifiligr. E Venéreas	19	19		Clínica Dermatológica	10	—	10
	Enf. Dermat.Sifiligr. E Venérea	11	11		Clínica Sifiligráfica e de Doenças Venéreas	12	—	12
					Enf. Dermatológica, Sifiligráfica e de Doenças Venéreas	30	140	170
	Clinica Psiquiátrica	27	27		Clínica Psiquiátrica	30	—	30
	Enfermagem Psiquiátrica	39	39		Enfermagem Psiquiátrica	30	280	310
	Cl. Obstétr. E Puer. Neo Natal	25	30		3ª Série	Clínica Obstétrica	29	—
	Enf. Obstétr. E Puer. Neo Natal	16	17	Enfermagem Obstétrica		22	405	427
				Puericultura Néó Natal		8	—	8
	Clínica Oftamológica	13	13	Clínica Oftalmológica		8	—	8
	Enfermagem Oftamológica	13	13	Enfermagem Oftalmológica		—	70	70
	Clínica Otorrinolaringológica	13	13	Clínica de Otorrinolaringologia		9	—	9
	Enf. Otorrinolaringológica	13	13	Enfermagem de Otorrinolaringologia		—	70	70
	Psicologia Infantil	21	21					
4º Ano	Dietética Infantil	9	10	3ª Série	Clínica Pediátrica	24	—	24
	Clínica Pediátrica	13	33		Enfermagem Pediátrica	50	420	470
	Enfermagem Pediátrica	17	33		Enfermagem de Saúde Pública	78	420	498
	Enfermagem de Saúde Pública	15	24					
	Epidemiologia e Bioestatística	10	12					
	Saneamento	10	22					
	Admin. Sanitária	14	14					
	Tuberculose	8	8	2ª Série	Clínica Tisiológica	10	—	10
	3ª Série	Ética (Ajust. Profis.) II	10	17	Enfermagem Tisiológica	12	—	12
		Serviço Social	12	12	Ética	14	—	14
		Admin. Hosp. E Serv. de Enf.	20	27	Serviço Social	—	—	—
		1ª Série	Organização Hospitalar	—	—	—		
Higiene do Trabalho			9	—	9			
				Enfermagem Adiantada	62		62	

Quadro 17: Comparação entre o primeiro currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto e o currículo da mesma época da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

Fonte: Histórico Escolar das egressas da EERPUSP de 1953-1963, 04/2012 e Acervo da EEUSP, Seção de Graduação, São Paulo, 02/2014.

É possível perceber grande similaridade entre os currículos. Em relação ao quadro que conta o currículo da EERP-USP, destacou-se as cargas horárias e mínimas localizadas. A menção às disciplinas Física, Química e Biologia, referem-se ao exame vestibular por isso a carga horária encontra-se em zero.

Em relação aos currículos da EEUSP, foram analisados o currículo oficial original de cada ano com alterações, e não o histórico das discentes. Nestes constam além da relação das disciplinas ministradas, a carga horária teórica, a carga horária prática e a carga horária total da disciplina.

Ao analisar as disciplinas, percebemos que algumas se apresentam em separado na EERP-USP e aglutinadas no currículo da EEUSP, como por exemplo, as disciplinas da EERP-USP **Clínica Urológica e Ginecológica** com carga horária de 8 horas e **Enfermagem Urológica e Ginecológica** com 7 horas de carga. Apresenta-se na EEUSP como **Clínica Urológica** com 10 horas de teoria e **Enfermagem Urológica** com 70 horas de prática; **Clínica Ginecológica** com 10 horas de teoria e **Enfermagem Ginecológica** com 70 horas de prática. Assim, percebemos que existem disciplinas equivalentes, mas com cargas horárias e apresentações diferentes. O mesmo ocorreu com **Clínica Obstétrica e Puericultura Neo Natal** (25/30 horas) e **Enfermagem Obstétrica e Puericultura Neo Natal** (de 16/17 horas) na EERP-USP enquanto que na EEUSP apresentou-se como **Clínica Obstétrica** (29 horas/teórico) **Enfermagem Obstétrica** (22 horas/teórico e 405 horas de práticas) e **Puericultura Neo Natal** (8 horas/teórico).

Houve também algumas singularidades:

- 1- presentes no currículo da EERP-USP, não observadas, no currículo da EEUSP, como por exemplo: **Física Aplicada, Inglês, Psicologia Clínica, Psicologia Infantil, Dietética Infantil, Saneamento e Administração Sanitária,**
- 2- presentes no currículo da EEUSP, não observadas, no currículo da EERP-USP: **Higiene do Trabalho e Enfermagem adiantada.**

Vale ressaltar, que não pode afirmar que o conteúdo ou parte desse não tenha sido ministrado em outras disciplinas, uma vez que as fontes são os históricos escolares e currículo, apenas que os temas não foram alvos de disciplinas específicas, que demonstra maior valorização do assunto.

Pode-se inferir, após analisar as similaridades entre os currículos de ambas escolas, que existe influência visível na configuração geral do currículo da EERP-USP, o que de certa forma era esperado, visto que a legislação de criação da EERP-USP trazia em seu bojo, que a EERP-USP deveria seguir os moldes EEUSP.

De volta dos Estados Unidos, depois da conclusão de curso pós-graduado, foi autora convidada pelo Prof. Zeferino Vaz para organizar a Escola de Enfermagem, criada na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, “nos moldes da Escola de Enfermagem de São Paulo”, conforme rezava o dispositivo legal (ALCÂNTARA, 1963, p.6).

Destaca-se ainda um efeito de reflexo do modelo americano, visto que o currículo da EEUSP sofreu influências dos currículos americanos, assim como da legislação vigente em cada período.

Entretanto, observaram-se disciplinas singulares na EERP-USP, cuja análise em profundidade poderá confirmar ou contestar a ideia das disciplinas “inovadoras” de Profa. Gleite de Alcântara. A análise aprofundada da comparação das disciplinas denominadas “**inovações**”, que seria o diferencial entre os dois currículos, mencionado por Profa. Gleite de Alcântara, será abordada mais adiante.

5.5 SIMILARIDADE E DISSIMILARIDADES ENTRE O CURRÍCULO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO DE 1953 E O CURRÍCULO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE TORONTO CURSADO PELA PROFA. GLETE DE ALCÂNTARA

Infere-se que o período que Profa. Glete de Alcântara cursou graduação em Enfermagem na *Faculty of Nursing* da *University of Toronto* (atual *Lawrence S. Bloomberg*), pode ter influenciado a conformação do currículo. Estudos apontam que em outros aspectos, como postura, comportamento docente e discente, houve influência canadense.

Em sua dissertação sobre o cotidiano das egressas da 1ª turma da EERP-USP, SOUSA (2014) compara o discurso das estudantes em Ribeirão Preto, entre 1953 e 1957, com a descrição sobre o cotidiano das estudantes de enfermagem da *Faculty of Nursing* da *University of Toronto*, realizada por Maria Rosa Souza Pinheiro no capítulo “*Formação Profissional*” do livro “*Vida e Obra de Profa. Glete de Alcântara*” (Pinheiro, 1976). Sousa (2014) aponta para uma série de similaridades, entre ambas as instituições de ensino, como as extensas atividades diárias, iniciadas ao alvorecer, de estágios nos hospitais, a rigidez e disciplina hierárquica, imposta inclusive durante as refeições, mesmo tendo sido apontado, que ao contrário da diretora canadense, que sentava-se em mesas de professores, a diretora Profa. Glete de Alcântara tomava lugar à mesa com as estudantes, e aproveitava essa oportunidade para corrigir equívocos da etiqueta. Apresenta ainda uma entrevista, com uma das egressas, que afirma ter ocorrido vários momentos, durante as aulas, que a Profa. Glete de Alcântara se referia à Toronto em suas explicações:

A maior realização da Profa. Glete de Alcântara foi [...] ter montado uma escola modelo, apesar de o modelo ter vindo de Toronto, Canadá, com a filosofia de uma escola internacional, porque ela veio de uma escola do exterior. Mas ela conseguiu estruturar uma escola modelo em questão de inovação do currículo, de Ciências Sociais, de Nutrição, um currículo relacionado com a área de humanas, bastante presente, e não só técnico e biológico. Tinha os professores de Sociologia, de Psicologia, de Nutrição e de Inglês. Mas eu sinto que algumas coisas ficaram só na memória (Éria - Externa) (SOUSA, 2014, p. 100).

Além disso, em relação ao uniforme das egressas, segundo SIMIELE (2011) a análise de imagens dos uniformes das alunas da Universidade de Toronto, da década de 1940, mostrou que há algumas semelhanças com o uniforme da EERP-USP, em relação ao comprimento e uso de dois tons de coloração, mas também dissemelhanças, em relação a detalhes presentes na touca e no vestido, no caso da primeira era em tom claro, com apenas a manga em tom escuro e no caso brasileiro era um vestido de peça única, de tom escuro (cinza) com gola e detalhe na manga em tom claro (branco) (SIMIELE, 2011).

Nesse sentido, pensou-se importante a análise comparativa entre o currículo da EERP-USP e da Faculdade de Enfermagem da Universidade de Toronto. Para isso, utilizou-se como fonte, o histórico escolar de Profa. Dra. Glete de Alcântara em Toronto, pertencente ao acervo do Centro de Memória da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto.

Comparações					
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto				Faculdade de Enfermagem, Universidade de Toronto	
Currículo de 1953/54 à 1956/57				Currículo de 1941 a 1944	
	Nome da Disciplina	CH (Min.)	CH (Max.)	Período	Nome da Disciplina examinada
1º Ano	Física	0	0		
	Química	0	0		
	Biologia	0	0		
	Técnica em Enfermagem	104	119	1º Ano	Enfermagem 1- Teoria
	Anatomia	54	60		Enfermagem 2- Prática de Enfermagem
	Fisiologia	42	47		Anatomia e Fisiologia
	Química Biológica	41	43		Bioquímica
	Microbiologia	56	56		
	Parasitologia	41	41		
	Psicologia	33	38		
	Nutrição e Dietética	29	44	1º Ano	Psicologia
	História da Enfermagem	11	11		Nutrição
	Saneamento	10	22		
	Patologia Geral	11	11		
	Socorros de Urgência	7	8		
	Sociologia	26	34	1º Ano	História de Enfermagem
	Farmacologia e Terapêutica	33	33		
	Física Aplicada	27	35		
	Inglês	36	41		
				1º Ano	Zoologia de Vertebrados
					Medicina Geral
2º Ano	Clínica Médica	24	31		
	Enfermagem Médica	22	25		
				2º Ano	Enfermagem
				2º Ano	Medicina (prática)
	Clínica Cirúrgica	18	20	2º Ano	Cirurgia teórico/ Cirurgia prática (geral, ginecologia, EEN&T, psiquiatria e obstetrícia)
	Enfermagem Cirúrgica	24	30	2º Ano	
	Técnica de Sala de Operação	26	26	2º Ano	Sala de operação (dentro da disciplina de cirurgia - parte prática).
	Clínica Neurológica	7	13		
	Enfermagem Neurológica	7	10		
	Clinica Ortopédica	10	12		
	Enfermagem Ortopédica	5	12		
	Cl. Urológica e Ginecológica	8	8		
	Enf. Urológica e Ginecológica	7	7		
	Ética (Ajust. Profis.) I	23	24		
	Dietoterapia	15	17	2º Ano	Cozinha de dieta (prática)
	Psicologia Clínica	60	63		

3º Ano				3º Ano	Enfermagem	
	Cl. Doenças Transm. e Tropicais	26	26	3º Ano	Doenças Transmissíveis (teórico) Doenças transmissíveis (prático)	
	Enf. Doenças Transm. E Tropicais	16	22	3º Ano		
	Cl. Dermatol. Sifiligr. E Venéreas	19	19			
	Enf. Dermatol.Sifiligr. E Venérea	11	11			
	Clinica Psiquiátrica	27	27			
	Enfermagem Psiquiátrica	39	39	2º ano	Psiquiatria	
	Cl. Obstétr. E Puer. Neo Natal	25	30	2º ano	Obstetrícia e Ginecologia	
	Enf. Obstétr. E Puer. Neo Natal	16	17	4º ano	Obstetrícia (prática)	
	Clínica Oftamológica	13	13			
	Enfermagem Oftamológica	13	13			
	Clínica Otorrinolaringológica	13	13			
	Enf. Otorrinolaringológica	13	13			
	Psicologia Infantil	21	21			
					3º. ano	Estágio St Elizabeths V.N.A
					3º ano	Estágio Departamento de Saúde Municipal
4o ano	Dietética Infantil	9	10			
	Clínica Pediátrica	13	33	3º Ano	Pediatria (teórico) Pediatria (clínico)	
	Enfermagem Pediátrica	17	33			
	Enfermagem de Saúde Pública	15	24	1º ano	Medicina Preventiva	
				4º ano	Medicina Preventiva	
				2º Ano	Enfermagem em Saúde Pública	
				3º Ano	Enfermagem em Saúde Pública	
				4º Ano	Enfermagem em Saúde Pública I (teórico) Enfermagem em Saúde Pública II(teórico) Enfermagem em Saúde Pública III(teórico) Departamento municipal de saúde (prático)	
	Epidemiologia e Bioestatística	10	12			
	Saneamento	10	22			
	Admin. Sanitária	14	14			
	Tuberculose	8	8	4º Ano	Tuberculose (teórico) Tuberculose (prático)	
	Ética (Ajust. Profis.) II	10	17	4º Ano		
	Serviço Social	12	12			
Admin. Hosp. E Serv. de Enf.	20	27				
					Trabalho social (teórico) Administração do serviço de Enfermagem (prático) Princípios de ensino (teórico) Estágio St Elizabeths V.N.A	

Quadro 18: Comparação entre o primeiro currículo da EERP-USP e o currículo cursado pela Profa. Glete de Alcântara na *University of Toronto*.

Fonte: Histórico Escolar das egressas da EERPUSP de 1953-1963, Setor de Graduação da EERP-USP, 04/2012 e Histórico escolar de Profa. Gleite de Alcântara, da Faculty of Nursing, University of Toronto, 1941-1944. Centro de Memória da EERP-USP.

Muitas das disciplinas cursadas neste currículo, pela Profa. Gleite de Alcântara em Toronto, Canadá, estão contempladas no primeiro currículo da EERP-USP. Apesar de inserida no currículo da EERP-USP, a disciplina de **“Saúde Pública”** apareceu em Toronto subdividida e por não constar carga horária, dificulta a inferência de seu impacto no currículo. Entretanto, considerando-se as várias disciplinas atribuídas à prevenção, somadas ao histórico da Faculty of Nursing, leva a inferir a possibilidade de influência na questão das **“inovações”** relacionados aos aspectos preventivos.

Algumas inclusões no currículo da EER-USP destacam-se em relação ao currículo de Toronto, como: “Saneamento”, “Patologia Geral”, “Microbiologia”, “Parasitologia” “Socorros de Urgência”, “Sociologia”, “Física Aplicada” e “Inglês” no 1º ano; “Clínica Ortopédica”, “Enfermagem Ortopédica”, “Clínica Neurológica”, “Enfermagem Neurológica”, “Clínica Urológica e Ginecológica” e “Enfermagem Urológica e Ginecológica”, “Ética (Ajustamento Profissional) I”, “Dietoterapia” no 2º ano; “Psicologia Clínica”, “Clínica Dermatológica, Sifiligráfica e Venéreas”, “Enfermagem Dermatológica, Sifiligráfica e Venéreas”, “Clínica Obstétrica e Puericultura Neo Natal”, “Enfermagem Obstétrica e Puericultura Neo Natal” no 3º ano; e “Psicologia Infantil”, “Dietética Infantil”, “Epidemiologia e Bioestatística”, “Saneamento”, “Administração Sanitária”, “Ética (Ajuste Profissional) II”, e “Serviço de Enfermagem” no 4º e último ano.

Destaca-se a presença das disciplinas de **Psicologia, Nutrição, História da Enfermagem, Saúde Pública, Trabalho Social, Administração de Serviço de Enfermagem em ambos os cursos**. Além disso, a disciplina de Toronto **“Princípios de ensino”** pode ser considerada uma aproximação com o conteúdo de didática, localizada no currículo da EERP-USP, que será aprofundado mais a diante.

5.6 SIMILARIDADE E DISSIMILARIDADES ENTRE O CURRÍCULO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO DE 1953 E A LEGISLAÇÃO CURRICULAR BRASILEIRA

5.6.1. LEGISLAÇÃO CURRICULAR BRASILEIRA

Considerando-se o período selecionado como marco temporal, 1953 a 1963, destacam-se na historiografia da legislação do ensino de enfermagem no Brasil as seguintes legislações:

- 1- Decreto nº 20.109, de 15 de Junho de 1931 – Regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa as condições para a equiparação das escolas de enfermagem (Anexo I)
- 2- Decreto 27.426/49 de 14 de novembro de 1949 - Aprova o Regulamento básico para os cursos de Enfermagem e de Auxiliar de enfermagem (Anexo M)
- 3- Parecer 271/62, de 19 de outubro de 1962. Currículo mínimo do Curso de Enfermagem (Anexo N).

O Decreto nº 20.109, de 15 de Junho de 1931, instituiu a Escola de Enfermagem Anna Nery como “escola padrão” a ser seguida e equiparada. Com o curso de duração de 2 anos e 4 meses, sendo a última fase do curso para a saúde pública ou administração hospitalar; com um período letivo total de 27 meses, ou seja, 3 anos; exigência de formação na Escola Normal para ingressantes, mas aceitava-se candidatos que demonstrassem capacitação para o curso; correspondiam ao período probatório das escolas norte-americanas os quatro primeiros meses, essencialmente teórico e a realização de 8 horas diárias de serviços no hospital, com duas meias folgas, totalizando 48 horas semanais de atividades, além da instrução teórica e de estudos (CARVALHO, 1972).

O decreto 20.109/1931 que regulamentou o exercício da enfermagem e estabeleceu como padrão a Escola Anna Nery, determinou também, que a direção das Escolas de Enfermagem fosse exercida por enfermeira diplomada, com curso de aperfeiçoamento e experiência de ensino e administração de escolas (BRASIL, 1959). Esse mesmo decreto determinava, ainda, que só seriam reconhecidos como enfermeiros os portadores de diploma fornecido ou revalidado pela Escola de Enfermagem Anna Nery, (GOMES, 2005).

A comparação entre o currículo da Escola de Enfermagem Anna Nery instituído a partir do Dec. nº 16.300 em seu art. 429 (Anexo J) e as sugestões contidas no “Standard Curriculum” de 1917, apresentam grande semelhança na parte teórica quanto nos serviços sugeridos para estágio e na fragmentação deste em disciplinas de pouca carga horária e curta duração (CARVALHO, 1972).

Com a retirada da missão de enfermeiras norte-americanas (1930), começaram a surgir outras Escolas de Enfermagem, só seriam reconhecidas se estivessem em conformidade ao padrão da Escola de Enfermagem Anna Nery. Assim, em São Paulo foi realizado um estudo para a criação de uma Escola de Enfermagem. Esse ficou a cargo da enfermeira americana Mary Elizabeth Tennant, da Fundação Rockefeller, e foi direcionado ao interventor do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros, em junho de 1940; No relatório de sugestões “aos melhores métodos para a organização e desenvolvimento da educação em Enfermagem em São Paulo” (TENNANT, 1940, pg. 1) , a autora aponta, dentre outras coisas, que o programa de ensino de uma boa Escola de Enfermagem deve ser planejado não somente para suprir as demandas em enfermagem locais, mas também no Estado e no País, igualando-se aos padrões técnicos mundiais mais elevados.

Tennant (1940) faz menção especial ao programa do curso de 39 meses da Universidade de Toronto (a mesma escola onde graduou-se Profa. Glete de Alcântara com bolsa mesma Fundação Rockefeller a qual pertencia Miss Tennant), Refere que as disciplinas são:

1. Ciências biológicas e Físicas (anatomia, fisiologia, microbiologia e química).
2. Ciências Sociais: (sociologia, psicologia, história da enfermagem, problemas sociais e profissionais.)
- 3 Ciências Médicas(introdução á Medicina, incluindo patologia, matéria médica, princípios da medicina, cirurgia, pediatria, obstetrícia e psiquiatria).
4. Enfermagem e artes afins (enfermagem elementar incluindo higiene e saneamento, administração domestica, nutrição e cosinha, regimes, enfermagem médica e cirúrgica, obstétrica, puericultura e pediatria, cuidado com os psicopatas, enfermagem adiantada).
5. Enfermagem em Saúde Pública. (TENNANT, 1940, pg. 5-6)

Em 1948, a Associação Brasileira de Enfermagem, através de sua Subcomissão de Currículo, contribuiu efetivamente para a discussão e elaboração o do Projeto de Lei nº 92/48 que teve como resultado a Lei 775/49 (SANTOS, TREZZA, CANDIOTTI, LEITE, 2002).

A Lei 775/49 foi específica para a formação em enfermagem, regulamentada pelo Decreto 27.426/49 que estabeleceu: reconhecimento pelo ministério da Educação das escolas e fim da obrigatoriedade de equiparação; 36 meses, 4 anos acadêmicos, de duração do curso; secundário completo para os candidatos ingressos, mesmo com sete anos e depois mais cinco anos para cumprir essa exigência; Direção escolar e aulas específicas apenas sob responsabilidade de enfermeiros diplomados (previsto anteriormente pelo Decreto 20.109/31); a ampliação da parte teórica do currículo, ainda fragmentado, incluindo 29 matérias e estágios obrigatórios sem determinação de carga horária (CARVALHO, 1972).

De outro modo, a Lei 775/49 evitara elevar imediatamente a escolaridade exigida das candidatas para doze anos, pelo receio da queda que isso causaria no recrutamento, frente ao nível escolar da mulher no país. Com a política ministerial de incentivo à organização de universidades, mediante a federalização e aglutinação de instituições de ensino superior, tomou impulso o movimento de ingresso das Escolas de Enfermagem na universidade. E aí ganhava polêmica o tema da escolaridade das candidatas às Escolas de Enfermagem. E se a questão da escolaridade não chegou a impedir a entrada das Escolas de Enfermagem nas universidades, certamente lhes acarretou uma posição incômoda, em relação às demais carreiras de nível superior (BAPTISTA, BARREIRA, 2006).

Na sequência, o Decreto 27.426/49 de 14 de novembro de 1949, determinou ainda, as disciplinas que deviam ser ministradas, a obrigatoriedade dos estágios, os critérios de avaliação dos estudantes por provas, notas, médias e frequências, além da especificidade dos professores ao atuarem nos cursos, cursos de especialização, critérios para as matrículas e transferências estudantis, questões de vestimenta e a dispensa de alguns campos de estágios em relação ao gênero (BRASIL, 1949). No 5º artigo do referido decreto, segundo Carvalho (1972), houve uma adaptação do “Curriculum Guide”, de 1937, com a inclusão das disciplinas Parasitologia e Doenças Tropicais e, em separado, especialidades médicas voltadas para a enfermagem (CARVALHO, 1972).

Para suprir a necessidade, principalmente na área hospitalar, pautado no modelo clínico, a Lei 775/1949 propôs a ampliação do contingente de escolas de enfermagem, obrigando todas as novas faculdades de medicina ou um Centro Universitários a criar uma Escola de Enfermagem, com direito a um auxílio federal as

que fossem devidamente reconhecidas. Os cursos deveriam ser oferecidos em quatro anos (BARBIERE, 2010).

Conforme o Levantamento para determinar as condições da enfermagem no país, realizado entre 1956 e 1958 pela Associação Brasileira de Enfermagem, constatou-se que eram determinadas entre 46 e 50 horas semanais de estágio, excluídas as horas de estudo e aulas, por 82% das escolas; ensino pré-clínico no primeiro ano com concentração das aulas teóricas, grande diversidade no total de horas de instrução, com variações de 890 a 2303 em 36 meses de curso e fragmentação excessiva do currículo (CARVALHO, 1972).

Na déc. de 1960 um método constituído por etapas, denominado por Ida Orlando em 1961, nos Estados Unidos, como “Processo de Enfermagem” foi, no Brasil objeto de estudos e trabalhos, realizados por Wanda de Aguiar Horta. No mesmo ano Surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4024 de 20 de dezembro de 1961, passando ao Conselho Federal de Educação a decisão de duração e o currículo mínimo dos cursos superiores. No caso da Enfermagem, o Parecer n. 271, de 19 de outubro de 1962, estabeleceu um currículo geral e duas alternativas para especialização, sendo o curso reduzido de quatro para três anos, além de excluir ou perder a obrigatoriedade de algumas disciplinas, como **“Enfermagem em Saúde Pública”** que se tornou especialização e **“Ciências Sociais”**. Tal redução, realizada pelo Conselho Federal de Educação objetivava maior rendimento prático e simplicidade, em virtude das condições socioeconômicas e culturais do país (BARBIERE, 2014).

O currículo de 1962, tinha carácter hospitalocêntrico e biomédico, medidas curativas em saúde, conhecimentos das ciências físicas e biológicas, mascarando-se o aspecto social da saúde. O currículo não foi aprovado pela ABEn e encontrou barreiras em muitos educadores e Escolas de Enfermagem (BARBIERE, 2014).

Resolvida à revelia das lideranças da Enfermagem, a escolaridade das alunas, que havia sido intensamente debatida no âmbito da Associação Brasileira de Enfermagem, foi determinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961 (LDB/61), que exigiu com o curso secundário completo para o ingresso em qualquer instituição de ensino superior, o que trouxe como consequência negativa, a impossibilidade de muitas escolas em se adaptarem as novas exigências, tendo de ser transformadas em escolas de auxiliares de enfermagem (BAPTISTA, BARREIRA, 2000).

Curriculum Guide 1937				ART 429 DO DEC. Nº 16.300/23		ART. 5º DO DEC. Nº 27.426/49		Parecer 271/62				
Tipo	Nome da Disciplina	CH min	CH max		Disciplina	ano	Disciplina	Período	Disciplina			
Disc. (1)	Anatomia e Fisioloia	90	105	Inicial	Anatomia e Physioloia	1º ano	Anatomia e Fisiologia					
	Microbiologia	45	60	Inicial	Parasitologia e Microbiologia		Microbiologia e Parasitologia					
	Química	80	90	Inicial	Physica e Química Aplicadas		Química Biológica					
	Psicologia	—	30				Psicologia					
	Sociologia	—	30	Inicial	Bases Históricas , Éticas e Sociais da arte de Enfermeira	2º ano	Sociologia					
	História da Enfermagem	—	30			1º ano	História da Enfermagem	Curso Geral 3 anos	Ética e História da Enfermagem			
	Problemas Sociais em Serviços de Enfermagem	—	30	Arte de Enfermeira	Problemas Sociaes e Profissioaes	3º ano	Serviço Social					
	Ajustamento Profissional I e II	—	45			2º ano	Ética (Ajustamento Profissional I)					
					3º ano	Ética (Ajustamento Profissional II)						
	Introdução à Ciência Médica	—	30	Arte de Enfermeira	Arte de Enfermeira em clínica médica							
	Farmacologia e Terapêutica	—	30	Inicial	Therapêutica, pharmacologia	1º ano	Farmacologia e Terapêutica	Curso Geral 3 anos	Fundamentos de enfermagem			
	Introdução à Arte da Enfermagem	—	135	Inicial	Principios e métodos da arte de enfermeira		Técnica de Enfermagem: Economia Hospitalar, Drogas e Soluções, Ataduas e Higiene Individual					
	Nutrição e Dietética	—	60	Inicial	Cozinha e Nutrição		Nutrição e Dietética					
	Dietoterapia	—	30				Dietoterapia					
						ECM ³²	Moléstias da Nutrição					
	Enfermagem Médico-Cirúrgica I e II	—	240	Arte de Enfermeira	Arte de Enfermeira em clínica cirúrgica	1º ano	Enfermagem e Clínica Médica					
							Enfermagem e Clínica Cirúrgica					
	Enfermagem Obstétrica	60	80									
	Enfermagem Pediátrica	60	80	Arte de Enfermeira	Arte de Enfermeira em Pediatria					Curso Geral 3 anos	Enfermagem Pediátrica	
Enfermagem Psiquiátrica	60	80	Arte de Enfermeira	Arte de Enfermeira em doenças Nervosas e Mentaes	2º ano	Enfermagem e Clínica Neurológica e Psiquiátrica	Enfermagem Psiquiátrica					

³² Estágio Clínica Médica

	Serviços de Saúde e de Enfermagem à Família	–	30							
Enferm. Avançada	Médico-Cirúrgica e Pronto Socorro	30	40			2º ano	Enfermagem e Socorros de Urgência			
Eletivas	Enfermagem Obstétrica, Pediátrica ou Psiquiátrica	–	–							
Estágios	Médica Geral	8 semanas	Inicial	Materia medica			Curso Geral 3 anos	Enfermagem Médica		
	Cirúrgica Geral	8 semanas			3º ano	Enfermagem Cirurgica				
	Otorrinolaringológica	2 semanas	Arte de Enfermeira	Arte de Enfermeira em Oto-rhino-laryngologia em Ophtalmologia		Enfermagem e Clínica Otorrinolaringológica e Oftalmológica				
						ECC ³³			Otorrinolaringologia	
	Oftalmológica	2 semanas				ECC			Oftalmologia	
	Ortopédica	4 semanas			Arte de Enfermeira	Arte de Enfermeira em Orthopedia			2º ano	Enfermagem e Clínica Ortopédicas, Fisioterápicos e Massagem
			ECC	Ortopedia e Fisioterapia						
	Doenças Transmissíveis	6 semanas	Arte de Enfermeira	Arte de Enfermeira em Doenças epidêmicas					2º ano	Enfermagem e Doenças Transmissíveis e Tropicais
									ECM	Moléstias transmissíveis e Tropicais
	Tuberculose	4 semanas			Arte de Enfermeira	Arte de Enfermeira em Tuberculose			ECM	Tuberculose
									2º ano	Enfermagem e Tisiologia
	Ginecológica	4 semanas	Arte de Enfermeira	Arte de Enfermeira em Obstetricia	ECC	Ginecologia				
			Arte de Enfermeira	Arte de Enfermeira em Ginecologia	2º ano	Enfermagem e Clínica Urológica e Ginecológica	Curso Geral 3 anos	Enfermagem Obstétrica e Ginecológica		
	Obstétrica	16 semanas	Parte Especializada	Serviço Obstetrico	Estágio	Clínica Obstétrica e Néonatal	OEO 1 ano ³⁴	Assistência Pré-Natal		
OEO 1 ano							Gravidez, Parto e			

³³ Estágio Clínica Cirúrgica

³⁴ Opção Enfermagem Obstétrica

									Puerpério Normais
								OEO 1 ano	Gravidez, Parto e Puerpério patológicos
								OEO 1 ano	Enfermagem Obstétrica
	Pediátrica	16 semanas	Parte Especializada	Serviço Pediatrico	Estágio	Clínica Pediátrica			
					3º ano	Enfermagem e Clínica Pediátrica, compreendendo dietética Infantil			
	Psiquiátrica	16 semanas			ECM	Neurologia e Psiquiatria			
	Enfermagem Avançada e Eletivas	8 semanas							
	Cozinha e Dietética	4 semanas			ECM	Cozinha Geral e Dietética			
	Sala de Operações	6 semanas	Parte Especializada	Serviço de sala de Operações	ECC	Sala de Operações			
	Enfermagem e Serviço de Saúde à Família	8 semanas			2º ano	Técnica de Sala de Operações			
	Inicial	Pathologia Elementar	1º ano	Patologia Geral					
	Arte de Enfermeira	Campo de Acção da Enfermeira							
	Arte de Enfermeira	Arte de Enfermeira em doenças Venerias e da Pelle	2º ano	Enfermagem e Doenças Dermatológicas, Sifiligráficas e Venérias					
			ECM	Sifiligrafia					
			ECM	Doenças Venéreas					
			ECM	Dermatologia					
	Parte Especializada	Serviço de Saúde Púbica	3º ano	Enfermagem de Saúde Pública compreendendo: Epidemiologia e Bioestatística, Saneamento e Higiene da Criança e princípios		OSP 1 ano ³⁵	Enfermagem de Saúde Pública		
					OSP 1 ano	Bioestatística			

³⁵ Opção Saúde Pública.

			da Administração sanitária.		
		1º ano	Saneamento	OSP 1 ano	Saneamento
Arte de Enfermeira	Hygiene e Saúde Pública	Estágio	Serviços Urbanos e Rurais de Saúde Pública	OSP 1 ano	Higiene
Parte Especializada	Serviço de Laboratorios				
Parte Especializada	Serviço Administrativo Hospitalar			Curso Geral 3 anos	Administração aplicada a enfermagem
Inicial	Higiene Individual				
Inicial	Administração Hospitalar				
Inicial	Métodos Gráficos na Arte de Enfermeira				
Arte de Enfermeira	Radiographia				
Parte Especializada	Serviço de Dispensarios				
Parte Especializada	Serviço Privado				

Quadro 19: Comparação entre o Curriculum Guide, 1937, e os Currículos da Legislação Art 429 do Decreto n.º 16.300/23, Art. 5º do Decreto Nº 27.426/49 e Parecer 271/62.

Fontes: CARVALHO, 1972, p. 28-29, RIZZOTO, 1999, p. 63-5, BRASIL, 1949 e BRASIL, 1962.

O prazo para admissão de candidatos, com apenas o 1º grau, terminou em 1961, coincidindo com o novo currículo mínimo, determinado pelo Conselho Federal de Educação, implantado pelo Parecer 271/62, buscou reduzir a fragmentação excessiva e estabeleceu 8 matérias como obrigatórias e possibilitando um ano a mais para especialização em Enfermagem Obstétrica ou Enfermagem em Saúde Pública.

Com a possibilidade de planejamento do ensino voltado à integração do conteúdo de diversas disciplinas, incluindo os aspectos da saúde pública e fundamentação clínica. Deveria as Ciências Biológicas ser incluídas em fundamentos de Enfermagem e as Ciências Humanas foram excluídas, porém as escolas incluíram em seu currículo complementar a Sociologia, Psicologia Geral e do Desenvolvimento e Enfermagem em Saúde Pública; sendo a duração do curso de 3 anos acadêmicos, sendo necessária uma grande diminuição do período de práticas, em alguns casos de até 50%, como em Enfermagem Médica e Enfermagem Cirúrgica. Algumas escolas ainda conseguiram tornar obrigatório o 4º ano optativo, para especializar Enfermeiras de Saúde Públicas ou enfermeiras Obstétricas (CARVALHO, 1972).

O currículo de 1962, comparado ao seu anterior, houve uma redução de 25% do tempo para a formação, pois a Portaria 159 do MEC fixou a carga horária em 2.430 com integralização em 3 anos, assim, as escolas deveriam cumprir em 27 meses, o que faziam em 36, reduzindo drasticamente a prática para dar ênfase a parte teórica; não apenas por imposição de 10% do total de horas para estágios, mas também o aumento da exigência de preparo e competência para acompanhar o desenvolvimento dos serviços de saúde, cabendo ao profissional de Enfermagem a incumbência das atividades assistências, administrativas e de educação, além do progresso da medicina e a comodidade médica em passar seus os afazeres “desinteressantes” que antes lhe eram privativos, para a execução da enfermagem (CARVALHO, 1972).

A reforma Universitária intensifica o problema ao separar em ciclo básico, nos Institutos de Ciências Básicas, nos dois primeiros semestres e o ciclo profissional que ficou reduzido a dois anos acadêmicos, o qual inclusive, deveria incluir as aulas teórico e práticas da fundamentos da profissão, que eram ministradas no primeiro

semestre. Acreditando na impossibilidade de uma boa formação em tão curto espaço de tempo, em especial nas escolas federais, algumas instituições, entre elas, as duas Escolas da Universidade de São Paulo (EEUSP e EERP-USP) e a Faculdade Paulista de Enfermagem, todas do Estado de São Paulo; conseguiram a obrigatoriedade do estudante cursar o 4º ano optativo, previsto pela Resolução 271/62, do Conselho Federal de Educação, com vistas a uma formação que garantisse a capacitação para a execução de todas as atividades da assistência direta e indireta, reconhecendo seus problemas aparentes ou não; a capacidade de liderança do pessoal de enfermagem com instrução, supervisão e avaliação das tarefas; habilidade de administração da unidade e trabalho em equipe multiprofissional no planejamento, experimentação e avaliação das práticas, investigando e desenvolvendo novas práticas para a melhoria do serviço de assistência prestado e na capacidade de pesquisar em enfermagem e na saúde (CARVALHO, 1972).

Comparações					
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – USP				Currículo Legislação	
Currículo de 1953/54 à 1956/57				ART. 5º DO DEC. Nº 27.426/49	
Período	Nome da Disciplina	CH (Min.)	CH (Max.)	Período	Nome da Disciplina
1º Ano	Física	0	0	Disciplinas (1)	Patologia Geral
	Química	0	0		Anatomia e Fisiologia
	Biologia	0	0		Química Biológica
	Patologia Geral	11	11		Microbiologia e Parasitologia
	Anatomia	54	60		Psicologia
	Fisiologia	42	47		Nutrição e Dietética
	Química Biológica	41	43		História da Enfermagem
	Microbiologia	56	56		Saneamento e Higiene da Criança
	Parasitologia	41	41		Técnica de Enfermagem incluindo: Economia Hospitalar, Drogas e Soluções, Ataduras e Higiene Individual
	Psicologia	33	38		Enfermagem e Socorros de Urgência
	Nutrição e Dietética	29	44		Sociologia
	História da Enfermagem	11	11		Farmacologia e Terapêutica
	Saneamento	10	22		
	Técnica em Enfermagem	104	119		
	Socorros de Urgência	7	8		
	Sociologia	26	34		
	Farmacologia e Terapêutica	33	33		
	Física Aplicada	27	35		
	Inglês	36	41		
2º Ano	Clínica Médica	24	31	Disciplinas (1)	Enfermagem e Clínica Médica
	Enfermagem Médica	22	25		Enfermagem e Clínica Cirúrgica
	Clínica Cirúrgica	18	20		Dietoterapia
	Enfermagem Cirúrgica	24	30		Ética e Ajustamento Profissional I e II
	Dietoterapia	15	17		Técnica de Sala de Operações
	Ética (Ajust. Profis.) I	23	24		Enfermagem e Clínica Neurológica e Psiquiátrica
	Técnica de Sala de Operação	26	26		
	Clínica Neurológica	7	13		
	Enfermagem Neurológica	7	10		
	Clínica Ortopédica	10	12		Enfermagem e Clínica Ortopédicas, Fisioterápicos e

	Enfermagem Ortopédica	5	12		Massagem
	Cl. Urológica e Ginecológica	8	8		
	Enf. Urológica e Ginecológica	7	7		Enfermagem Urológica e Ginecológica
	Psicologia Clínica	60	63		
3º Ano	Cl. Doenças Transm. e Tropicais	26	26	Disciplinas (1)	Enfermagem e Doenças Transmissíveis
	Enf. Doenças Transm. E Tropicais	16	22		Enfermagem e Doenças Dermatológicas, Sifiligráficas e Venéreas
	Cl. Dermatol. Sifiligr. E Venéreas	19	19		Enfermagem e Clínica Neurológica e Psiquiátrica
	Enf. Dermat.Sifiligr. E Venérea	11	11		Enfermagem e Clínica Obstétrica e Puericultura Néο-Natal
	Clinica Psiquiátrica	27	27		Enfermagem e Clínica Otorrinolaringológica e Oftalmológica
	Enfermagem Psiquiátrica	39	39		
	Cl. Obstétr. E Puer. Neo Natal	25	30	Disciplinas (1)	Enfermagem e Clínica Pediátrica, compreendendo dietética Infantil
	Enf. Obstétr. E Puer. Neo Natal	16	17		Enfermagem de Saúde Pública compreendendo: Epidemiologia e Bioestatística
	Clínica Oftalmológica	13	13		Saneamento
	Enfermagem Oftalmológica	13	13		
	Clínica Otorrinolaringológica	13	13		Enfermagem e Tisiologia
	Enf. Otorrinolaringológica	13	13		Ética e Ajustamento Profissional I e II
4º Ano	Psicologia Infantil	21	21	Disciplinas (1)	Serviço Social
	Dietética Infantil	9	10		
	Clínica Pediátrica	13	33		
	Enfermagem Pediátrica	17	33		
	Enfermagem de Saúde Pública	15	24		
	Epidemiologia e Bioestatística	10	12		
	Saneamento	10	22		
	Admin. Sanitária	14	14		
	Tuberculose	8	8		
	Ética (Ajust. Profis.) II	10	17		
	Serviço Social	12	12	Estágios (Clínicas)	Médica Geral
	Admin. Hosp. E Serv. de Enf.	20	27		Dermatológica
					Sifiligráfica
					Doenças Venéreas
					Moléstias transmissíveis e Tropicais
					Neurológica e Psiquiátrica
					Moléstias da Nutrição
					Tuberculose
					Cirúrgica Geral e Sala de Operações

	Ortopédica e Fisioterápica
	Ginecológica
	Otorrinolaringológica
	Oftalmológica
	Obstétrica e Néo-Natal
	Pediátrica
	Cozinha Geral e Dietética
	Serviços Urbanos e Rurais de Saúde Pública

Quadro 20: comparativo entre os currículos da EERP-USP e Decreto Lei No. 27.426 de 1949

Fonte: Histórico Escolar das egressas da EERPUSP de 1953-1963, 04/2012 e BRASIL 1949.

Observa-se nos quadros da primeira turma, formada em 1957 pela EERP, todas as disciplinas estão de acordo com a regulamentação da Lei no. 775 de 1949 e descritas no Decreto Lei 27.426 de 14 de novembro de 1949. No entanto as disciplinas de **Física Aplicada, Inglês, Psicologia Clínica, Psicologia Infantil e Administração Hospitalar e Serviço de Enfermagem**, que constam no currículo da EERP, não constam nessa legislação.

Apesar de não constar no Decreto 27.426, de 14 de novembro de 1949, para a segunda turma, formada em 1958, no último ano houve a união das disciplinas **Administração Sanitária e Tuberculose**, e a inclusão de **Psicologia Educacional e Didática**.

Para a turma do primeiro ano de 1956, houve a mudança na terminologia da disciplina de **Psicologia** para **Psicologia e Higiene Mental** e a separação de **Epidemiologia e Bioestatística**, a primeira ministrada no quarto ano e a segunda no primeiro, e temos a exclusão da disciplina de **Inglês**.

Para a turma que ingressou em 1957 houve a adição de algumas disciplinas não exigidas pela legislação: **Inglês, Introdução a Enfermagem I** no primeiro ano, **Psicologia Infantil** no terceiro ano e **Administração Hospitalar** no quarto ano.

Para a quinta turma formada em 1961, em relação ao mesmo decreto temos novamente disciplinas adicionais na grade curricular: a disciplina psicologia é substituída por "**Higiene Mental e Psicologia**", **Introdução a Enfermagem I, Psicologia do Desenvolvimento**, foram incluídas; **Enfermagem e Tisiologia** foi desmembrada em **Clínica Tisiológica, Enfermagem Tisiológica** e mantém-se a inclusão de disciplinas extra legislação: **Administração em Serviço de Enfermagem e Hospitalar, Psicologia Educacional e Didática** .

A seguir os quadros comparativos da diretriz curricular de 1962, do currículo e das turmas ingressante em 1962 e 1963, uma turma antes e outra depois da vigência da nova normativa. Entretanto, acredita-se não ter ocorrido tempo hábil de implantação do mesmo dentro do marco temporal.

Turma ingressante em 1962 EERP-USP	Turma ingressante em 1963 EERP-USP	Currículo Mínimo do Curso de Enfermagem. Parecer 271/62 Curso Geral
Técnica de Enfermagem	-	Fundamentos de Enfermagem
Anatomia	Anatomia	Anatomia
Fisiologia	Fisiologia	Fisiologia
Bioquímica	Bioquímica	Bioquímica
Microbiologia	Microbiologia	Microbiologia
Parasitologia	Parasitologia	Parasitologia
Psicologia	Psicologia	Psicologia Geral
Nutrição	Nutrição	Nutrição e Dietética
Física Aplicada	Física	-
Higiene Mental	Higiene Mental	-
Sociologia	Sociologia	-
Saneamento	Saneamento	-
-	-	
Bioestatística	Bioestatística	-
Introdução a Enfermagem I	Introdução a Enfermagem I	-
	Introdução a Enfermagem II	-
Inglês		
Presente no Segundo ano	Presente no Segundo ano	Enfermagem Médica
Presente no Segundo ano	Presente no Segundo ano	Enfermagem Cirúrgica
Presente no Segundo ano	Presente no Terceiro ano	Enfermagem Psiquiátrica
Presente no Terceiro ano	Presente no Segundo ano	Enfermagem Pediátrica
Presente no Terceiro ano	Presente no Terceiro ano	Administração em enfermagem
Presente no Terceiro ano	Presente no Segundo ano	Enfermagem Obstétrica e Ginecológica
Presente no Segundo e Terceiro ano	Presente no Segundo e Terceiro ano	Ética e História da Enfermagem
-	Psicologia Educacional e Didática	-
Patologia Geral	-	-

Quadro 21: Distribuição das disciplinas do primeiro ano da Grade Curricular da EERP-USP da turma de ingressante em 1962 e 1963 em comparação com o currículo mínimo instituído pelo Parecer 271/62, Ribeirão Preto, 2013.

Fonte: Histórico Escolar das egressas da EERPUSP de 1953-1963, 04/2012 e BRASIL, 1962.

Turma ingressante em 1962 EERP-USP	Turma ingressante em 1963 - EERP-USP	Currículo Mínimo do Curso de Enfermagem. Parecer 271/62 Escolha em Saúde Pública.
Clínica Médica		
Enfermagem Médica	Enfermagem Médica e especialidades	
Clínica Cirúrgica		
Enfermagem Cirúrgica	Enfermagem Cirúrgica e especialidades	
Clínica Neurológica		
Enfermagem Neurológica		
	Enfermagem Obstétrica e Ginecológica	
Ética	Ética I	
Técnica de Sala de operação	Técnica de Sala de Operação	
Farmacologia e Terapêutica	Farmacologia	
	Enfermagem Pediátrica	
Enfermagem Psiquiátrica		
Clinica Psiquiátrica		
-	Dietoterapia	-
Presente no Primeiro ano	Presente no Primeiro ano	Bioestatística
-	-	Epidemiologia
Presente no Terceiro ano	Presente no Terceiro ano	Enfermagem de Saúde Pública
-	-	Higiene
Presente no Primeiro ano	Presente no Primeiro ano	Saneamento

Quadro 22: Distribuição das disciplinas do segundo ano da Grade Curricular da EERP-USP da turma ingressante em 1962 e 1963 em comparação com o currículo mínimo instituído pelo Parecer 271/62, Ribeirão Preto, 2013.

Fonte: Histórico Escolar das egressas da EERPUSP de 1953-1963, 04/2012 e BRASIL, 1962.

Turma ingressante em 1962 EERP-USP	Turma ingressante em 1963 EERP-USP	Currículo Mínimo do Curso de Enfermagem. Parecer 271/62 Escolha em Obstétrica.
Clínica Obstétrica e Ginecológica Enfermagem Obstétrica e Ginecológica	Presente no Segundo ano	Gravidez, parto e puerpério normais
		Gravidez, parto e puerpério patológicos
		Assistência Pré-Natal
		Enfermagem Obstétrica
Enfermagem de Saúde Pública	Enfermagem de Saúde Pública	
História da Enfermagem	História da Enfermagem	
Didática e Psicologia Educacional	Psicologia Educacional e Didática	
	Enfermagem Médico- Cirúrgica Adiantada	
Administração em Serv de Enf., Ens e Sup	Administração Aplicada à Enfermagem	
	Enfermagem Psiquiátrica	
	Dietoterapia	
Enf. Em Doenças Transm. E Tropicais		
Enfermagem Ortopédica		
Clínica Ortopédica		
Clínica e Enf. Pediátrica e Psico do desenvolvimento		
Estatística Hospitalar		
	Ética II	

Quadro 23: Distribuição das disciplinas do terceiro ano da Grade Curricular da EERP-USP da turma ingressante em 1962 e 1963 em comparação com o currículo mínimo instituído pelo Parecer 271/62, Ribeirão Preto, 2013.

Fonte: Histórico Escolar das egressas da EERPUSP de 1953-1963, 04/2012 e BRASIL, 1962.

A comparação do currículo da turma ingressante em 1962 e 1963, portanto antes e depois da aprovação do Parecer 271/62 que instituiu o currículo mínimo é possível observar que todas as disciplinas exigidas no parecer foram contempladas nas duas turmas, mesmo na anterior ao próprio. Houve ainda disciplinas excedentes, que não constam no Parecer 271/62, tais como: **1º. ano Física Aplicada, Higiene Mental, Sociologia, Saneamento, Introdução a Enfermagem I** em ambas turmas e o acréscimo de **Introdução a Enfermagem II**, em 1963.

No 2º ano apresenta-se como excedente a disciplina de **Psicologia Educacional e Didática**. As demais disciplinas apenas encontram-se em ordem inversa a do Parecer, como: **Enfermagem Médica, Enfermagem Cirúrgica e Ética** para ambas as turmas. Presente no segundo ano da turma de 1962 e no 3º ano da turma de 1963, encontra-se a **Enfermagem Psiquiátrica** e o inverso acontece com a **Enfermagem Pediátrica e Enfermagem Obstétrica e Ginecológica**. Para o 3º. ano apresenta-se em ambas as turmas **História da Enfermagem e Administração em Enfermagem**.

Não foram encontradas nos currículos da EERP as disciplinas de **Epidemiologia e Higiene** constantes no Parecer, contudo a disciplina de **Administração em Serviços de Enfermagem** apontada por Profa. Glete de Alcântara, como uma das inovações, encontra-se presente no currículo mínimo de 1962 (271/62).

Observamos que além de cumprir a legislação específica houve a adição das disciplinas: **Técnica de Enfermagem, Patologia Geral, Sociologia, Farmacologia e Terapêutica, Física Aplicada, Inglês, Introdução a Enfermagem I, Saneamento, Técnica de Sala de Operação, Psicologia do Desenvolvimento, História da Enfermagem, Clínica Ortopédica, Enfermagem Ortopédica, Serviço Social, Psicologia Educacional e Didática, Clínica Tisiológica e Enfermagem Tisiológica** (LUCHESE et al., 2010b).

5.7 DISCIPLINAS “INOVADORAS”

Profa. Glete de Alcântara recebeu a incumbência de inserir no município de Ribeirão Preto a figura da “enfermeira diplomada” e recrutar interessadas no curso, como aponta o excerto abaixo, foi realizado campanhas de marketing. O discurso das disciplinas inovadoras provavelmente colaborou para essas estratégias, ao apontar supostos elementos de distinção do curso, tornando-o mais atraente:

Antes de começar as atividades docentes da Escola, a autora, em face do desconhecimento, em Ribeirão Preto, do trabalho da enfermeira diplomada e, diante dos resultados alcançados por dois inquéritos que efetuara na cidade – um relativo – às condições do pessoal do setor de enfermagem dos serviços – de saúde locais, o outro relacionado às atitudes sobre a profissão – iniciou um movimento de opinião pública visando criar receptividade à nova carreira, indispensável ao recrutamento de estudantes. Baseada em modernas técnicas de propaganda, essa campanha, iniciada há um decênio, tem continuado até o presente. Consistiu em difundir informações sobre o novo tipo de enfermeira, através da imprensa falada e escrita e, posteriormente, da televisão; de conferencias, palestras. Distribuição de material impresso e de projeção de filmes em escolas secundárias e associações de Ribeirão Preto e cidades circunvizinhas (ALCÂNTARA, 1963, p.7).

Segundo o memorial de Profa. Dra. Glete de Alcântara, elaborado para seu concurso de cátedra, Alcântara (1963, p.8), em 1952, elaborou o anteprojeto de Lei, para a criação do quadro da EERP-USP, que apesar de constar na legislação de criação da EERP-USP, que essa deveria seguir os moldes da EEUSP, a docente refere que aceitou o convite para a direção por tratar-se de rica oportunidade de “desenvolver novo currículo”, que tinha como meta preparar adequadamente enfermeiras para as necessidades dos serviços de saúde e para o estabelecimento de uma estrutura didática e administrativa para uma escola de Enfermagem, situação que seria inédita no país. Ainda segundo a docente o anteprojeto de Lei, foi seguido de uma justificativa sobre as “inovações introduzidas do currículo” sendo essas:

- a)- ensino das ciências sociais articulado com o da Enfermagem;**
 - b)- correlação dos aspectos preventivos da Enfermagem com as disciplinas ministradas em todo o curso,**
 - c) Inclusão de ensino teórico e prático de administração aplicada à enfermagem, de psicologia educacional e didática**
- ALCÂNTARA (1963, p.8, grifo nosso).

Localizou-se o Processo 54.1.15105.1.1, caixa 832, nos arquivos da Universidade de São Paulo, correspondente ao Anteprojeto de Lei que estabelece a Estrutura Didática da Escola de Enfermagem, anexa à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, dado abertura de protocolo em 15 de maio de 1954, e aborda toda a tramitação do referido Projeto de Lei, dessa data até sua implantação efetiva em 1960.

No referido documento, Profa. Gleite de Alcântara refere que estava seguindo o exemplo da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto-USP, ao introduzir, na estrutura didática, algumas modificações, no sentido de preencher falhas do ensino de Enfermagem, observadas no país e ao mesmo tempo, buscava enquadramento no sistema educacional brasileiro. Além disso, o modelo americano, muito utilizado no Brasil, precisava ser adequado à realidade nacional (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1954).

Dessa forma, tal adequação para uma estrutura semelhante aos estabelecimentos, de ensino superior, possibilitaria os enfermeiros, com curso de pós-graduação, concorrer às cátedras, mediante concurso de títulos e provas conforme legislação. A criação das cátedras corrobora com esforços de um grupo de enfermeiros que se dedicam ao assunto da educação e que vem pleiteando junto aos órgãos competentes. O V Congresso Nacional de Enfermagem, em 1951, teve como uma de suas resoluções o pleito, junto ao Ministro da Educação e saúde e membros do Congresso Nacional e autoridades competentes nos estados, para criação de cátedras nas escolas governamentais, que seriam ocupados por enfermeiros, através de concursos e que essa é uma realidade há mais de três décadas nos EUA. Além disso, a EERP-USP não seria a única em processo de organização para pleito, além do anteprojeto de ter sido avaliado por diretoras de outras Escolas de Enfermagem, portanto não representava a voz de uma única enfermeira (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1954).

A diretora menciona, ainda, que algumas inovações propostas representavam consenso da opinião da classe e outras expressam parecer de grupo de enfermeiras engajadas na questão do ensino da Enfermagem (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1954).

Além disso, a estrutura proposta estaria de acordo com Decreto Nº 27.426/49 (BRASIL, 1949), com as seguintes modificações: **Curso com duração de quatro anos e três meses de férias anuais**; introdução da disciplina de **Física aplicada à**

Enfermagem; Integração no currículo dos aspectos sociais da enfermagem; Integração no currículo de aspectos preventivos da Enfermagem; Cursos de Administração de Serviços de Enfermagem Hospitalar e de Saúde Pública; Opção de administração de enfermagem hospitalar e de saúde pública urbana e rural; criação de cargos didáticos e Organização departamental (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1954, p.7-8, grifo nosso).

O texto difere em algumas questões da referência norteadora, que trata-se do memorial da docente, que não aborda a disciplina de **Física Médica**, e inclui de **Psicologia educacional e Didática** (ALCÂNTARA, 1963). No presente estudo, a disciplina de **Física Médica** não foi abordada, pois a própria docente refere no documento, que apesar de não constar na legislação, já estava sendo ministrada em outras instituições de Enfermagem, semelhando-se a um processo de equiparação (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1954). Além disso, mesmo não constando no documento inicial de 1954, foi estudada a questão da **Psicologia educacional e Didática**, uma vez que é relatado por Alcântara (1963), como inovação.

Após o levantamento do currículo da EERP-USP, houve a necessidade de especificar quais disciplinas poderiam ser indicadas como prováveis “inovações” curriculares mencionadas por ALCANTARA (1962).

Para fins de construção dos gráficos a seguir, utilizaram-se os históricos escolares dos egressos de 1953-1963 e o plano curricular oficial de 1953. Considerou-se apenas a carga horária máxima, localizada no histórico, em cada disciplina, pois esta se aproxima do real ministrado. Quando o histórico de nenhum estudante da turma indicava a carga horária, inferiu-se que a carga horária se aproximaria da ministrada no ano anterior em que a disciplina assumiu características semelhantes.

Considerando que Profa. Glete de Alcântara diz que as inovações já foram implementadas a partir de 1953, para determinar o conceito de inovação empregado, tem-se como **baliza legal o Decreto Nº 27.426/49** (BRASIL, 1949), uma vez que o Parecer 271/62 (BRASIL, 1962) é promulgado em outubro de 1962, infere-se não ter ocorrido tempo suficiente para considerações de inovações frente à essa legislação. Nesse sentido, consideraram-se apenas os históricos dos ingressantes de 1953 até 1961/1962, visto que o último encerram seus cursos em 1963/1964, já configurando período posterior ao marco temporal. Destaca-se ainda que os ingressantes de agosto de 1953 e fevereiro de 1954, em virtude no baixo número de

alunas recrutadas no total (10), foram agrupadas em uma única turma, com formatura em 1957.

5.7.1 TRAJETÓRIA DAS DISCIPLINAS DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS NA EERP-USP

Para realizar tal trabalho, a partir do **item a**, acima apresentado fez-se necessário uma melhor compreensão da definição das **ciências sociais**.

Segundo dicionário de filosofia, as ciências humanas tem como objeto exclusivo o homem em suas várias dimensões (história, sociologia, psicologia, etnologia) (DUROZOL; ROUSSEL, 1993).

Nas clássicas diferenciações entre as ciências naturais e sociais, destaca-se que as ciências naturais geralmente envolvem fenômenos simples, cujas causas presumem-se serem simples e isoláveis, portanto sua matéria-prima é constituída por um conjunto de fatos que se repetem e podem ser visualizados, isolados e reproduzidos em ambiente de laboratório, a perspectiva do laboratório de certa forma assegura a “objetividade”, elemento considerado crítico na definição da “ciência” e da “ciência natural”. Em contrapartida, as denominadas “ciências sociais”, tem como objeto fenômenos complexos, com determinação e causalidades complicadas, dificilmente o antropólogo, sociólogo, historiador, cientista político, economista, psicólogo conseguem isolar causas/razões exclusivas (MATTA, 2011, p.14-16).

Entretanto, buscando-se a definição efetivamente adotada pela EERP-USP, localizou-se artigo de 1960, das docentes da EERP-USP à época, Profa. Helena Maria Panizza Nador e Profa. Célia Almeida Ferreira-Santos (ambas Licenciadas em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo), intitulado de “O ensino de ciências sociais na escola de enfermagem de Ribeirão Preto”, relatam que na EERP-USP, no período do estudo, as disciplinas da área de ciências sociais eram: **Psicologia, Sociologia e Bioestatística** (NADOR; FERREIRA SANTOS, 1960).

Os métodos de ensino foram pensados de forma a despertar o interesse e a curiosidade das estudantes de enfermagem, a crítica, o de pensar, a observação e a

resolutividade de problemas que também seriam uteis para as atividades de pesquisa (ALCÂNTARA, 1964).

Nesse sentido, buscando não perder partes do escopo da fala de Profa. Glete de Alcântara, elencou-se as disciplinas que se relacionam aos conceitos de **ciências humanas e sociais**, como potenciais “inovações” para investigação, ampliando o a denominação das docentes à época, no sentido de identificar, também nas ciências humanas, possíveis inovações, sendo essas: **Psicologia, Psicologia Clínica, Psicologia Infantil, Psicologia do Desenvolvimento, Higiene Mental, História da Enfermagem, Sociologia, Bioestatística, Ética (Ajustamento Profissional I e II) e Serviço Social.**

5.7.1.1 Sociologia

Gráfico 1: Distribuição da Carga Horária da disciplina de Sociologia, durante o decênio de 1953 a 1963, da Grade Curricular da EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Histórico Escolar dos egressos de 1953 a 1963. Ribeirão Preto, 2015.

Foram localizados apenas dois programas, referentes à disciplina, nos documentos Setor de Graduação da EERP-USP, relativos aos anos de 1960 e 1961, sendo que a carga horária mencionada no programa de 1960 corresponde à carga horária encontrada nos históricos dos egressos.

PROGRAMA DE SOCIOLOGIA, 1ª SÉRIE, 1960 - 51 horas	PROGRAMA DE SOCIOLOGIA, 1ª SÉRIE, 1961
<p>Sociologia. Definição. Socialização da criança. Agentes e métodos de socialização, papéis e desempenhos sociais. Status social. Conclusão, análise, conceito de Sociologia e Ação Social. Ação interior e ação omitida (Pensamentos e sentimentos). A sociologia como ciência. Aparecimento da Sociologia. Seminários: Filosofia, ciência e arte e o desenvolvimento social da criança. Características do fato social. As formas sociais: contato e isolamento. Os processos sociais. Tipos de processos sociais. Relações sociais. Processos e grupos sociais. Organização social e instituições sociais. Controle social. Cultura: Mudança cultura. Aculturação. A família. Funções da família. Organização da família. Sociedade: Formas de organização social. Castas e Classes. Mudança Social. Mobilidade social. Comunidade rural e urbana. O Estado. Instituição social. Mudança social. A Igreja: instituição social. Formações urbanas. Isolamento e contato. Crendices sobre o parto. A família numa pequena comunidade paulistana. A saúde e a doença. Seus aspectos sociais. Comportamentos coletivos. A Delinquência juvenil. Sociologia da vida rural. Educação para uma civilização em mudança.</p>	<p>Definição da Sociologia e ciências afins. A Sociologia na escola de Enfermagem. Definição da Ação Social. Socialização. Fatores sócio-culturais do comportamento humano. O fato social: leitura comentada. Interação social. Processos sociais. Esboço histórico da sociologia. Competição, conflito, acomodação, assimilação. Contato e comunicação. O processo social. O fato social. Os processos sociais. A obra de Durkheim. As relações sociais. Grupos sociais. Cultura: definição, divisão e características. Concepção idealística dos fatos sociais. Mudança cultural; costumes, tabus. As instituições sociais. A evolução da família. Desorganização social. O Estado: funções do estado. Culto, escola, recreação. Estrutura social. Comunidades rurais e urbanas. As instituições sociais ligadas à saúde. A sociologia e a doença. A escola e a recreação.</p>

Quadro 24: Programas da disciplina de Sociologia, 1961 e 1962, na EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Pastas de programas de disciplinas. Ribeirão Preto, 2015.

Os programas localizados corroboram com o discurso de Profa. Glete de Alcântara e das docentes da área à época. Profa. Glete de Alcântara (1960) definiu que o curso de **Sociologia** iniciava-se no primeiro ano, para abranger em totalidade todas as áreas da experiência do estudante. Eram abordados temas de

conhecimento geral, processos sociais e relações sociais e suas aplicações à profissão de Enfermagem, cultura e instituições culturais (impacto sobre o comportamento e desenvolvimento da personalidade), instituições sociais e suas funções (igreja, governo, família), comunidades rurais e urbanas em suas relações de saúde, aspectos sociais da doença, além de experiências educativas sobre o meio social, desenvolvimento econômico do país e sua relação com a saúde da população e as crenças populares (impacto para o cuidado de Enfermagem) (ALCANTARA, 1960).

Para as docentes responsáveis pela disciplina em 1960, a disciplina de **Sociologia** compreendia: Introdução à Sociologia, Aspectos Sociais de Enfermagem, correlacionado com Psicologia e Enfermagem das diferentes clínicas, Introdução à Sociologia (inclusão de noções essenciais à Enfermagem de economia, política, educação e religião). Destaca-se que, para essas docentes, a inclusão da **Sociologia e Bioestatística** no 1.º ano do curso, tratou-se de uma inovação da EERP-USP (NADOR; FERREIRA SANTOS, 1960).

As considerações a seguir sobre o rastreamento da disciplina, em outros locais, foram baseadas nas legislações do Decreto Nº 10 472/42, Decreto Nº 27.426/49 (Brasil, 1949) e PARECER 271/62 (Brasil, 1962), nos currículos de Escolas de Enfermagem publicados nos estudos de Espirito Santo, (2013), Rizzotto, (1999), Silva e Gallian, (2009), Carvalho, (1972), e nas fontes históricas identificadas, coletadas e analisadas no presente estudo, constituídas pelo Histórico escolar da Cruz Vermelha Brasileira de 1958, currículos do Acervo do Setor de Graduação da EEUSP e Histórico Escolar de Graduação de Profa. Glete de Alcântara, localizado no Centro de Memória da EERP-USP.

Foram localizadas disciplinas que parecem se aproximar do conteúdo de **Sociologia** no **Standard Curriculum for Schools of Nursing, de 1917**, com o nome de **Condições Sociais Modernas** (10horas), no **Curriculum Guide de 1937**, no bloco de Disciplinas (1), “**Sociologia**” (30horas), posteriormente localizado na **EEUSP (currículo 1943 à 1946)** no período “Sênior” “**Sociologia**” (47horas), reduzindo a carga horaria em quase 50% na **EEUSP (currículo 1947 a 1949)**, no período “Junior”, com denominação de “**Sociologia e Noções de Serviço Social**”(18horas). O Decreto Nº 27.426/49, fixa a disciplina no 2ª. série, como “**Sociologia**”, fato que influencia a mudança na **EEUSP(currículo 1947 a 1949)**, na 2ª Série, como “**Sociologia**”(24horas).

Em 1943, Edith Magalhães Fraenkel, destacou que a formação do enfermeiro não poderia ser exclusivamente técnica, destacando a importância do estudo dos fenômenos sociais e psicológicos, além do biológico, incluindo a sociologia como um campo de conhecimento importante para a formação do profissional (FRANKEL, 1943).

A disciplina também apresentou-se no currículo da **Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira, da Filial SP**, em 1958, na segunda série, conforme legislação de 1949.

Observa-se, que apesar de estar presente em currículos internacionais que tiveram impacto na estruturação de currículos brasileiros, a disciplina de **Sociologia** ganha destaque, no âmbito da Universidade de São Paulo. Deve-se destacar, que ao constar no currículo mínimo de 1949, a disciplina obrigatoriamente deveria ser parte do currículo da EERP-USP, portanto, não se pode pensar na ideia de **inovação com definição de novidade**. Entretanto, o fato da disciplina ter ganhado destaque nas unidades da USP, no início da década de 1950, além de perfazer carga horária, na EERP-USP, 70% maior do que a vigente na EEUSP infere-se a possibilidade de **inovação com definição de renovação**, no sentido que significou maior ênfase no currículo da EERP-USP para a **Sociologia**.

Não se pode pensar em influencia canadense para essa disciplina, visto não constar do programa de ensino de Toronto, cursado pela diretora da EERP-USP, entretanto destaca-se sua Licenciatura em Ciências Sociais, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da USP, com conclusão em 1952, cuja grade curricular envolveu as disciplinas de **Sociologia** (1º. ano), **Sociologia I e Sociologia II** (2º ano) e no 3º ano a presença de duas disciplinas também intituladas **Sociologia I e Sociologia II** (ALCÂNTARA, 1963).

Nesse sentido, infere-se possível influência da formação da docente na área de ciências humanas. Considerando que a disciplina constava como matéria obrigatória no currículo mínimo, dificulta a análise de possíveis influências da EEUSP, entretanto, o discurso apresentado de Edith Magalhães Fraenkel, leva a crer que era algo estimulado na instituição, onde Profa. Glete de Alcântara foi docente, de 1945 ao início de 1952. Entretanto, a grande diferença das cargas horárias, entre EEUSP e EERP-USP, apontam maior ênfase na EERP-USP. O discurso das docentes à época, ainda rementem a ideia de interlocução dessa disciplina com Psicologia, reforçando a ideia de **Sociologia** enquanto **inovação**

com definição de renovação, no sentido de transformação de algo que estava dado em legislação, mas realizado sob características diferentes do apresentado até aquele momento.

5.7.1.2 História da Enfermagem

Gráfico 2: Distribuição da Carga Horária da disciplina de História da Enfermagem durante o decênio de 1953 a 1963, da Grade Curricular da EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Histórico Escolar dos egressos de 1953 a 1963. Ribeirão Preto, 2015.

Como pode ser observado, a ideia inicial da disciplina de **História da Enfermagem** (plano curricular oficial) de 1953, dividida em dois momentos, 1- **História da Enfermagem no Brasil, aspectos sociais e Históricos** (1º ano, 30h) e 2- **História da Enfermagem** (3º. ano, 45h), não se concretizou na Prática. Observou-se que para os ingressantes de 1953 a 1962, não houve mudanças na terminologia da disciplina, permanecendo com a nomenclatura “**História da Enfermagem**” a disciplina foi concentrada e exclusiva do 1º ano, para os ingressantes de 1953 a 1956 (11horas, 30horas, 29horas respectivamente), bem longe das 75horas idealizadas inicialmente.

Para os ingressantes de 1957 a disciplina concentrou-se no 4º ano (25horas), para os ingressantes de 1958(24horas), 1960(26horas), em 1961/1962(26horas), a disciplina foi oferecida no 3 ano.

A única aproximação com o modelo idealizado inicialmente, deu-se para os ingressantes de 1959, que tiveram a disciplina dividida em duas etapas, com a mesma nomenclatura, no 3º ano (25horas) e no 4º ano, onde por motivos desconhecidos não foi registrada a carga horária em nenhum histórico escolares dessa turma. Inferiu-se que a carga horaria em ano anterior foi mantida, destacado em vermelho como carga horária hipotética.

Foi localizados apenas um programa, referentes à disciplina, nos documentos Setor de Graduação da EERP-USP, relativo ao ano de 1963, sem menção de carga horária.

PROGRAMA DE HISTÓRIA DA ENFERMAGEM, 3ª SÉRIE, 1963
<p>Introdução ao curso. Objetivos e significação do conhecimento histórico. Situação da enfermagem no Brasil. Distribuição de trabalhos. Época de emergência na enfermagem moderna da Inglaterra. Personalidade e realizações de Florence Nightingale. Início da enfermagem moderna na Inglaterra. Início da Enfermagem moderna nos Estados Unidos. Condições sócio-econômicas e culturais do Brasil na emergência A enfermagem moderna em 1923. Emergência de enfermagem moderna em Ribeirão Preto Concepções sobre enfermagem. Condições sócio-culturais da mulher brasileira. A arte de curar entre os povos pré-letrados. Arte de curar nas civilizações egípcias, mesopotâmica e hebraica. Arte de curar na antiga civilização grega. Esculápio e Hipócrates: medicina científica. Arte de curar entre os romanos. Obras Saúde Pública: Legislação sobre assistência ao doente. Influência do cristianismo sobre assistência aos doentes. Atividades das diaconisas nos primeiros tempos da era criatã. Grupo de trabalho. Hospitais: Idade média e monarquismo. Ordens militares e seculares dos séculos XI a XV Enfermagem na Idade Média Condições hospitalares dos séculos XVI a XIX. Situação atual da educação e exercício da enfermagem no Brasil. Legislação.</p>

Quadro 24: Programa da Disciplina de História da Enfermagem, de 1963, EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Pastas de programas de disciplinas. Ribeirão Preto, 2015.

As considerações a seguir, sobre o rastreamento da disciplina, em outros locais, foram baseadas nas legislações do Decreto Nº 10 472/42, Decreto Nº

27.426/49 (Brasil, 1949) e PARECER 271/62 (Brasil, 1962), nos currículos de Escolas de Enfermagem publicados nos estudos de Espírito Santo, (2013), Rizzotto, (1999), Silva e Gallian, (2009), Carvalho, (1972), e nas fontes históricas identificadas, coletadas e analisadas no presente estudo, constituídas pelo Histórico escolar da Cruz Vermelha Brasileira de 1958, currículos do Acervo do Setor de Graduação da EEUSP e Histórico Escolar de Graduação de Profa. Gleite de Alcântara, localizado no Centro de Memória da EERP-USP.

A disciplina de **História da Enfermagem** apresentou-se no **Standard Curriculum for Schools of Nursing**, de 1917, conjugada, sob o nome de **“História da Enfermagem (Incluindo princípios sociais e éticos)”**, no 1º semestre (15horas), assim como na **Escola de Enfermagem Anna Nery (programa oficial)**, de 1923 foi apresentada como **“Bases Históricas , Éticas e Sociais da arte de Enfermeira”** e em 1926 como **“História da Enfermagem”(10hras)**.

No Programa do curso teórico, de 1926, da **Escola de Enfermagem Anna Nery**, menciona que a disciplina de História da Enfermagem, era ministrada por D. Edith Fraenkel e que trabalharia a profissão desde os povos antigos, passando por Hindus, Gregos, Romanos, Hebreus, idade média, influencia religiosa, assim como as organizações modernas de Enfermagem, no sentido de demonstrar aos estudantes o valor dos ideais e obstáculos enfrentados pelas enfermeiras dos tempos antigos. A disciplina ainda trabalharia com a introjeção de elementos para solução de problemas que essas enfermeiras irão se deparar na carreira, assim como estudar oportunidades para organizar uma profissão nacional (RIZZOTO, 1999).

Já em 1937, o **“Curriculum Guide”** trouxe no bloco de “Disciplinas (1)” a **“História da Enfermagem”** desassociada de Ética, com 30hs, o que também ocorreu na Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, em 1939, durante o período denominado “Curso Preliminar”, com a disciplina **“História da Enfermagem”** (55horas). Na **Faculdade de Enfermagem da Universidade de Toronto (FEUT)**, o currículo de 1941-1944, incluiu, no 1º ano, a disciplina **“História de Enfermagem”**. Assim seguiu-se, pela **EEUSP (currículo 1943 à 1946)**, no período denominado “Sênior”, **“História da Enfermagem”** (15horas), reduzida pela **EEUSP (currículo 1947 a 1949)**, para 13horas e no currículo seguinte **EEUSP (currículo 1950 a 1954)**, localizada na 1ª Série, com 12horas. O Decreto Nº 27.426/49, fixa a disciplina **“História da Enfermagem”**, na 1ª. série. Portanto,

condiz com a presença da mesma no currículo da EEUSP posteriores à 1949, também da Escola Cruz Vermelha Brasileira da Filial SP, de 1958, na 2ª. série, como “**História da Enfermagem**”. O Parecer 271/62, novamente agrega a disciplina em conjunto com o conteúdo de Ética, denominando-se “**Ética e História da Enfermagem**”.

Pode-se dizer a disciplina sobreviveu às reformas curriculares, do período do estudo, e apresenta-se bem delimitada nos currículos de Enfermagem no Brasil, desde a década de 1920, apesar das críticas que se colocam aos métodos de ensino empregados, ou uso excessivo de biografias, que limitaria seu ensino à História das Enfermeiras e não da Enfermagem.

Na compreensão que as disciplinas das Ciências Humanas deveriam vir inseridas nas demais disciplinas do curso, Profa. Glete de Alcântara apontou como possibilidade, dentre outras, de inserir a História da Enfermagem num contexto mais amplo, tratando-a não de maneira isolada do resto da História e sim através do estudo da História das Civilizações (ALCÂNTARA, 1964). Destaca-se que o modelo de trabalho da Barbárie à civilização, parece manter-se presente, em moldes semelhantes ao utilizado por Edith Magalhães Fraenkel, na Escola de Enfermagem Anna Nery, em 1926. Fato esse, que pode ter influenciado o modelo adotado na EEUSP, na década de 1940, quando Edith Magalhães Fraenkel passa a ter suas ações ligadas à criação e organização da EEUSP. Por consequência, poderia ter influenciado o modelo adotado por Profa. Glete de Alcântara.

Para Alcântara (1966), não havia consenso sobre a localização por área da Disciplina de História da Enfermagem e Ética nos currículos nacionais, ou internacionais, e que para Ribeirão Preto, essas duas disciplinas estariam situadas no campo das ciências humanas. A **História da Enfermagem**, por sua vez, ao ser inserida na história geral, permitiria que os estudantes valorizassem sua herança cultural, no sentido de entender melhor a sociedade em que viviam. Nesse sentido, os problemas que a profissão enfrentaria naquele momento, poderiam ser compreendidos através da perspectiva histórica.

A docente ainda aponta que a **História da Enfermagem** ofereceria acréscimo dos horizontes culturais, desenvolvimento de independência de julgamento, honestidade intelectual na citação de trabalhos, tolerância e respeito a diferentes opiniões, capacidade de expressão, formando um conjunto de hábitos, atitudes, ideais e conhecimentos e também proporcionaria a familiarização do estudante com

a prática da profissão. Por outro lado, a docente, em 1966, apontava que a carga horária de 60 horas no total, limitava o conteúdo a ser trabalhado para o alcance dos objetivos (ALCÂNTARA, 1966).

Em relação à metodologia empregada, até 1965, na EERP-USP eram aulas expositivas, grupos de discussões, filmes e slides, enquanto recursos audiovisuais. A docente ainda menciona que havia livros de história da Enfermagem em português que atendiam as necessidades da disciplina e que os textos, por outro lado, precisaram ser traduzidos. Dentre eles 1- A reforma religiosa de Burns³⁶, 2- Efeitos da reforma sobre a assistência aos doentes na Inglaterra de Seymer, Nutting e Dock³⁷, 3- A organização das Santas Casas em Portugal, baseado em trabalhos de Ernesto de Souza Campos³⁸ e 4- São Vicente de Paulo e a fundação da congregação das Irmãs de Caridade de Pavey³⁹ (ALCÂNTARA, 1966).

A História da Enfermagem, tem como uma de suas maiores contribuições a formação crítico-reflexiva de profissionais que tornar-se-ão capazes de elaborar novas formas de percepção e apreciação da realidade social, possibilitando ao profissional uma visão menos simplista do mundo a sua volta, saindo do senso comum, para uma visão dos jogos de poder que determinam os caminhos da história (BARREIRA; BAPTISTA, 2003). Fato que poderia colaborar para o empoderamento dos alunos, enquanto líderes, pois compreendem a configuração da profissão no presente, a partir de seus passado, podendo atuar de forma crítica na construção da profissão do futuro.

Entretanto, destaca-se, que em relação ao currículo da EEUSP, a EERP-USP se afasta, no sentido, que a partir dos ingressantes de 1955, a disciplina apresenta ampliação em mais de 50% da carga horária apresentada na EEUSP. Nesse sentido, de forma geral, apesar das colocações da docente, a presente disciplina não foi considerada inovação, por estar nos programas de enfermagem localizados desde a década de 1920, e pela localização de currículos com carga horária da disciplina superior a da EERP-USP. Por outro lado, o distanciamento da EEUSP,

³⁶ BURNS, E.M. **A história da civilização ocidental**. Trad 2ª.ed. Porto Alegre, Globo, 1959, p. 449-477. (conforme referencia do texto de ALCÂNTARA, 1966).

³⁷ DOCK, L.; STEWART, I. **A Short History of Nursing**. London, Putnam's, p.91-108. (conforme referencia do texto de ALCÂNTARA, 1966).

³⁸ CAMPOS, E.S. **Memórias dos festejos comemorativos do IV Centenário da Fundação da Santa Casa de Misericórdia de Santos**. S. Paulo: Revista dos Tribunais, 1947, p.176-200. (conforme referencia do texto de ALCÂNTARA, 1966).

³⁹ PAVEY, A.E. **The Story of Nursing Profession**, p. 224-230. (conforme referencia do texto de ALCÂNTARA, 1966).

inserindo maior espaço para a disciplina no currículo pode ter significado maior investimento na formação crítica e intelectual das estudantes, podendo se configurar como **inovação com definição de renovação**, apenas em relação à EEUSP.

5.7.1.3 Ética

Gráfico 3: Distribuição da Carga Horária da disciplina de Ética e Ajustamento Profissional, durante o decênio de 1953 a 1963, da Grade Curricular da EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Histórico Escolar dos egressos de 1953 a 1963. Ribeirão Preto, 2015.

A disciplina de **Ética e Ajustamento Profissional** apresentou diferentes nomenclaturas. Inicialmente, no plano curricular oficial inicial divide a disciplina em dois momentos denominados **Ajustamento profissional I** (2º ano, 15horas) e **Ajustamento profissional II** (3º ano, 15horas). Na prática, o que se observou para os ingressantes de 1953 a 1956, foi a divisão em dois momento como preconizado no plano inicial, acrescidas da palavra Ética. Nesse sentido, o ensino ficou dividido em **Ética e Ajustamento Profissional I** (2º ano), turma ingressante em 1953 (24 horas), 1955 (22horas) e 1956 (29horas), que superavam em mais de 9horas a carga inicialmente prevista, acrescidas de um segundo momento no 4º ano (e não

no 3ºano, como inicialmente previsto), intitulada **Ética e Ajustamento Profissional II**, turma ingressante em 1953 (17 horas), 1955 (15horas) e 1956 (11horas), aproximando-se da carga prevista no plano curricular de 15horas, exceto o ano de 1956 que apresentou carga horária inferior.

Pra os ingressantes de 1957, houve a união das duas disciplinas em uma única denominada **Ética e Ajustamento Profissional**, com 14 horas, apresentando considerável redução do inicialmente idealizado. Para os ingressantes de 1958 a 1962, a disciplina para ser denominada **Ética**, inicialmente com 23horas (1958) caindo para 15horas para os ingressantes de 1961 e 1962.

Foi localizado apenas um programa, referente à disciplina, nos documentos Setor de Graduação da EERP-USP, relativo ao ano de 1957, sem menção de carga horária.

PROGRAMA DE ÉTICA (AJUSTAMENTO PROFISSIONAL), 2º ANO, 1957	
	Definição de Ética.
	Mores. Formação da consciência moral.
	Realidade moral.
	Problemas de responsabilidade.
	Responsabilidade da enfermeira.
	Moral natural.
	Moral individual.
	Deveres para com o nosso físico.
	Deveres para com o nosso espírito.
	Seminários.
	Vida de Robert Koch.
	Problemas de atitudes dos estudantes.
	Resumos de leituras.

Quadro 25: Programas da disciplina de Ética (Ajustamento Profissional), 1957, na EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Pastas de programas de disciplinas. Ribeirão Preto, 2015.

As considerações a seguir, sobre o rastreamento da disciplina, em outros locais, foram baseadas nas legislações do Decreto Nº 10 472/42, Decreto Nº 27.426/49 (BRASIL, 1949) e PARECER 271/62 (BRASIL, 1962), nos currículos de Escolas de Enfermagem publicados nos estudos de ESPIRITO SANTO, 2013, RIZZOTTO, 1999, SILVA, GALLIAN, 2009, CARVALHO, 1972, e nas fontes históricas identificadas, coletadas e analisadas no presente estudo, constituídas pelo Histórico escolar da Cruz Vermelha Brasileira de 1958, currículos do Acervo da Filial

de Graduação da EEUSP e Histórico Escolar de Graduação de Profa. Glete de Alcântara, localizado no Centro de Memória da EERP-USP.

Em relação ao ensino de **Ética**, encontramos no **“Standard Curriculum for Schools of Nursing, de 1917”**, no 1º semestre (15horas), os estudos éticos inseridos na disciplina **“História da Enfermagem (Incluindo princípios sociais e éticos)”**(15horas, 1º semestre) e a disciplina **“Princípios de Ética”** (10 horas), no 3º semestre do curso. Localizou-se ainda, na **Escola de Enfermagem Anna Nery (programa oficial)**, em 1923, no período “Inicial”, a disciplina **“Bases Históricas, Éticas e Sociais da arte de Enfermeira”** e em 1926, **“Ética de Enfermagem”** (15horas).

No Programa do curso teórico, de 1926, da **Escola de Enfermagem Anna Nery**, menciona que a disciplina de **Ethica de Enfermagem** era ministrada por D. Edith Fraenkel e que a disciplina ajudaria as estudantes a traçar seu modo de enfrentamento da vida, assim como elevar os ideais de conduta, pessoal e profissional. Estudo das obrigações da enfermeira para com pacientes e equipe e explicações sobre a origem e justificativa da etiqueta do hospital. Nesse sentido, objetivava o alcance da harmonia, cooperação inteligente e eficiência, frente as ordens e regras do hospital e Departamento de Saúde Pública (RIZZOTO, 1999).

Posteriormente, o tema é apresentado como **Ajustamento Profissional I e II**, durante o bloco teórico “Disciplinas (1)” no **“Curriculum Guide”**, de 1937(45horas) e na **Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto (Decreto 10472/1942)**, intitulada **Ética de Enfermagem** (6º período).

Na **EEUSP (currículo 1943 à 1946)**, a disciplina não foi localizada. Entretanto, o conteúdo poderia estar diluído em outra disciplina, mas não ganhou disciplina específica. Na **Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo**, em 1939, durante o período do “Curso Preliminar”, a disciplina de **“Ética”(81horas)**, apresentava carga horária bem superior à apresentada pela **EEUSP (currículo 1947 a 1949)**, durante o período “ Pré-clínico”, pela disciplina de **“Ajustamento Profissional – Ética”(5horas)**.

Com o advento do Decreto Nº 27.426/49, ficou estipulado no 2ª. série o oferecimento de **“Ética (Ajustamento Profissional I)”** e no ano seguinte **Ética (Ajustamento Profissional II)**. Pode-se inferir que essa obrigatoriedade tenha influenciado a **EEUSP (currículo 1950 a 1954)**, que assim como determinou o decreto, ofereceu na 2ª Série **“Ética (Ajustamento Profissional)”**(14horas) e no

ano seguinte (3ª série) “**Ética**” com também 14 horas. **A Escola de Enfermagem Cruz Vermelha Brasileira** - Filial SP em 1958, também ofereceu a disciplina “**Ética**”, na primeira série. O Parecer 271/62, vai sugerir a nova união entre as disciplinas de **Ética e História da Enfermagem**, denominada “**Ética e História da Enfermagem**”, para o currículo do Curso Geral, de 3 anos de duração.

Segundo Profa. Glete de Alcântara, que presidia a Comissão de Educação da ABEn e Marina de Vergueiro Forjaz, que respondia pela presidência da Comissão de Ética da ABEn, no ano de 1961, em estudo sobre o ensino de Ética nas escolas de Enfermagem apontam a preocupação das educadoras com o tema. Mencionam que no VI Congresso Nacional de Enfermagem, de 1952, solicitou que a Divisão de Educação da ABEn, lançasse um programa de Ética que serviria de guia para as Escolas de Enfermagem. Entretanto a Divisão de Educação não teria conseguido atender a demanda, permanecendo o problema. No IX Congresso de Enfermagem, de 1956, surge a recomendação para que a disciplina fosse pautada em princípios filosóficos, possibilitando a integração de seus princípios no cotidiano (ALCÂNTARA; FORJAZ, 1961).

Por essa razão, em 1959, a Comissão de Ética da ABEn, solicita auxílio da Comissão de Educação para elaboração de estudo sobre o ensino de **Ética**. Nesse estudo 38 Escolas de Enfermagem responderam sobre o ensino de **Ética**. Foram consideradas as seguintes definições: 1- **Ética Básica ou Moral Geral**⁴⁰ – princípios fundamentais que governam a conduta humana⁴¹; **Ética Aplicada** – Aplicações específicas, desde os princípios gerais, aos princípios padrão ou de forma de conduta dos seres humanos e **Ajustamento Profissional I**⁴² – ajuda o estudante a se ajustar ao novo ambiente, inclui orientações para a profissão e à Escola de Enfermagem e **Ajustamento Profissional II**- possibilita visão geral da profissão e preparação para enfrentar o exercício profissional e problemas inerentes à esse (ALCÂNTARA; FORJAZ, 1961).

Para as autoras, apesar da Lei de 1949 fixar na 2ª. e 3ª série o ensino de Ética, não há clareza sobre o conteúdo, deixando margem para diferentes

⁴⁰ FAGOTHEY, A.S.J. **Right an Reason**. Ethics in Theory and Practice. 2ed. St. Louis: Mosby, 1959. p.28.

⁴¹ MCALLISTER, J.S.T.B. **Ethics**. With special application to medicine and nursing profession. Philadelphia, 1955. WB Saunders, 1955

⁴² NATIONAL LEAGUE OF NURSING EDUCATION. **A curriculum Guide for Schools of Nursing**. New York, 1937. p.251-265 e 270-285.

interpretações e que não haveria garantias de que as estudantes trouxessem bases de ética ou filosofia de seus estudos no ensino colegial. O estudo concluiu que não havia uniformidade na denominação das disciplinas, que havia muita deficiência nos conteúdos referente aos princípios fundamentais e estudo dos códigos de ética além de inclusão de assuntos não pertinentes. As autoras, em colaboração com especialistas, publicam material que deveria se tornar guia para orientação do ensino de **Ética (Ajustamento profissional I e II)** (ALCÂNTARA; FORJAZ, 1961).

Além disso, recomendavam a revisão dos programas, de forma mais organizada e incluindo princípios fundamentais de **Ética** básica, que os docentes participassem das revisões curriculares, no sentido de integrar a **Ética** em todas as disciplinas, proporcionar ambiente sadio, para proporcionar o desenvolvimento moral das estudantes, uma vez que seu aprendizado não é exclusivo à sala de aula, mas também pela conduta e exemplo docentes, cuidadoso estudo dos **Códigos de Ética**, compra de bibliografias adequadas para os acervos das escolas e que a avaliação do ensino de **Ética** deveria ser compartilhada por todos os docentes e profissionais que atuam nos campos de estágio e empregadores dos diplomados, através de programa de seguimento (ALCÂNTARA; FORJAZ, 1961).

Profa. Glete de Alcântara referiu ter sido a responsável por ministrar a disciplina de **Ética**, na EERP-USP durante todo o período estudado, em seu memorial, referiu que no quarto ano, a disciplina **Ética** era integrada às disciplinas de Administração e Enfermagem de Saúde Pública, em virtude dos problemas de ética em estudo pelos alunos à época (ALCÂNTARA, 1963).

Observa-se que a questão da **Ética** apresenta-se bem delimitada nos cursos de Enfermagem à época, sustentadas pelas exigências do currículo mínimo de 1949. As cargas horárias da EEUSP e EERP-USP se aproximam de 1953 a 1956, e posteriormente perde forças na EERP-USP, em contrariedade ao discurso de Profa. Glete de Alcântara junto à ABEn, na década de 1960. Nesse sentido, a presente disciplina **não foi classificada como inovação**.

5.7.1.4 Bioestatística

Gráfico 4: Distribuição da Carga Horária da disciplina de Bioestatística durante o decênio de 1953 a 1963 da Grade Curricular da EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Histórico Escolar dos egressos de 1953 a 1963. Ribeirão Preto, 2015.

A disciplina de **Bioestatística** apresentou diferentes nomenclaturas. Inicialmente, no plano curricular oficial inicial ela seria denominada **Saúde da Comunidade e Bioestatística 1o ano** (45 horas). A carga horária que competiria especificamente à Bioestatística não está clara. Na realidade, as turmas ingressantes em 1953 (12 horas) e 1955 (11 horas) tiveram o conteúdo administrado em **Epidemiologia e Bioestatística** no 4^a. ano, afastando-se da ideia inicial em nomenclatura, ano e carga horária. Para as turmas ingressantes de 1956 a 1962, a Disciplina de **Epidemiologia e Bioestatística** foi desmembrada em duas disciplinas, sendo a denominada **Bioestatística** alocada no 1^o ano, no período mencionado e **Epidemiologia** vai para o 4^o ano de 1956 a 1959. Enquanto disciplina exclusiva, **Bioestatística**, sua média de carga horária foi de 26 horas. Da turma de ingressantes de 1956 (15 horas) para 1957 (27 horas) a carga horária quase duplica, mas depois mantém-se entre 28 e 31 horas.

Foi localizado apenas um programa, referente à disciplina, nos documentos Setor de Graduação da EERP-USP, relativo ao ano de 1961, sem menção de carga horária.

PROGRAMA DE BIOESTATÍSTICA 1ª SÉRIE 1961
O método estatístico. Erros casuais e sistemáticos. Precisão das medidas e aproximação. Exercícios sobre arredondamento de números e porcentagem. Construção de tabelas estatísticas. A estatística descritiva. População e amostra. A distribuição de frequências. Gráficos estatísticos: barras e setores. Medidas de posição: a média aritmética. Cálculo da média aritmética. Exercícios sobre médias. Representação gráfica em distribuições de frequência desiguais em intervalo. Moda, mediana. Exercícios sobre desvio padrão Coeficientes vitais. Resumo artigos sobre coeficientes vitais.

Quadro 26: Programas da disciplina de Bioestatística, em 1961, na EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Pastas de programas de disciplinas. Ribeirão Preto, 2015.

Inferi-se que os conteúdos da disciplina de **Bioestatística** provavelmente estivessem dentro da disciplina de Saúde Pública nos demais currículos das escolas estudadas, sendo apenas na EERP, que a mesma se deu de forma individualizada, inferência essa que se baseia nas informações coletadas.

Localizou-se a disciplina exclusivamente no âmbito da Legislação, no Decreto Nº 27.426/49, que fixa no 3º ano a disciplina “**Enfermagem de Saúde Pública** compreendendo: **Epidemiologia e Bioestatística, Saneamento e Higiene da Criança e princípios da Administração sanitária**” e no Parecer 271/62 apresentou-se exclusivamente para estudantes, que após cursar Curso Geral, de 3 anos de duração, faziam a **Opção Saúde Pública**, com duração de um ano e que compreendia a disciplina de “**Bioestatística**”.

Portanto, enquanto disciplina isolada no curso de graduação, a EERP-USP apresenta pela primeira vez a disciplina. Entretanto, considerando que a legislação de 1949 previa o ensino dessa disciplina dentro de **Enfermagem de Saúde Pública**, isso pode não ter ficado explícito nos demais currículos. Nesse sentido, frente à legislação vigente, não se pode considerar a disciplina de **Bioestatística** como

inovação com definição de novidade, entretanto, o fato de constituir disciplina isolada, de forma não vislumbrada em outros currículos de Escolas de Enfermagem estudadas, pode-se denominá-la como **inovação com definição de renovação**, no sentido que, aparentemente, significou maior ênfase no currículo da EERP-USP, para a **Bioestatística**.

Fato que, ao configurar disciplina isolada, não prevista na legislação vigente de 1949, infere-se que para essa disciplina pode ter significado a razão pela qual Profa. Glete de Alcântara denomina a inovação, com ampliação de carga horária importante a partir de 1957.

Inferência reforçada pelas docentes responsáveis pela disciplina em 1960, que a **Bioestatística**, no 1.º ano do curso da EERP-USP, representou uma inovação da EERP-USP e que a relevância da inclusão precoce das disciplinas de ciências sociais no 1º ano do curso é justamente preparar as estudantes para seus estágios na área hospitalar e de Saúde Pública (NADOR; FERREIRA SANTOS, 1960).

5.7.1.5 Serviço Social

Gráfico 5: Distribuição da Carga Horária da disciplina de Serviço Social, durante o decênio de 1953 a 1963, da Grade Curricular da EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Histórico Escolar dos egressos de 1953 a 1963. Ribeirão Preto, 2015.

A disciplina de **Serviço Social** manteve sua nomenclatura original desde o plano curricular oficial como **Serviço Social**, apesar de inicialmente prevista para o

3º ano, foi efetivamente ministrada no 4º ano, nas turmas ingressantes entre 1953 e 1958, conseguindo manter a carga horária próxima do original sugerido, exceto na turma de ingressantes de 1955(9horas). No ano de 1959, não houve registro da carga horária da disciplina em nenhum dos históricos da turma, inferiu-se manutenção da carga horária do ano anterior, destacado em vermelho. Para os ingressantes de 1960 a 1962 a disciplina desaparece do currículo da EERP-USP.

Foi localizado apenas um programa, referente à disciplina, nos documentos Setor de Graduação da EERP-USP, relativo ao ano de 1958, sem menção de carga horária.

PROGRAMA DE SERVIÇO SOCIAL 4º ANO 1958
Serviço Social. Generalidades, métodos e campos. Serviço social de grupos. Organização social da Comunidade. Serviço Social Médico. Serviço Social Médico Hospitalar e Rural. Técnica de entrevista.

Quadro 27: Programas da disciplina de Serviço Social, 1958, na EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Pastas de programas de disciplinas. Ribeirão Preto, 2015.

As considerações a seguir, sobre o rastreamento da disciplina, em outros locais, foram baseadas nas legislações do Decreto Nº 10 472/42, Decreto Nº 27.426/49 (BRASIL, 1949) e PARECER 271/62 (BRASIL, 1962), nos currículos de Escolas de Enfermagem publicados nos estudos de ESPIRITO SANTO, 2013, RIZZOTTO, 1999, SILVA, GALLIAN, 2009, CARVALHO, 1972, e nas fontes históricas identificadas, coletadas e analisadas no presente estudo, constituídas pelo Histórico escolar da Cruz Vermelha Brasileira de 1958, currículos do Acervo do Setor de Graduação da EEUSP e Histórico Escolar de Graduação de Profa. Glete de Alcântara, localizado no Centro de Memória da EERP-USP.

Dentre os currículos levantados, algumas disciplinas que podem ser relacionadas ao conteúdo de Serviço Social, foram encontradas no “**Standard Curriculum for Schools of Nursing**”, de 1917, sendo elas: **Introdução à Enfermagem de Saúde Pública e Serviço Social** (10horas), **“Problemas Domésticos de Famílias Operárias”**(10horas), oferecida como disciplina eletiva e no 6º semestre e a disciplina **“Problemas Profissionais”**(6º semestre, 10horas).

Infere-se ainda que o conteúdo possa ter sido trabalhado na **Escola de Enfermagem Anna Nery (programa oficial)**, como **“Problemas Sociais e Profissionais”**, localizado no currículo de 1923. No **“Curriculum Guide”**, de 1937, em seu bloco teórico intitulado “Disciplinas (1)” observou-se uma disciplina com nome semelhante: **“Problemas Sociais em Serviços de Enfermagem”**(30 horas).

Na **Faculdade de Enfermagem da Universidade de Toronto (1941-1944)**, localizou-se a disciplina de **“Trabalho social”** (4º Ano), assim como na **Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto (Decreto 10472/1942)**, intitulada **“Serviços Sociais”** (6º período) e na **EEUSP(currículo 1947 a 1949)**, no período chamado de “Junior” foi ministrada a disciplina de **“Sociologia e Noções de Serviço Social”**(18horas). Com a aprovação do **Decreto Nº 27.426/49**, foi instaurada a disciplina de **“Serviço Social”**, na 3ª. série, passando a ser obrigatória em todos os currículos brasileiros. Nesse sentido, não causa estranhamento a presença da disciplina **“Serviço Social”** na **EEUSP (currículo 1950 a 1954)**, na 3ª Série, e das disciplinas **“Serviço Social”(1ª série)** e **“Serviço Social especializado”(4ª. série)**, (que inferimos ser um aprofundamento do assunto), em 1958, pela **Escola de Enfermagem Cruz Vermelha Brasileira – Filial SP**, desaparecendo na legislação de 1962.

Em virtude da obrigatoriedade legal e a reduzida carga horária da disciplina na EERP-USP, destaca-se que não se pode considerar a disciplina como **inovação com definição de novidade**, nem como **inovação com definição de renovação**, visto estar presente em outros currículos, com carga horária superior e não localização de outros elementos que sustentem sua análise enquanto **renovação**.

5.7.1.6 Psicologia

Gráfico 6: Distribuição da Carga Horária da disciplina de Psicologia durante o decênio de 1953 a 1963 da Grade Curricular da EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Histórico Escolar dos egressos de 1953 a 1963. Ribeirão Preto, 2015.

Os conteúdos da disciplina de **Psicologia**, voltados para a atenção em saúde ao ser humano, apresentou diferentes nomenclaturas e enfoques. Inicialmente, no plano curricular oficial, divide o conteúdo de Psicologia em três momentos denominadas **Psicologia** (1º ano, 30h) e **Psicologia e Saúde Mental** (1º. ano, 30horas) e **Psicologia Clínica e social: aspectos da doença** (2º. ano, 60 horas), contabilizando 120 horas no total, que frente à demais disciplinas da área de ciências humanas, parece ser a de maior destaque no planejamento inicial.

Na prática, o que se observou, para o primeiro ano, para os ingressantes de 1953/1954 e 1955, foi a disciplina isolada de **Psicologia** (1º ano), com 38 horas e 40 horas respectivamente, para os ingressantes de 1956 (35horas) e 1957(68horas), a

disciplina passa a ser denominada **Psicologia-Higiene Mental**, mas deve-se destacar que em 1957, foram localizados históricos que mencionavam apenas **Psicologia**, isoladamente. Para os ingressantes de 1958 a disciplina foi desmembrada em duas (**Psicologia** - 52horas e **Higiene Mental** -30horas), assim como 1959 (**Psicologia** - 70horas e **Psicologia e Higiene Mental** -70horas), mas volta a ser conectada em uma única disciplina para os ingressantes de 1960 (76 horas) e 1961/1962 (77 horas). Deve-se destacar que para os ingressantes em 1961/1962 foram localizados registros da disciplina ora desmembrada, ora unida, em uma mesma turma, inferindo-se possível erro no momento de digitação dos históricos.

Foram localizados seis programas, referentes à disciplina de **Psicologia** isoladamente ou **Psicologia e Higiene Mental** nos documentos Setor de Graduação da EERP-USP, relativos aos anos de 1955, 1957 e de 1959-1962, sem menção de carga horária.

PROGRAMA DE PSICOLOGIA, 1º ANO, 1955	PROGRAMA DE PSICOLOGIA, 1º ANO, 1957	PROGRAMA DE PSICOLOGIA E HIGIENE MENTAL, 1º ANO, 1959
<p>Apresentação do programa.</p> <p>Objetivo do curso.</p> <p>Definição e objetivo da Psicologia. Campo da Psicologia.</p> <p>Métodos e técnicas de investigação psicológica.</p> <p>Fato psicológico. Relação com a Biologia. Relação com a Sociologia.</p> <p>Definição do fato psicológico.</p> <p>Hereditariedade e ambiente: natureza da hereditariedade, natureza do ambiente, interação de hereditariedade e ambiente.</p> <p>Objeto da Psicologia. O que é Psicologia. Estudo do consciente e do inconsciente.</p> <p>Dados para história de vida de uma criança.</p> <p>Desenvolvimento psíquico do indivíduo normal.</p> <p>Papel do lar na higiene mental da criança. Neurose infantil.</p> <p>O organismos humano: respostas, mecanismos de respostas.</p> <p>Seminário: diferenças individuais.</p> <p>A maturação. O organismos</p>	<p>Introdução à Psicologia.</p> <p>Hábitos de estudo.</p> <p>Fenômenos psíquicos.</p> <p>Diferenças individuais.</p> <p>Hereditariedade e meio.</p> <p>Características dos fenômeno psíquicos.</p> <p>Fatores sociais, psíquicos e fisiológicos.</p> <p>A energia psíquica.</p> <p>Psicologia aplicada à Enfermagem.</p> <p>Organismo humano e vida psíquica.</p> <p>Estímulos e respostas.</p> <p>Frustração e satisfação.</p> <p>Arco reflexo. Reflexo condicionado.</p> <p>Comportamento grupal (em função do ambiente). Afetividade.</p> <p>As emoções.</p> <p>Afetividade: conceito de normalidade e anormalidade psíquica.</p> <p>A memória.</p> <p>Aplicação de testes de nível mental e valores.</p> <p>Aplicação de testes de avaliação de</p>	<p>Psicologia: O programa de orientação na Escola de Enfermagem.</p> <p>Princípios de aprendizagem.</p> <p>Hábitos de estudo. Bibliografia.</p> <p>Objetivos da Psicologia. Sua função na Escola de Enfermagem.</p> <p>Métodos da Psicologia.</p> <p>Apresentação de problemas psicológicos pelo aluno sobre vocação.</p> <p>Campos da psicologia. Psicologia aplicada à Enfermagem. Relação paciente-enfermeira.</p> <p>Características da enfermeira.</p> <p>Definição de comportamento.</p> <p>Graus de complexidade do comportamento.</p> <p>Quais os recursos que a Psicologia pode oferecer para auxiliar o trabalho da Enfermeira?</p> <p>Tipos de comportamento: predominâncias sociais, psicológicas e biológicas.</p> <p>Fatores sociais e biológicos do comportamento. Fatores psicológicos do comportamento.</p> <p>Diferenças individuais.</p> <p>Personalidade. Métodos de estudo e Definição</p>

<p>humano – glândulas endócrinas. A maturação e desenvolvimento da conduta.</p> <p>Os fenômenos afetivos. A estrutura da mente. Estâncias psíquicas.</p> <p>Dinâmica psíquica. Instintos e afetos.</p> <p>Higiene Mental do adolescente. Desenvolvimento dos instintos. Mecanismos mentais. Avaliadores dos instintos. Mecanismos psíquicos de adaptação e defesa.</p>	<p>personalidade.</p> <p>Fator mais importante na formação da personalidade: hereditariedade, meio ou cultura?</p> <p>Inteligência. Estrutura da mente. Dinâmica da mente.</p> <p>Estrutura do aparelho psíquico.</p> <p>Saúde Mental. Higiene Mental.</p>	<p>Técnicas projetivas no estudo da Psicologia.</p> <p>Filme sobre Higiene Mental – comentário.</p> <p>Seminário: Psicohigiene do estudo</p> <p>A entrevista: técnicas e princípios</p> <p>Grupos de discussão: A influências das experiências familiares na formação da personalidade.</p> <p>Diferenças individuais de capacidade. Desenvolvimento individual.</p> <p>O organismo humano. Sistema nervoso: divisão, funções, arco-reflexo, mecanismos de recepção e resposta. Estrutura dinâmica da mente: consciente e inconsciente. Características do inconsciente. As instâncias psíquicas. Psicologia Médica. Higiene Mental. Conceito de normalidade psíquica.</p> <p>Apresentação de caso mostrando funcionamento da mente. Fases: oral, anal, genital do desenvolvimento do instinto.</p> <p>Psicologia da criança: conceito de desenvolvimento. Noções sobre maturação e aprendizagem.</p> <p>Psicologia do adolescente.</p> <p>Os mecanismos mentais: introjeção, projeção, alucinação, deslocamento, identificação, sublimação, racionalização etc.</p> <p>Psicoterapia. Entrevista, psicoterapia de grupo.</p> <p>Personalidade e cultura.</p> <p>Higiene Mental:</p> <p>Estâncias psíquicas.</p> <p>Evolução histórica da Higiene Mental. Objetivos.</p> <p>Papel da Enfermeira no trabalho de Higiene Mental.</p> <p>Desenvolvimento da Personalidade.</p> <p>Entrevista: objetivos e princípios.</p> <p>Formas de desajustamentos e quadros clínicos.</p> <p>Sintomas de psiconeuroses.</p> <p>Neurose e cultura.</p> <p>Ajustamento da personalidade na adolescência.</p> <p>Reconhecimento da personalidade na adolescência.</p> <p>Reconhecimento de traços de distúrbios na infância.</p> <p>Instituições sociais e Higiene</p>
--	--	---

Mental.
Influencia da família no desenvolvimento da personalidade.
Visita ao Parque Infantil do Bosque.
Grupo de discussão sobre recreação.
Velhice e Higiene Mental.

Quadro 28: Programas da disciplina de Psicologia, 1955, 1957 e 1959, na EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Pastas de programas de disciplinas. Ribeirão Preto, 2015.

PROGRAMA DE PSICOLOGIA - HIGIENE MENTAL 1º ANO 1960	PROGRAMA DE PSICOLOGIA – HIGIENE 1º SÉRIE 1961	PROGRAMA DE PSICOLOGIA, 1º ANO DO 1962
<p>As ciências sociais na Escola de Enfermagem.</p> <p>Objetivos do curso. Pre-teste.</p> <p>Princípios de aprendizagem.</p> <p>Hábitos de estudos.</p> <p>Psico-higiene do estudo.</p> <p>Psicologia: conceito, teoria e divisões.</p> <p>Medicina Psicossomática.</p> <p>Influência do psíquico sobre o físico.</p> <p>Objeto e método da psicologia.</p> <p>Psicologia aplicada à Enfermagem.</p> <p>O comportamento humano: conceito, níveis de complexidade e tipos.</p> <p>Fatores biológicos e sociais do comportamento.</p> <p>Fatores psicológicos do comportamento.</p> <p>Herança e ambiente.</p> <p>Estudo da normalidade psicológica.</p> <p>Características da enfermeira.</p> <p>Diferenças de capacidade.</p> <p>Personalidade: conceito e etimologia.</p> <p>Métodos de estudo da personalidade.</p> <p>Entrevista.</p> <p>Fatores fisiológicos e sociais da personalidade.</p> <p>Psicologia da criança.</p> <p>Cultura e personalidade.</p> <p>O background da mentalidade humana.</p> <p>Diferentes aspectos da cultura.</p> <p>Sistema nervoso.</p>	<p>As Ciências Sociais no currículo da Escola de Enfermagem.</p> <p>Princípios de aprendizagem.</p> <p>Hábitos de estudo.</p> <p>Psicologia: conceitos e métodos.</p> <p>Teoria e divisão quanto ao conteúdo.</p> <p>Inventário dos hábitos de estudo.</p> <p>Medicina psicossomática.</p> <p>Psicologia aplicada à enfermagem.</p> <p>Comportamento: conceitos e níveis de complexidade.</p> <p>Hábitos, comportamento inteligente.</p> <p>Comportamento predominante: biológico, psicológico e social.</p> <p>Interação com o ambiente.</p> <p>Como as crianças aprendem.</p> <p>Delinquência: interação com o meio.</p> <p>Fatores biológicos no comportamento.</p> <p>Princípios fundamentais de aprendizagem.</p> <p>Fatores sociais do comportamento.</p> <p>Fatores psicológicos do comportamento.</p> <p>Diferenças individuais.</p> <p>O sistema nervoso. A personalidade.</p> <p>Elementos fundamentais do conceito.</p> <p>Métodos de estudo. Fatores biológicos e sociais do comportamento.</p> <p>Psicologia da criança. Adolescência.</p> <p>Relação adolescente-cultura.</p> <p>História da psicanálise.</p> <p>Inconsciente dinâmico.</p> <p>Premissas do pensamento de Freud. Ego, Id e Superego.</p> <p>Instintos: definição, categorias, teoria da libido. Fases: oral, genital e anal.</p> <p>Mecanismos psíquicos: introjeção, projeção, fantasia, deslocamento, recalcamento, fixação, identificação e sublimação, racionalização.</p> <p>Agressividade: “mola mestra” do</p>	<p>- As ciências sociais na Escola de Enfermagem.</p> <p>- Introdução ao Curso de Psicologia.</p> <p>- Senso-percepção e atenção</p> <p>- Estudo senso percepção em biblioteca</p> <p>- Motivação</p> <p>- Sociodrama</p> <p>- Emoções e Sentimentos</p> <p>- Aprendizagem e Memória</p> <p>- Frustração e Conflito.</p> <p>- Construção de um labirinto</p> <p>- Imaginação e Pensamento</p> <p>- Linguagem</p> <p>- Consciente e inconsciente dinâmico</p> <p>- Personalidade</p> <p>- Temperamento e Caráter</p> <p>- Constituição</p> <p>- Fatores Sócios Culturais do Comportamento</p> <p>- Adolescência</p> <p>- Idade Madura – Aspectos gerais da Infância</p>

Vida psíquica: introdução.	comportamento humano.	- Senilidade –
Desenvolvimento individual.	Evolução histórica da Higiene Mental.	Relação
Psicologia do adolescente.	Objetivos. H. Mental: interesse de todos em	Enfermeira-
Psicoterapia.	toda a parte.	Paciente.
Características do inconsciente humano.	Papel da enfermeira	- Relação
Características do inconsciente dinâmico.	Princípios de comunicação.	Enfermeira-
Dinâmica da vida psíquica.	Higiene Mental e o cinema.	Paciente:
Fases: oral, anal e genital.	H.M. da infância.	Técnicas de
Mecanismos de defesa e maio de adaptação à realidade.	Desenvolvimento da personalidade.	Entrevista
Deslocamento, recalçamento, identificação, racionalização.	Relações paciente-enfermeira.	- Psicologia e
Psicanálise e personalidade.	Pré-escolar e escolar. Adolescente.	Enfermagem.
Novos rumos na psicanálise.	Instituições e grupos sociais e a H.M.	
Premissas do pensamento de Freud.	Família e Higiene Mental.	
Agressividade, mola mestra do comportamento.	Visita ao Parque Infantil de V. Tibério.	
	Grupo de vizinhança. Valor da recreação.	
	A Esc. Primária do ponto de vista as	
	Higiene Mental. A velhice.	
	Formas de desajustamento.	

Quadro 29: Programas da disciplina de Psicologia, 1960, 1961 e 1962, na EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Pastas de programas de disciplinas. Ribeirão Preto, 2015.

Os programas dos anos de 1957 e 1962 apresentam-se como **Psicologia** isoladamente, mas no histórico dos egressos, consta como **Psicologia e Higiene Mental**.

As docentes responsáveis pela disciplina no período, referem que a **disciplina de Psicologia** compreendia os seguintes cursos: **Introdução à Psicologia e Higiene Mental**; **Aspectos Psicológicos da Enfermagem**, integrados ao **ensino de enfermagem médica e cirúrgica**, **Psicologia do Desenvolvimento** correlacionado com **Pediatria**; **Psicologia Educacional** integrado com **Didática**. Destacam ainda o **serviço de orientação das estudantes**, apesar de não constituir disciplina específica, foi compreendida como parte do ensino de Psicologia, por seu caráter didático e aspecto psicoterapêutico (NADOR; FERREIRA SANTOS, 1960).

Em dissertação de mestrado de Oliveira (2014), sobre o cotidiano da turma de 1953-1957, da EERP-USP, ao entrevistar a Profa. Helena Maria Panizza Nador, a docente menciona que junto com as atividades docentes na EERP-USP, houve concomitantemente um treinamento com renomada psicanalista (Virginia Leone Bicudo), em São Paulo, pois o trabalho junto à EERP-USP envolveria aconselhamento e orientação das estudantes. Segundo a mesma, Profa. Glete de Alcântara necessitava de um profissional formado em Ciências Sociais, com

interesse em Psicologia, algo que Alcântara fazia questão, de que as enfermeiras tivessem consciência de si mesmas para possibilitar o trabalho com seres humanos, e que isso também foi uma inovação da EERP-USP.

Ainda destaca-se, a localização da disciplina de **Psicologia Infantil** (3º. Ano), oferecida para os ingressantes de 1953 (21horas), 1955(28horas), 1956(38horas) e 1957 (32horas), desaparecendo no período seguinte.

PROGRAMA DE PSICOLOGIA INFANTIL, 3º ANO, 1957	PROGRAMA DE PSICOLOGIA INFANTIL, 3º ANO, 1958
Introdução. Observação da criança na Creche Santo Antonio. Discussão das observações e seminário. Observação de crianças no Grupo Escolar. Discussão das Observações feitas. Seminário e discussão das observações.	Introdução ao curso de Psicologia do Desenvolvimento. Observação da criança: de 6 a 12 meses; de 1 a 3 anos; de 3 a 6 anos. Observação da criança em idade escolar. Comentários sobre as observações. Desenvolvimento da conduta. Observações no Hospital das Clínicas. A aprendizagem na criança. Recreação na Pediatria. Desenvolvimento da conduta social da criança. Desenvolvimento da linguagem. Características da personalidade infantil. Desenvolvimento motor. Filosofias infantis. Estudo de caso (crianças).

Quadro 30: Programas da disciplina de Psicologia Infantil, 1957 e 1958, na EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Pastas de programas de disciplinas. Ribeirão Preto, 2015.

A **Psicologia Clínica**, inicialmente idealizada para 60h, no 2º ano, foi localizada nos históricos dos ingressantes de 1953 (63horas), 1955 (35 horas) e 1956 (31horas), desaparecendo posteriormente como disciplina isolada.

Foram localizados dois programas, referentes à disciplina de **Psicologia Clínica**, nos documentos Setor de Graduação da EERP-USP, relativos aos anos de 1956 e 1957, sem menção de carga horária.

PROGRAMA DE PSICOLOGIA CLÍNICA, 2º ANO, 1956	PROGRAMA DE PSICOLOGIA CLÍNICA E HIGIENE MENTAL, 2º ANO, 1957
<p>Apresentação do programa. Histórico da Higiene Mental. Objetivos e campo da Higiene Mental. Desenvolvimento da personalidade. Conceito de normalidade psíquica.</p> <p>As entrevistas: seus princípios e métodos.</p> <p>O problema social e psicológico da velhice.</p> <p>Reconhecimento de sintomas de desajustamento do indivíduo adulto.</p> <p>Aspectos sociais e emocionais da doença.</p> <p>O estudo da família e do paciente como membro da família.</p> <p>Seminário: Os requisitos para um bom médico e enfermeira.</p> <p>O estudo do paciente como membro de uma família.</p> <p>Adolescência.</p> <p>Ecologia das doenças ligadas às áreas sociais.</p> <p>Diagnóstico e terapêutica das doenças ligadas às diferentes sociedades.</p> <p>Reconhecimento de traços de distúrbio na criança.</p> <p>Análise dos aspectos sociais de algumas doenças.</p> <p>Aula sobre Psicologia ministrada pela diretora do Colégio Vita et Pax</p> <p>As instituições sociais do ponto de vista da higiene mental.</p> <p>O papel da família no desenvolvimento da personalidade. O papel das escolas e da recreação.</p> <p>Observação em Grupos Escolares. Observação em Parques Infantis. O valor do cuidado Psicológico na Escola.</p> <p>Conceito de enfermagem Psico-dinâmica. Objetivos do curso. Formulação do programa.</p> <p>Grupos de discussão sobre recreação dos pacientes na clínica.</p> <p>Necessidades humanas. Necessidades psicológicas dos pacientes.</p> <p>Barreiras emocionais na situação de enfermagem.</p> <p>Frustração.</p>	<p>Introdução à Higiene Mental.</p> <p>Objetivo da Higiene Mental.</p> <p>Técnicas de Entrevista.</p> <p>Entrevista de aconselhamento.</p> <p>Formação da Personalidade.</p> <p>Definição da personalidade sadia.</p> <p>Reconhecimento de sintomas no indivíduo adulto.</p> <p>Definição de conflito.</p> <p>A personalidade do adolescente.</p> <p>Causas de desajustamento na adolescência.</p> <p>Sintomas de desajustamento na adolescência.</p> <p>O papel da enfermeira na Higiene Mental do adolescente.</p> <p>Enfermagem Psicodinâmica.</p> <p>Apresentação de alguns aspectos de enfermagem.</p> <p>A influência da família no desenvolvimento da personalidade.</p> <p>Ajustamento dos pais em relação aos filhos.</p> <p>Considerações sobre o funcionamento do aparelho psíquico.</p> <p>Superproteção como fator de desajustamento.</p> <p>As necessidades humanas.</p> <p>Os mecanismos mentais.</p>

Quadro 31: Programas da disciplina de Psicologia Clínica, 1956 e 1957, na EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Pastas de programas de disciplinas. Ribeirão Preto, 2015.

Além disso, localizou-se a disciplina de **Psicologia do Desenvolvimento** (3º ano), para as turmas de 1958(39horas), 1959(36horas) e 1960 (17horas), para os ingressantes de 1961/1962 o conteúdo foi agregado à disciplina de **Clínica e Enfermagem Pediátrica e Psicologia do Desenvolvimento (120horas)**, para o 4º. Ano. Foram localizados três programas, referentes à disciplina de **Psicologia do Desenvolvimento**, nos documentos Setor de Graduação da EERP-USP, relativos

aos anos de 1959, 1961 e 1962, com menção de carga horária apenas para 1961, que não corresponde a localizada nos históricos, nem a nomenclatura da disciplina. A mesma carga horaria (17horas) foi localizada no ano de 1960.

PROGRAMA DE PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO, 3º ANO, 1959	PROGRAMA DE PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO – 3º ANO, 1961, 17HORAS	PROGRAMA DE PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO, 3º ANO, 1.962
<p>Aplicação de pré-teste: maturação e aprendizagem.</p> <p>Observação de criança de 0 a 1 ano (creche)</p> <p>Observação de criança de 1 a 3 anos. Comentário das observações.</p> <p>Observação de criança de 3 a 6 anos. Comentário das observações.</p> <p>Observação de crianças de 5 a 12 anos (Parque Infantil).</p> <p>Observação de crianças no grupo de brinquedo.</p> <p>Aspectos da personalidade infantil.</p> <p>Filosofias infantis.</p> <p>Recreação infantil.</p> <p>Desenvolvimento emocional.</p> <p>A conduta social.</p> <p>Desenvolvimento da linguagem.</p> <p>Funções locomotora e visomanual.</p> <p>O recém-nascido.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Objetivos do Curso – Pré-Teste. - Crescimento e Desenvolvimento. - Observação de crianças até 1 ano. - Desenvolvimento de zero a 1 ano. - Campos de conduta e etapas do desenvolvimento. - Observação de crianças de 1 a 3 anos. - Desenvolvimento de 1 a 3 anos. - Observação de crianças de 3 a 6 anos. - Desenvolvimento de 3 a 6 anos. - Desenvolvimento da Linguagem. - Observação da criança pré-escolar. - Observação de crianças no Parque Infantil. - Recreação institucionalizada. - Desenvolvimento da criança e a recreação. - Observação de crianças escolares. - Métodos da Psicologia da Criança. - Observação de crianças em instituição. - Vida escolar. - Criança e a Escola. - Observação da criança hospitalizada. - Retardo ambiental. - Desenvolvimento emocional. - Filosofia infantis. - Desenvolvimento social da criança. 	<p>Conceito de Desenvolvimento Comportamento fetal e do recém-nascido.</p> <p>Lactente.</p> <p>Observações da criança de 0 a 3 anos: seminário.</p> <p>Idade escolar e pré-escolar (3 a 5 anos).</p> <p>Seminário sobre crianças de 6 a 12 anos.</p> <p>Observações de crianças de 3 a 12 anos.</p>

Quadro 32: Programas da disciplina de Psicologia do Desenvolvimento, 1959, 1961 e 1962 na EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Pastas de programas de disciplinas. Ribeirão Preto, 2015.

No geral, os conteúdos de psicologia, apresentaram média de 127 horas, aproximando-se da ideia original e demonstrando grande investimento da EERP-USP nesses conteúdos. Entretanto, deve-se destacar que para os ingressantes de 1955-1957 e 1960, as cargas horárias totais dos conteúdos de psicologia, pertencentes à disciplinas próprias, oscilaram em 93horas e 104horas.

As considerações a seguir, sobre o rastreamento da disciplina, em outros locais, foram baseadas nas legislações do Decreto Nº 10 472/42, Decreto Nº 27.426/49 (BRASIL, 1949) e PARECER 271/62 (BRASIL, 1962), nos currículos de Escolas de Enfermagem publicados nos estudos de ESPIRITO SANTO, 2013, RIZZOTTO, 1999, SILVA, GALLIAN, 2009, CARVALHO, 1972, e nas fontes históricas identificadas, coletadas e analisadas no presente estudo, constituídas pelo Histórico Escolar da Cruz Vermelha Brasileira de 1958, currículos do Acervo do Setor de Graduação da EEUSP e Histórico Escolar de Graduação de Profa. Gleite de Alcântara, localizado no Centro de Memória da EERP-USP.

O tema de **Psicologia** apresentou-se no “**Standard Curriculum for Schools of Nursing**” de 1917, como “**Elementos de Psicologia**”(10horas) durante o 2º semestre e na **Escola de Enfermagem Anna Nery** como “**Psycologia**” (10horas), localizado no currículo de 1926 e “**Hygiene Infantil**” (20horas).

No Programa do curso teórico, de 1926, da **Escola de Enfermagem Anna Nery**, menciona que a disciplina de “**Psycologia**” era ministrada por Dr. J.P. Fontanelle e que a disciplina tinha como objetivos facilitar a compreensão dos da natureza humana, que o estudante seja capaz de analisar de forma imparcial e justa a forma de comportamento de cada um, desenvolvimento de princípios de conduta com o doente e outras pessoas que trabalhe com essa durante sua carreira, ter domínio sobre si mesma e interagir com outras pessoas em sua vida privada de forma normal, servir como estrutura de base para estudos de ética e enfermagem com pacientes portadores de transtorno mental. Além disso, a disciplina de **Hygiene Infantil**, ministrada por Dr. João Amarante, tinha como objetivos estudar o desenvolvimento mental e físico da criança normal, principais doenças infantis e causas de mortalidade, alimentação adequada e causa, com inclusão de visita à serviço de clínica infantil, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Saúde Pública (RIZZOTO, 1999).

O “**Curriculum Guide**” de 1937, altera nome e ampliação da carga, apresentada no bloco de “Disciplinas (1)” como “**Psicologia**”(30horas). Na **Escola**

de Enfermeiras do Hospital São Paulo -1939, era ministrada ainda no 1º ano, com o nome de **“Higiene Mental”** (53horas).

Localizou-se ainda a disciplina de **“Psicologia”**, na **Faculdade de Enfermagem da Universidade de Toronto** (currículo 1941-1944), no 1º ano, assim como **Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto (Decreto 10472/1942)**, intitulada **“Psicologia e Psiquiatria”** (6º período) e na **EEUSP (currículo 1943 à 1946)**, no período **“Pré-clínico”** com 37 horas, sendo reduzida quase em 50% **EEUSP(currículo 1947 a 1949)**, para 18horas.

O Decreto Nº 27.426/49, a obrigatoriedade da disciplina **“Psicologia”** no 1º ano. Concordante à legislação localizou-se a disciplina na **EEUSP (currículo 1950 a 1954)**, na 1ª Série com 26horas de carga horária e na **Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira- Filial SP**, em 1958, que apresentou duas disciplinas: **“Psicologia”**(1ª. série) e **“Higiene Mental”** (2ª. série).

Sobre o **“Standard Curriculum for Schools of Nursing”**, de 1917, da Comissão de Educação da **“League of Nursing Education”**, e os seguintes, incluindo o de 1937, segundo Izabel Stewart, apesar de reduzido conteúdo que contemplasse os aspectos psicológicos, sociais e preventivos da enfermagem, o currículo de 1917 parecia apontar novos caminhos. Além disso, Psicologia (incluindo Higiene Mental) foi indicada como matéria essencial, não apenas como recomendação, para Escolas de Enfermagem, em 1927. (STEWART, 1950, apud NADOR; FERREIRA-SANTOS,1960).⁴³ Em relação ao **Curriculum Guide** de 1937, há destaque no programa para as questões preventivas e sociais da Enfermagem, desde o início do currículo. O ensino de Higiene Mental e de Saúde Pública, assim com sua potencialidade de exercício no âmbito da saúde coletiva, também recebeu atenção desde o início do curso (NADOR; FERREIRA-SANTOS,1960).

Os dados do Levantamento de Necessidades e Recursos da Enfermagem, referentes às Escolas de Enfermagem, apresentados na Bahia, durante o Seminário Didático Internacional (julho de 1958), mostraram que nas Escolas de Enfermagem à época, o número de aulas de Psicologia e Sociologia era muito pequeno, em relação ao das ciências físicas e biológicas (NADOR; FERREIRA-SANTOS,1960).

Ainda segundo as cientistas sociais e docentes da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, na década de 1960, com o objetivo de dar maior desenvolvimento ao

⁴³ STEWART, I.M. The education for Nurses. Macmilian CO. New York 1950, p. 222.

ensino das ciências sociais, ao elaborar o plano de seu currículo, já em 1953, a EERP-USP teria introduzido as seguintes modificações:

- a) correlacionar a Psicologia e Sociologia no currículo do curso e não limitar o seu estudo a apenas um semestre, mas durante os quatro anos;
- b) considerar a Psicologia e Sociologia como cadeiras privativas, isto é, aquelas regidas por professores que se dedicam unicamente ao ensino da escola (NADOR; FERREIRA-SANTOS, 1960, p.451-452).

Compreendeu-se na EERP, que através dos estudos da Sociologia e Psicologias aliados, seria possível formar enfermeiros capazes de compreender o homem como um ser bio-psico-social (NADOR; SANTOS, 1960).

Segundo o documento apresentado por Profa. Glete de Alcântara à USP, por conta da solicitação da aprovação do anteprojeto de Lei, referente à **Integração no currículo dos aspectos sociais da enfermagem**, referia-se a compreensão dos problemas emocionais de pacientes e familiares, conhecimento sobre a dinâmica de fenômenos psíquicos e a compreensão da própria maturidade emocional. Isso se dava através da integração da **Psicologia e Sociologia** no currículo, não limitando seu estudo em apenas um semestre, sendo abordado em **Psicologia, Higiene Mental e Sociologia** (1º ano), **Psicologia Clínica** (2º ano), **Psicologia do desenvolvimento** (3º ano) e **Psicologia Social** (4º ano). Além disso, faria o estabelecimento de um programa de orientação (counseling), assistindo o aluno em seus problemas emocionais e considerar **Psicologia e Sociologia** como cadeiras privativas, ou seja, professores com dedicação exclusiva à EERP-USP (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1954). Entretanto, no currículo aplicado, não foi localizada a disciplinas de **Psicologia Social**.

No conjunto das disciplinas da área de ciências sociais da EERP-USP, a Psicologia foi a que mais se destacou frente aos currículos e legislação localizada. A EERP-USP demonstra um investimento de impacto na carga horária das disciplinas voltadas para os conteúdos de psicologia, além de ser a primeira vez, no presente estudo que houve a localização das disciplinas de **Psicologia de desenvolvimento e Psicologia Clínica**, como disciplinas específicas, aproximando-se da ideia de **inovação com definição de novidade**. Contudo, partes desses conteúdos poderiam estar diluídas em outras menos específicas como **Psicologia**. A impossibilidade de acesso aos programas originais dificulta essa conclusão.

Destaca-se ainda, um grande distanciamento do modelo adotado na EEUSP no currículo do período, visto que essa apresentou cargas horárias bem menores

que da EERP-USP para esse tema. Entretanto, fica explícito o caráter dessa disciplina enquanto **inovação com definição de renovação**, visto seu significativo investimento frente ao currículo da EERP-USP, não observado em outras instituições à época.

Segundo a diretora da EERP-USP, Profa. Glete de Alcântara, a construção do primeiro currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto foi estruturada a partir da identificação dos objetivos da escola e de quais experiências os estudantes deveriam experienciar para o alcance de tais objetivos, além disso, deveria ter em conta a organização de tais experiências e a avaliação dos mesmos. Além disso, a construção e revisão do currículo devem integrar todos os membros da instituição de ensino. O programa educacional só pode ser compreendido como um instrumento para alcance dos objetivos de aprendizado proposto, quando os docentes compreendem os objetivos traçados e estejam familiarizados com as experiências educativas propostas (ALCANTARA, 1960b).

A inclusão dos aspectos sociais e de saúde no programa educacional de uma escola de enfermagem requer uma revisão deste, revisão que constitui uma espécie de tomada de consciência dos problemas existentes e de uma busca para soluções adequadas para os mesmos. Deve-se ser feito um processo de revisão curricular contínuo incluindo as etapas de revisão, planejamento, avaliação e nova revisão para um novo planejamento. Necessitando para esse fim o reconhecimento das falhas (ALCANTARA, 1960).

A expansão da assistência médico-hospitalar e a reestruturação do Ensino Superior, em 1949, levou a novos métodos de ensino, ampliação das especialidades médicas e alguma aproximação com as Ciências Sociais. Incluiu-se no currículo Sociologia e Psicologia e ocorreu o aumento da duração do curso para 36 meses, inspirados nos currículos estadunidenses permeado de especialidades médicas, apesar da diferente realidade no Brasil (CARVALHO, 1972, RENOVATO, 2009).

As Ciências Sociais contribuem para fundamentação crítica e teórica nas áreas da saúde, assim como sua interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento. A aproximação das Ciências Sociais, no campo da saúde, apresenta potencialidades e fragilidades, pois apesar de possibilitar o aprofundamento dos sentidos e da historicidade dos conceitos e da crítica intersubjetiva, as Ciências Sociais sempre serão vistas como subalternas, secundárias ou apenas auxiliares do conhecimento biomédico e das abordagens epidemiológicas. Ao mesmo tempo, os

cientistas sociais, não compreendem facilmente a lógica biomédica, o que explica alguns desapontamentos quando esses estão inseridos em programas das ciências da saúde, visto a dificuldade de posicionar sua contribuição. Mesmo frente aos desafios, a interlocução entre o biológico e o social, trata-se de grande potencialidade de enriquecimento mútuo (MINAYO, 2012).

Outro destaque na instituição é o discurso da diretora ao mencionar, que o reconhecimento da contribuição das ciências humanas e sociais na formação da enfermeira teriam levado a mesma a cursar o curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, experiência que lhe proporcionou ampliação de horizontes culturais e melhor compreensão dos problemas relacionados à enfermagem, sob a luz das contribuições das ciências humanas (ALCANTARA, 1963).

Ainda segundo Nador e Ferreira-Santos (1960) para que o enfermeiro seja capaz de compreender o ser humano em sua complexidade e integralidade, muito além da fragmentação imposta pelas ciências biológicas, faz-se necessário o estudo das Ciências Humanas.

Profa. Glete de Alcântara, ainda destaca, que incluir disciplinas relacionadas à cultura, como obrigatórias, já havia acontecido na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, o que foi utilizado como um dos argumentos para explicar a necessidade de inclusão das Ciências Humanas nos currículos de Enfermagem (ALCÂNTARA, 1964).

A análise das disciplinas de Ciências Humanas (**Serviço Social, Ética e História da Enfermagem**), não configuraram inovações. Exceto História da Enfermagem, que pela ampliação de sua carga distanciou-se do modelo da EE-USP.

Por outro lado, o discurso da inovação de Profa. Glete de Alcântara se pauta nas **Ciências Sociais**. Nesse contexto destaca-se, que considerando-se as disciplinas apontadas como ciências sociais, pelas docentes à época como **Sociologia, Bioestatística e Psicologia**, apesar de em algumas divisões em disciplinas específicas se aproximarem da **inovação com definição de novidade**, de modo geral, observou-se um distanciamento do modelo da **EEUSP**, dando maior ênfase a essas disciplinas, observadas através de suas cargas horárias e do discurso dos docentes responsáveis, que de modo geral, para essas três disciplinas podem ser caracterizadas como **inovações com definição de renovação**, visto que

através de algo que já estava posto, deu-se nova configuração e abordagem e ênfase no currículo da EERP-USP.

5.7.2 Correlação dos aspectos preventivos da Enfermagem com as disciplinas ministradas em todo o curso

Considerando-se as “inovações” denominadas correlação dos aspectos preventivos da Enfermagem com as disciplinas ministradas em todo o curso, por sua dificuldade de análise, destacou-se as disciplinas cujos títulos explicitamente trabalharam aspectos da prevenção e/ou da área de saúde pública a saber: **Administração Sanitária, Saneamento, Enfermagem de Saúde Pública e Epidemiologia.**

Gráfico 7: Distribuição da Carga Horária da disciplina de Prevenção o decênio de 1953 a 1963 da Grade Curricular da EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Histórico Escolar dos egressos de 1953 a 1963. Ribeirão Preto, 2015.

Os conteúdos da área de prevenção apresentaram diferentes nomenclaturas e enfoques. Inicialmente, no plano curricular oficial, a nomenclatura utilizada foi **Princípios de Enfermagem de Saúde Pública (epidemiologia e Saúde Materno Infantil - 4o ano, 115h)** e a disciplina **Campos de prática em Saúde Pública (urbana e rural)** – sinalizada como 12 semanas, por essa razão não consta no gráfico acima representado.

No currículo real, dos históricos escolares dos estudantes, consta a disciplina de **Saneamento**, no 1º ano, transversal a todo o período (1953-1963), com uma média de 30horas/ano. Houve ainda complementação da disciplina, intitulada **Saneamento**, no 4º ano para os ingressantes de 1953(22horas) e 1955(21horas).

Destaca-se a interlocução dessa área com conteúdos de administração na disciplina **Administração Sanitária**, do 4º ano, ministrada para os ingressantes de 1953 a 1958, com média de 12horas. Para os ingressantes de 1959, consta do currículo, mas nenhum histórico apresentou carga horária. Inferiu-se a possível manutenção da carga horária do ano anterior, sinalizado em vermelho no gráfico.

A disciplina **Enfermagem de Saúde Pública** também se apresentou transversal ao currículo, ministrada no 4º ano para os ingressantes de 1953 a 1960, com média de 39horas, para os ingressantes de 1959 (não consta carga horária nos históricos) inferiu-se ter repetido a carga horária do ano anterior de 35horas e para os ingressantes de 1961/1962, já com nova configuração curricular, foi oferecida no 3º ano com 50horas.

A **Epidemiologia** surge no currículo oficial como **Princípios de Enfermagem de Saúde Pública (epidemiologia e Saúde Materno Infantil)** no 4o ano. Na prática, o conteúdo é redirecionado para **Epidemiologia e Bioestatística**, 4o ano para os ingressantes de 1953(12horas) e 1955 (11horas). Para os ingressantes de 1956 a 1959, ocorre o desmembramento, criando uma disciplina exclusiva de **Epidemiologia** (1956-22horas, 1957-23horas, 1958 27horas), para os ingressantes de 1959, conta do currículo, mas sem indicação de carga horária nesse caso, inferiu-se a manutenção da carga horária do ano anterior, com desaparecimento do conteúdo para os ingressantes de 1960 a 1962.

Para o conjunto dessas disciplinas foi localizado apenas um programa, referente à disciplina de Epidemiologia, nos documentos Setor de Graduação da EERP-USP, relativo ao ano de 1959, sem menção de carga horária.

PROGRAMA DE “EPIDEMIOLOGIA”, 4º ANO, 1959
<p>Definição de Epidemiologia. O processo infeccioso. Agente etiológico. Fontes de infecção. Vias de eliminação. Meios de transmissão. Vias de penetração. Resistência e susceptibilidade. Medidas gerais de profilaxia. Variola. Alastrim. Varicela. Lepra. Sarampo. Rubéola. Meningite cérebro-espinhal epidêmica. Infecções por estreptococos. Difteria. Doenças transmitidas por artrópodes. Hepatites infecciosas. Raiva. Poliomielite. Tétano. Febre tifóide e paratifóide. Parotidite epidêmica. Coqueluche. Toxi-infecções alimentares.</p>

Quadro 33: Programas da disciplina de Epidemiologia, 1959, na EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Pastas de programas de disciplinas. Ribeirão Preto, 2015.

A presença de disciplinas, que fazem interlocução com outras áreas, pode estar relacionado com a ideia de transversalidade dos aspectos preventivos no currículo, sinalizados por Profa. Gleite de Alcântara como inovação.

As considerações a seguir, sobre o rastreamento dessas disciplinas, em outros locais, foram baseadas nas legislações do Decreto Nº 10 472/42, Decreto Nº 27.426/49 (BRASIL, 1949) e PARECER 271/62 (BRASIL, 1962), nos currículos de Escolas de Enfermagem publicados nos estudos de ESPIRITO SANTO, 2013, RIZZOTTO, 1999, SILVA, GALLIAN, 2009, CARVALHO, 1972, e nas fontes históricas identificadas, coletadas e analisadas no presente estudo, constituídas pelo Histórico escolar da Cruz Vermelha Brasileira de 1958, currículos do Acervo do Setor de Graduação da EEUSP e Histórico Escolar de Graduação de Profa. Gleite de Alcântara, localizado no Centro de Memória da EERP-USP.

Considerando os currículos levantados, disciplinas relacionadas ao conteúdo de **Saneamento** foram encontradas no “**Standard Curriculum for Schools of Nursing**” de 1917, com o nome de “**Saneamento Público**”, sugerido no 5º semestre com carga horária de 10hs.

Destaca-se que em **virtude do Decreto Nº 27.426/49**, que aprova o regulamento básico para os cursos de enfermagem e auxiliar de enfermagem,

apresentar a disciplina, sugerida na 1ª. série, com a nomenclatura de “**Saneamento**”, não é espanto que a mesma aparecesse no currículo da **EEUSP (currículo 1950 a 1954)**, também na 1ª Série, com mesma nomenclatura e carga horária de 15h, assim como no currículo da **Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira** - Filial SP, de 1958, na 1ª. série. A legislação curricular seguinte, Portaria 271/62 apresenta a disciplina de Saneamento somente para estudantes, que após o período regular de 3anos, fizessem a **Opção de Saúde Pública**, cursando mais um ano. Portanto, a legislação de 1962 torna obrigatória a disciplina para apenas uma parte dos enfermeiros em formação.

Destaca-se que a carga horária da disciplina de **Saneamento**, da EERP-USP apresenta-se com carga horária média de 30horas, o dobro, em relação ao currículo vigente na **EEUSP (currículo 1950 a 1954)**.

Em relação ao conteúdo de **Administração Sanitária**, sua localização deu-se apenas no **Decreto Nº 27.426/49**, como **Princípios de Administração Sanitária**, com sugestão de oferecimento no 3º ano, dentro da disciplina de **Enfermagem de Saúde Pública**. Nesse sentido, dificulta a observação se houve o conteúdo na EEUSP, uma vez que o tema não aparece como disciplina isolada e sim como Saúde Pública. Entretanto, observa-se interessante estratégia do currículo da EERP-USP em deixar o conteúdo de forma isolada em uma disciplina, deixava mais claro a ênfase da questão administrativa do currículo de 1953 a 1959. A disciplina de forma isolada não foi localizada nos currículos de Enfermagem Estudados.

A questão da **Saúde Pública** no ensino de Enfermagem no Brasil apresenta visibilidade na maioria dos currículos localizados no presente estudos. No “**Standard Curriculum for Schools of Nursing**” de 1917, encontrava-se como disciplina eletiva a “**Introdução à Enfermagem de Saúde Pública e Serviço Social**” com carga horária de 10hs; na **Escola de Enfermagem Anna Nery (programa oficial, 1923)**, apresentava-se dentro de “Arte de Enfermeira” a disciplina “**Higiene e Saúde Pública**” e na Parte Especializada como “**Serviço de Saúde Pública**”; assim como no currículo de 1926 “**Higiene e Saúde Pública**”(20horas) e “**Arte de Enfermagem de Saúde Pública**” (10horas teóricas e 20horas práticas). No “**Curriculum Guide**” de 1937, apresentou-se no dentro das “Disciplinas (1)”, no bloco de disciplinas teóricas, “**Serviços de Saúde e de Enfermagem à Família**”(30horas) e o estágio em “**Enfermagem e Serviço de Saúde à Família**” para ser realizado em 8 semanas. No currículo da **Faculdade de Enfermagem da**

Universidade de Toronto de 1941-1944, foi ministrado no 1º e 4º. ano a disciplina de **“Medicina Preventiva”**, no 3º ano, **“Enfermagem em Saúde Pública”**, o **“Estágio Departamento de Saúde Municipal”** e no 4º Ano localizou-se as disciplinas teóricas de **“Enfermagem em Saúde Pública I”**, **“Enfermagem em Saúde Pública II”** e **“Enfermagem em Saúde Pública III”** além de **Departamento municipal de saúde (prático)**.

Na **EEUSP (currículo 1943 à 1946)** durante o período “Pré-clínico” era ministrada a disciplina **“Higiene e Saúde Pública”** (23horas) e no período Sênior, a disciplina **“Enfermagem de Saúde Pública”**(354horas), sem 39horas teóricas e 215 práticas, mantendo-se as configurações no seguinte **EEUSP (currículo 1947 à 1949)** **“Higiene e Saúde Pública”** (20horas) no período Sênior com o nome de **“Enfermagem de Saúde Pública”**(509horas), sendo 19horas teóricas.

Destaca-se o Decreto **Nº 27.426/49**, que sugere na 3ª. série a disciplina de **Enfermagem de Saúde Pública** (compreendendo: Epidemiologia e Bioestatística, Saneamento e Higiene da Criança e princípios da Administração sanitária) e o Estágio de **“Serviços Urbanos e Rurais de Saúde Pública”**. Observa-se na sequencia, que a **EEUSP(currículo 1950-1954)**, apresenta somente a disciplina de **Enfermagem de Saúde Pública** (498horas) e na **Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha- Filial SP(1958)** localizou-se como **“Introdução à Saúde Pública”**(2ª. série), **“Integração a Saúde Pública”**(3ª. série) e **“Saúde em Campanha”**(3.a série). No **Parecer 271/62**, que instaura um novo currículo mínimo, a disciplina aparece como **“Enfermagem de Saúde Pública”**, exclusivamente para aqueles que ao finalizar o curso, escolhem a **Opção de Saúde Pública** para continuar os estudos por mais um ano. Para o currículo mínimo obrigatório a disciplina foi denominada **“Higiene”**.

Com a reformulação curricular, do parecer n.º 271/62, houve o curso geral e as especializações em enfermagem em saúde pública e enfermagem obstétrica, o que privilegiou novamente a área curativa, para formar profissionais para assistência hospitalar e em clínicas especializadas; e tornando facultativo o estudo da Saúde Pública. Houve nesse período o fortalecimento da articulação da Enfermagem com os princípios científicos para fundamentar as práticas e procedimentos técnicos aos saberes biomédicos. Como ciência, a enfermagem, construiu outras interlocuções iniciou o processo de delimitar seu campo de saber, procurando definir um corpo de conhecimentos específicos e de reconhecimento. Esse currículo tinha grande

similaridade com o da medicina, mas também tentava definir-se como específico da enfermagem (RENOVATO, 2009).

Profa. Glete de Alcântara menciona que para preparar-se para suas funções docentes na EEUSP, recebeu bolsa da Fundação Rockefeller, para estágio de três meses, junto às Escolas de Enfermagem pertencentes a Universidades de Yale e de Vanderbilt, onde teve contato com o currículo, métodos de ensino e organização de estágios práticos hospitalares e de serviços de Enfermagem de Saúde Pública.

Profa. Glete de Alcântara acreditava que havia uma negligência ao ensino da cultura geral ou estudo das humanidades a favor de uma excessiva valorização das disciplinas estritamente profissionais (ALCÂNTARA, 1964). Além disso, afirma que o movimento de inovação curricular americano, realizado a partir de 1950, foi caracterizado justamente pela maior atenção ao desenvolvimento da cultura ou educação geral (ALCÂNTARA, 1964).

Além disso, destaca que ao participar, em 1952, do Seminário sobre Educação da Enfermagem, em Genebra, organizado pela Organização Mundial de Saúde, possibilitou seu intercâmbio não apenas com professores de Enfermagem, mas com cientistas sociais de vários países, além de especialista de outros campos, e que essa experiência teria influenciado na organização da EERP-USP, nos âmbitos do serviço hospitalar e de saúde pública do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (ALCÂNTARA, 1963).

Segundo o documento apresentado por Profa. Glete de Alcântara à USP, por conta da solicitação da aprovação do anteprojeto de Lei, referente à **Integração no currículo de aspectos preventivos da Enfermagem**, ressaltou que a legislação previa o ensino de Saúde Pública, somente no último ano. Mas que a postura da EERP-USP era de desacordo, pois um semestre de aulas teóricas seriam insuficientes para formar enfermeiros “imbuídos dos princípios da medicina preventiva”. Nesse sentido, a EERP-USP estava, desde o início do curso, investindo a formação desse estudante enquanto futuro membro de uma equipe de saúde seja no tratamento, prevenção ou promoção de saúde (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1954,p.7).

Em 1960, Profa. Glete de Alcântara descreve o processo de integração, correlacionando os Aspectos Sociais e de Saúde da Enfermagem. Que nesse processo, tanto o corpo docente, quanto enfermeiros dos serviços participam de planejamento para realizar correlação dos aspectos sociais e de saúde em todo o

curso. Relata que a doente de Enfermagem de Saúde Pública, tinha pós graduação em universidade dos EUA e trabalhava em colaboração com as instrutoras de Enfermagem Médica, Cirúrgica, Obstétrica, Pediátrica, Psiquiátrica, de Psicologia e Sociologia, abordando as questões de saúde e aspectos sociais do cuidado de enfermagem, além de participar de reuniões dos campos de estágio e acompanha alunas em visitas domiciliares. Destaca que todas as instrutoras de enfermagem possuíam experiência em saúde pública e que conta com instrutoras de psicologia e sociologia, licenciadas em Ciências Sociais, com conhecimentos modernos sobre a Enfermagem e atuação conjunta para o sucesso dessa interdisciplinaridade (ALCÂNTARA, 1960a).

Em relação à legislação, o campo da saúde pública está bem estruturado na legislação de 1949, assim como na maioria dos currículos levantados. Em relação à EEUSP, a EERP-USP apresenta mais disciplinas ao longo do currículo, entretanto, enquanto carga horária específica, a EEUSP apresentou carga horária 4 a 6 vezes maior que a da EERP-USP enquanto disciplina específica.

Entretanto, ao mencionar que os conteúdos de prevenção estariam diluídos ao longo de todo o currículo, pressupõe, que boa parte da carga horária e conteúdos estivessem inseridas em outras disciplinas ao longo do curso, adotando estratégia diferente em relação à EEUSP, que aparenta ter concentrado o conteúdo. Além disso, destaca-se as possíveis influências internacionais no currículo, mencionados por Profa. Gleite de Alcântara.

Por adotar estratégia diferenciada, com carga mínima total, no conjunto das disciplinas de 80 horas, além da possível diluição em outros conteúdos, a questão aspectos preventivos da Enfermagem, com as disciplinas ministradas em todo o curso pode ser tomada como **inovação com definição de renovação**, visto que transforma algo já existente em estratégia com nova abordagem.

5.7.3 Inclusão de ensino teórico e prático de administração aplicada à enfermagem, de psicologia educacional e didática

Além disso, as “inovações” denominadas “Inclusão de ensino teórico e prático de administração aplicada à enfermagem, de psicologia educacional e didática”, foram analisadas segundo as disciplinas: **Administração Hospitalar e Serviço de Enfermagem, Administração, Serviço e Supervisão**, além de **Psicologia Educacional e Didática**.

5.7.3.1 Didática e Psicologia Educacional

Gráfico 8: Distribuição da Carga Horária da disciplina de Psicologia Educacional e Didática, durante o decênio de 1953 a 1963, da Grade Curricular da EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Histórico Escolar dos egressos de 1953 a 1963. Ribeirão Preto, 2015.

Os conteúdos da área de Ensino apresentaram diferentes nomenclaturas e enfoques. Inicialmente, no plano curricular oficial, a nomenclatura utilizada foi **Psicologia Educacional, Princípios de Ensino e Supervisão (25 horas)**, no 4º

ano. Entretanto, não houve oferecimento da disciplina para as turmas ingressantes em 1953/1954, tendo início para os ingressantes de 1955, denominada **Psicologia Educacional e Didática**, (4o ano, 16horas), com o mesmo nome em 1956 (14horas), 1957 (21horas), 1958 (22horas) e no ano de 1959 a disciplina consta nos históricos escolares, porém, sem menção de carga horária. Por isso, infere-se a manutenção da carga horária do ano anterior de 22horas. Para ingressantes de 1960 e 1961/1962 a sequência da ordem do nome da disciplina se inverte como **Didática e Psicologia Educacional** (1960, 4o ano, 6horas) e **Didática e Psicologia Educacional** (1961/1962, 3o ano, 6horas).

Para ingressantes de 1958 e 1959, observa-se a disciplina de **Ensino e Supervisão**, no 4º ano, sem registro de carga horária, inerindo-se 1h para fins didáticos junto ao gráfico acima descrito, entretanto, sem possibilidade de se determinar a carga horária real.

Para os ingressantes de 1960 e 1961/1962 o conteúdo será agrupado ao tema administração, sendo denominada **Administração, Ensino e Supervisão** (4o ano, 47h, 1960) e **Administração em Serviço de Enfermagem, Ensino e Supervisão** (3o ano, 24h, 1961/1962).

Foram localizados apenas seis programas, referentes à disciplina de Psicologia Educacional e Didática, nos documentos Setor de Graduação da EERP-USP, relativos aos anos de 1958 a 1963, sem menção de carga horária encontrada nos históricos dos egressos.

PROGRAMA DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL E DIDÁTICA 4ª SÉRIE 1958	PROGRAMA DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL E DIDÁTICA 4º ANO 1959	PROGRAMA DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL E DIDÁTICA 4º ANO 1960	PROGRAMA DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL E DIDÁTICA 4º ANO – 1961	PROGRAMA DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL E DIDÁTICA 4ª SÉRIE 1962	PROGRAMA DE DIDÁTICA E PSICOLOGIA EDUCACIONAL 4º ANO 1963
<p>Psicologia Educacional. Objetivo. A teorias da aprendizagem: escola gestaltista, behaviorista etc. A motivação. Princípios e eficiências na aprendizagem. Práticas e leis. Retenção e Memória. Curvas da aprendizagem. Avaliação da aprendizagem. Considerações gerais sobre o currículo. Análise do currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Necessidade dos cursos de administração, ensino e supervisão. Os mecanismos da aquisição de conhecimentos. Os métodos de ensino para as matérias teóricas. Método expositivo. Métodos de ensino: interrogativo e intuitivo. O ensino prático. Aprender fazendo. Integração do ensino teórico e prático. Ensino teórico e prático. Organização de objetivos, programas, planos de aulas etc.</p>	<p>Situação da enfermagem no Brasil. Preparo da enfermeira diplomada para atender as necessidades do país. Definição e objeto de Psicologia Educacional. Maturação e aprendizagem. O processo da aprendizagem. Papel do professor. Motivação da aprendizagem. Os mecanismos da aquisição de conhecimentos. Método de ensino expositivo. Ensino teórico: Método intuitivo e interrogativo. Distinção entre teórico e prático. Relação entre teoria e prática. Organização de programas. Plano de aulas. Princípios de eficiência na aprendizagem. Natureza da civilização em mudança. O que a mudança reclama da educação.</p>	<p>Definição e objetivo da Psicologia Educacional. Binômio: educando – professor Reflexões de um professor secundário. Eficiência na aprendizagem. Educação em uma civilização em mudança. Filosofia de Educação. Motivação na aprendizagem. Mecanismos de aquisição de conhecimentos. Os objetivos do ensino. A integração no ensino. O sistema de unidades: suas fases. Organização de programas. Plano de aula. Como organizar uma aula. Seminário: integração e currículo.</p>	<p>- Psicologia Educacional – O educando e o professor - Psicologia Educacional. Características. Eficiência. - Caminhos que levam à aprendizagem. - Princípios de aprendizagem. - Mecanismos de aquisição de conhecimentos. - A maturação na aprendizagem. - As oportunidades de futuras profissões. - Princípios de aprendizagem. - Formas de avaliação de aprendizagem. - Os objetivos de ensino. - Os métodos de ensino. - Plano de aula. Como dar uma aula.</p>	<p>Definição e objeto – Psicologia educacional e didática. O binômio professor-aluno. O processo de aprendizagem: conceituação, características do processo de aprendizagem, aprendizagem e maturação. A eficiência na aprendizagem. Práticas e métodos de estudo. A motivação na aprendizagem. Curvas da aprendizagem. Avaliação do aproveitamento escolar. Os mecanismos de aquisição de conhecimentos. Métodos de ensino. Métodos de unidades didáticas. Os objetivos do ensino. Planejamento de cursos e aulas.</p>	<p>Planejamento de ensino. Mecanismos de aquisição de conhecimentos. Métodos e objetivos de ensino. O binômio professor-aluno. Avaliação do trabalho escolar. Organização de programas de cursos.</p>

Quadro 34: Programas da disciplina de Psicologia Educacional e Didática, 1958 a, 1963, na EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Pastas de programas de disciplinas. Ribeirão Preto, 2015.

O curso de **Psicologia Educacional e Didática** foi apresentado com os objetivos de contribuir para o ensino efetivo, dando a este vivacidade e maior rendimento, além de desenvolver no educador a compreensão do educando e das dificuldades no processo da aprendizagem (ALCANTARA, 1960, pag. 226).

Em seu estágio de 1950, nos EUA, como bolsista do Teachers College, onde teve trocas importantes com professores que se dedicavam a pesquisas na área de educação, Profa. Gleite de Alcântara refere e que esse intercâmbio lhe proporcionou grandes benefícios (ALCÂNTARA, 1963).

Para Alcântara (1962), a EERP-USP deveria posicionar frente à Legislação, visto que neste período a Enfermagem no Brasil ainda recebia fortes influências do ensino americano, com pouca adaptação aos problemas brasileiros.

Quanto à disciplinas voltadas ao conteúdo de **Didática e Psicologia Educacional, Ensino e supervisão**, não houve localização de similaridades no cenário nacional. Portanto podendo-se entender como **inovação com definição de novidade para o Brasil**. Ao observar-se o currículo de Enfermagem de Profa. Gleite de Alcântara junto à **Faculdade de Enfermagem da Universidade de Toronto (1941-1944)** identificou-se a disciplina de “**Princípios de ensino (teórico)**”, no 4º. Ano, infere-se, portanto a possibilidade da inovação tratar-se de influencia Canadense, além de seu estágio nos EUA em 1950.

Também se destaca possível influência da diplomação da diretora na Escola Normal da Praça da República, em 1928, onde cursou disciplinas como **Pedagogia e Didática** (ALCANTARA, 1963).

5.7.3.2 Administração Hospitalar e Administração em Serviços de Enfermagem

Gráfico 9: Distribuição da Carga Horária da disciplina de Administração durante o decênio de 1953 a 1963 da Grade Curricular da EERP-USP.

Fonte: Arquivos do Setor de Graduação da EERP-USP. Pastas de programas de disciplinas. Ribeirão Preto, 2015.

Os conteúdos da área de administração apresentaram diferentes nomenclaturas e enfoques. Inicialmente, no plano curricular oficial, a nomenclatura utilizada foi **Supervisão e Trabalho em Enfermaria**, 20 semanas, sem estabelecimento de carga horária e **Princípios de Administração de Serviços de Enfermagem** (30horas).

No entanto, para o currículo real, observou-se as disciplinas **Administração Hospitalar e Serviços de Enfermagem**, foi localizada no 4o ano para as turmas de 1953 (27horas), 1955 (37horas), 1956 (32horas), em 1957 o tem se apresenta nas disciplinas **Administração em Serv. de Enfermagem** (4o ano), em 1957 (21horas) e **Administração Hospitalar 4o ano** (17horas), alterando para **Administração em Serviços de Enfermagem e Hospitalar** (4o ano) em 1958(24horas) e 1959 (sem

registro de carga horária, inferiu-se mesma carga do ano anterior de 24horas). Apresenta ainda interlocução com o ensino em **Administração, Ensino e Supervisão 4o ano (47horas) para os ingressantes de 1960 e Administração em Serviços de Enfermagem Ensino e Supervisão** (3º ano, 24horas), para os ingressantes de 1961/1962 e **Ensino e Supervisão** (4o ano, sem menção de carga horária), para os ingressantes de 1958 e 1959.

Destaca-se também a interlocução dessa área com conteúdos de prevenção na disciplina **Administração Sanitária**, do 4º ano, ministrada para os ingressantes de 1953 a 1958, com média de 12horas. Para os ingressantes de 1959, consta do currículo (sem registro de carga horária, inferiu-se mesma carga do ano anterior de 12horas).

Considerando-se que a legislação vigente, em 1952, quando o currículo da EERP-USP é desenvolvido, considera-se que a legislação vigente e norteadora, refere-se ao Decreto. Nº 27. 426/49, de 14 de novembro de 1949. No referido documento o item **Economia Hospitalar** é integrante da disciplina de **Técnica de Enfermagem**, ainda composta por drogas e soluções, ataduras e higiene individual, na primeira série. Além disso, **Princípios de Administração Sanitária**, parte integrante da disciplina de **Enfermagem de Saúde Pública** foi localizada. Entretanto, destaca-se pouca ênfase do currículo da questão administrativa que parece oferecer apenas princípios básicos.

As considerações a seguir, sobre o rastreamento das disciplina, em outros locais, foram baseadas nas legislações do Decreto Nº 10 472/42, Decreto Nº 27.426/49 (BRASIL, 1949) e PARECER 271/62 (BRASIL, 1962), nos currículos de Escolas de Enfermagem publicados nos estudos de ESPIRITO SANTO, 2013, RIZZOTTO, 1999, SILVA, GALLIAN, 2009, CARVALHO, 1972, e nas fontes históricas identificadas, coletadas e analisadas no presente estudo, constituídas pelo Histórico escolar da Cruz Vermelha Brasileira de 1958, currículos do Acervo do Setor de Graduação da EEUSP e Histórico Escolar de Graduação de Profa. Gleite de Alcântara, localizado no Centro de Memória da EERP-USP.

Foram localizadas evidências da preocupação institucional no ensino de Administração, na formação do enfermeiro, mesmo em termos de noções básicas, já na primeira Escola de Enfermagem do Brasil Escola Profissional de Enfermeiros e enfermeiras 1º currículo apresentou a disciplina de **Noções de administração interna** (sem carga horária mencionada) e **Estruturação das atividades sanitárias**

e econômicas das enfermarias e o cuidado com o paciente psiquiátrico (sem carga horária mencionada). No “**Standard Curriculum for Schools of Nursing**” de 1917, o tema aparece sob o nome de **Administração Hospitalar**, no 1º semestre (10h), entretanto não é localizado no **Curriculum Guide** de 1937. Em 1923, o currículo da **Escola de Enfermagem Anna Nery (programa oficial)**, apresenta a disciplina **Serviço Administrativo Hospitalar** (fase inicial, sem registro de carga horária) e **Serviço Administrativo Hospitalar** (fase especializada, sem registro de carga horária). O currículo de Profa. Gleite de Alcântara, cursado em Toronto, apresentou a disciplina **Administração do Serviço de Enfermagem** (prático). Após 1949, já sob os auspícios do Decreto. Nº 27. 426/49, o Currículo da **EEUSP (currículo 1950 a 1954)**, a disciplina **Organização Hospitalar** (sem registro de carga horária) e em 1958, a **Escola da Cruz Vermelha Brasileira**, Filial São Paulo apresenta disciplina quase idêntica à legislação vigente: **Enfermagem: Economia Hospitalar, Drogas e Soluções, Higiene Individual**(1ª. série, sem registro de carga horária), apresentando também a disciplina de **Organização e Administração Hospitalar** (4ª. série, sem registro de carga horária).

O contexto social à época, desde a 1ª. guerra mundial, em virtude da industrialização e crescimento populacional, ampliaram os serviços de saúde, para atender as necessidades. Novos hospitais foram criados e outros reformados no sentido de acompanhar a medicina. Ao mesmo tempo, os diretores desses hospitais passaram a perceber a necessidade do trabalho dos enfermeiros em funções administrativas e de ensino e supervisão de pessoal auxiliar, o que muitas vezes levava enfermeiros, sem formação adequada, assumirem essas tarefas, além do crescimento das Escolas de Enfermagem, que estava demandado muitos docentes, algumas vezes sem preparo adequado para a função. Nesse sentido, a fundação da EERP-USP veio proporcionar a possibilidade de formar um profissional com essas características demandadas pela nova realidade do mercado de trabalho (ALCANTARA, 1960a).

Segundo o documento apresentado por Profa. Gleite de Alcântara à USP, por conta da solicitação da aprovação do anteprojeto de Lei, no que se refere aos **Cursos de Administração de Serviços de Enfermagem Hospitalar e de Saúde Pública**, destaca que o modelo americano serviu de base, mas não se adequava à realidade brasileira, o que obrigava enfermeiras recém-formadas a assumir cargos de chefias em enfermarias, ensino, ou serviços de enfermagem sem preparo

adequado, tendo como resultado frustração dos profissionais e pouca eficiência no trabalho. Destacou que uma das conclusões da 2ª. Conferencia da Divisão de Enfermagem da OMS, em Genebra, 1951, foi que países com maior concentração da equipe de Enfermagem em pessoal auxiliar e recém-formados assumindo funções administrativas, cabe às Escolas de Enfermagem preparar os profissionais para essa realidade. Nesse sentido, as disciplinas de **Administração de Serviço de Enfermagem Hospitalar e de Saúde Pública**, visava preparar seus enfermeiros para esses futuros cargos (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1954).

Além disso, a **Opção de administração de enfermagem hospitalar e de saúde pública urbana e rural**, no último trimestre do curso, seria o espaço de aplicação dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas anteriores. A disciplina ainda contaria com seminários e grupos de discussão, para fornecer segurança ao mesmo nessas funções (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1954).

Para isso o programa da EERP-USP tinha os seguintes objetivos:

1. Participar, como membro de equipe de saúde no cuidado ao paciente, na prevenção da doença e promoção da saúde.
 2. Compreender as pessoas como membros de uma família e pertencentes a uma comunidade.
 3. Adquirir conhecimentos dos fatores que contribuem para saúde e prevenção de doenças e aquisição de aptidão para aplicação desse conhecimento em sua própria vida e na vida do paciente e de sua família.
 4. Reconhecer as necessidades do paciente procurando atender às mesmas dentro das possibilidades do hospital e da comunidade.
 5. Reconhecer o valor das boas relações interpessoais e das técnicas para consegui-las.
 6. Adquirir conhecimentos relacionados aos princípios e práticas da enfermagem de saúde pública.
 7. Adquirir conhecimentos relacionados aos princípios de
 8. Administração, ensino e supervisão que servirão de guias para suas funções nos serviços de enfermagem hospitalar e de saúde pública.
 9. Participar da programa de saúde da comunidade
- (ALCÂNTARA, 1960a, p.205).

Para o curso de **Princípios de Administração e Organização Hospitalar**, o conteúdo teria sido dividido em duas unidades; **1ª.** - Princípios de administração; Planejamento; Organização; Pessoal; Direção; Coordenação; Relatórios; Orçamentos; **2ª.** -Princípios de Administração Aplicados ao Hospital, como Desenvolvimento histórico dos hospitais; Organização do hospital; Corpo Médico; Serviços de Enfermagem; Serviço de Dietética; Serviço Social Médico;

Ambulatórios; Arquivos; Recursos terapêuticos; Laboratórios de análise clínica; Raios X; Banco de Sangue; Serviço de manutenção e reparos; Serviços de limpeza; Lavanderia (ALCANTARA, 1960, pag. 226). Destaca-se que a terminologia utilizada pela docente não é a mesma encontrada nos históricos curriculares do período.

Como já mencionado, Profa. Glete de Alcântara realizou vários estágios no exterior, que provavelmente influenciaram o aprimoramento do currículo da EERP-USP. Em um desses estágios, que tinha como objetivo estudar a situação das escolas norte americanas, onde diretoras de escolas desempenhavam a chefia do Serviço de Enfermagem, nos hospitais de ensino, em 1957, visitou, com “grant” da Fundação Rockefeller, as Escolas de Enfermagem: Boston University, Massachusetts General Hospital, Johns Hopkins, Presbyterian e New York Hospital. Conheceu ainda a Division of Nursing Research and Studies, U.S. Public Health Service, essa oportunidade se refletiu no desenvolvimento das atividades da diretora, nos âmbitos da administração, ensino e pesquisa (ALCÂNTARA, 1963).

Ainda para a diretora da EERP-USP, apesar de concordar que os cursos de administração, ensino e supervisão deveriam ser parte da pós-graduação, a instituição inseriu tais conteúdos, no sentido de preparar a futura enfermeira no desempenho de situações que lhe eram exigidas naquele momento. Nesse sentido, a EERP-USP teria em seu planejamento, o oferecimento de sólida base para os cursos de ensino e supervisão e princípios e práticas da administração. Esse conhecimento permitiria a estudante gradualmente o hábito de planejamento de cuidados e utilização de oportunidades de ensino, apesar de ainda não ser totalmente entendido quais conteúdos seriam mais úteis à futura enfermeira (ALCÂNTARA, 1960a).

Mesmo que de forma menos expressiva, em currículos localizados, não é possível pensar as disciplinas de Administração como **inovação com definição de novidade**. Entretanto, ao se distanciar do modelo da EEUSP, que inicia apenas no currículo de 1950-1950 essa abordagem e o discurso da diretora da instituição, no sentido de tentativa de abrir uma vanguarda para o mercado de trabalho, preparado enfermeiros para postos administrativos, articulados à questão da educação, sustentam a possibilidade tratar-se de **inovação com definição de renovação**, uma vez que propõe uma nova abordagem, dentro de algo já existente.

6 Considerações Finais

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve por finalidade, através da comparação entre currículos das duas Escolas de Enfermagem da Universidade de São Paulo, discutir o primeiro currículo da **Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP (EERP-USP)**, que foi apontado pela fundadora da Escola, Profa. Glete de Alcântara, conjuntamente com a estrutura administrativa, como um “marco de progresso”, por acreditar que a estrutura disciplinar idealizada, incluía “inovações” na formação do enfermeiro.

Essas inovações foram compreendidas como o ensino das **ciências sociais**, **uma abordagem da perspectiva preventiva em todas as disciplinas**, **teoria e prática de administração voltada às necessidades do Enfermeiro**, **didática e psicologia educacional**.

Compreendeu-se que as “**Ciências Sociais**” estavam atreladas às áreas de **Psicologia, Sociologia e Bioestatística**. Portanto sua análise foi constituída a partir da trajetória dessas disciplinas. As “inovações” denominadas “**Inclusão de ensino teórico e prático de Administração aplicada à Enfermagem, de Psicologia Educacional e Didática**”, foram analisadas através das disciplinas: “**Administração Hospitalar e Serviço de Enfermagem**”, “**Administração**”, “**Serviço e Supervisão**” e “**Psicologia Educacional e Didática**”.

Incluiu-se ainda, “inovações” denominadas “**correlação dos aspectos preventivos da Enfermagem com as disciplinas ministradas em todo o curso**”, onde destacaram-se as disciplinas cujos títulos explicitamente trabalharam aspectos da prevenção e/ou da área de saúde pública: **Administração Sanitária, Saneamento, Enfermagem de Saúde Pública e Epidemiologia**.

Além disso, ampliou-se o estudo, investigando também, a área de **ciências humanas** compreendida pelas disciplinas de **História da Enfermagem, Ética e Serviço Social**.

Para tentar compreender essas similaridades e dissimilaridades foi realizada busca por currículos de Enfermagem, de Escolas de destaque à época e/ou relevantes na historiografia das Escolas de Enfermagem no Brasil, intencionando localizar vestígios de seus primeiros currículos. Dentre essas Escolas de Enfermagem, destacaram-se a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (atual UNIRIO), Escola de Enfermeiras do Hospital Samaritano, Escolas de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira, Escola de Enfermeiras do Departamento

Nacional de Saúde Pública (EEDNSP) e a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, e da Escola de Enfermagem da USP, além de influências internacionais como o **Standard Curriculum for Schools of Nursing** de 1917, o **“Curriculum Guide”** de 1937, e o currículo da **Faculty of Nursing da Universidade de Toronto**, no período em que a Profa. Gleite de Alcântara se graduou em Enfermagem, assim como das legislações vigente ao longo do marco temporal: **Decreto Nº 27.426/49** e **Parecer n. 271/62**.

Pode-se inferir que houve certa uniformidade nas construções curriculares da EERP-USP, no decênio compreendido entre 1953 a 1963, observando algumas mudanças de nome das disciplinas, com aglutinações ou desmembramentos. As alterações mais relevantes foram em relação às cargas horárias, o que indicava necessidade ora de privilegiar disciplinas mais específicas da profissão como **“Enfermagem em Saúde Pública”**, ora as disciplinas básicas e ainda a polaridade entre disciplinas biológicas versus sociais e humanas.

Considerando-se as possíveis influências nacionais e internacionais da EERP-USP, foram muitos os vestígios localizados. Observou-se que de modo geral a formação em Enfermagem no Brasil, nas décadas de 1920 a 1940, sofreram forte influências dos padrões de ensino adotados dos EUA, principalmente através do **Standard Curriculum for Schools of Nursing** de 1917, e suas atualizações e o **“Curriculum Guide”, de 1937**, assim como o relatório Goldmark, de 1923. Além disso, a influência americana era indiretamente posta, através dos muitos “grants” oferecidos à enfermeiros e professores de Enfermagem para estudos no exterior, por agências de fomento como a Fundação Kellog e Fundação Rockefeller, por exemplo, vários desses observados no currículo da diretora da EERP-USP.

Muitos vestígios foram encontrados no discurso de Profa. Gleite de Alcântara nesse sentido, ao mencionar que essas experiências afetaram a organização do ensino da EERP-USP. Entretanto, apesar desses currículos se aproximarem da questão das ciências humanas e sociais, e desejarem o estabelecimento da Enfermagem no âmbito das universidades, privilegiando maior formação teórica dos estudantes, esses currículos tinham apelo ao modelo hospitalar. No Brasil, dificultou uma maior aproximação dessas recomendações, pouco contemplado no **Decreto Nº 27.426/49** e em muitas Escolas de Enfermagem do período. Momento que antecede a implementação do currículo da EERP-USP. Questão que vai se agravando, com

privilégio das disciplinas focadas em especialidade médico-cirúrgicas em detrimento da saúde pública.

Com um caráter hospitalocêntrico, o Parecer n. 271/62, estabeleceu um currículo geral e duas alternativas para especialização, reduziu o curso em um ano, além de desobrigar as disciplinas de **“Enfermagem em Saúde Pública”**, que se tornou especialização e praticamente desaparece as **“Ciências Sociais”**, com o intuito de formar o profissional rapidamente, ao mesmo tempo diminuía sua formação crítica. Provavelmente tendo essa crítica em vista, algumas escolas por iniciativa própria incluíram ou mantiveram em seus currículos as disciplinas de **“Ciências Sociais”**. Entretanto, ressalta-se que, sendo o discurso das inovações, originalmente de 1954, para efeitos de análise, o marco teórico ficou mais restrito ao **Decreto Nº 27.426/49**.

Contudo, o foco central do presente estudo repousou sobre a análise comparativa entre os currículos da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP) e da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (EERP-USP). Para tanto, utilizou-se da história comparada como eixo norteador das análises dos documentos selecionados, dentro do marco temporal de 1953, data em que se inicia a primeira turma da EERP, até 1963, aniversário do primeiro decênio da EERP-USP.

Observaram-se muitas similaridades entre os currículos da EERP-USP e da EEUSP, e por consequência da EERP-USP, com os currículos americanos. Além das disciplinas que se encontram em ambos os currículos, há ainda as que se apresentam aglutinadas no currículo da EEUSP e desmembradas na EERP. Cabe ressaltar que no decreto de criação da EERP-USP, constava a determinação de seguir os moldes da EEUSP. Houve também algumas dissimilaridades, como disciplinas encontradas apenas na EERP-USP, **“Psicologia Clínica”**, **“Psicologia Infantil”** e **“Administração Sanitária”** e outras apenas encontradas na EEUSP, como **“Higiene do Trabalho”** e **“Enfermagem adiantada”**. De forma geral, observa-se afastamento do modelo da EEUSP relacionados às disciplinas denominadas inovadoras, seja por sua distinção de abordagem metodológica, seja pela ênfase de cargas horárias.

Nas consultas do significado do termo “inovação” em dicionários da época observou-se que havia duas possibilidades de compreensão: inovação com sentido de **novidade**, algo criado, que ainda não existia, ou algo que já existia, mas está

sendo instituído de maneira diferente, como um ato de inovar, mas dessa vez sob o conceito de **renovação**. As análises das inovações pautaram-se nessas duas definições.

Apesar da tentativa de ampliação da avaliação para o âmbito das ciências humanas, as disciplinas de **Serviço Social, Ética e História da Enfermagem**, não configuraram inovações. Apesar de maior ênfase em **História da Enfermagem** para EERP-USP, em relação à EEUSP, na questão da carga horária.

De modo geral, as disciplinas apontadas pelas docentes à época, como integrantes das ciências sociais (**Sociologia, Bioestatística e Psicologia**), apresentaram distanciamento em relação ao modelo da EEUSP, dando maior ênfase a essas disciplinas, através de suas cargas horárias ou do discurso localizado. As três disciplinas, nesse sentido, comparadas ainda com a legislação vigente e outros currículos foram classificadas como **inovações com definição de renovação**. Nesse sentido, também se inferiu possíveis influências da formação da diretora da EERP-USP em ciências Sociais.

Entre as disciplinas de **Ciências Sociais**, a **Psicologia** foi a que mais se destacou no currículo da EERP-USP, com disciplinas específicas de **Psicologia de desenvolvimento** e **Psicologia Clínica**, que se aproximam de características de **inovação com definição de novidade**. Entretanto, esses conteúdos poderiam estar diluídos em disciplinas gerais como **Psicologia**. Essas disciplinas buscavam colaborar para o entendimento do ser humano de forma holística e ainda uma auto compreensão do profissional. Destaca-se nesse sentido, o programa de aconselhamento com professores com formação em psicanálise, destinado às estudantes da EERP-USP.

Considerando-se as disciplinas que trabalharam aspectos da prevenção e/ou da área de saúde pública a saber: **Administração Sanitária, Saneamento, Enfermagem de Saúde Pública e Epidemiologia**. Como possíveis influências, destacou-se o currículo da Faculty of Nursing da University of Toronto, considerada uma das mais progressistas à época e que deu ênfase à questão da **Saúde Pública**. Além dos estágios de Profa. Gleite de Alcântara nas Escolas de Enfermagem de Yale e de Vanderbilt, voltados para a questão curricular e de estágios práticos em hospitais e saúde pública e sua participação no Seminário sobre Educação da Enfermagem, em Genebra, da OMS, em 1952. Além disso, apresenta discurso de desacordo, em relação à legislação vigente, que privilegiava a formação dessas

disciplinas, apenas no último período. Postura não adotada pela EERP-USP, que segundo a mesma, privilegiou a integração de aspectos preventivos ao longo do currículo e não de forma isolada em um semestre, destacando o engajamento no trabalho interdisciplinar entre os docentes, que proporcionava o alcance desse objetivo.

Não é possível avaliar com clareza as similaridades ou dissimilaridades nesse aspecto, em relação às duas instituições da USP. O que se observa, é que a EEUSP, mesmo com uma carga horária de disciplinas específicas, que chegava a ser 6 vezes maior que da EERP-USP, a questão da transversalidade desse conteúdo, no currículo da EERP-USP, dificulta entender com exatidão quantas horas foram dedicadas ao ensino dessa temática. Nesse sentido, o discurso da docente sobre as estratégias para implementação dessa correlação, constituiu fonte primordial no estudo. Mesmo que bem colocados nos currículos e legislações vigentes, essa perspectiva, somada ao discurso da diretora da EERP-USP, sustenta a inferência da **inovação com definição de renovação**, visto que transformou algo existente utilizando nova abordagem.

Considerando-se a **“Inclusão de ensino teórico e prático de administração aplicada à enfermagem, de psicologia educacional e didática”**, foram analisadas as disciplinas: **Administração Hospitalar e Serviço de Enfermagem, Administração, Serviço e Supervisão**, além de **Psicologia Educacional e Didática**. Para as disciplinas de **Didática e Psicologia Educacional, Ensino e supervisão**, não houve correlação localizada no cenário nacional, classificando essa perspectiva como **inovação com definição de novidade para o Brasil**.

Como possíveis influências, destaca-se o título de *Master of Arts*, obtido pela docente junto ao Teachers College, na Universidade de Columbia, onde trabalhou com pesquisadores da área de educação, antes de sua indicação como diretora da EERP-USP. Estágios junto à Boston University, Massachusetts General Hospital, Johns Hopkins, Presbyterian e New York Hospital, assim como a Division of Nursing Research and Studies, U.S. Public Health Service, podem ter influenciado mudanças, em 1957. Destaca-se ainda, a identificação da disciplina **“Princípios de ensino (teórico)”**, na formação em Toronto de Profa. Gleite de Alcântara e sua formação em Escola Normal.

Na questão das disciplinas voltadas para a **Administração**, havia a preocupação de Profa. Gleite de Alcântara em formar profissionais para o novo

mercado de trabalho, que demandava profissionais, que assumiriam cargos de chefia e ensino e que naquela momento careciam de preparação, também resultado da influência curricular norte-americana, mas que não se adequava as condições brasileiras. A própria OMS estava incentivando essa formação específica para países onde recém-formados eram obrigados a assumir funções administrativas. A formação da EERP-USP estava focada na preparação do aluno em momentos teóricos, mas também práticos. Mesmo que identificada de forma menos expressiva em outros currículos, as disciplinas de **Administração**, poderiam ser o início de vanguarda de enfermeiros chefes, que assumiriam postos importantes de liderança, além de sua articulação com o ensino, que sustentam a possibilidade tratar-se de **inovação com definição de renovação**, uma vez que propõe uma nova abordagem, dentro de algo já existente.

De modo geral, observaram-se vestígios de influência Canadense e Americana na formação de Professora Glete de Alcântara que impactaram suas ideologias acerca das **inovações**.

Em relação às inovações no currículo da EERP-USP, e as definições postas, conclui-se, que de forma geral, o discurso de Profa. Glete de Alcântara ao mencionar as inovações curriculares significou **inovações com definição de renovação**, ou seja, utilizava algo que já estava na literatura, utilizando nova estratégia, no sentido de fazer diferente, de mudar uma forma na qual eram apresentadas, para atender melhor as exigências na formação dos enfermeiros voltados para a humanização, ensino e preparação para cargos de chefia. Exceto a disciplina de **Didática e Psicologia Educacional, Ensino e supervisão** que podem ser consideradas **inovação com definição de novidade para o Brasil**, seja frente à legislação vigente, a EEUSP e outros currículos localizados. Nesse sentido, **corrobora-se** o discurso de Profa. Glete de Alcântara sobre a inserção das **inovações** no currículo da EERP, no período estudado.

7 Referências

7 REFERÊNCIAS:

ALCANTARA, G. Preparo de enfermeiras para o campo de enfermagem em saúde pública, administração de enfermagem e ensino e supervisão na EERP. **Rev. Bras. Enferm.**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 2, p. 202-28, jun 1960(a).

ALCANTARA, G. Revisão do Currículo: Princípios Gerais. **Rev. Bras. Enferm.**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 51-9, mar 1960(b).

ALCANTARA, G.; FORJAZ, M. V. O ensino de ética nas escola de enfermagem. **Rev Bras Enferm.**, v. 14, n. 3, p. 193-242, jun 1961.

ALCANTARA, G. Resenha Histórica da escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. **Rev. Bras. Enferm.**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 88–91, 1962.

ALCANTARA, G. **Memorial**. Apresentado a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto para Concurso de provimento efetivo do cargo de professor da Cadeira n 4, história da Enfermagem e Ética (aplicada a Enfermagem) da Escola de Enfermagem, anexa à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Ribeirão Preto, 1963.

ALCANTARA, G. Formação e aperfeiçoamento da enfermeira em face das exigências modernas. **Rev. Bras. Enferm.**, São Paulo, v. 17, n. 6, p. 408–419, dez 1964. (a)

ALCANTARA, G. Novas tendências na educação da Enfermagem. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 17, n. 5, p. 335-345, 1964. (b)

ALCANTARA, G. O ensino de ética e história da enfermagem. **Rev Bras Enferm**; v. 19, n. 2/3, p. 393-402, abr/jun 1966.

AMORIM, W. M.; BARREIRA, I. A. As circunstâncias do processo de reconfiguração da escola profissional de assistência a psicopatas do Distrito Federal. **Esc. Anna Nery Rev Enferm**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, ago 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452006000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em: 28 mar. 2013.

ANGERAMI, E. L. S. 40 Anos. A maturidade Conquistada. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 05-20, 1993.

ANGERAMI, E. L. S. et al. Estudo comparativo da nomenclatura das matérias e disciplinas do currículo mínimo com a utilizada pelas escolas de enfermagem da região sudeste – Brasil. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 31-46, jan 1996.

ARAUJO, A. C.; SANNA, M. C. Ciências Humanas e Sociais na formação do enfermeiro brasileiro: um estudo bibliométrico. **R. pesq.: cuid. fundam. online**, [S.l.], out/dez 2010. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/1077>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

ARAUJO, A. C.; SANNA, M. C. Ciências Humanas e Sociais na formação das primeiras enfermeiras cariocas e paulistas. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 64, n. 6, dez 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672011000600018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 nov. 2014.

ARAUJO, A. C.; SANNA, M. C.; LIMA, R. J. O. **Programa Educativo da Escola de Enfermagem e o Currículo da Escola de Enfermeira do Hospital São Paulo**. São Paulo, v. 4, n. 2, 2012.

ARAUJO, L. A.; MOREIRA, A.; PORTO, F.; AMORIM, W. Anúncios para enfermeiros no Alvorecer da República (1889 – 1890). In: PORTO, F.; AMORIM, W. (Org.) **História da Enfermagem: Identidade, profissionalização e símbolos**. 2. ed. São Caetano do Sul-SP: Yendis, 2013. Cap. 2.

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução de DORE, A. Bauru: EDUSC, 2006. Parte 3, Cap. 9.

AULETE, C. **Dicionário Contemporâneo da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1958.

AYRES, L. F. A; AMORIM, W. M.; PORTO, F.; LUCHESI, L. B. As enfermeiras visitadoras da Cruz Vermelha Brasileira e do Departamento Nacional de Saúde Pública do início do século XX. In: PORTO, F; AMORIM, W. M. (Org.) **História da Enfermagem: identidade, profissionalização e símbolos**. São Caetano do Sul: Yendis, p. 127-218, 2010.

AYRES, L. F. A. et al. O campo da saúde pública: a criação dos cursos de enfermeiras visitadoras (1920). **Rev enferm UFPE On Line**. v. 6, p. 642-651, 2012.

BAFFI, M. A. T. **O planejamento em educação: revisando conceitos para mudar concepções e práticas**. In.: BELLO, J. L. P. *Pedagogia em Foco*. Petrópolis, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/fundam02.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

BAPTISTA, S. S.; BARREIRA, I. A. A enfermagem na universidade brasileira. **Esc. Anna Nery Rev Enferm** 2000 abr; 4(1): 21-30.

BAPTISTA, S. S.; BARREIRA I. A. Enfermagem de nível superior no Brasil e vida associativa. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 59, n. (esp), p. 411-416, 2006.

BAPTISTA, S. S.; BARREIRA, I. A. **A luta da Enfermagem por um espaço na universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, jun 1997.

BARBIERI, M.; RODRIGUES, J. **Memórias do Cuidar: Setenta Anos de Escola Paulista de Enfermagem (EPE)** [Livro Eletrônico]. BARBIERI, M.; RODRIGUES, J. (Org.), São Paulo: Editora Unifesp, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de RETO, L. A.; PINHEIRO, A. Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p.

BARREIRA, I. A.; BAPTISTA, S. S. O movimento de reconsideração do ensino e da pesquisa em História da Enfermagem. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 56, n. 6, dez 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672003000600024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 set. 2012.

BARROS, J. História comparada - um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**. v. 1, n. 1, jun 2007.

BASTIANI, J. A. N. et al. As origens da enfermagem e da saúde: o cuidado no mundo. In.: PADILHA, M. I.; BORENSTEIN, M. S.; SANTOS, I. (Org.). **Enfermagem: História de uma profissão**. São Caetano do Sul-SP: Difusão, 2011. Cap. 1.

BESSA, M. N.; AMORIN, W. M.; CARVALHO FILHO, S. A. Redistribuição dos poderes no espaço social da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto pela enunciação do discurso do diretório estudantil (1955). **R. Pesq.: Cuid. Fundam. Online**, v. 1, n. 2, p. 217-233, 2009.

BOCK, L. F. et al. A organização da enfermagem e da saúde no contexto da idade contemporânea (1930-1960). In.: PADILHA, M. I.; BORENSTEIN, M. S.; SANTOS, I. (Org.). **Enfermagem: História de uma profissão**. São Caetano do Sul-SP: Difusão, 2011. Cap.6.

BOLETIM INFORMATIVO DO SESP. Serviço Especial De Saúde Pública. Rio de Janeiro, RJ: SESP, v. 56, n. 1, 1948.

BONETTI, O. P.; KRUSE, M. H. L. A formação que temos e a que queremos: um olhar sobre os discursos. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 57, n. 3, p. 371-379, jun 2004. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28844/000564739.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL, **Decreto nº 27.426, de 14 de novembro de 1949**. Aprova o Regulamento básico para os cursos de Enfermagem e de auxiliar de Enfermagem. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília-DF, nov. 1949.

BRASIL, **Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949**. Dispõe sobre o ensino de Enfermagem no País e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília-DF, ago. 1949.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Enfermagem**: leis, decretos e portarias. 2 ed. Rio de Janeiro, 1959. Parecer n.º 271/62, aprovado em 19 de outubro de 1962. Currículo mínimo do curso de Enfermagem.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Enfermagem**: leis, decretos e portarias. 2 ed. Rio de Janeiro, 1959. Decreto nº 20 109/31, aprovado em 15 de junho de 1931. Regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa as condições para equiparação das escolas de enfermagem e instruções relativas ao processo de exame para revalidação de diplomas.

BRASIL. Ministério da Educação. **História**. Portal do Mec. Brasília DF, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171 Acesso em: 27 abr. 2015.

BROWN, E. L. **Enfermagem para o futuro**. Relatório preparado para o conselho Nacional de Enfermagem dos Estados Unidos. Tradução de PINHEIRO, M. R. S.; ALCANTARA, G.; VERDERESE, M. L. São Paulo: Serviço Especial de Saúde Pública, 1949.

BUFFA, E. História e Filosofia das instituições escolares. In.: ARAUJO, J. C. S.; GATTI, D. J. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Uberlândia, MG: Edufu, p. 25-38, 2002.

BUTTELLI, F. G. K. Ritos e igualdade de gênero: uma análise da potencialidade de construção de (des)igualdade de gênero nos ritos. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 127-143, jun 2008.

CAMPOS E. S. Escola de enfermagem do centro médico da Faculdade de Medicina de São Paulo. Programa descritivo e gráfico. **Revista Médico-Social.**, v. 2, n. 1, p. 25-28, 1942.

CAMPOS P. F. S.; OGUISSO T. A Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e a reconfiguração da identidade profissional da Enfermagem Brasileira. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 61, n. 6, p. 892-898, dez 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672008000600017&lng=en. doi: 10.1590/S0034-71672008000600017. Acesso em: 19 dez. 2014.

CAMPOS, A. L. V. **Políticas internacionais de Saúde na Era Vargas**: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 9, n. 65, p. 193-200, 2006.

CAMPOS, A. L. V. **O SESP e seu Programa de Enfermagem**: a fundação das Escolas de Enfermagem da Universidade de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro. Fontes para a História da Fundação Serviços de Saúde Pública – FSESP. Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, p. 229-233, 2008.

CARIJO, A. R.; OGUISSO, T.; CAMPOS, P. F. S. Formação e exercício profissional: narrativas de ex-alunas da Escola de Enfermagem Lauriston Job Lane. **R. pesq.: cuid. fundam. Online**, v. 2, n. 2 supl., p. 861-871, 2010.

CARVALHO, A. C. **Associação Brasileira de Enfermagem 1926-1976**: Documentário. Brasília: Folha Carioca, 2008.

CARVALHO, A. C. **Orientação e Ensino de Estudantes de Enfermagem no Campo Clínico**. 1972. 126p. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

CARVALHO, A. C. **Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**: resumo histórico (1942-1980). São Paulo: Gráf. Sangirard, p. 17-95, 1980.

CASTRO SANTOS, L. A.; FARIA, L. **Saúde e História**. São Paulo: Hucitec, p. 328, 2010.

CIONE, R. **História de Ribeirão Preto**. 2 ed. Ribeirão Preto: Legis Summa, v. 2, 1992.

CLAPIS, M. J. et. al. O ensino de graduação na escola de enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo ao longo dos seus 50 anos (1953-2003). **Ver. Latino-am. Enfermagem.**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 7-13, jan 2004.

COMISSÃO DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO/USP. Reforma Curricular de Graduação em Enfermagem – Escola De Enfermagem De Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo. **Rev. Latino-am. Enfermagem.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 35-51, jul 1993.

COSTA, R.; PADILHA, M. I.; BORENSTEIN, M. S.; CARVALHO, M. A. L. Florence Nightingale (1820-1910): as bases da enfermagem moderna no mundo. In PADILHA, M. I.; BORENSTEIN, M. S.; SANTOS, I. (Org.). **Enfermagem**: História de uma profissão. São Caetano do Sul-SP: Difusão, 2011. Cap.4.

CURTIS, C.; SANTOS, T. C. F. A enfermagem e o progresso social do Brasil. **Esc. Anna Nery Rev. Enferm.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 12-18, 2008.

DUROZOI G.; ROUSSEL A. Dicionário de filosofia. Tradução de APPENZELLER, M. 5 ed. Campinas: Papirus, 2005. 515 p.

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Relatório anual da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo de 1947.**

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **A escola de Enfermagem de São Paulo:** Folder Institucional. Rio de Janeiro: Arquivo Fiocruz código COC/FSESP/AMS/00/US/00/29, sem data.

ESPIRITO SANTO, T.; OGUISSO, T. Enfermeiras francesas no Hospício Nacional de Alienados. In: PORTO, F.; AMORIM, W. (Org.). **História da Enfermagem:** Identidade, profissionalização e símbolos. 2 ed. São Caetano do Sul-SP: Yendis, 2013. Cap. 3.

FABER, C. O.; AMORIM, W. M. O Relatório Goldmark e a enfermagem frente às doenças estigmatizantes 1923. **R. pesq.: cuid. fundam. online**, v. 2, p. 50-54, 2010.

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Biblioteca Central. **Ata do Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo**, realizado em 8 de maio de 1942.

FARIA, L. R. A Fundação Rockefeller e os serviços de saúde em São Paulo (1920-30): perspectivas históricas. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 561-590, 2002.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4 ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

FERREIRA, J. De Roosevelt, mas também de Getúlio: o Serviço Especial de Saúde Pública. **Hist. cienc. Saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, dez 2007.

FERREIRA-SANTOS, C. A. Exercício Profissional. In: ANGERAMI, E. L. S.; PELÁ, N. T. R. **Glete de Alcântara:** vida e Obra. São Paulo, p. 19- 27, 1976.

FONSECA, E. F. R.; PORTO F. Enfermeiras-parteiras e uniforme: indícios e representações objetais na construção da identidade profissional. **Rev. enferm. UERJ**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 432-437, jul/set 2011.

FRAENKEL, E. M. Pontos do currículo para Escolas de Enfermagem. **Revista Médico-Social**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 25-26, 1943. (a)

FRAENKEL, E. M. Pontos do currículo para Escolas de Enfermagem. **Revista Médico-Social**. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 33-36, 1943. (b)

FRAENKEL, E. M. Pontos do currículo para Escolas de Enfermagem. **Revista Médico-Social**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 41-42, 1943. (c)

FREIRE, M. A. M. et al. As Diretrizes do Relatório Goldmark para a organização de um grupo subsidiário de enfermagem 1919-1923. **Cultura de los Cuidados**, v. 11, p. 40-49, 2007.

FREITAS, D. M. V.; FÁVERO, N.; SCATENA, M. C. M. O ensino de graduação na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – Suas perspectivas. **Rev. Latino-am. Enfermagem**. Ribeirão Preto, p. 25-34, 1993.

GALLEGUILLOS, T. G. B.; OLIVEIRA, M. A. C. A gênese e o desenvolvimento histórico do ensino de enfermagem no Brasil. **Rev. Esc. Enf. USP**, v. 35, n. 1, p. 80-87, mar 2001.

GEOVANINI, T. et al. **Historia da Enfermagem**: versões e interpretações. 3 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

GOMES, T. O. et al. Enfermeiras católicas em busca de melhores posições no campo da educação e da prática em enfermagem nos anos 40 e 50 no Brasil, no século XX. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 14, n. 4, dez 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072005000400006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 mar. 2013.

INTERNATIONAL COUNCIL OF NURSES (ICN). **Apresentação internacional Alliance of Patient's Organizatios (IAPO)**. Tradução de GARCIA, T. R. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KELLY, A. V. **O currículo**. Teoria e Prática. São Paulo: Harbra, p. 03-07, 1981.

KOERICH, A. M. E. et al. A organização da enfermagem e da saúde no contexto da idade moderna: o cuidado e a ciência no mundo e no Brasil. In.: PADILHA, M. I.; BORENSTEIN, M. S.; SANTOS, I. (Org.). **Enfermagem**: História de uma profissão. São Caetano do Sul-SP: Difusão, 2011. Cap. 3.

LEVI, G. **A escrita da história** – novas perspectivas. PETER, B. (Org.). Tradução de LOPES, M. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

LOPES M. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, p. 70-93, 2011. Cap. 3.

LUCHESI, L. B., et al. Escola De Enfermagem De Ribeirão Preto-USP: Criação E Visibilidade Social, 1951. **R. pesq.: cuid. fundam. Online**, v. 2, n. 2 supl., p. 378-380, 2010. (a)

LUCHESI, L. B. et al. O cotidiano das alunas pioneiras da escola de Enfermagem de Ribeirão Preto e seus olhares sobre o mito Profa. Gleite de Alcântara: 1953-1957. **R. pesq.: cuid. fundam. Online**, v. 2, n. 2, p. 463-465, 2010. (b)

LUCHESI, L. B. et al. A criação e estruturação do ensino da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto USP de 1951 a 1971. **R. pesq.: cuid. fundam. online**, v. 2, n. 2, p. 336-338, 2010. (c)

MACIEL, R. M.; BARREIRA, I. A.; BAPTISTA, S. S. O ensino dos fundamentos de enfermagem na Escola Anna Nery em meados do século XX. **Rev. Enferm. UERJ**, v. 17, n. 3, p. 344-349, 2009.

MALAGUTTI, W. **Os caminhos da enfermagem**: de Florence à globalização. São Paulo: Phorte, 2010.

MALTA, S. C. L. Uma abordagem sobre currículo e teorias afins visando à compreensão e mudança. **Revista Espaço do Currículo**. Madeira, p. 340-354, maio/ago 2013.

MARCUS M. T.; LIEHR P. R. Abordagens de Pesquisa Qualitativa. In: LOBIONDO-WOOD, G.; HABER, J. **Pesquisa em Enfermagem**: métodos, avaliação crítica e utilização. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2001.

MARCUSSI, E. **A visibilidade da criação da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo na imprensa escrita (1951)**. Dissertação (Mestrado), Ribeirão Preto, 2012.

MARINHO, G. S. M. C. **Trajetória da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo**: aspectos históricos da “Casa de Arnaldo”. São Paulo: FMUSP, 2006.

MATTA, R da. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2011.

MENDES, I. A. C. Escola De Enfermagem De Ribeirão Preto Da Universidade De São Paulo: Quatro Décadas. **Rev. Latino-am. Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 1, n. especial, p. 17-24, dez 1993.

MENEGUELLO, C. **Poeira de estrelas**: o cinema Hollywoodiano na mídia brasileira das décadas de 40 e 50. Campinas-SP: Editora Unicamp, 1996.

MINAYO, M. C. S. Herança e promessas do ensino das Ciências Sociais na área da Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 12, dez 2012.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2012001400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jan. 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, **Enfermagem** (leis, decretos e portarias) 2ª edição revista e aumentada. Serviço Espacial de Saúde Pública, Rio de Janeiro. 1959.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Fundação Serviços de Saúde Pública**. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos. 3ª.ed., Rio de Janeiro: Ministério da Saúde. v. 1, a. 3, 1974.

MINZONI, M. A. A educação em Enfermagem. In.: ANGERAMI, E. L. S.; PELÁ, N. T. R. **Profa. Glete de Alcântara: Vida e obra**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976. 71 p.

MOREIRA, A. A trajetória da profissionalização da Enfermagem no Brasil. In.: MOREIRA, A.; OGUISO, T. **Profissionalização da Enfermagem brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. Cap. 5.

MOREIRA, A. Profissionalização da Enfermagem Brasileira. In.: OGUISO, T. (Org.) **Trajétória histórica da enfermagem**. São Paulo: Manole, 2014. 285 p. (Série Enfermagem).

MOREIRA, A.; PORTO, F.; OGUISO, T. Registros noticiosos sobre a escola profissional de enfermeiros e enfermeiras na revista "O Brasil-Médico", 1890-1922. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 36, n. 4, dez 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342002000400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 nov. 2014.

MOTT, M. L. Revendo a História da Enfermagem em São Paulo (1890 – 1920). **Cadernos Pagu**., n. 13, p. 327-355, 1999.

NADOR, H. M. P.; FERREIRA, C. A. O ensino de ciências sociais na escola de enfermagem de Ribeirão Preto. **Rev Bras Enferm**; n. 13, v. 4, p. 449-80, Dez 1960.

NETO, M.; PORTO, F.; SANTOS, T. C. F. Primeira Guerra Mundial: Cruz Vermelha Brasileira e imagem pública da enfermeira (1917-1918) In.: PORTO, F.; AMORIM, W. (Org.) **História da Enfermagem: Identidade, profissionalização e símbolos**. 2 ed. São Caetano do Sul-SP: Yendis, 2013. Cap. 6.

NIGHTINGALE, F. **Notes on Nursing**. What it is, and what it is not. Prefácio de CARVALHO, A. C.. Tradução de Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn). São Paulo: Cortez, p. 140, 1989.

OGUISSO, T. Florence Nightingale. In.: OGUISSO, T. (Org.). **Trajetória Histórica e Legal da Enfermagem**. 2 ed. Ampl. Barueri-SP: Manole, 2007. Cap. 3 (Série Enfermagem).

OGUISSO, T.; DUTRA V. O.; SOUZA-CAMPOS, P. F. **Cruz Vermelha Brasileira: "formação em tempos de paz"**. Tradução de FINNEGAN. Barueri-SP: Manole/Minha editora, 2009.

OGUISSO, T.; CAMPOS, P. F. S.; MOREIRA, A. Enfermagem pré-profissional no Brasil: questões e personagens. **Revista Enfermagem em Foco**, n. 2 supl., p. 68-72, 2011.

OGUISSO, T.; SCHMIDT, M. J. Perspectivas sobre os rumos da Enfermagem. In.: OGUISSO, T.; SCHMIDT, M. J. **O exercício da Enfermagem: uma abordagem ético-legal**. 3 ed. Atual. e ampl. Rio de Janeiro-RJ: Guanabara Koogan, 2010. Cap.22.

OGUISSO, T.; CAMPOS, P. F. S.; SANTIAGO, E. S. Maria Rosa Sousa Pinheiro e a reconfiguração da enfermagem brasileira. **Texto contexto - enferm**. São Paulo, v. 18, n. 4, p. 643-651, dez 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072009000400005&lng=en. Acesso em: 18 nov. 2013.

OGUISSO, T.; FREITAS, G. F. F. Pré-Profissionais da Enfermagem no Brasil. In: OGUISSO, T. (org.) **Trajetória Histórica da Enfermagem**. Barueri-SP: Manole, 2014

OLIVEIRA, O. V.; DESTRO, D. S. Política curricular como política culturas: uma abordagem metodológica de pesquisa. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas: Autores Associados; ANPEd, n. 28, p. 140-151, jan./abr. 2005.

OPITZ, S. P. et al. O currículo integrado na graduação em enfermagem: entre o ethos tradicional e o de ruptura. **Rev Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre-RS, v. 29, n. 2, p. 314-319, jun 2008.

PACHECO, J. A. **Currículo: Entre Teorias e Métodos**. Cadernos de Pesquisa, p. 383-400, 2009.

PADILHA, M. I. C. S.; BORENSTEIN, M. S. História da enfermagem: ensino, pesquisa e interdisciplinaridade. **Esc. Anna Nery Rev. Enferm.**, v. 10, n. 3, p. 532-538, dez 2006.

PINHEIRO, M. R. S. Formação Profissional. In: ANGERAMI, E. L. S.; PELÁ, N. T. R. (Org.) **Profa. Glete de Alcântara: vida e Obra**. São Paulo, p. 3-18, 1976.

PAIXÃO, W. **História da Enfermagem**. 5 ed. Rio de Janeiro-RJ: Julio C. Reis Livraria, 1979.

PORTO, F. **Os ritos institucionais e a imagem pública da enfermeira brasileira ilustrada: o poder simbólico no click fotográfico (1919-1925)**. (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

PORTO, F. et al. Imagem Pública da Enfermeira Brasileira: Curso de Enfermeiras da Assistência Particular Nossa Senhora da Glória (1920-1928). **Cultura de los Cuidados**, v. 16, p. 47-58, 2012.

PORTO, F.; OGUISO, T. Anna Justina Ferreira Nery. In.: PORTO, F.; AMORIM, W. (Org.) **História da Enfermagem: Identidade, profissionalização e símbolos**. 2 ed. São Caetano do Sul-SP: Yendis, 2013. Cap. 1.

PROCESSO 54.1.15105.1.1, caixa 832, nos arquivos da Universidade de São Paulo, correspondente ao **Anteprojeto de Lei que estabelece a Estrutura Didática da Escola de Enfermagem, anexa à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto**, dado abertura de protocolo em 15 de maio de 1954.

RENOVATO, R. D.; BAGNATO, M. H. S. As contribuições do Serviço Especial de Saúde Pública para a formação profissional da Enfermagem no Brasil (1942-1960). **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 61, n. 6, dez 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672008000600020&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 28 mar. 2013.

RENOVATO, R. D. et al. As identidades dos enfermeiros em cenários de mudanças curriculares no ensino da enfermagem. **Trab. educ. saúde**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, out 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462009000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 28 mar. 2013.

RIZZOTTO, M. L. F. **História da Enfermagem e sua relação com a Saúde Pública**. Goiânia: AB Editora, 1999. 112 p.

ROBAZZI, M. L. C. C.; MENDES, I. A. C. A Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - e a sua contribuição para o desenvolvimento da enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 3, p. 117-121, jul 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11691998000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 abr. 2015.

ROCHA PITA, S. **A História da América Portuguesa**. Salvador: Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1978. 746 p.

ROLIM, M. J.; SOUZA, P. M. I. C. Trajetória de Edith Magalhães Fraenkel. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 59, n. esp., p. 432-437, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000700009&lng=en>. doi: 10.1590/S0034-71672006000700009. Acesso em: 23 dez. 2012.

SANTOS, L. A. C.; FARIA, L. R. **A cooperação internacional e a enfermagem de saúde pública no Rio de Janeiro e São Paulo**. Bragança Paulista: Horizontes, v. 22, n. 2, p. 123-150, 2004.

SANTOS, R. M. et al. Circunstâncias de oficialização do curso de auxiliar de enfermagem no Brasil: estudando as entrelinhas da Lei 775/49. **Rev. Latino-Am Enfermagem**, v. 10, n. 4, p. 561-570, jul/ago 2002.

SANTOS, T. C. F. Significado dos emblemas e rituais na formação da identidade da enfermeira brasileira: uma reflexão após oitenta anos. **Esc. Anna Nery Rev. Enferm.**, v. 8, n. 1, p. 81-86, 2004.

SANTOS, T. C. F. et al. Participação americana na formação de um modelo de enfermeira na sociedade brasileira na década de 1920. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 45, n. 4, ago 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342011000400025&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 28 mar 2013.

SANTOS, T. C. F.; BARREIRA, I. A. **O poder Simbólico da Enfermagem Norte Americana no ensino da Enfermagem na Capital do Brasil (1928-1938)**. Rio de Janeiro-RJ: Anna Nery, 2002. 165p

SEAN, P. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 64-84, 2012.

SILVA, T. M. M. **A construção do currículo na sala de aula: o professor como pesquisador**. São Paulo: EPU, 1990.

DA SILVA, G. F. Cultura(s), currículo, diversidade: por uma proposição intercultural. **Revista Contrapontos**, v. 6, n. 1, p. 137-148, 2009.

SILVA, M. R. G.; GALLIAN, D. M. C. A Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo e seu primeiro currículo (1939-1942). **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 62, n. 2, 2009.

SILVA, M. R. G; GALLIAN, D. M. C. A escola de enfermagem do hospital São Paulo e seu primeiro currículo (1939-1942). **Rev. Bras. Enferm.**, v. 62, n. 2, p.317-322, 2009.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA JUNIOR, O. C. Pesquisa documental. In.: OGUISSO, T.; SOUZA-CAMPOS, P. F.; FREITAS, G. F. (Org.) **Pesquisa em História da Enfermagem**. 2 ed. Barueri-SP: Manole, p. 353-358, 2011. (Série Enfermagem e saúde)

SILVA, K. L. et al. Desafios da formação do enfermeiro no contexto da expansão do ensino superior. **Esc. Anna Nery Rev. Enferm.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, jun 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452012000200024&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 28 mar. 2013.

SIMIELE, M. F. et al. **Rito católico e imagem da enfermeira (1957)**. Bogotá: Aquichán, v. 14, n. 1, mar 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-59972014000100010&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 23 nov. 2014.

SOPER, F. L. **[carta]** Representante no Brasil da Divisão Internacional da Fundação Rockefeller endereçada ao Dr. Fernando Costa, Interventor Federal no Estado de São Paulo, de 24 de junho de 1941. Documento do acervo do Museu Histórico Professor Carlos da Silva Lacaz, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

SOUZA, T. B. **Cotidiano das alunas pioneiras da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto: 1953-1957**. 2014. 117p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

SOUZA CAMPOS, P. F.; OGUISSO, T. Identidade e Exercício Profissional. In.: OGUISSO, T.; SCHMIDT, M. J. **O exercício da enfermagem**: uma abordagem ético-legal. 3 ed. (atualizada)], Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

SOUZA-CAMPOS, E. **História da Universidade de São Paulo**. São Paulo: Oficinas Gráficas Saraiva SA, 1954. Publicação comemorativa ao 4º centenário da Cidade de São Paulo.

SOUZA-CAMPOS, P. F. Fundamentos para o estudo de história da Enfermagem. In.: OGUISSO, T. (Org.). **Trajetória Histórica e legal da Enfermagem**. 2 ed. (ampl.) Barueri-SP: Manole, p. 178-179, 2007. (Série Enfermagem)

SOUZA-CAMPOS, P. F.; MONTARI, P. M. História social da Enfermagem In.: OGUISSO, T.; SOUZA-CAMPOS, P. F.; FREITAS, G. F. (Org.) **Pesquisa em História da Enfermagem**. 2 ed. Barueri-SP: Manole, p.112-131, 2011. (Série Enfermagem e saúde)

SOUZA-CAMPOS, P. F.; OGUISSO, T. Identidade e Exercício Profissional. In.: OGUISSO, T.; SCHMIDT, M. J. **O exercício da Enfermagem**: uma abordagem ético-legal. 3 ed. (atual. e ampl.) Rio de Janeiro-RJ: Guanabara Koogan, 2010. Cap. 24.

TENNANT, M. E. **[carta]** Representante no Brasil da Divisão de Enfermagem da Fundação Rockefeller endereçada ao Interventor Federal no Estado de São Paulo, de junho de 1940. Documento do acervo do Museu Histórico Professor Carlos da Silva Lacaz, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

TOTA, A. P. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Biblioteca Central. **Ata da Reunião do Conselho Administrativo da Escola de Enfermagem de São Paulo**, realizado em 20 de janeiro de 1944.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Atas do Conselho Universitário**, compreendidas no período de 13.09.1938 à 26.09.1978.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA. **Currículo e Conhecimento**. Unidade 2: As teorias curriculares. Santa Catarina, 2008.

VAGHETTI, H. H. et al. A organização da enfermagem e as saúde no contexto da idade média: o cuidado e a ciência no mundo e no Brasil. In.: PADILHA, M. I.; BORENSTEIN, M. S.; SANTOS, I. (Org.) **Enfermagem**: História de uma profissão. São Caetano do Sul-SP: Difusão, 2011. Cap. 2.

VELANDIA-MORA. História Comparada. In.: OGUISSO, T.; SOUZA-CAMPOS, P. F.; FREITAS, G. F. **Pesquisa em História da Enfermagem**. Série Enfermagem e Saúde., 2 ed. Barueri-SP: Manole, 2011. 548 p.

VENDRÚSCOLO, D. M. S.; MANZOLLI, M. C. O currículo na área da enfermagem: por onde começar e recomendar. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. Ribeirão Preto, p. 55-70, 1996.

VENDRUSCOLO, D. M. S.; MANZOLLI, M. C. O currículo na e da enfermagem: por onde começar e recomendar. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, jan 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11691996000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 28 mar. 2013.

8 Anexos

Anexo A: Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa

ESCOLA DE ENFERMAGEM DE
RIBEIRÃO PRETO - USP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP: inovações de Profa. Glete de Alcântara de Alcântara (1953 -1963)

Pesquisador: Luciana Barizon Luchesi

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 22345013.5.0000.5393

Instituição Proponente: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - USP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 448.925

Data da Relatoria: 06/11/2013

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa qualitativa de perspectiva histórica, com o método da análise documental, que objetiva analisar o processo histórico de construção do currículo de Enfermagem da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP-USP), através de análise comparativa entre os currículos de outras instituições à época e legislação de ensino em Enfermagem. Tem-se como meta avaliar o currículo da primeira década da EERP-USP, dando ênfase à análise das disciplinas denominadas por Profa. Glete de Alcântara como "inovações", relacionar sua relevância para a formação do enfermeiro no discurso de Profa. Glete ou outros docentes da época e no currículo atual. Espera-se analisar a real perspectiva do uso da palavra "inovação" pela Profa. Glete de Alcântara, quando referiu-se ao currículo da EERP-USP. A delimitação temporal inicia-se em 1953 até 1963. A triangulação das fontes será realizada à luz da legislação, dos currículos de estudantes de outras escolas em destaque à época. Para análise inicial dos documentos será utilizada a análise documental e de conteúdo de Bardin (1977), sendo que os resultados serão discutidos à luz dos conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu referentes à teoria do mundo social.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar sob qual perspectiva Profa. Glete de Alcântara denominou o currículo

Endereço: BANDEIRANTES 3900

Bairro: VILA MONTE ALEGRE

CEP: 14.040-902

UF: SP

Município: RIBEIRÃO PRETO

Telefone: (16)3602-3386

E-mail: cep@eerp.usp.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO - USP

Continuação do Parecer: 448.925

da primeira década da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da USP (EERP_USP) como inovador.

Objetivo Secundário:

- Analisar o processo histórico de construção do currículo de Enfermagem da EERP-USP;
- Analisar a trajetória das disciplinas denominadas "inovações" no currículo da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto de 1953-1963.
- Analisar possíveis influências nacionais e internacionais nessas disciplinas de 1953-1963.
- Relacionar sua relevância para a formação do enfermeiro no discurso de Profa. Glete de Alcântara ou outras docentes de 1953-1963.
- Analisar as permanências e rupturas das disciplinas inovadoras no atual currículo de Enfermagem da EERP-USP.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Por tratar-se de análise documental, o pesquisador relata que os riscos são de provocar a deterioração dos documentos em virtude de manipulação humana. Para reduzir esse efeito haverá uso de luvas para manipulação dos mesmos e/ou demais Equipamentos de Proteção individual solicitados pelos acervos que serão consultados. Relata como benefícios, a possibilidade de vislumbrar o currículo real de instituições importantes de ensino na década de 1950 contribuindo para o preenchimento de importantes lacunas na pesquisa em História da Enfermagem Brasileira.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto busca contribuir para a memória da profissão, da EERP-USP e da história da educação em Enfermagem; está bem fundamentado, com metodologia coerente e cronograma exequível.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Solicita a dispensa do TCLE, pois além de não prever abordagem direta de seres humanos, os históricos escolares de egressos das escolas envolvidas, são referentes à década de 1950 impossibilitando a obtenção do TCLE dos mesmos. Apresenta os demais documentos obrigatórios: folha de rosto devidamente assinada, cronograma, orçamento detalhado, carta de autorização de duas instituições.

Recomendações:

Apresentar a autorização das demais escolas de enfermagem participantes do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: BANDEIRANTES 3900

Bairro: VILA MONTE ALEGRE

CEP: 14.040-902

UF: SP

Município: RIBEIRÃO PRETO

Telefone: (16)3802-3386

E-mail: cep@eerp.usp.br

**ESCOLA DE ENFERMAGEM DE
RIBEIRÃO PRETO - USP**

Continuação do Parecer: 448.925

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Parecer apreciado na 170ª Reunião do CEP da EERP-USP

RIBEIRÃO PRETO, 06 de Novembro de 2013

Assinador por:
Angelita Maria Stabile
(Coordenador)

Endereço: BANDEIRANTES 3900

Bairro: VILA MONTE ALEGRE

CEP: 14.040-902

UF: SP

Município: RIBEIRÃO PRETO

Telefone: (16)3602-3386

E-mail: cep@eerp.usp.br

Anexo B: Currículo da CVB

**Centro Formador da
Cruz Vermelha Brasileira**
Filial do Estado de São Paulo

Avenida Moreira Guimarães, 699
PABX: 5056-8680 - Fax: 5055-8569
CEP 04074-031 - São Paulo - SP
cf@cvsb.org.br

HISTÓRICO ESCOLAR

Curso Superior de Enfermagem

Nome

Filiação:

Nascimento Local

Nacionalidade

Concurso Vestibular - Ano Letivo 1958

Disciplinas	Notas de Aprovação	Média do Conjunto
Português	6,00	
Matemática	9,00	
Química	8,50	8,20
Física	9,00	
Anatomia e Fisiologia	8,50	

1ª SÉRIE

ANO LETIVO DE 1958

Disciplinas	Médias de Aprovação	
	Notas de Aprovação	Média do Conjunto
Serviço Social	7,75	
Psicologia	6,20	
Parasitologia	6,25	
Ética	9,00	
Patologia Geral	9,25	
Nutrição		6,00
Farmacologia	6,00	
Anatomia	5,75	
Fisiologia	6,25	
Química	6,50	
Clínica Médica	6,16	
Enfermagem em Clínica Médica	9,00	
Microbiologia	7,00	
Enfermagem : Economia Hospitalar, Drogas e Soluções, Higiene Individual	7,75	
Saneamento	7,00	
Estágios	9,12	

Assinatura

**Centro Formador da
Cruz Vermelha Brasileira**
Filial do Estado de São Paulo

Avenida Moreira Guimarães, 699
PABX: 5056-8680 - Fax: 5055-8569
CEP 04074-031 - São Paulo - SP
cf@cvbsp.org.br

2ª SÉRIE
ANO LETIVO DE 1959

Disciplinas	Médias de Aprovação	
	Notas de Aprovação	Média do Conjunto
Clinica Cirúrgica		6,75
Enfermagem em Clínica Cirúrgica	8,50	
Doenças Transmissíveis e Tropicais	5,12	
Enfermagem em Doenças Transmissíveis e Tropicais	9,00	
Sociologia	8,25	
Dermatologia	8,75	
Enfermagem em Clínica Dermatológica	9,00	
Ortopedia	5,75	
Enfermagem em Clínica Ortopédica	8,00	
Dietoterapia	7,25	
Cozinha Dietética	9,00	
Higiene Mental	8,50	
Socorros de Urgência	7,62	
Enfermagem em Socorros de Urgência	7,00	
História da Enfermagem	8,00	
Introdução à Saúde Pública	9,25	
Estágios	9,25	

3ª SÉRIE
ANO LETIVO DE 1960

Disciplinas	Médias de Aprovação	
	Notas de Aprovação	Média do Conjunto
Clinica de Otorrinolaringologia	5,75	
Enfermagem em Clínica de Otorrinolaringologia	9,00	
Clinica Oftalmológica	7,50	
Enfermagem em Clínica Oftalmológica	7,70	
Clinica Obstétrica	7,92	
Enfermagem em Clínica Obstétrica	8,00	
Puericultura Neo - Natal	7,25	
Clinica Pediátrica	7,83	
Enfermagem em Clínica Pediátrica	9,00	
Clinica Ginecológica	5,00	
Enfermagem em Clínica Ginecológica	8,00	
Fisioterapia : Eletroterapia - Radioterapia	7,25	
Saúde em Campanha	7,50

Assinatura

**Centro Formador da
Cruz Vermelha Brasileira**
Filial do Estado de São Paulo

Avenida Moreira Guimarães, 699
PABX: 5056-8680 - Fax: 5055-8569
CEP 04074-031 - São Paulo - SP
cf@cvbsp.org.br

Clínica Neurológica	7,25	
Enfermagem em Clínica Neurológica	8,50	
Clínica Urológica	7,12	
Integração à Saúde Pública	8,50	
Estágios	8,96	

4ª SÉRIE
ANO LETIVO DE 1961

Disciplinas	Médias de Aprovação	
	Notas de Aprovação	Média do Conjunto
Clínica Psiquiátrica	8,87	
Enfermagem em Clínica Psiquiátrica	9,50	
Serviço Social Especializado	9,00	
Organização e Administração Hospitalar		6,75
Estágios	8,30	

A Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira – Filial do Estado de São Paulo obteve autorização para funcionamento do curso de Auxiliar de Enfermagem pela Portaria Ministerial nº 450/51 - de 14/02/51 - D.O.U. de 28/03/51 e reconhecimento pelo Decreto Federal 29013 de 21/12/1950 e ainda pelo Decreto Federal nº 37.377 de 24/05/55. Está vinculada atualmente ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.

Em 1994 a Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira passou a chamar-se Centro Formador e de Aperfeiçoamento em Ciências da Saúde da Cruz Vermelha Brasileira - Filial do Estado de São Paulo, de acordo com a Portaria da extinta 14ª Delegacia de Ensino, D.O.E. 18/11/94 pág.28.

Em 2007 o Centro Formador passou a chamar-se apenas Centro Formador da Cruz Vermelha Brasileira – Filial do Estado de São Paulo, de acordo com a Portaria da Diretoria de Ensino da Região Centro Oeste, D.O.E. 27/04/2007 pág 22.

Data da Colação de Grau : 19/12/1961

Data de Registro do Diploma: 23/02/1962

São Paulo, 17 de setembro de 2007.

Eneida Madid
Eneida Madid
Diretora
RG 14.348.706-1

Luiz Ricardo Aquino
Secretário Escolar
RG 34.932.080-9

Anexo D: Escolas de Enfermagem, no Brasil, em 1959.

ESCOLAS DE ENFERMAGEM EM FUNCIONAMENTO NO BRASIL EM JUNHO DE 1959						
Nº	ESCOLA	CIDADE	ESTADO	criação	EQUIPARAÇÃO	RECONHECIMENTO
* 1	Alfredo Pinto (1)	Distrito Federal	-	Dec. 791 de 27/9/1890	-	-
* 2	Ana Neri (2)	Distrito Federal	-	Dec. 16 300 de 31/12/23	-	-
3	Carlos Chagas - UFMG	Belo Horizonte	M.G.	Dec. E.10 552 de 7/7/33	Dec. 9 102 de 24/3/42	-
* 4	Coração de Maria	Sorocaba	S.P.	1950	-	Dec. 32 087 de 13/1/53
* 5	Cruz Vermelha Brasileira, da RS	Distrito Federal	R.S.	20/3/1916	Dec. 24 768 de 6/4/48	-
* 6	Cruz Verm. Brasileira, filial S. Paulo, da	São Paulo	S.P.	1914	Dec. 27 030 de 8/8/49	-
7	Cruzeiro do Sul	Rio Verde	GO	1937	-	Dec. 34 964 de 19/1/54
8	Dom Epaminondas	S. José dos Campos	S.P.	20/5/1956	-	Dec. 43 734 de 21/5/58
* 9	Estado do Rio, do	Niterói	R.J.	Dec. E.11 030 de 19/4/44	Dec. 22 526 de 27/1/47	Dec. 22 526 de 27/1/47
* 10	Florence Nightingale	Anápolis	GO	1933	Dec. 24 199 de 15/2/47	-
* 11	Frei Eugênio	Uberaba	M.G.	6/1948	-	Dec. 28 414 de 25/7/50
* 12	Hermantina Beraldo	Juiz de Fora	M.G.	Lei E.17 051 de 3/6/46	-	Dec. 28 376 de 12/7/50
* 13	Hospital São Paulo, do	São Paulo	S.P.	1938	Dec. 9 101 de 24/3/42	Dec. 36 726 de 3/1/55
* 14	Hospital São Vicente de Paulo, do	Goiânia	GO	1943	Dec. 15 495 de 9/5/44	-
* 15	Hugo Werneck (PUC - MG)	Belo Horizonte	M.G.	1945	Dec. 26 920 de 21/7/49	- 27/7/49
16	Luiza de Marillac	Distrito Federal	-	1939	Dec. 9 100 de 24/3/42	- 24/3/42
* 17	Madre Ana Moëller	Pôrto Alegre	R.G.S.	1955	-	Dec. 40 576 de 19/12/56
18	Madre Emília de Rodat (3)	João Pessoa	PB	1957	-	- 27/7/58
19	Madre Justina Ignês (4)	Caxias do Sul	R.G.S.	1957	-	- 16/7/58
20	Madre Leonie	Curitiba	PR	1954	-	Dec. 41 213 de 27/3/57

(*) Escolas que além do curso de Enfermagem, mantêm o de Auxiliar de Enfermagem

(1) Reorganizada pelo Dec. Lei nº 4 725 de 22/9/42

(2) Incorporada à Univ. do Brasil pela Lei nº 452 de 5/7/37

(3) Autorizada pela Portaria Ministerial nº 368 de 11/6/58

(4) Autorizada pela Portaria Ministerial nº 432 de 5/12/56

Anexo D: Escolas de Enfermagem 1959 cont.

= C O N T I N U A Ç Ã O =

Nº	ESCOLA	CIDADE	ESTADO	criação	EQUIPARAÇÃO	RECONHECIMENTO
21	Madre Maria Teodora	Campinas	S.P.	1949	-	Dec.28 373 de 12/7/50
*22	Manaus, de	Manaus	AM	1950	-	Dec.36 600 de 13/12/54
*23	N. S. das Graças	Recife	PE	1/8/1945	-	Dec.27 281 de 30/9/49
24	N. S. Medianeira	Santa Maria	R.G.S.	1955	-	Dec.41 570 de 27/5/57
*25	Pará, do (5)	Belém	PA	D.Est. 174 de 10/11/44	Dec.26 926 de 21/7/49	-
26	Pôrto Alegre (6)	Pôrto Alegre	R.G.S.	Lei nº1 254 de 4/12/50	-	-
27	Rachel Haddock Lobo	Distrito Federal	-	D.Lei nº6 275 de 16/2/44	Dec.26 251 de 27/1/49	-
*28	Recife, do	Recife	PE	Dec.E.1 702 de 25/6/47	-	Dec.34 539 de 10/1/53
*29	Ribeirão Preto (7)	Ribeirão Preto	S.P.	Lei E.1 467 de 26/12/51	-	Dec.42 812 de 13/12/57
*30	Santa Catarina	São Paulo	S.P.	1955	-	Dec.42 811 de 13/12/57
31	Santos, de (8)	Santos	S.P.	1956	-	- 4-12-5
*32	São Francisco de Assis	São Luís	MA	1945	-	Dec.30 628 de 11/3/52
*33	São José (9)	São Paulo	S.P.	1959	-	Dec.50152- 27/1/61
*34	São Vicente de Paulo	Fortaleza	CE	15/2/1943	Dec.21 855 de 26/9/46	-
35	Universidade da Bahia, da	Salvador	BA	Dec.Lei 8 779 de 22/1/46	-	-
*36	Universidade da Paraíba (10)	João Pessoa	PB	Lei E. 875 de 1953	-	-
*37	Universidade de São Paulo, da (11)	São Paulo	S.P.	Dec.E.13 040 de 31/10/42	Dec.21 965 de 21/10/46	-
38	Wenceslau Braz	Itajubá	M.G.	Janeiro de 1954	-	Dec.40 572 de 18/12/56
*39	<i>curator Job Lane (12)</i>	<i>S. Paulo</i>	<i>SP</i>	<i>1961</i>		
(5)	Equiparada com o nome de E.E. Magalhães Barata			(8) Autorizada pela Portaria Ministerial nº 245 de 18/7/1957		
(6)	Criada com o nome de E.E. anexa à Fac. de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul.			(9) Autorizada pela Portaria Ministerial nº 17 de 5/1/1959		
(7)	Anexa à Faculdade de Medicina			(10) Autorizada pela Portaria Ministerial nº 365 de 9/6/1958		
				(11) Anexa à Faculdade de Medicina da Univ. de São Paulo.		
				(12) Autorizada pela Portaria Ministerial nº 215 de 5/6/61		

Anexo E: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - Estrutura Curricular: Disciplinas ministradas no Curso de Enfermagem de 1943 a 1946. Cópia gentilmente cedida pela EEUSP para a presente pesquisa.

<p style="text-align: center;"><u>UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO</u> <u>ESCOLA DE ENFERMAGEM</u> <u>ESTRUTURA CURRICULAR</u></p>			
<p style="text-align: center;"><u>Disciplinas ministradas no CURSO DE ENFERMAGEM de 1943 a 1946</u></p>			
<p style="text-align: center;"><u>PRÉ-CLÍNICO</u></p>			
D I S C I P L I N A S	CARGA	HORÁRIA	TOTAL
	TEORIA HORAS	PRÁTICA HORAS	DE HORAS
Anatomia	120	-	120
Fisiologia e Biologia	93	-	93
Química	80	-	80
Microbiologia	78	-	78
Higiene e Saúde Pública	23	-	23
Psicologia	37	-	37
<p style="text-align: center;"><u>JUNIOR</u></p>			
Enfermagem	288	-	288
Nutrição	19	-	19
Clínica Médica	45	605	650
Clínica Cirúrgica	40	340	380
Farmacologia	34	-	34
Dietoterapia	-	60	60

INTERMEDIÁRIO

Ortopedia	30	450	480
Neurologia	13	140	153
Obstetrícia (inclui Puericultura Neonatal e Ginecologia)	64	270	334
Moléstias Contagiosas.	24	40	64
Enfermagem de Moléstias Contagiosas	21	-	21
<hr/>			
Dermatologia	15	200	215
Otorrinolaringologia	16	60	76
Psiquiatria	76	335	411

SENIOR

Pediatria	68	450	518
Oftalmologia	-	20	20
Tuberculose	12	-	12
Sociologia	47	-	47
Enfermagem			
Primeiros Socorros	12	-	12
Higiene do Trabalho	15	-	15
Enfermagem de Saúde Pública	39	315	354
História de Enfermagem	15	-	15

TOTAL DE HORAS - TEORIA = 1324

TOTAL DE HORAS - PRÁTICAS = 3285

TOTAL DE HORAS - TEORIA + HORAS-PRÁTICA = 4609

Anexo F: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Estrutura Curricular: Disciplinas ministradas no Curso de Enfermagem de 1947 a 1949. Cópia gentilmente cedida pela EEUSP para a presente pesquisa.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO			
ESCOLA DE ENFERMAGEM			
ESTRUTURA CURRICULAR			
Disciplinas ministradas no CURSO DE ENFERMAGEM de 1947 a 1949			
D I S C I P L I N A S	CARGA	HORÁRIA	TOTAL
	TEORIA HORAS	PRÁTICA HORAS	DE HORAS
<u>PRÉ-CLÍNICO</u>			
Enfermagem	96	-	96
Anatomia	71	-	71
Fisiologia	85	-	85
Química	94	-	94
Microbiologia	54	-	54
Parasitologia	39	-	39
Higiene e Saúde Pública	20	-	20
Psicologia	18	-	18
Nutrição e Arte Culinária	15	-	15
Patologia geral	10	-	10
Ajustamento Profissional - Ética	5	-	5

JUNIOR

Clínica Médica	40	-	40
Enfermagem Médica	16	425	441
Clínica Cirúrgica	32	-	32
Enfermagem Cirúrgica	15	435	450
Dietoterapia	4	-	4
Farmacologia	42	-	42
Sala de Operações	-	275	275
Sociologia e Noções de Serviço Social	18	-	18

INTERMEDIÁRIO

Clínica e Enfermagem Ortopédica e Fisioterápica	21	-	21
Enfermagem Ortopédica e Fisioterápica	-	140	140
Clínica e Enfermagem Dermatológica	11		11
Enfermagem Dermatológica	-	150	150
Clínica Sifiligráfica e de Moléstias Venéreas	16	-	16
Clínica de Moléstias Contagiosas	26	-	26
Enfermagem de Moléstias Contagiosas	27	380	407
Clínica e Enfermagem Neurológica	13	-	13
Enfermagem Neurológica	-	135	135
Clínica e Enfermagem Psiquiátrica	33	-	33
Enfermagem Psiquiátrica	-	275	275
Clínica e Enfermagem Otorrinolaringológica	16	-	16
Enfermagem Otorrinolaringológica	-	60	60

Enfermagem Otorrinolaringológica		-		60		60
Clínica e Enfermagem Oftalmológica		16		-		16
Enfermagem Oftalmológica		-		90		90
Enfermagem Ginecológica		-		60		60
Enfermagem Urológica		-		60		60

SÊNIOR

Clínica e Enfermagem Obstétrica		29		-		29
Enfermagem Obstétrica		-		300		300
Puericultura Nêo Natal		20		-		20
Clínica e Enfermagem Pediátrica		27		-		27
Enfermagem Pediátrica		-		415		415
Clínica e Enfermagem de Socorros de Urgência		31		75		106
Tuberculose		11		-		11
Higiene do Trabalho		15		-		15
Enfermagem de Saúde Pública		19		490		509
História da Enfermagem		13		-		13

TOTAL DE HORAS - TEORIA = 1018

TOTAL DE HORAS - PRÁTICA = 3765

TOTAL DE HORAS = TEORIA + HORAS-PRÁTICA = 4783

Anexo G: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Estrutura Curricular. Disciplinas ministradas no Curso de Enfermagem de 1950 a 1954. Cópia gentilmente cedida pela EEUSP para a presente pesquisa.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO			
ESCOLA DE ENFERMAGEM			
ESTRUTURA CURRICULAR			
Disciplinas ministradas no CURSO DE ENFERMAGEM de 1950 a 1954			
D I S C I P L I N A S	CARGA HORÁRIA		TOTAL
	TEORIA HORAS	PRÁTICA HORAS	DE HORAS
<u>1ª SÉRIE</u>			
Enfermagem	205	-	205
Anatomia	54	-	54
Fisiologia	80	-	80
Química	78	-	78
Microbiologia	44	-	44
Parasitologia	26	-	26
Psicologia	26	-	26
Nutrição e Arte Culinária	13	60	73
História da Enfermagem	12	-	12
Saneamento	15	-	15
Patologia Geral	14	-	14
Enfermagem Adiantada	62	-	62
Clínica Médica	30	-	30
Enfermagem Médica	-	390	390
Clínica Cirúrgica	30	-	30
Enfermagem Cirúrgica	-	515	515

Farmacologia	34 - 34
Dietoterapia	13 - 13

2ª SÉRIE

Técnica de Sale de Operações	35 265 300
Clínica de Doenças Transmissíveis e Tropicais	23 - 23
Enfermagem de Doenças Transmissíveis e Tropicais	61 255 316
Clínica Tisiológica	10 - 10
Enfermagem Tisiológica	12 - 12
Clínica Dermatológica	10 - 10
Clínica Sifiligráfica e de Doenças Venéreas	12 - 12
Enfermagem Dermatológica, Sifiligráfica e de Doenças Venéreas	30 140 170
Clínica Ortopédica, Fisioterápica e Massagem	9 - 9
Enfermagem Ortopédica, Fisioterápica e Massagem	7 140 147
Clínica Neurológica	12 - 12
Enfermagem Neurológica	8 140 148
Clínica Psiquiátrica	30 - 30
Enfermagem Psiquiátrica	30 280 310
Clínica de Socorros de Urgência	14 60 74
Clínica Urológica	10 - 10
Enfermagem Urológica	- 70 70
Clínica Ginecológica	10 - 10
Enfermagem Ginecológica	- 70 70
Sociologia	24 - 24
Ética (Ajustamento Profissional)	14 - 14

3ª SÉRIE

Clínica de Otorrinolaringologia		9		-		9
Enfermagem de Otorrinolaringologia		-		70		70
Clínica Oftalmológica		8		-		8
Enfermagem Oftalmológica		-		70		70
Clínica Obstétrica		29		-		29
Enfermagem Obstétrica		22		405		427
Puericultura Néo Natal		8		-		8
Clínica Pediátrica		24		-		24
Enfermagem Pediátrica		50		420		470
Enfermagem de Saúde Pública		78		420		498
Higiene do Trabalho		9		-		9
Ética		14		-		14
Serviço Social		-		-		-
Organização Hospitalar		-		-		-

TOTAL DE HORAS - TEORIA - 1348

TOTAL DE HORAS - PRÁTICA - 3770

TOTAL DE HORAS - TEORIA + HORAS-PRÁTICA = 5118

Anexo H: Lei Nº 1.467, de 26 de dezembro de 1951.

Disposição sobre organização e finalidade da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, criada pela Lei Estadual nº 161, de 24 de setembro de 1948, terá por fim ministrar, desenvolver e aperfeiçoar o ensino e o estudo das Ciências Médicas, em curso de seis anos, que compreenderá as seguintes disciplinas:

- 1 - Bioquímica
- 2 - Anatomia sistemática
- 3 - Anatomia topográfica
- 4 - Histologia
- 5 - Embriologia
- 6 - Fisiologia
- 7 - Psicologia e fundamentos de Psicanálise
- 8 - Medicina Psicossomática
- 9 - Higiene mental
- 10 - Farmacologia
- 11 - Patologia
- 12 - Microbiologia
- 13 - Imunologia
- 14 - Parasitologia
- 15 - Técnica cirúrgica e cirurgia experimental
- 16 - Higiene
- 17 - Medicina Legal
- 18 - Medicina do Trabalho
- 19 - Propedêutica
- 20 - Clínica Médica
- 21 - Terapêutica
- 22 - Clínica cirúrgica
- 23 - Clínica pediátrica
- 24 - Clínica obstétrica
- 25 - Clínica ginecológica
- 26 - Clínica dermatológica
- 27 - Clínica ortopédica
- 28 - Clínica urológica
- 29 - Clínica oftalmológica
- 30 - Clínica otorrinolaringológica
- 31 - Clínica neurológica
- 32 - Clínica psiquiátrica
- 33 - Clínica de doenças infecciosas e parasitárias
- 34 - Nutrição
- 35 - Endocrinologia
- 36 - Tisiologia
- 37 - Endoscopia
- 38 - Fisiodiagnóstico
- 39 - Fisioterapia
- 40 - Deontologia
- 41 - Laboratório Clínico
- 42 - Hematologia
- 43 - Gastroenterologia

44 - Cirurgia Torácica

45 - Neurocirurgia

46 - Cirurgia plástica.

Artigo 2.º - As disciplinas a que se refere o artigo anterior são distribuídas pelas seguintes cadeiras e departamentos, dirigidos por professores catedráticos;

1 - Departamento de Bioquímica

2 - Departamento de Anatomia (Anatomia sistemática e topográfica)

3 - Departamento de Histologia e Embriologia

4 - Departamento de Fisiologia

5 - Departamento de Farmacologia (Farmacodinâmica e Terapêutica).

6 - Departamento de Parasitologia

7 - Departamento de Microbiologia e Imunologia

8 - Departamento de Psicologia Médica (Psicologia, Psicanálise, Medicina Psicossomática e Higiene Mental)

9 - Departamento de Patologia

10 - Departamento de Medicina Legal e do Trabalho

11 - Departamento de Higiene

12 - Departamento de Clínica Médica

13 - Departamento de Clínica Cirúrgica

14 - Departamento de Clínica Obstétrica e Ginecológica

15 - Clínica pediátrica

16 - Clínica ortopédica

17 - Clínica Dermatológica

18 - Clínica neurológica

19 - Clínica psiquiátrica

20 - Clínica oftalmológica

21 - Clínica otorrinolaringológica

22 - Clínica urológica

§ 1.º - O Departamento de Clínica Médica incluirá as seguintes disciplinas: Clínica Médica, Propedêutica, Laboratório Clínico, Clínicas de doenças infecciosas e parasitárias, Tisiologia, Nutrição, Gastroenterologia, Endocrinologia e Hematologia e disporá de pelo menos, seis professores-adjuntos.

§ 2.º - O Departamento de Clínica Cirúrgica incluirá as seguintes disciplinas: Cirurgia geral, Cirurgia torácica, Neurocirurgia, Cirurgia Plástica, Endoscopia, Técnica cirúrgica e Cirurgia Experimental e disporá de pelo menos, cinco professores-adjuntos.

§ 3.º - Os Departamentos de Anatomia: Fisiologia, Patologia e Farmacologia terão cada um, pelo menos, dois professores-adjuntos. Os Departamentos de Bioquímica, Histologia e Embriologia, Psicologia Médica, Medicina Legal e do Trabalho, Parasitologia, Microbiologia e Imunologia e Higiene terão, cada um pelo menos um professor-adjunto.

§ 4.º - O departamento de Clínica Obstétrica e Ginecológica disporá de, pelo menos, três professores-adjuntos.

§ 5.º - O ensino de Fisiodiagnóstico e Fisioterapia será ministrado nos cursos de clínica médica e clínica cirúrgica.

Artigo 3.º - O grupamento das cadeiras isoladas em outros Departamentos será previsto no Regulamento da Faculdade.

Parágrafo único - A distribuição das disciplinas pelas diferentes cadeiras e departamentos poderá ser alterada por deliberação da Congregação.

Artigo 4.º - O curso normal de Ciências Médicas será seriado em cinco anos de ensino teórico e prático de disciplinas, seminários e pronto socorro obrigatórios para todos os alunos e um sexto ano com disciplinas optativas de tendência médica ou cirúrgica, de acordo com a seguinte seriação:

1.ª SÉRIE

Anatomia

Histologia e Embriologia

Bioquímica

2.^a SÉRIE

Anatomia

Fisiologia

Parasitologia (1º semestre)

Microbiologia (2º semestre)

3.^a SÉRIE

Patologia

Semiologia

Psicologia médica (Psicologia e Psicanálise)

4.^a SÉRIE

Patologia (1º semestre)

Clínica Médica

Clínica cirúrgica

Psicologia médica (Medicina Psicossomática, Higiene mental (2.º semestre)

Farmacologia

5.^a SÉRIE

Clínica médica

Clínica cirúrgica

Clínica pediátrica

Clínica obstétrica e ginecológica

Clínica dermatológica (1º semestre)

Clínica neurológica (2º semestre)

6.^a SÉRIE

Opção médica

1.º Semestre

Clínica médica

Fisiologia

Higiene

Medicina Legal e do Trabalho

Clínica oftalmológica

2.º Semestre

Clínica médica

Clínica neurológica

Clínica psiquiátrica

Clínica obstétrica e ginecológica

Pronto Socorro

6.^a SÉRIE

Opção cirúrgica

1º Semestre

Clínica cirúrgica

Clínica ortopédica

Clínica otorrinolaringológica

Higiene

Pronto Socorro

2º Semestre

Clínica cirúrgica

Clínica urológica

Cirurgia torácica

medicina Legal e do Trabalho

Clínica oftalmológica

Parágrafo único - A seriação das disciplinas poderá ser alterada, por decreto executivo, por proposta do Conselho Técnico-Administrativo ouvida a Congregação e aprovação do Conselho Universitário.

Artigo 5.º - O corpo docente da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto compreenderá os seguintes cargos:

Professor-catedrático

Professor-adjunto

Assistente-docente

Assistente

Instrutor

Parágrafo único - Além dos titulares de que trata este artigo, poderão fazer parte do corpo docente:

I - docentes-livres

II - assistentes e instrutores extranumerário.

Artigo 6.º - Poderão concorrer ao provimento, por concurso de título e provas do cargo de professor-catedrático, os portadores de diplomas de curso superior onde se ministre o ensino da disciplina em concurso.

Parágrafo único - Em condições de paridade de títulos e trabalhos terão preferência para a regência das cadeiras, por contrato, os portadores de título de docente-livre da Universidade de São Paulo ou de outra oficial ou reconhecida pelo Governo Federal.

Artigo 7.º - Poderão concorrer ao cargo de professor-adjunto os docentes-livres com mais de cinco anos de exercício efetivo no magistério superior.

Artigo 8.º - O provimento do cargo de professor-adjunto será por concurso de títulos e trabalhos julgados por uma comissão de cinco especialistas, constituída nos moldes do concurso para professor-catedrático.

Parágrafo único - O professor-adjunto, uma vez nomeado, só poderá ser destituído do cargo nas condições previstas pelo Estatuto da Universidade, para a destituição de professor-catedrático.

Artigo 9.º - Os assistentes-docentes serão indicados pelo professor da cadeira, para nomeação, dentre os assistentes que sejam docentes-livres, ouvido o Conselho Técnico-Administrativo.

Artigo 10 - Os assistentes serão indicados pelo professor da cadeira, dentre profissionais que hajam defendido tese de doutoramento e tenham, pelo menos, dois anos de exercício no ensino superior.

Artigo 11 - Os instrutores serão indicados pelo professor da cadeira, dentre portadores de diploma de curso superior onde se ministre o ensino da disciplina para a qual foi indicado.

Artigo 12 - Os membros do corpo docente trabalharão em regime de tempo integral, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único - O Regulamento da Faculdade preverá as normas de trabalho e outras remunerações estabelecidas em lei, dos professores e demais membros do corpo docente, das cadeiras de clínica, os quais poderão atender à clínica civil no Hospital das Clínicas da Faculdade.

Artigo 13 - Fica criada a Escola de Enfermagem anexa a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, nos moldes da Escola de Enfermagem da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, a qual manterá cursos de enfermagem e de auxiliares de enfermagem nos termos da Lei Federal nº 775, de 6 de agosto de 1949.

Artigo 14 - Fica criado o Centro de Saúde, anexo à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, dirigido por um Diretor e orientado por um Conselho, do qual farão parte os professores das Cadeiras de Higiene e de Clínica Médica, o Diretor Geral do Departamento de Saúde ou seu delegado, o Diretor do Hospital das Clínicas e o Delegado Regional de Saúde.

§ 1.º - Serão estabelecidos no Regulamento da Faculdade os serviços com que contará o Centro de Saúde, as cadeiras a que ficarão subordinados e o entrosamento deles com o Hospital das Clínicas.

§ 2.º - A área de atuação do Centro de Saúde será estabelecida por entendimento com a secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social.

Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 15 - Aplicam-se à Faculdade e Medicina de Ribeirão Preto, no que lhe couber, os dispositivos da Lei Estadual nº 717, de 30 de maio de 1950, que atribui à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo autoridade para verificação de óbitos.

Parágrafo único - O serviço de verificação de óbitos expedirá atestados de óbitos que registrará nos cartórios do registro Civil do distrito em que se der o óbito.

Artigo 16 - São assegurados aos membros do corpo docente, bem como aos auxiliares de qualquer categoria, efetivos ou contratados, das cadeiras e Departamentos da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, os mesmos direitos, vantagens e regalias conferidas por lei, decreto ou regulamento aos membros do corpo docente e seus auxiliares, efetivos ou contratados, respectivamente, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Artigo 17 - A Reitoria da Universidade de São Paulo providenciará o início imediato do plano e construção dos edifícios do bloco de laboratórios, do Hospital das Clínicas, da Escola de Enfermagem, do Centro de Saúde da Faculdade e da Casa do Estudante, utilizando verbas consignadas no orçamento da Universidade.

Artigo 18 - Fica a Reitoria da Universidade de São Paulo autorizada a receber, para a instalação da Faculdade, doações e subvenções de entidades públicas e particulares, bem como estabelecer, para o mesmo fim, convênios com instituições hospitalares e de ensino do município de Ribeirão Preto, obedecidas as demais exigências legais.

Artigo 19 - Até que sejam criados e providos os cargos docentes, técnicos e administrativos, necessários ao funcionamento do Hospital das Clínicas, da Escola de Enfermagem e do Centro de Saúde da Faculdade, serão contratados servidores para o exercício das funções correspondentes.

Artigo 20 - As despesas com a execução desta lei correrão por conta da verba nº 14 - 8.38 4 - Despesas Diversas - do orçamento.

Artigo 21 - No ano letivo de 1952 funcionará apenas o primeiro ano do curso médico da Faculdade.

Artigo 22 - Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da promulgação desta lei, o Poder Executivo expedirá o Regulamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo aprovado pelo Conselho Universitário.

Parágrafo único - Enquanto não estiver em vigor o Regulamento da Faculdade, reger-se-á ela pelo Regulamento da Faculdade de Medicina de São Paulo, naquilo que lhe for aplicável.

Artigo 23 - Ficam criados, na parte Permanente do Quadro da Universidade de São Paulo, os seguintes cargos e funções destinados à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto:

GRUPO I

30 (trinta) cargos de Assistente-docente, padrão "T";

30 (trinta) cargos de Assistente, padrão "S";

30 (trinta) cargos de Instrutor, padrão "R"

GRUPO II

22 (vinte e dois) cargos de professor-catedrático, padrão "V";

30 (trinta) cargos de Professor-adjunto, padrão "U";

1 (um) cargo de Secretário, padrão "M";

1 (um) cargo de Chefe de Biotério, padrão "M";

1 (um) cargo de Técnico de Documentação, padrão "M";

1 (um) cargo de Chefe de Seção, padrão "L";

1 (um) cargo de Bibliotecário-Chefe, padrão "L";

1 (um) cargo de Tesoureiro, padrão "L";

1 (um) cargo de Técnico de Documentação, padrão "J";

1 (um) cargo de Bibliotecário-auxiliar, padrão "I";

1 (um) cargo de Porteiro, padrão "G".

GRUPO III

1 (um) cargo de Contador, classe "G";

1 (um) cargo de Almoxarife, classe "G";

1 (um) cargo de Escrivário, classe "F";
15 (quinze) cargos de Técnico de Laboratório, classe "F";
1 (um) cargo de desenhista, classe "F";
2 (dois) cargos de Escrivário, classe "E";
1 (um) cargo de Fotógrafo, classe "E";
5 (cinco) cargos de Escrivário, classe "D";
15 (quinze) cargos de Prático de Laboratório, classe "D";
1 (um) cargo de Motorista, classe "D";
5 (cinco) cargos de Contínuo, classe "D";
39 (trinta e nove) cargos de Serventes, classe "B".

GRUPO IV

1 (uma) função gratificada de Diretor referência FG-13;
3 (três) funções gratificadas de Chefe de Seção, referência FG - 6.

§ 1.º - Os cargos e funções criados por este artigo serão providos na forma desta lei e da legislação vigente, aplicável à Universidade de São Paulo.

§ 2.º - Os cargos a que se refere este artigo serão providos de acordo com o desenvolvimento da Faculdade e à medida das consignações do orçamento da Universidade de São Paulo.

Artigo 24 - Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1952, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 26 de dezembro 1951.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Antonio de Oliveira Costa

Ernesto de Moraes Leme

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 27 de dezembro de 1951.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral - Substituto.

Anexo I: Decreto nº 20.109, de 15 de Junho de 1931.**Regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa, as condições para a equiparação das escolas de enfermagem**

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que a enfermagem é uma das mais nobres profissões às quais possa aspirar a atividade humana;

Considerando que os seus benefícios resultam não só dos cuidados ministrados aos doentes em domicílio ou nos hospitais, mas também da ação preventiva conjuntamente exercida pela enfermeira de Saúde Pública;

Considerando que, para o exercício dessa profissão, se vai exigindo nos povos mais adiantados um preparo técnico cada vez mais desenvolvido, outorgando-se mesmo às escolas que ministram esse preparo as regalias de escolas superiores;

Considerando que, devido a conveniências da organização sanitária, não convem transferir agora para a Universidade do Rio de Janeiro a Escola de Enfermeiras Anna Nery, anexa ao Departamento Nacional de Saúde Pública, apesar de a mesma satisfazer aos bons padrões técnicos encontrados em universidades de outros países;

Considerando que, relativamente ao exercício da enfermagem, o atual Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública impõe, no seu art. 232 e parágrafo único, condições de oficialização ou equiparação às escolas que desejarem ter os seus diplomas reconhecidos;

Considerando que urge, pois, fixar o padrão oficial do ensino de enfermagem, afim de facilitar às escolas que se fundarem as possibilidades de equiparação:

DECRETA:

Art. 1º Só poderão usar o título de enfermeiro diplomado ou enfermeira diplomada ou as iniciais correspondentes a estas palavras: a) os profissionais diplomados por escolas de enfermagem oficiais ou equiparadas na forma da presente, lei; b) os profissionais que, sendo diplomados por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis do seu país, se habilitarem perante a banca examinadora competente ou forem contratados pela administração federal ou estadual.

Parágrafo único. Os referidos profissionais só poderão usar o título de enfermeiro diplomado ou enfermeira diplomada, ou as iniciais correspondente, após o registro do diploma no Departamento Nacional de Saúde Pública.

Art. 2º A Escola de Enfermeiras Anna Nery, do Departamento Nacional de Saúde Pública, será considerada a escola oficial padrão.

Art. 3º A banca examinadora a que se refere o art. 1º deverá constar: da Diretoria da Escola de Enfermeiras Anna Nery, de duas enfermeiras diplomadas indicadas pela diretoria da Associação de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, de dois professores da Escola Anna Nery, dos quais um médico e outra enfermeira, ambos indicados pela Superintendência Geral do serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública.

§ 1º O presidente da banca será eleito pela mesma.

§ 2º As instruções relativas ao processo de exame serão organizadas pela diretoria da Escola Anna Nery, submetidas ao visto do diretor geral do Departamento e à aprovação do ministro da Educação e Saúde Pública, e publicadas no Diário Oficial, dentro do prazo de três meses a contar da data do presente decreto.

Art. 4º As escolas de enfermagem oficiais ou particulares que desejarem a equiparação deverão solicitá-la ao Ministério da Educação e Saúde Pública, descrevendo em detalhe a

organização dos cursos, as instalações materiais e composição e títulos do professorado, enviando exemplares dos seus estatutos, regulamentos e regimento internos.

§ 1º Por indicação da diretoria da Escola de Enfermeiras Anna Nery, será designada, pelo ministro da Educação e Saúde Pública para a inspeção da escola que desejar a equiparação, uma enfermeira diplomada com prática de ensino e administração de escolas de enfermeiras, à qual serão entregues os documentos juntos ao requerimento de equiparação.

§ 2º A inspeção da escola só será levada a efeito após ter a mesma completado dois anos de funcionamento.

Art. 5º O relatório da inspetoria será submetido à aprovação de um conselho constituído da mesma forma que a banca examinadora referida no art. 3º.

§ 1º O conselho poderá proceder a sindicâncias no intuito de completar as informações trazidas no relatório, e por sua vez submeterá o seu parecer ao diretor geral do Departamento Nacional de Saúde Pública.

§ 2º Após aprovação de parecer favorável pelo ministro da Educação e Saúde Pública, será lavrado o decreto de equiparação.

Art. 6º Por sugestão do Departamento Nacional de Saúde Pública, o ministro da Educação e Saúde Pública poderá mandar renovar, quando julgar necessário, a inspeção da escola equiparada, pelo mesmo processo dos artigos anteriores.

Parágrafo único. Conforme os resultados da inspeção referida, submetidos às autoridades superiores, a equiparação poderá ser cassada, e, neste caso, não poderá se renovado o pedido de inspeção antes de decorridos cinco anos.

Art. 7º São requisitos básicos para a equiparação:

-) disporem as escolas candidatas à mesma de uma organização moldada na escola oficial padrão, especialmente no que diz respeito: à direção que será sempre confiada a uma enfermeira diplomada, com curso de aperfeiçoamento e experiência de ensino e administração em institutos similares; às condições para admissão de alunos; à duração do curso; à organização do programa desse curso;
-) disporem de hospital em que possa ser dada instrução prática de enfermagem, e inclua serviços de cirurgia, medicina geral, obstetrícia, doenças contagiosas e de crianças, com o mínimo de 100 leitos, adequadamente distribuídos pelos serviços mencionados, sendo a teoria e prática de enfermagem sempre dirigidas por enfermeiras diplomadas e por um prazo de tempo igual ao da escola padrão.

Parágrafo único. Será facultado às escolas, no caso do hospital não possuir todos os serviços acima enumerados, enviar as suas alunas a outros hospitais que estejam nas mesmas condições relativas ao ensino da teoria e prática de enfermagem.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1931, 110º da Independência e 43º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Campos

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 28/06/1931

Publicação: Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/6/1931, Página 10516 (Publicação Original)

Anexo J: DECRETO N. 16.300 - DE 31 DE DEZEMBRO DE 1923

Approva o regulamento do Departamento Nacional de Saude Publica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, de accôrdo com a autorização constante do n. III do art. 3º da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, aprovar o regulamento do Departamento Nacional de Saude Publica, que a este acompanha, assignado pelo ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

TITULO VI

Inspectoria de Fiscalização do Exercicio da Medicina

CAPITULO I

GENERALIDADES

Art. 221. A fiscalização do exercicio profissional dos medicos, pharmaceuticos, dentistas, parteiras, maçagistas, enfermeiros e optometristas será exercida pelo Departamento Nacional de Saúde Publica, por intermedio da Inspectoria de Fiscalização do Exercicio da Medicina.

CAPITULO IV

DO EXERCICIO DA MEDICINA

Art. 232. Só é permittido o exercicio da medicina, em qualquer de seus ramos e por qualquer de suas fôrmas:

I. Aos que se mostrarem habilitados por titulo conferido pelas escolas medicas officiaes ou equiparadas na fôrma da lei;

II. Aos que, sendo graduados por escolas ou universidades estrangeiras, se habilitarem perante as faculdades brasileiras, na forma dos respectivos regulamentos.

III. Aos que, sendo professores de universidades ou escolas estrangeiras, o requererem ao Departamento Nacional de Saúde Publica. Esta permissão só será dada á vista de documentos devidamente authenticados e quando no paiz a que essas faculdades pertençam gosarem de favor identico os professores das faculdades brasileiras. sendo levado o assumpto devidamente informado, á decisão do Ministro.

Paragrapho unico. As disposições deste artigo serão igualmente applicadas ás pessoas que se propuzerem a exercer a profissão de pharmaceutico, de cirurgião dentista, de enfermeiro e de parteira ficando os infractores sujeitos á multa de 1:000\$ e o dobro nas reincidencias, além das outras penas em que incorram.

Art. 233. Os medicos, pharmaceuticos, cirurgiões dentistas, enfermeiros e parteiras, que commetterem repetidos erros de officio serão suspensos do exercicio da profissão, por um a seis mezes, sem prejuizo das penalidades previstas pelo Codigo Penal.

Paragrapho unico. Os que, habilitados para o exercicio das profissões acima declaradas, se derem a praticas prohibidas pelo art. 157 do Codigo Penal, além de incorrerem nas penas ahi estabelecidas, serão suspensos por tempo igual ao da condemnação.

Art. 234. É condição para o exercicio de qualquer das mencionadas profissões o registro do titulo ou licença no Departamento Nacional de Saude Publica.

Art. 238. Os enfermeiros, maçagistas, manicuros, pedicuros e optometristas, que se incubirem do tratamento de doentes, praticando actos que não sejam por ordem de medicos e que a estes incumbam, incidirão nas penalidades comminadas neste regulamento, para o exercicio illegal da medicina.

CAPITULO XII

SERVIÇO DE ENFERMEIRAS

Art. 379. O Serviço de Enfermeiras, destinado aos trabalhos technicos do Departamento Nacional de Saude Publica, ficará subordinado á Directoria Geral.

Paragrapho unico. Esse serviço será dirigido por uma superintendente geral, contractada ou nomeada pelo Director Geral do Departamento, com a approvação do Ministro da Justiça o Negocios Interiores.

Art. 380. Os trabalhos de secretaria e outros que não forem de natureza technica, no Serviço de Enfermeiras, serão desempenhados por funcçionarios designados pelo Director Geral, por proposta da superintendente.

Art. 381. O Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Publica terá enfermeiras-chefes, contractadas ou em commissão, subordinadas á superintendente geral, e

encarregadas da direcção das visitadoras de hygiene ou enfermeiras diplomadas de saúde publica, em todas as dependencias do Departamento.

Art. 382. Os trabalhos technicos das inspectorias de serviços especiaes, que os necessitarem, serão executados pelas enfermeiras-chefes, e pelas enfermeiras diplomadas de saúde publica, sob a orientação technica dos respectivos chefes de serviço e fiscalização dos medicos.

§ 1º. A superintendente geral do serviço ouvirá os chefes das inspectorias, afim de bem orientar os trabalhos de enfermeiras no sentido de sua normalidade e efficiencia, sendo levados os assumptos de maior relevancia á solução do Director Geral.

§ 2º. As nomeações, designações, demissões e penalidades referentes ás enfermeiras chefes e ás visitadoras de hygiene, nos casos não previstos no regulamento do Departamento Nacional de Saúde Publica, serão resolvidos pelo Director Geral, de accôrdo com informações da superintendente geral e ouvidos os chefes de serviço.

Art. 383. Para a execução dos trabalhos de visitadoras de hygiene ou de enfermeiras diplomadas de saúde publica, será a cidade dividida em districtos, ficando cada enfermeira incumbida dos serviços technicos das diversas dependencias do Departamento.

§ 1º. O regimen de trabalho estabelecido neste artigo só será posto em execução á medida que forem sendo admittidas as enfermeiras diplomadas pela Escola do Departamento Nacional de Saúde Publica.

§ 2º. Enquanto não fôr possivel a organização do serviço de enfermeiras diplomadas por districtos, continuará o actual regimen de visitadoras de hygiene.

Art. 384. Os serviços de escripta, relativos aos trabalhos feitos pelas enfermeiras diplomadas ou visitadoras de hygiene, serão executados pelas inspectorias e pelo serviço de Enfermeiras, conforme fôr combinado entre a superintendente e os inspectores especiaes.

Art. 385. O Serviço de Enfermeiras terá a seu cargo uma escola para instruir e diplomar enfermeiras, ficando sob a jurisdicção de uma directora subordinada á superintendencia geral.

Art. 386. Algumas das enfermarias, salas de operações e ambulatorios do Hospital Geral de Assistencia do Departamento, em numero determinado pelo Director Geral serão destinadas ao ensino da escola, ficando a directora responsavel pela boa ordem e efficiencia de todos os serviços de enfermagem.

Art. 387. A escola, de que tratam os artigos anteriores, reger-se-á por um regimento interno, expedido pelo Director Geral, depois de approvedo pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

§ 1º. Enquanto não puder a escola fornecer enfermeiras diplomadas em numero sufficiente para o desempenho dos serviços sanitarios, afim de garantir a boa marcha de taes serviços, pela superintendente geral do Serviço de Enfermeiras serão organizados cursos intensivos de instrucção theorica e pratica para visitadoras de hygiene.

§ 2º. A admissão a esses cursos será feita mediante concurso, que versará sobre assumptos designados pelo director do Departamento, sendo ainda exigida das candidatas garantia absoluta de idoneidade moral e de capacidade physica para o trabalho.

Art. 388. Para os cargos de enfermeiras-chefes, e enfermeiras de Saude Publica, de qualquer dependencia do Departamento Nacional de Saude Publica, serão sempre preferidas as diplomadas pela escola de que trata o art. 393.

Art. 389. A' medida que a Escola de Enfermeiras fornecer profissionaes diplomadas, irão ellas sendo aproveitadas nos serviços do Departamento, quer em vagas existentes, quer em substituição ás visitadoras de hygiene sem diploma de enfermeiras, as quaes serão dispensadas de cada um dos serviços especiaes, de accôrdo com as conveniencias dos mesmos.

Art. 390. Será facultado ás visitadoras de hygiene, que tiverem de ceder seus logares a enfermeiras diplomadas, completarem o curso da escola, desde que possam preencher as exigencias feitas para as candidatas 4 matricula.

Art. 391. O programma de trabalho dos cursos intensivos será proposto annualmente ao Director Geral do Departamento Nacional de Saude Publica pela superintendente geral.

Art. 392. Uma vez diplomadas, as enfermeiras terão, quando em serviço do Departamento Nacional de Saude Publica as remunerações que forem fixadas pelo Congresso Nacional.

Paragraphe unico. As alumnas do curso intensivo, que executarem simultaneamente trabalhos de enfermagem, perceberão vencimentos de accôrdo com os credits votados pelo Congresso.

DA ESCOLA DE ENFERMEIRAS
CAPITULO XIII
OBJECTIVO E ORGANIZAÇÃO

Art. 393. A Escola de Enfermeiras, subordinadas á Superintendencia do Serviço de Enfermeiras da Saude Publica, tem como objectivo educar enfermeiras profissionais, destinadas aos serviços sanitarios e aos trabalhos, geraes ou especializados, dos hospitaes e clinicas privadas.

Art. 394. A Escola funcçãoará em um dos hospitaes do Departamento Nacional de Saude Publica e poderá entrar em accôrdo, por intermedio do Departamento, com instituições medicas idoneas, geraes ou especializadas, officiaes ou particulares. para nellas ser feita parte da instrucção pratica.

Art. 395. A direcção da escola ficará a cargo de uma directora, enfermeira diplomada, com experiencia em administração de estabelecimentos similares, nomeada em commissão ou contractada e responsavel perante a Superintendencia Geral do Serviço de Enfermeiras.

Paragrapho unico. A directora da escola será nomeada pelo director do Departamento, mediante proposta da superintendente geral do Serviço de Enfermeiras.

Art. 396. Os serviços da secretaria da escola ficarão a cargo de uma escripturaria-dactylographa, nomeada pelo Director Geral do Departamento.

Art. 397. Compete á directoria da escola:

- a) promover o progresso e engrandecimento moral e material da escola;
- b) cumprir e fazer cumprir o presente regulamento;
- c) despachar o expediente, autorizar despesas, visar contas e abrir e encerrar os livros da secretaria;
- d) mandar abrir as inscrições para matriculas e exames;
- e) convocar e presidir as reuniões dos professores;
- f) apresentar relatorio a primeiro de cada mez de sua administração ao Director Geral do Departamento, por intermedio da superintendente geral do Serviço de Enfermeiras.

Art. 398. Compete á escripturaria-dactylographa executar todos os trabalhos da secretaria, que lhe forem indicados pela directora da escola.

Art. 399. A economia interna da Escola de Enfermeiras ficará a cargo de uma economista, a quem competirá:

- a) zelar pela boa ordem e asseio do estabelecimento;
- b) administrar a despensa, rouparia e mais serviços internos;
- c) cumprir as determinações da directoria da escola.

Paragrapho unico. A economista será nomeada pelo Director Geral e ficará subordinada á directora da escola.

CAPITULO XIV

CURSO

Art. 400. O curso da Escola de Enfermeiras visará instrucção theorica e pratica, feitas simultaneamente, e será de dois annos e quatro mezes, divididos em cinco séries.

Art. 401. As quatro primeiras séries constituirão a parte geral do curso e a ultima será destinada ás especializações: enfermagem clinica, enfermagem de Saude Publica ou administração hospitalar.

Paragrapho unico. Depois de approvada nas cadeiras do curso, receberá, a alumna, o diploma de enfermeira, assignado pelo Director Geral do Departamento pela directora da escola e pela superintendente geral, no qual será declarada a especialização que houver sido praticada.

Art. 402. O programma de instrucção da Escola de Enfermeiras, relativo ás cadeiras do curso, e respectiva distribuição pelas cinco séries e numero de lições respectivas, será expedido pelo Director Geral do Departamento, de accôrdo com a proposta da directora da escola, e poderá ser modificado de accôrdo com indicações da congregação de professores.

CAPITULO XV

CORPO DOCENTE

Art. 403. O corpo docente da escola será formado por professores escolhidos dentre os funcionarios technicos do Departamento Nacional da Saude Publica, ou contractados especialmente para esse fim.

Art. 404. Os professores que forem funcionarios do Departamento Nacional de Saude Publica terão direito a uma gratificação pelos trabalhos de docencia na escola, cabendo aos contractados a remuneração prevista nos seus respectivos contractos, aprovados pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores dentro das verbas orçamentarias.

Art. 405. Todos os professores serão designados pelo Director, Geral do Departamento, mediante proposta ao superintendente geral do Serviço de Enfermeiras, com a approvação do Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 406. Compete a cada professor:

a) reger a cadeira para que tiver sido designado, tomando o maximo interesse pelo ensino, comparecendo pontual e assiduamente ás aulas e preenchendo todo o tempo, de cada uma dellas, com o assumpto correspondente ao programma;

b) organizar o programma do ensino da respectiva cadeira para ser discutido e aprovado pela directora da escola e pela congregação dos professores, dividindo-o em tantas lições quantas determinar o programma de instrucção;

c) comparecer aos actos de exames e ás reuniões convocadas pela directora da escola;

d) propôr a aquisição de material necessario ao ensino de sua cadeira e zelar pela conservação do material já existente.

Art. 407. O professor que deixar de dar, sem causa justificada a quarta parte das lições que lhe caibam, em cada mez, perderá a respectiva gratificação, ou remuneração.

Art. 408. Nos impedimentos temporarios, o professor poderá indicar um Substituto, que será designado para reger interinamente a cadeira, e na falta dessa indicação será ella feita pela directora da escola.

Art. 409. Quando qualquer professor se atrazar demasiadamente no ensino do programma de sua cadeira, ou tratar nas lições de assumptos extranhos ao objecto destas, será o facto levado pela directora da escola ao conhecimento do Director Geral do Departamento, que indicará outro professor, em substituição, temporaria.

CAPITULO XVI

MATRICULAS

Art. 410. As candidatas á matricula deverão comparecer pessoalmente ao gabinete da directora da Escola de Enfermeiras, que julgará da conveniencia de acceital-as, podendo haver recurso para o Director Geral e deste para o Ministro, na hypothese de recusa.

Paragrapho unico. As candidatas serão admittidas tres vezes no correr do anno: em 1º de março, 1º de junho e 1º de outubro.

Art. 411. Aceita como candidata, deverá a pretendente á matricula encher uma «Folha de admissão», com declaração do nome, naturalidade, filiação e residencia, juntando os seguintes documentos:

a) certidão de idade, por onde fique provado não ter menos de 20 nem mais de 35 annos.

b) documento que prove ser brasileira;

c) attestado official do Departamento Nacional de Saude Publica, que prove ter sido recentemente revaccinada contra a variola;

d) attestado passado por medico do Hospital Geral da Assistencia, no qual se declare não soffrer de doença contagiosa, nem de defeito physico ou funccional que a inhabilite para os trabalhos de enfermeira;

e) attestado de boa conducta, passado pelas autoridades policiaes competentes ou por duas pessoas idoneas, a juizo da directora da escola e da superintendencia geral do Serviço de Enfermeiras;

f) diploma de uma escola normal, ou documento, que prove ter instrucção secundaria bastante, a criterio da directora, podendo, na hypothese de recusa, ser levado o facto á decisão do Director Geral do Departamento.

§ 1º. A candidata poderá tambem apresentar quaesquer documentos que provem sua experiencia anterior em serviço educativo ou commercial.

§ 2º. Attendendo a casos especiaes, poderá a superintendente geral do Serviço de Enfermeiras acceitar candidatas de idade superior a 35 ou inferior a 20 annos.

Art. 412. As candidatas á matricula na primeira série, que não puderem satisfazer a exigencia da alinea f do art. 414 serão submettidas a exame preliminar, perante uma commissão constituida por tres professores, designados pela directora da escola e sob sua presidencia, exame que constará do seguinte:

a) composição escripta, em vernaculo, sobre assumpto commum;

b) problemas relativos ás quatro operações fundamentaes (sobre inteiros, fracções ordinarias e decimaes), proporções e systema metrico;

c) noções geraes de geographia e historia do Brasil;

d) noções elementares sobre sciencias physicas e naturaes.

Art. 413. A matricula nas séries seguintes será feita mediante certificado de approvação na série anterior.

CAPITULO XVII

REGIMEN ESCOLAR

Art. 414. Os primeiros quatro mezes de estagio escolar serão considerados de ensaio, sendo a instrucção principalmente theorica, mas com sufficiente experiencia em enfermaria, para permittir á alumna adquirir a pratica correspondente aos assumptos ensinados em aula.

Paragrapho unico. Si, em qualquer tempo, dentro desse periodo, fôr verificada a inaptidão da alumna para o serviço de enfermaria, deverá ella deixar a escola, mediante notificação da directoria, com recurso para as autoridades superiores.

Art. 415. As alumnas da escola usarão uniforme regulamentar, sendo-lhes permittido, porém, durante o estagio de ensaio, o uso dos vestuarios simples e lavaveis do que puderem dispôr.

Art. 416. As alumnas prestarão serviço no Hospital Geral de Assistencia, tendo direito de residencia em edificio dependente do hospital, alimentação, lavagem de roupa e, depois de acceitas definitivamente como alumnas, á gratificação de 100\$ mensaes.

Art. 417. A residencia das enfermeiras ficará sob a curecção da directora da escola, responsavel pela manutenção de conveniente disciplina e de elevado padrão de vida moral e social.

Art. 418. As alumnas serão obrigadas a um serviço diario de oito horas, no Hospital Geral de Assistencia ou em outro estabelecimento de assistencia, para cujo serviço sejam destacadas.

§ 1º. A directora da escola será responsavel, perante o director do hospital, pela efficiencia dos serviços das alumnas nas enfermarias a seu cargo para o que deverá ouvil-o em todos os casos relativos aos trabalhos hospitalares, cabendo ao mesmo director, quando entender necessario, levar ao Director Geral do Departamento quaesquer observações ou censuras que se façam necessarias á boa ordem dos serviços.

§ 2º. As alumnas terão direito a dois meios dias de descanso por semana e a uma quinzena de férias annualmente.

Art. 419. A frequencia das aulas nos trabalhos praticos é obrigatoria.

Paragrapho unico. A alumna que tiver cinco faltas não justificadas em cada série não poderá ser submettida a exame.

Art. 420. As faltas disciplinares, commettidos pelas alumnas, serão punidas com as seguintes penas, de accôrdo com a gravidade:

- a) advertencia particular;
- b) suspensão;
- c) expulsão.

Paragrapho unico. A pena da alinea a é da competencia da directora da escola; a da alinea b, até 15 dias, da competencia da superintendente geral do Serviço de Enfermeiras; a da alinea b, por mais de 15 dias da competencia do Director Geral do Departamento, e a da alinea c do Ministro, fornecendo a directora da escola completas informações sobre o caso.

CAPITULO XVIII

EXAMES

Art. 421. No fim de cada série lectiva haverá exames, depois dos quaes recommeará immediatamente o trabalho da série seguinte, excepto quando a superintendente da escola tenha de dar ás alumnas os quinze dias de férias regulamentares.

Art. 422. Os exames de cada cadeira serão prestados perante commissão constituida por tres professores designados pela directora da escola, sob a presidencia do professor repectivo.

Art. 423. Os exames constará de duas provas: uma escripta, que constará de dez perguntas sobre os varios assumptos da materia, e uma demonstração pratica sobre ponto sorteado na occasião.

Art. 424. O julgamento das provas será secreto, devendo cada membro da commissão dar uma nota de 0 a 10, para que se obtenha a nota final, equivalente a um terço do total obtido.

Paragrapho unico. Sómente serão consideradas aprovadas as alumnas que conseguirem metade do total dos pontos.

Art. 425. Do resultado final dos exames de cada turma e em cada dia será lavrada uma acta, datada e assignada pelos tres examinadores, e della constarão os nomes das alumnas examinadas e a declaração, para cada uma, de haver sido habilitada ou inhabilitada.

Art. 426. A alumna que perder a chamada, por motivo justificado, a juizo da directora da escola, terá direito a uma segunda chamada.

CAPITULO XIX

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 427. Das resoluções da directoria da escola caberá recursos para a superintendente geral do Serviço de Enfermeiras, a das desta para o Director Geral do Departamento, mediante requerimento e por intermedio da superintendente geral.

Art. 428. Os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos pelo Director do Departamento Nacional de Saude Publica, com prévia aprovação do Ministro da Justiça e Negocios Interiores, salvo urgencia evidente.

Art. 429. Na Escola de Enfermeiras será observado o seguinte programma de instrucção:

(Parte Geral)

Principios e methodos da arte de enfermeira;
 Bases historicas, ethicas e sociaes da arte de enfermeira;
 Anatomia e physiologia;
 Hygiene individual;
 Administração hospitalar;
 Therapeutica, pharmacologia e mataria medica;
 Methodos graphicos na arte de enfermeira;
 Physica e chimica applicadas;
 Pathologia elementar;
 Parasitologia e microbiologia;
 Cozinha e nutrição.
 Arte de enfermeira:
 em clinica medica;
 em clinica cirurgica;
 em doenças epidemicas;
 em doenças venereas e da pelle;
 em tuberculose;
 em doenças nervosas e mentaes;
 em orthopedia;
 em pediatria;
 em obstetricia e gynecologia;
 em oto-rhino-larvngologia;
 em ophtalmologia;
 Hygiene e saude publica;
 Radiographia;
 Campo de acção da enfermeira - Problemas sociaes e profissionaes.

Parte especializada (quatro ultimos mezes)

Serviço de saude publica;
 Serviço administrativo hospitalar;
 Serviço de dispensarios;
 Serviço de laboratorios;
 Serviço de sala de operações;
 Serviço privado;
 Serviço obstetrico;
 Serviço pediatrico.

Anexo L: Lei 775 de 06 de agosto 1949

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o **CONGRESSO NACIONAL** decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O ensino de enfermagem compreende dois cursos ordinárias:

- a) curso de enfermagem;
- b) curso de auxiliar de enfermagem.

Art. 2º O curso de enfermagem terá a duração de trinta e seis meses, compreendidos os estágios práticos, de acôrdo com o Regulamento que fôr expedido.

Art. 3º O curso de auxiliar de enfermagem será de dezoito meses.

Art. 4º Para a matrícula em qualquer dos cursos apresentará o candidato:

- a) certidão de registro civil, que prove a idade mínima de dezesseis anos e a máxima de trinta e oito;
- b) atestados de sanidade física e mental e de vacinação;
- c) atestado de idoneidade moral.

Art. 5º Para a matrícula no curso de enfermagem é exigido, além dos documentos relacionados no artigo 4º, o certificado de conclusão do curso secundário.

Parágrafo único. Durante o prazo de sete anos, a partir da publicação da presente Lei, será permitida a matrícula a quem apresentar, além dos documentos relacionados no artigo 4º, qualquer das seguintes provas: [\(Vide Lei nº 2.995, de 1956\)](#)

- a) certificado de conclusão de curso ginasial;
- b) certificado do curso comercial;
- c) diploma ou certificado de curso normal.

Art. 6º Para a matrícula no curso de auxiliar de enfermagem exige-se-á uma das seguintes provas:

- a) certificado de conclusão do curso primário, oficial ou reconhecido;
- b) certificado de aprovação no exame de admissão ao primeiro ano ginasial, em curso oficial ou reconhecido;
- c) certificado de aprovação no exame de admissão.

Parágrafo único. O exame de admissão, que será prestado perante a própria escola, constará de provas sôbre noções de português, aritmética, geografia e história do Brasil.

Art. 7º Verificado excesso de candidatos sôbre o limite de matrículas iniciais no curso de enfermagem, serão todos submetidos a concurso de seleção, elaborado pelo órgão competente do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 8º O Regulamento disporá sôbre o currículo de cada curso, o regime escolar, as condições de promoção e as de graduação e funcionamento dos cursos de post-graduação, inclusive a enfermagem de saúde pública e as instruções para autorização de funcionamento dos referidos cursos.

Art. 9º O Regulamento de que trata a presente Lei deverá ser expedido pelo poder competente, dentro do prazo improrrogável de noventa dias, a contar da publicação desta Lei.

Art. 10. Para que um curso de enfermagem ou de auxiliar de enfermagem se organize e entre a funcionar, é indispensável autorização prévia do Govêno Federal, a qual se processará nos têrmos do Regulamento a que se refere o artigo desta Lei.

Parágrafo único. A Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Saúde promoverá as verificações que, reunidas em relatório, serão submetidas, com parecer, ao Ministério da Educação e Saúde, a qual expedirá portaria de autorização para funcionamento, válida pelo período de dois anos.

Art. 11. Decorrido o primeiro ano letivo, o estabelecimento será obrigado a requerer, dentro de sessenta dias, o reconhecimento do curso, sob pena de ser cassada a autorização.

Art. 12. Quando o aconselharem razões de natureza didática ou de interêsse público, o Conselho Nacional de Educação poderá propôr a prorrogação da autorização por um ano

letivo. Cabe-lhe, ainda, decidir na forma da lei sobre a transferência de alunos regularmente matriculados, quando negado o reconhecimento do curso.

Art. 13. Ao aluno que houver concluído o curso de enfermagem será, expedido diploma; ao que houver concluído o curso de auxiliar de enfermagem, será expedido certificado.

Art. 14. A concessão de reconhecimento de curso far-se-á mediante decreto do Presidente da República, sendo indispensável prévio parecer favorável do Conselho Nacional de Educação.

Art. 15. Os cursos de enfermagem atualmente equiparados passam à categoria de cursos reconhecidos.

Art. 16. Os alunos e ex-alunos diplomados pelas escolas oficiais de enfermagem, uma vez organizado o curso de enfermagem, poderão receber o diploma a que se refere o artigo 13 desde que sejam aprovados em tôdas as matérias do currículo de trinta e seis meses, de acôrdo com o artigo 2º.

§ 1º As escolas oficiais de enfermagem já existentes são autorizadas a manter cursos de enfermagem e de auxiliares de enfermagem, de acôrdo com a presente Lei.

§ 2º O Poder Executivo expedirá novo regulamento para essas escolas.

Art. 17. Os estabelecimentos que mantêm cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem, autorizados ou reconhecidos, serão fiscalizados de acôrdo com as instruções aprovadas pelo Ministério da Educação e Saúde.

§ 1º Essa fiscalização será executada sem ônus algum para as escolas.

§ 2º Até que seja criado o órgão próprio para cuidar dos assuntos referentes ao ensino de enfermagem, a fiscalização será feita por inspetores itinerantes diplomados em enfermagem e subordinados à Diretoria do Ensino do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 18. Uma vez instalado o órgão próprio no Ministério da Educação e Saúde, será realizada, de acôrdo com as instruções que forem baixadas, prova de habilitação para o exercício da função de inspetor, de que trata a presente Lei, exigida do candidato a apresentação do diploma de enfermagem por escola oficial ou reconhecida.

Art. 19. As atuais escolas de enfermagem ou de auxiliar de enfermagem, ainda não autorizadas ou reconhecidas, existentes no País, ao ser publicada esta Lei, deverão requerer, dentro dos sessenta dias imediatos a essa publicação, a respectiva autorização do Poder Executivo.

Parágrafo único. Será concedido o reconhecimento imediato, se a autoridade encarregada da inspeção comprovar, que a escola satisfaz às exigências da presente Lei.

Art. 20. Em cada Centro Universitário ou sede de Faculdade de Medicina, deverá haver escola de enfermagem, com os dois cursos de que trata o art. 1º.

Art. 21. As instituições hospitalares, públicas ou privadas, decorridos sete anos, após a publicação desta Lei, não poderão contratar, para a direção dos seus serviços de enfermagem, senão enfermeiros diplomados.

Art. 22. Aos atuais cursos de enfermagem obstétrica será facultada a adaptação às exigências da presente Lei, de modo que se convertam em cursos de enfermagem e de auxiliares de enfermagem, destinados à formação de enfermeiras e de auxiliares de enfermeiras especializadas para a assistência obstétrica.

Art. 23. O Poder Executivo subvencionará tôdas as escolas de enfermagem que vierem a ser fundadas, no País e diligenciará no sentido de ampliar o amparo financeiro concedido às escolas já existentes.

Art. 24. A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1949; 128º da Independência e 61º da República.

EURICO G. DUTRA

Clemente Mariani

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 13.8.1949

Anexo M: DECRETO Nº 27.426, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1949

Revogado pelo Decreto nº 99.678, de 1990

Aprova o Regulamento básico para os cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, nº I, da Constituição, e nos termos do artigo 9º da Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949,

DECRETA:

Artigo único. Fica aprovado Regulamento básico para os cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem, previsto na disposição legal acima referida e o qual com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Educação e Saúde.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1949; 128º da Independência e 61º da República.

EURICO G. DUTRA.

Clemente Mariani.

Este texto não substitui o publicado no DOU de 19.11.1949

REGULAMENTO A QUE SE REFERE O DECRETO N. 27.428, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1949

Art. 1º O Curso de enfermagem- tem por finalidade a formação profissional de enfermeiros, mediante ensino em cursos ordinários e de especialização, nos quais serão incluídos os aspectos preventivos e curativos da Enfermagem.

Art. 2º O Curso de Auxiliar de Enfermagem- tem por objetivo o adestramento de pessoal capaz de auxiliar o enfermeiro em suas atividades de assistência curativa.

Art. 3º Além dos dois cursos ordinários, podem ser criados outras de pós-graduação, destinados a ampliar conhecimentos especializados de enfermagem ou de administração.

Art. 4º Compreendidos os trabalhos práticos e os estágios, a duração do curso de enfermagem é de trinta e seis meses: e o de auxiliar de enfermagem é de dezoito meses.

DO CURSO DE ENFERMAGEM

Art. 5º No curso de enfermagem será ministrado o ensino de:

1ª série

I Técnica de enfermagem, compreendendo:

- 1) Economia hospitalar
- 2) Drogas e soluções
- 3) Ataduras
- 4) Higiene individual
- II Anatomia e fisiologia
- III - Química biológica
- IV - Microbiologia e parasitologia
- V - Psicologia
- VI - Nutrição e Dietética
- VII - História da enfermagem
- VIII - Saneamento
- IX - Patologia geral
- X - Enfermagem e clínica médica
- XI - Enfermagem e clínica cirúrgica
- XII - Farmacologia e terapêutica
- XIII - Dietoterapia

2ª Série:

- I - Técnica de sala de operações.
- II - Enfermagem e doenças transmissíveis e tropicais.
- III - Enfermagem e fisiologia.
- IV - Enfermagem e doenças dermatológicas sifiligráficas e venéreas.
- V - Enfermagem e clínica ortopédica, fisioterápica e massagem.
- VI - Enfermagem e clínica neurológica e psiquiátrica
- VII - Enfermagem e socorros de urgência.
- VIII - Enfermagem e clínica urológica e ginecológica.

IX - Sociologia.

X - Ética (ajustamento profissional) .

3ª Série:

I - Enfermagem e clínica otorrinolaringológica e oftalmológica

II - Enfermagem e clínica obstétrica e puericultura neonatal.

III - Enfermagem e clínica pediátrica, compreendendo dietética infantil

IV - Enfermagem de saúde pública compreendendo:

1) Epidemiologia e Bioestatística.

2) Saneamento,

3) Higiene da Criança.

4) Princípios de Administração Sanitária.

V - Ética (ajustamento profissional), II.

VI - Serviço Social;

Art. 6º O ensino será ministrado em aulas teóricas e práticas, mantendo-se a mais estreita correlação dos assuntos, ficando o candidato sujeito a estágios.

Art. 7º A prática e os estágios se farão mediante rodízio dos alunos em serviços hospitalares, ambulatórios e unidades sanitárias, abrangendo:

I - Clínica médica geral:

1) dermatologia.

2) sífilografia,

3) doenças venéreas.

4) moléstias transmissíveis e tropicais.

5) neurologia e psiquiatria.

6) moléstias da nutrição.

7) tuberculose

II - Clínica cirúrgica geral:

1) sala de operações.

2) ortopedia, fisioterapia

3) ginecologia;

4) otorrinolaringologia;

5) oftalmologia.

III - Clínica obstétrica e neonatal;

IV - Clínica pediátrica;

V - Cozinha geral de dietética;

VI - Serviços urbanos e rurais de saúde pública.

Parágrafo único. Cada estágio terá a duração mínima, de quinze dias, abrangendo serviços de homens e de mulheres, além do estágio mínimo de sete dias em serviço noturno. O estágio em serviço de saúde pública terá a duração mínima de três meses.

Art. 8º A duração do período de ensino de cada disciplina constará do regimento da escola, exceto o de técnica de enfermagem que persiste na duração do curso.

Art. 9º De todas as disciplinas de cada série haverá, provas escritas parciais e exames finais constantes de escrita e oral, ou prático-oral, nas disciplinas que o comportarem.

§ 1º Além do exame final, nas disciplinas lecionadas em período de três meses, haverá uma prova parcial.

§ 2º Nas demais disciplinas, haverá duas provas parciais, além do exame final.

Art. 10º Não será admitido às provas do exame final o aluno que obtiver nota inferior a cinco na prova parcial ou média inferior a cinco, quando forem duas as provas parciais.

Art. 11º O aluno que faltar à prova parcial ou ao exame final terá zero. Fica-lhe assegurado, porém, direito a segunda chamada, nos termos da legislação federal do ensino, e ressalvado à direção da escola, nos casos de alegada doença, mandar submetê-lo a exame médico.

Art. 12º As provas parciais deverão realizar-se dentro do prazo de uma hora. É facultado à banca examinadora formular questões sobre o ponto do programa, sorteado no momento da prova.

Parágrafo único. Compete à banca examinadora corrigir os erros, assinalando-os, e julgar as provas, atribuindo a nota - graduada de zero a dez - por extenso e assinada.

Art. 13º Nas provas orais e práticos-orais, o exame será prestado perante banca examinadora que concederá a nota merecida, em ata, lavrada e assinada no momento.

Art. 14º A Secretaria da escola compete reunir em mapa, assinado pelo diretor, as notas das provas parciais e do exame final. A soma será dividida por dois, quando se tratar de uma prova parcial, por três, quando da disciplina houver duas provas parciais, sendo o quociente o resultado final.

Art. 15º Considerar-se-á aprovado na disciplina o aluno que obtiver média final não inferior a cinco, o que será, também o limite de aprovação para a nota de cada estágio. É expressamente vedado o acréscimo de qualquer fração para complemento de nota.

Art. 16º Ao aluno que satisfizesse as exigências da freqüência e da média condicional, não houver comparecido aos exames finais, por motivo justificado a juízo do diretor, será facultado submeter-se às provas finais em segunda época.

Art. 17º Ao aluno que não obtiver aprovação em uma disciplina poderá ser concedida matrícula condicional, na série imediatamente superior, se provada a compatibilidade dos horários.

Art. 18º Quando a aprovação na série depender exclusivamente de nota de estágio, poderá o diretor conceder novo estágio, fora do período de férias.

Parágrafo único. A concessão de novo período de estágio poderá ser feita, apenas, uma vez, para cada disciplina.

Art. 19º Ao aluno que concluir regulamente o curso será conferido o grau de enfermeiro, expedindo-se-lhe o diploma, assinado pelo diretor e pelo secretário, quando se tratar de escola federal e, também, pelo inspetor federal, quando reconhecido o curso.

Art. 20º O ensino será ministrado:

1 - por professores contratados, em relação às seguintes matérias:

Anatomia, doenças transmissíveis e fisiológicas, farmacologia, fisiologia e biologia, dietoterapia, higiene e saúde pública, microbiologia e parasitologia, nutrição e arte culinária, patologia geral, psicologia, química, sociologia, clínica ginecológica, clínica cirúrgica, clínica obstétrica e puericultura neonatal, clínica oftalmológica, clínica ortopédica, traumatológica e fisioterápica, clínica otorrinolaringológica e bioestatística saneamento, higiene da criança e princípios de administração sanitária;

2 - por professores, inspetores e enfermeiros-chefes dos hospitais ou serviços em que se faz o estágio, desde que sejam diplomados em Enfermagem, quando se tratar das demais disciplinas.

3 - por professores especializados, quanto às matérias dos cursos de especialização.

Art. 21º Nos cursos ou nas disciplinas que funcionarem nas sedes de cursos médicos ou de serviços sanitários, o ensino das cadeiras não privativas poderá ser ministrado por professores ou assistentes daqueles cursos ou por médicos especializados, mediante acordo.

Art. 22º Quando o curso integrar Faculdade de Medicina ou fôr *por* esta mantido, a designação dos professores de cadeiras não privativas será feita pelo Diretor da Faculdade.

Parágrafo único. Quando a Faculdade de Medicina integrar Universidade, federal ou equiparada, poderá o regimento do curso dispor que a designação desses professores seja feita pelo respectivo Reitor à hipótese de ser federal a Faculdade e integrar Universidade, também, federal.

DO CURSO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Art. 23º No curso de auxiliar de enfermagem será ministrado o ensino de:

I - Introdução.

II - Noções de ética.

III - Corpo humano e seu funcionamento.

IV - Higiene em relação à saúde.

V - Economia hospitalar.

VI - Alimento e seu preparo.

VII - Enfermagem elementar.

Art. 24º Além do comparecimento às aulas teóricas dessas disciplinas, os alunos serão obrigados a estágios em hospitais gerais e em unidades sanitárias, sob forma de rodízio, compreendendo:

- I - Enfermarias de clínica médica geral, de homens e de mulheres.
- II - Enfermeiras de clínica cirúrgica geral, de homens e de mulheres.
- III - Sala de operações e centro de material cirúrgico.
- IV - Berçário.
- V - Cozinha geral.

Parágrafo único. É obrigatório o estágio noturno, não superior a quinze noites.

Art. 25º O curso é desenvolvido em dezoito meses, assegurando-se a cada aluno trinta dias de férias, mediante escala previamente estabelecida pelo diretor.

Art. 26º O aluno de curso de auxiliar é obrigado a, quarenta e quatro horas de atividade escolar por semana, incluídos os estágios. Perde o direito de prestar exames aquele que houver faltado a mais de um terço das aulas de cada disciplina.

Parágrafo único. O aluno que não houver completado os estágios regulamentares será obrigado a compensá-los, para que possa receber o certificado.

Art. 27º De todas as disciplinas haverá uma prova parcial e, no fim do curso, provas escritas e orais; quanto à de enfermagem, será prático-oral.

Art. 28º A nota final, em cada disciplina, será a média aritmética entre a nota da prova parcial e a da prova final.

Parágrafo único. A nota cinco é a mínima de aprovação em cada disciplina, exceto em enfermagem, na qual o aluno será, apenas, considerado habilitado ou inabilitado.

Art. 29º O ensino de enfermagem auxiliar somente poderá ser ministrado por enfermeiro; o lecionamento será feito por contrato, nas escolas fiscalizadas e, conforme a lei, nas oficiais.

Art. 30º O regime das aulas, das práticas, dos estágios, das transferências de matrículas e dos exames será idêntico ao do curso de enfermagem.

Art. 31º Ao aluno que concluir o curso será conferido o certificado de auxiliar de enfermagem, assinado pelo diretor e pelo secretário, quando se tratar de escola federal e, também, pelo inspetor, quanto reconhecido o curso.

DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Art. 32º Nos cursos de especialização, ou de pós-graduados, destinados a aprofundar a aprendizagem, será ministrado o ensino de disciplinas do currículo, adicionadas de matéria acessória.

Parágrafo único. A programação desses cursos, destinados exclusivamente a diplomados, deverá variar conforme o seu objetivo, para melhor atender às necessidades da prática.

Art. 33º Os cursos de especialização em Saúde Pública deverão realizar-se em estreita cooperação com os órgãos sanitários, federais e estaduais, quer na parte teórica, quer na prática, obrigatório o estágio em serviços ativos.

Art. 34º Nos cursos especializados em administração será devidamente estudada a legislação federal referente ao exercício da profissão e bem assim a do ensino de enfermagem.

Art. 35º Os cursos de especialização serão realizados nas escolas federais ou reconhecidas que funcionarem em cidades onde houver faculdade de Medicina.

Parágrafo único. Compete à direção da escola fixar as condições para matrícula nesses cursos, não sendo permitido transferência.

DAS MATRÍCULAS

Art. 36º Para matrícula inicial, em qualquer dos dois cursos ordinários, é obrigatória a apresentação de:

- I - Certidão de registro civil que prove a idade mínima de dezesseis anos e a máxima de trinta e oito;
- II - Atestado de sanidade física e mental;
- III - Atestado de vacina e
- IV - Atestado de idoneidade moral.

§ 1º No curso de enfermagem, é exigida a prova de conclusão de cursos secundário;

§ 2º No curso de auxiliar de enfermagem exigir-se-á um dos seguintes certificados:

1 - De conclusão de curso primário, oficial ou reconhecido;

2 - De exame de admissão à primeira série ginasial, de curso oficial ou reconhecido;

3 - De exame de admissão ao curso, prestado ante banca examinadora da própria escola em que o candidato pretender ingresso, constando de provas escritas e orais, sobre noções de português, aritmética, geografia e história do Brasil. Considerar-se-á habilitado aquele que obtiver, no mínimo, nota três, em cada prova, e média igual ou superior a cinco, no conjunto.

Art. 37º Sempre que o número de candidatos à matrícula, em cada curso, exceder o limite fixado para a primeira série, serão todos submetidos a concurso de habilitação, que se realizará na forma do disposto no artigo 1º, da lei nº 20, de 30 de novembro de 1948.

Art. 38º O concurso de habilitação e os exames de admissão para matrícula na primeira série serão válidos somente no ano e perante a escola em que forem prestados.

DA TRANSFERÊNCIA

Art. 39º A transferência de alunos, de uma para outra escola, sob a jurisdição do Ministério da Educação e Saúde, se processa no período de matrículas, ressalvadas as exceções de lei e observadas as condições:

I - Apresentação de guia de transferência da escola de origem e de carteira de identidade;

II - Histórico escolar minucioso, compreendendo, por transcrição: 1) documentação com que se inscreveu o candidato no concurso de habilitação e o resultado de cada prova deste; 2) discriminação de todas as disciplinas teóricas cursadas, seu número de horas e notas; 3) clínicas e serviços em que estagiou, número de dias e aproveitamento.

III - Atestado de conduta, firmado pela diretoria da escola de origem;

IV - Prova de que o aluno vai cursar, pelo menos, doze meses a escola a que se destina;

V - Existência de vaga e decisão favorável.

Parágrafo único. A administração da escola a que se destina o candidato poderá mandar submetê-lo a exame de saúde, bem como efetuar indagação quanto à conduta do mesmo, para ulterior deliberação.

DA CONGREGAÇÃO

Art. 40º Constituem a Congregação do curso:

1 - O Diretor.

2 - Os professores das cadeiras privativas não privativas, eleitos pelos seus pares, em sessão a que presidirá o Diretor.

Art. 41º Quando o curso integrar Faculdade de Medicina ou for por esta mantido, o Diretor da mesma presidirá às sessões da Congregação, com direito de voto.

Parágrafo único. Quando a Faculdade integrar Universidade, federal ou equiparada, pode o regimento do curso dispor que a presidência da Congregação caiba ao Reitor, com direito de voto, ressalvada a hipótese de Faculdade federal que integrar Universidade equiparada.

Art. 42º O regimento de cada escola disporá acerca da competência da Congregação assegurando-se, em qualquer caso, a aprovação dos programas dos cursos ordinários e o desenvolvimento dos cursos de especialização.

Parágrafo único. Cabe, ainda, à Congregação elaborar o projeto de regimento e propor modificações, para aprovação, na forma da lei.

Art. 43º Quando o curso de auxiliar de enfermagem funcionar isoladamente, nêle se reunirão seus professores, em Conselho, para as deliberações de caráter coletivo, nos termos de seu regimento.

Parágrafo único. Quando um curso de auxiliar de enfermagem funcionar em escola que mantiver curso de enfermagem, as deliberações coletivas cabem à Congregação da escola.

DO DIRETOR

Art. 44º O Diretor do curso de enfermagem ou de auxiliar de enfermagem será, obrigatoriamente, diplomado em enfermagem, de preferência portador de diploma de curso de especialização.

Art. 45º A Competência, os direitos e deveres do Diretor serão fixados no regimento, cabendo-lhe a admissão de professores das cadeiras não privativas, seus assistentes, instrutores, monitores e auxiliares.

Art. 46º Nos cursos federais, a admissão a que se refere o artigo anterior se processará na forma da lei vigente.

Art. 47º Quando a escola mantiver os dois cursos ordinários, o Diretor dos mesmos será o do curso de enfermagem.

Parágrafo único. Quando os cursos funcionarem isoladamente, o Diretor de curso de auxiliar de enfermagem será, um de seus professores, diplomado em enfermagem.

DOS PROFESSORES E AUXILIARES

Art. 48º Os professores e os auxiliares de ensino serão obrigados ao lecionamento completo dos programas, admitida a compensação das aulas a que faltarem, por motivo justificado, sem prejuízo do horário escolar e independentemente de remuneração extraordinária.

Parágrafo único. É vedada a recondução ou a renovação de contrato de professor que não seja assíduo às aulas ou que não se empenhe no sentido do máximo rendimento escolar.

DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DOS CURSOS E DO SEU RECONHECIMENTO

Art. 49º Para que um curso de enfermagem ou de auxiliar de enfermagem se organize e comece a funcionar, é indispensável a autorização do Governo Federal.

Art. 50º A autorização de funcionamento será requerida pela entidade que se proponha a manter o curso, devendo a petição ser instruída com documentação hábil que demonstre e comprove:

- a) que a entidade mantenedora é de caráter público ou privado;
- b) que dispõe de recursos e de instalações adequadas ao ensino completo e eficiente das matérias do curso;
- c) que o corpo docente proposto é idôneo e capaz, técnica e moralmente, provado o registro dos diplomas na Diretoria do Ensino Superior;
- d) que utiliza internato para residência confortável e higiênica de dois terços dos alunos, no mínimo;
- e) que a organização administrativa e didática do curso obedece às exigências mínimas da lei e deste regulamento;
- f) que a matrícula está limitada, em cada série, à capacidade das instalações;
- g) que o projeto de regimento obedece às leis e a este regulamento, assegurando a formação dos hábitos de disciplina necessários ao exercício da profissão de enfermeiro e impedindo o proselitismo de ideologias contrárias ao regime político vigente;
- h) que dispõe de aparelhamento administrativo regular, sobretudo no que se refere à sua gestão financeira.

Art. 51º O requerimento de autorização prévia será acompanhado da documentação legalizada que prove a satisfação de todas as exigências constantes do artigo anterior, cabendo à Diretoria do Ensino Superior promover as verificações que, reunidas em relatório, serão submetidas, com parecer, ao Ministro da Educação e Saúde o qual, se decidir favoravelmente, expedirá portaria de autorização, válida por dois anos letivos.

Art. 52º A autorização é de caráter condicional, não implicando, de modo algum, no reconhecimento do curso.

Parágrafo único. A autorização não poderá ser concedida, se não estiverem satisfeitas todas as exigências regulamentares.

Art. 53º Decorrido o primeiro ano letivo, o Diretor do estabelecimento é obrigado a requerer, dentro de sessenta dias, o reconhecimento do curso sob pena de ser cassada a autorização.

Art. 54º Requerido o reconhecimento do curso, providenciará a Diretoria do Ensino Superior, no sentido de ser feita, por uma Comissão especial de três membros, minuciosa verificação da organização e do funcionamento do curso.

Parágrafo único. O relatório da Comissão será estudado pela Diretoria do Ensino Superior que o fará completar, quando necessário, encaminhando-o, em seguida, ao Conselho Nacional de Educação, que emitirá parecer.

Art. 55º O reconhecimento somente poderá ser concedido se todas as exigências constantes da Lei e deste regulamento houverem sido observadas.

Parágrafo único. Quando o aconselharem razões de natureza didática ou de interesse público, o Conselho Nacional de Educação poderá propor seja prorrogada a autorização, por um ano letivo, cabendo-lhe, ainda, na forma da Lei, decidir sobre a transferência de alunos, regularmente matriculados, quando negado o reconhecimento do curso.

Art. 56º Não se concederá, autorização de funcionamento nem reconhecimento de curso, quando a entidade de caráter privado não provar que é constituída sob forma de fundação ou não estiver consignado que tôdas as suas rendas e doações serão utilizadas, exclusivamente, em benefício do ensino.

Art. 57º A concessão do reconhecimento de curso far-se-á mediante decreto do Presidente da República, dependendo de prévio parecer do Conselho Nacional de Educação.

Art. 58º Se, depois de concedida a autorização, se verificar que o curso deixou de atender a uma ou mais das exigências legais ou regulamentares, será a mesma cassada, mediante proposta da Diretoria do Ensino Superior.

Art. 59º Se, depois de concedido o reconhecimento, se verificar que o curso deixou de atender a uma ou mais das exigências legais ou regulamentares, será o mesmo cassado, mediante proposta do Conselho Nacional de Educação.

Art. 60º Faz-se cassar a autorização de funcionamento por portaria do Ministério da Educação e Saúde e o reconhecimento, por decreto do Presidente da República.

Art. 61º O curso que estiver compreendido nas disposições dos artigos 58 e 59 deixará imediatamente de funcionar, ficando a entidade mantenedora obrigada a recolher, sem perda de tempo, sob as penas da lei, o arquivo escolar ao Ministério da Educação e Saúde. O Conselho Nacional de Educação deliberará sobre a transferência dos alunos.

Art. 62º O estabelecimento em que auxiliar de enfermagem não reconhecido não poderá, expedir diploma ou funcionar curso de enfermagem ou de certificado de habilitação, de qualquer natureza.

Parágrafo único. Se o estabelecimento de que trata este artigo houver funcionado com autorização, nos termos da lei, poderá, uma vez reconhecido, expedir aos alunos, que antes hajam concluído regularmente o curso, os competentes diplomas ou certificados, se o contrário não fôr determinado no parecer de reconhecimento.

Art. 63º Os estabelecimentos que mantêm cursos de enfermagem ou de auxiliar de enfermagem, autorizados ou reconhecidos, serão fiscalizados na forma da lei.

Parágrafo único. A fiscalização será exercida pela Diretoria do Ensino Superior, até criação e instalação de órgão próprio.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 64º A admissão, os direitos e deveres dos professores, instrutores, assistentes e monitores constarão no reconhecimento de cada escola.

Art. 65º E- obrigatória a freqüência às aulas teóricas e práticas e aos estágios, não podendo ser aprovado na série o aluno que, embora satisfeitas as demais condições, haja faltado a mais de um terço de qualquer das aulas ou dos estágios.

Parágrafo único. Em hipótese alguma será concedida redução ou dispensa de aula, de prática ou de estágio, devendo este ser compensado.

Art. 66º E- obrigatório o uso de uniforme durante os trabalhos escolares.

Art. 67º Os alunos do sexo masculino, de qualquer dos cursos, poderão ser dispensados dos estágios nas clínicas obstétrica e pediátrica.

Art. 68º Não se admitem alunos ouvintes em qualquer dos cursos.

Art. 69º Aos alunos é vedado prestar serviços de enfermagem ou de auxiliar de enfermagem a particulares, bem como doar sangue ou prestar-se a exames experimentais.

Art. 70º As escolas que apenas mantiverem curso de auxiliar de enfermagem serão obrigadas a adotar esta designação no seu nome.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 71º Até o ano letivo de 1956, a exigência, do parágrafo primeiro do artigo 36 poderá ser substituída por uma das provas seguintes:

1 - certificado de conclusão de curso ginásial;

2 - certificado de curso comercial;

3 - diploma ou certificado de conclusão de curso normal.

Art. 72º Os atuais cursos federais de enfermagem e de auxiliar de enfermagem deverão adaptar seus regulamentos e regimentos à Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949, e às normas básicas do presente regulamento.

Art. 73º Os atuais cursos de enfermagem e de auxiliar de enfermagem, equiparados, *que* passarem à categoria de reconhecidos, e os já, reconhecidos são obrigados a elaborar novos regimentos. adaptando-os aos termos da Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949 e às normas básicas deste regulamento submetendo-os, dentro de noventa dias à Diretoria de Ensino Superior, para oportuna apreciação do Conselho Nacional de Educação e decisão do Ministro da Educação e Saúde.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1949. - *Clemente Mariani*.

Anexo N: Parecer 271/62
PARECER NO 271/62 aprovado em 19 de outubro 1962

Currículo mínimo do curso de Enfermagem.

No ofício nº 115, de 27 de outubro de 1962, a Associação Brasileira de Enfermagem solicita revisão do Parecer nº 271, deste Conselho, que aprovou o currículo mínimo dos cursos de Enfermagem. Como relator, passo a apreciar as modificações pleiteadas:

1. Inclusão da disciplina: Fundamentos de Enfermagem.

Com êsse nome, a Comissão de Peritos de Enfermagem, reunida por iniciativa da Diretoria do Ensino Superior, propõe uma cadeira englobando: Anatomia, Fisiologia, Microbiologia, Parasitologia, Bioquímica, Nutrição e Dietética. Do currículo mínimo aprovado constam tôdas essas matérias e ainda Psicologia Geral. São conhecimentos básicos para a prática racional e consciente da profissão. Nada impede que essas matérias sejam reunidas sob a denominação pleiteada.

2. Inclusão da disciplina: Enfermagem e Saúde Pública.

Não consta do curso geral, que prepara o enfermeiro para cuidar do doente, como auxiliar do médico. Mas consta do currículo de mais de um ano letivo, que preparava o enfermeiro de Saúde Pública, ainda em curso de graduação. Poder-se-ia argumentar que for organizado também um segundo curso, com mais um ano letivo, para a formação da enfermeira obstétrica, sem que se suprimisse a enfermagem obstétrica no curso geral. A idéia é que a enfermagem geral, destinada ao trabalho hospitalar, deve estar habilitada a cuidar de gestantes, parturientes e puérperas. A enfermeira obstétrica deve ter conhecimentos teóricos e práticos mais aprofundados da assistência obstétrica, que a habilitem a assistir o parto normal, na ausência do médico.

Em resumo: não consta a Enfermagem de Saúde Pública do curso geral porque entendeu o Conselho desdobrar o atual curso de enfermagem em três cursos de graduação, um dos quais, o de Enfermagem de Saúde Pública, inclui a matéria

pretendida. Nada, entretanto, impede que as escolas a incluam, como também complementar, no curso geral.

3. inclusão de disciplina: Ciências Sociais.

Tal matéria não consta, como obrigatória, no curso de medicina. Como exigí-la no de enfermagem? Obrigatoriamente, foi incluída no curso de Serviço Social. Como matéria complementar, as escolas de enfermagem poderão adotá-la.

4. Exclusão da disciplina: patologia Geral.

O fundamento é que a matéria “pode perfeitamente ser integrada nas disciplinas de enfermagem”. Assim, não se pleiteia propriamente a exclusão da matéria. Argumenta-se que poderá ser lecionada juntamente com outras disciplinas. O currículo mínimo, aprovado pelo Conselho, não impede. O equívoco vem da suposição errônea de que cada matéria enumerada pelo Conselho deva ser uma cadeira. No caso, concordo em que os conhecimentos que a enfermeira deva ter da patologia humana se incluam no rótulo geral: “Fundamentos de Enfermagem”.

5. Modificação da disciplina “Administração” para “Administração Aplicada à Enfermagem”.

Argumento: “O ensino da Administração Geral não basta para a Escola atingir seu objetivo que é o de preparar enfermeiras-chefes”. Continua o equívoco. A matéria é “Administração”, a terminologia genérica que o Conselho tem adotado. No curso de medicina, quando se diz “Anatomia”, subentende-se que seja a do homem. No curso de enfermagem, “Administração” refere-se, evidentemente, àquela que serve à profissão da enfermeira. Não vejo necessidade do complemento pleiteado. A especificação ficará nos programas e planos de estudos que a escola vier a adotar.

6. Substituição da frase do Parecer: “Uma ou mais formam o conteúdo das cadeiras” por “uma ou mais disciplinas de enfermagem formam o conteúdo das cadeiras”.

Justificativa: “As disciplinas que no curso de medicina são chamadas básicas e desempenham papel importantíssimo, num curso de graduação de enfermagem têm curta duração; são em geral lecionadas por assistentes das Faculdade de Medicina, Farmácia e Odontologia, Filosofia, ou por enfermeiras, que recebem gratificação por

aula dada. Não justifica que se constituam cadeiras pois acarretariam ônus enorme e desnecessário para a escola”.

É verdade que o Parecer não obriga as escolas a criarem tais cadeiras, mas a simples menção de que o fato é possível poderá provocar pressão por parte de pessoas interessadas, para a sua criação, sobretudo nas escolas governamentais.

A argumentação não procede. A frase impugnada é meramente explicativa. Consta, de um modo geral, de todos os currículos por mim relatados. A intenção é esclarecer às escolas quais as tarefas e competências que a nova lei lhes entrega. Quando assim faz, é na suposição de que os responsáveis pelo ensino vão fazer bom uso do poder que passaram a deter. Parte-se do pressuposto básico da confiança. A argumentação evoca uma fase de passividade e irresponsabilidade dos educadores, felizmente superada.

Entretanto, como nossa tarefa é apenas indicar as matérias do currículo mínimo, toda a parte final do documento poderá ser suprimida.

Em conclusão, atendendo, em parte, as ponderações do memorial, proponho que o texto aprovado seja substituído pelo seguinte, que será o único publicado:

“Ao inquérito promovido pelo Conselho Federal de Educação responderam as seguintes entidades:

I – Associação Brasileira de Enfermagem do Rio de Janeiro – GB

II – Escola de Enfermagem “Dom Epaminondas”, São José dos Campos – Estado de S. Paulo

III – Escola de Enfermagem Rachel Haddock Lobo – Rio de Janeiro – GB

IV – Escola de Enfermagem Wenceslau Braz – Itajubá – Estado de Minas Gerais

V – Escola de Enfermagem Madre Justina Inês – Caxias do Sul – Estado do Rio Grande do Sul

VI – Escola de Enfermeiras da Univ. de Goiás – Goiânia – Estado de Goiás

VII – Escola de Enf. “Madre Ana Moeller” – Pôrto Alegre – RGS

VIII – Escola de Enf. Nossa Senhora das Graças – Recife – Est. Pernambuco

IX – Escola de Enf. Da Univ. do Recife – Recife – Est. De Pernambuco

X – Escola de Enf. Alfredo Pinto – Rio de Janeiro – GB

- XI – Escola de Enf. Luiza de Marillac – Univ. Católica do Rio de Janeiro
- XII – Escola de Enf. São Francisco de Assis da Universidade do Maranhão – São Luiz – Est. do Maranhão
- XIII – Escola de Enfermagem Madre Maria Teodora da Universidade Católica de Campinas – Campinas – Estado de São Paulo
- XIV – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto – Est. de S. Paulo
- XV – Escola de Enfermagem Hermantina Beraldo – Juiz de Fôra – Estado de Minas Gerais
- XVI – Escola de Enfermagem da Univ. da Bahia – Salvador – Est. da Bahia
- XVII – Escola de Enfermagem Magalhães Barata – Belém – Estado do Pará
- XVIII – Escola de Enf. da Fac. de Medicina da Univ. de São Paulo – SP
- XIX – Escola de Enfermagem de Pôrto Alegre da Universidade do Rio Grande do Sul – Pôrto Alegre – RGS
- XX – Escola de Enfermagem “Madre Leonice” – Univ. Católica do Paraná – Curitiba – Estado do Paraná.

Do estudo das sugestões recebidas e tendo em vista as condições culturais e sócio-econômicas do país, que aconselham soluções modestas e de maior rendimento prático, resultou para a Comissão a convicção de que o curso para a formação do enfermeiro deva ser de três anos letivos.

A partir dessa base, e com mais um ano letivo, seriam graduados dois tipos de enfermeiros especializados: o enfermeiro de Saúde Pública e a enfermeira Obstétrica.

Depois de alguns anos de exercício profissional, esses graduados poderiam voltar às Escolas, para cursos de pós-graduação, Administração e em Magistério, para as funções de Chefia de Serviços e de ensino. Tais cursos, bem como os de Aperfeiçoamento são de competência das Escolas, não lhes cabendo currículos oficiais.

Os currículos dos três cursos de graduação ficariam assim constituídos:

1. Curso Geral (3 anos letivos)

Fundamentos de Enfermagem
Enfermagem Médica
Enfermagem Cirúrgica
Enfermagem Psiquiátrica
Enfermagem Obstétrica e Ginecológica
Enfermagem Pediátrica
Ética e História da Enfermagem
Administração.

2. Curso de Enfermagem de Saúde Pública (mais um ano letivo além do curso geral):

Higiene
Saneamento
Bioestatística
Epidemiologia
Enfermagem de Saúde Pública

3. Curso de Enfermagem Obstétrica (mais um ano letivo além do curso geral):

Gravidez, parto e puerpério normais
Gravidez, parto e puerpério patológicos
Assistência pré-natal
Enfermagem Obstétrica

A esses currículos mínimos, as escolas poderão acrescentar outras matérias complementares, obrigatórias ou facultativas.

No curso geral, as disciplinas de enfermagem terão em vista os aspectos da Saúde Pública correspondente.

Êste, o Parecer da Comissão.

(a) Clóvis Salgado, Relator, Maurício Rocha e Silva, Deolindo Couto.